



URBANIZAÇÃO E RURALIDADE







VERA LÚCIA G. S. RODRIGUES

URBANIZAÇÃO E RURALIDADE

OS CONDOMÍNIOS E OS CONSELHOS
DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**

Brasília, 2009





© de Vera Lúcia G. S. Rodrigues
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Ministério de Desenvolvimento Agrário

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Paulo Furasté Campos
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

R696u Rodrigues, Vera Lúcia Graziano da Silva
Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal / Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues – Brasília : MDA, 2009.
272p. ; 21cm

ISBN 978-85-60548-45-3

I. Título. II. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues. III. Desenvolvimento Rural. IV. Organização da Produção.

CDD 338.1





Sumário

Prefácio / 7

André Pires

Apresentação / 13

Guilherme Cassel

Organizações empresariais por produto:
os casos da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo / 15

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Sociedade civil e gestão participativa:
os comitês de bacias hidrográficas / 35

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O campo e a cidade? / 47

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O trabalho e as novas relações campo-cidade / 59

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O Novo Rural em Vinhedo / 69

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O Novo Rural e as novas organizações em Vinhedo / 95

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Os caseiros de Vinhedo: empregado doméstico e trabalhador rural / 125

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
de Campinas: quem ficou de fora? / 159

Vera Lúcia G. S. Rodrigues e Ana Carolina Nascimbem





Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o Plano Estadual
de Microbacias Hidrográficas na região de Campinas / 177

Vera Lúcia G. S. Rodrigues e Carolina Costa de Oliveira

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sumaré:
os assentamentos e a questão ambiental / 201

Vera Lúcia G. S. Rodrigues e Carolina Costa de Oliveira

Vinhedo: espaço rural e ruralidade / 223

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
de Campinas e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável:
aproximações e divergências / 233

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

A Agenda 21 e os atores do mundo rural de Piracicaba / 251

Vera Lúcia G. S. Rodrigues e Adriana Cristina de Souza

Autores / 269





Prefácio

O falecimento de Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues, ocorrido em 26 de agosto de 2008, surpreendeu amigos, colegas e alunos. Tudo aconteceu de maneira tão rápida e inesperada que a primeira sensação é de que nada disso aconteceu. Creio que a melhor maneira de lidar com a tristeza e com o luto do momento é através de ações como esta, em que buscamos refletir e atualizar suas contribuições, seja na vida acadêmica, seja na vida pessoal. Assim, a publicação de um livro com seus últimos artigos parece-me algo mais do que apropriado. Para aqueles que não tiveram o privilégio de acompanhar a trajetória acadêmica de Vera, este prefácio busca oferecer uma breve contextualização de sua produção intelectual e situar os capítulos desta coletânea dentro das motivações de pesquisa que a acompanharam em sua carreira.

De início, convém destacar que as suas atividades de pesquisa sempre gravitaram em torno da temática dos estudos rurais. Não é difícil perceber que o campo das suas “escolhas”, em relação às temáticas e aos objetos de investigação, foi influenciado pelo ambiente familiar. Vera é filha de José Gomes da Silva e irmã de José Graziano da Silva, duas figuras importantíssimas nesta área. Mas engana-se quem imagina sua produção como um apêndice das importantes figuras familiares. Com uma doce valentia, Vera soube traçar seu próprio caminho e construir uma carreira até certo ponto independente. Quando atentamos para o arco de sua produção intelectual, vemos que esta se inicia com uma questão clássica da Sociologia Rural, o lugar do campesinato dentro do processo de modernização da agricultura. Seu mestrado, orientado por Maria Conceição D’Incao e defendido na Unicamp em 1983, pesquisou trabalhadores volantes da região de Januária, na divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia. Estes trabalhadores, durante seis meses do ano, trabalhavam na Usina de cana São Luiz, em Pirassununga, São Paulo.





Vera demonstrou que a migração sazonal dessas pessoas para São Paulo, longe de ser um ato individual, fazia parte de estratégias familiares mais amplas que visavam, no limite, assegurar a própria condição e reprodução da vida camponesa. Trabalhar seis meses como assalariado na usina propiciava uma fase de acumulação, que permitia manter a pequena propriedade no seu local de origem e as condições sociais de sua reprodução. É interessante notar como é possível estabelecer semelhanças entre a pesquisa de Vera com a de Afrânio Gracia Jr., do Museu Nacional, junto aos trabalhadores agrícolas do Nordeste, realizado mais ou menos na mesma época. Nos dois casos, a migração para o Sul enquadra-se nas estratégias de reprodução social camponesa dos seus locais de origem.

É significativo constatar a preocupante atualidade deste seu trabalho de Mestrado. Vera pôde enxergar a modernização como um processo inseparável da sua negação. Vale lembrar que vivemos um momento em que as modificações “modernizadoras” nas relações de trabalho nas fazendas e nas usinas de cana-de-açúcar têm provocado situações de trabalho análogas ao período da escravidão. As atuais condições de trabalho nas usinas têm favorecido situações em que pessoas chegam a cortar 15 toneladas de cana por dia. Em São Paulo, na chamada Califórnia brasileira, suspeita-se que, em 2007, dezessete trabalhadores da cana tenham morrido por extenuação, em virtude das condições de trabalho. Se recorrermos à análise de Vera em 1983, veremos uma marcante preocupação em expôr as péssimas condições de trabalho presentes na usina, evidenciadas pela qualidade da comida, do alojamento, das condições insalubres dos locais de trabalho e do prolongamento da jornada de trabalho. Preocupações assustadoramente atuais.

O seu doutorado, defendido em 1995 na USP e orientado por José César Gnaccarini, teve por objetivo compreender as organizações empresariais na agricultura paulista entre as décadas de 1970 e 1990. Sua pesquisa buscou analisar um novo padrão de associativismo. Ao invés do modelo de corporativismo tradicional, baseado em organizações empresariais mais abrangentes – tais como a Confederação Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira –, um neocorporativismo por produtos se formava. São os casos, por exemplo, da Associtrus (Associação Paulista de Citricultores) e da Orplana (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo) embrião da Única (União indústria da Cana-de-Açúcar). Esta passagem, longe de ser fortuita, evidencia a crescente importância dos chamados complexos agroindustriais no sistema de produção,





circulação e consumo das atividades agrícolas. Com a consolidação dos complexos, o desenvolvimento da agricultura deixou de ser autônomo e se submeteu aos ditames do setor industrial.¹ Assim, deixa-se de ter uma dinâmica geral da agricultura e passa-se a ter uma dinâmica específica dos complexos, subordinado ao capital industrial com uma representatividade própria (por setor/produto). Mais uma vez, Vera sugere que este movimento somente na aparência é modernizador. Na boa e velha tradição aberta por Adorno e Horkheimer, observa-se, nas práticas das “novas” associações e de seus representantes, a reprodução de “velhas” e “retrógradas” formas de dependência com o Estado, bem como a intensificação da exploração dos segmentos mais fracos no interior dos complexos, notadamente os produtores e trabalhadores rurais.

Os primeiros capítulos deste livro, “Organizações empresariais por produto: os casos da cana e da laranja em SP” e “Sociedade Civil e Gestão Participativa: os comitês de bacias hidrográficas”, são derivações das preocupações advindas da sua pesquisa do doutorado em relação às práticas neocorporativistas que perpassam as relações entre segmentos organizados da sociedade civil e o Estado. É preciso assinalar que a passagem para a análise dos comitês de bacias hidrográficas permitiu a Vera “ênfatizar uma outra dimensão do fortalecimento da sociedade civil [para além das organizações empresariais], onde novos atores sociais reivindicam uma maior participação na esfera pública e a conquista dos direitos de cidadania”. Neste passo, Vera pôde visualizar que a gestão dos recursos hídricos configura-se como um campo onde “velhos” e “novos” atores disputam a primazia de definir os usos “legítimos” de um recurso escasso. Este entrecruzamento de interesses, além disso, suscitou o interesse de Vera em compreender as disputas entre “novos” e “velhos” atores rurais, que, como será visto a seguir, constitui uma preocupação fundamental em seus derradeiros textos.

O capítulo “Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas: quem ficou de fora?”, feito em co-autoria com sua aluna de iniciação científica Ana Carolina Nascimbem é articulado a partir de uma questão fundamental: por que os trabalhadores rurais, representados por sua associação (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) não estão participando deste novo instrumento de expressão, participação e representação política

¹ No capítulo “O Campo e a Cidade?”, neste livro, o leitor encontrará uma reflexão a este respeito.





que é o Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas? A resposta é muito simples: porque isso não é uma prioridade. Considerando as precárias condições de trabalho no campo, a prioridade do Sindicato é voltada quase que exclusivamente para assegurar os direitos trabalhistas. Sua conclusão merece ser reproduzida: “A conquista dos direitos no espaço rural não é um processo linear, onde a entrada de novos direitos na pauta do aprofundamento da cidadania elimina a necessidade de se continuar reivindicando direitos formais básicos, como os direitos trabalhistas. Principalmente entre os trabalhadores rurais, onde esta conquista tem sido tão difícil.” Já o capítulo “O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável” busca evidenciar os problemas e afinidades existentes entre estas duas entidades, que têm uma importante atuação na gestão do espaço rural de Campinas.

A pesquisa de Vera junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural não ficou circunscrita a Campinas uma vez que buscou incorporar experiências das práticas de outros Conselhos de Desenvolvimento Rural da Região Metropolitana de Campinas. Esta ampliação resultou em dois capítulos presentes neste livro, feitos em co-autoria com alunas de iniciação científica: “Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas na região de Campinas” que analisou o Conselho do município de Monte-Mor, e o “O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sumaré: os assentamentos e a questão ambiental”. O leitor já pode perceber, pelos títulos, que a incorporação da experiência de novos municípios propiciou a inclusão da questão ambiental e também dos assentamentos na discussão da temática dos Conselhos. A preocupação ambiental se manifesta ainda no capítulo “Agenda 21 e os atores do mundo rural de Piracicaba”, feito em co-autoria com Adriana Cristina de Souza.

A última parte de sua produção intelectual foi aquela que tive o prazer de acompanhar mais de perto. Podemos dizer que o trabalho de pesquisa de Vera se inicia com o lugar da pequena produção agrícola dentro do capitalismo, passa pelas mudanças nas formas de representação política e avança com a dissociação entre espaços rurais e atividades agrícolas. Este passo implica na percepção dos espaços rurais não apenas como locais de produção de alimentos e de fibras, mas também como espaço diversificado, em cujas práticas estão relacionadas outras atividades próprias da esfera do consumo, especialmente a moradia e o turismo. Esta abertura trouxe consigo a criação de novas mercadorias, mercados e valores de troca. A





terra, que outrora era avaliada por características que levavam em conta a produção, passa a ter como parâmetro de avaliação critérios totalmente diferentes. No processo de conversão de áreas agrícolas para casas de residência, bens intangíveis, tais como ar puro e contato com a natureza, por exemplo, passam a ser “mercantilizados” e, em muitos casos, agregam valor aos empreendimentos existentes.

Foi a partir desta percepção de um rural não exclusivamente agrícola que Vera iniciou seu trabalho de pesquisa em Vinhedo. Este município pode ser considerado um bom estudo para pensar estas transformações porque a sua trajetória segue a mudança de um espaço rural percebido como local de produção para um mais diversificado. De fato, esta mudança implicou na coexistência de múltiplos atores sociais que passaram, em diferentes graus e situações, a disputar formas legítimas de apropriação e representação desse espaço. Tratam-se de disputas de ruralidades e de reconfigurações entre novos e velhos atores sociais. Os capítulos deste livro sobre Vinhedo, a saber, “O Novo Rural em Vinhedo”, “O Novo Rural e as Novas Organizações em Vinhedo” e “Vinhedo: espaço rural e ruralidade”, cada um a seu modo, tratam dessas questões.

Ao lado dos agricultores e de suas associações, que durante muito tempo foram os porta-vozes privilegiados das formas de apropriação dos espaços rurais, moradores das classes médias e os caseiros tornam-se figuras importantes. Vera preocupou-se especialmente com os modos de vida e sobrevivência destes últimos que, como se sabe, constituem o elo mais fraco desta corrente. Por detrás de uma aparente homogeneidade dada pela atividade de caseiro, a pesquisa de Vera evidenciou a pluralidade de histórias de vida, aspirações e desejos que permeiam as representações dessas pessoas. Nesse entrecruzamento de diferentes origens e tradições, Vera observou que, em muitos casos, a atividade de caseiro é algo temporário no curso da vida das pessoas, uma fase de acumulação, evidenciado pelo desejo de no futuro retomar a velha propriedade familiar e as atividades agrícolas. Outro aspecto importante apresentado nas pesquisas com os caseiros de Vinhedo diz respeito às relações entre patrão-empregado. A partir de vários exemplos concretos, Vera demonstrou como esta relação é permeada por um grande paternalismo, o qual, muitas vezes, coloca-se como entrave para formas de associação e representatividade coletiva destes trabalhadores. Essas reflexões estão no capítulo “Os caseiros de Vinhedo, São Paulo, e a ruralidade”.





Por último, faço questão de registrar o entusiasmo e a alegria com que Vera sempre conduziu suas investigações. Para ela, fazer pesquisa era algo indissociável do prazer. Que o seu bom senso, sua vivacidade e sua doçura permaneçam aqui entre nós.

ANDRÉ PIRES
Campinas, novembro de 2008





Apresentação

Comumente visto como o espaço por excelência das permanências, das tradições, quando não do atraso puro e simples, o mundo rural brasileiro, no entanto, é o exato oposto desse arraigado arcaísmo, desse estado de inalterável estagnação que teima-se em colar às imagens e concepções sobre ele construídas.

Espaço dinâmico, em contínua reconfiguração produtiva, associativa, nos modos como se relaciona com as estruturas do poder político, nos constantes fluxos de deslocamentos e realocamentos populacionais – em todos e em cada um desses aspectos, para ficar apenas em uns poucos, o que vemos é um rural em perpétua transformação. O que, inclusive, tem exigido dos pesquisadores uma atenção cuidadosa na definição de suas lentes analíticas, na escolha de seus referenciais teóricos, na construção de suas metodologias e procedimentos de investigação, sob pena de se mostrarem incapazes de estarem à altura de seu objeto de pesquisa e, assim, pecado maior!, descobrirem-se prisioneiros dos estereótipos e caricaturas.

O que este livro da Profa. Vera Lúcia Rodrigues vem nos mostrar é precisamente o espírito agudo de quem soube se manter atenta e sensível às múltiplas dimensões e transformações pelas quais passou o mundo rural brasileiro nas últimas décadas – daí a pertinência e relevância dos temas selecionados para sobre eles se debruçar: as novas formas de organização dos interesses corporativos, ocorridas *pari passu* com a consolidação de uma complexa rede de investimentos empresariais no campo; o estudo do cruzamento entre as questões ambientais e agrárias, e a correlata estruturação de novos arranjos institucionais surgidos para fazerem face a todo um outro conjunto de tensões e disputas daí decorrentes; ou, ainda, a discussão em torno do *novo rural* e a emergência de um olhar não-agrário sobre o mundo rural. Passando, portanto, por praticamente todas as questões que têm dado





a tônica aos debates contemporâneos sobre o mundo rural brasileiro, o que temos, ao fim e ao cabo, é um volume que, sob muitos aspectos, atualiza o leitor acerca do estado da arte.

Mas não só. Aqui, também, o leitor vai encontrar uma pesquisadora hábil na tessitura de seus argumentos, refinada em sua linguagem (acadêmica, por certo, mas sem recair em bizantinismos), senhora no manuseio dos conceitos e categorias de análise, do instrumental teórico-metodológico, das técnicas de pesquisa (sem, contudo, querer erigir o hermetismo em virtude estilística), que domina seu campo de conhecimento, que transita com desenvoltura por seus meandros, que, em resumo, conhece a fundo aquilo de que fala, e o faz sem pedantismo.

Nada disso, porém, diz de seu comprometimento ético com a produção de um saber que só se justificava se a serviço da superação do *status quo*. Que, muito claramente, jamais abdicou de uma estratégia de abordagem das questões a partir de um ponto de vista empenhado em lançar luz sobre os mecanismos atuantes nos subterrâneos das dinâmicas sociais – mecanismos perpetuadores de alguns dos traços mais perversos, opressivos, manipuladores de que a sociedade brasileira tem se mostrado tão pródiga.

Nesse sentido, sua morte prematura se constitui em perda ainda maior. Para todos nós que, de uma maneira ou de outra, militamos em favor de um Brasil rural sustentável, justo, comprometido com a inclusão social e a superação da pobreza, não poder contar mais com sua lucidez, sua argúcia, não mais poder tê-la como interlocutora, como uma bússola a indicar o Norte, o que resta é uma lacuna de difícil preenchimento.

Nada mais oportuno, portanto, que o lançamento desse volume que reúne alguns dos últimos trabalhos da Profa. Vera Rodrigues. Com esse gesto queremos, a um só tempo, homenagear a memória de uma colaboradora preciosa e prestar nosso reconhecimento à sua inestimável contribuição intelectual.

GUILHERME CASSEL

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário





Organizações empresariais por produto: os casos da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Introdução

Pensando a questão do associativismo patronal

O estudo das organizações empresariais na agricultura insere-se no conjunto mais amplo de preocupações relacionadas às mudanças que aconteceram na agricultura brasileira a partir dos anos 70. De maneira geral, as pesquisas vinham enfatizando as alterações ocorridas no âmbito mais especificamente econômico e que podem ser resumidas na idéia de modernização conservadora.¹ A preocupação com as organizações surge à medida que se percebe que essas alterações ao nível econômico são acompanhadas de mudanças nas próprias formas de associativismo no setor.

A modernização da agricultura brasileira dos anos 60/70 – parcial, por atingir apenas partes do processo produtivo, dos produtos e dos produtores – e a posterior constituição dos complexos agroindustriais a partir da década de 70 certamente levaram a alterações na organização dos empresários rurais, que é preciso conhecer de maneira mais aprofundada. Percebeu-se que as políticas agrária e agrícola e a rede institucional ligadas a elas são, obviamente, resultado de fatores estruturais; porém não só deles, já que, na maioria dos casos, refletem as concepções ideológicas dos grupos que detém o poder em

* Texto publicado em *Cadernos* do Instituto de Ciências Humanas (I.C.H.), PUC-Campinas, n. 8, 1998.

¹ Para detalhes desse processo, ver os textos de Ângela Kageyama e J. Graziano da Silva, citados na bibliografia.





cada momento histórico ou dos que têm capacidade para influir nos centros de decisão do sistema político. Conseqüentemente, as políticas agrária e agrícola de um país exigem conhecer a dinâmica associativa existente em sua agricultura e vice-versa.

Em outras palavras, percebeu-se que, na atualidade, os atores sociais mais importantes não são os cidadãos individualmente, mas as corporações nas quais se envolvem e de cuja atuação passa a depender em grande parte os interesses individuais. Enfatizar as associações torna-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acabou prevalecendo sobre a da ação individual. A multiplicidade dos conflitos no interior da sociedade civil e entre ela e o Estado acaba exigindo intermediação das associações.

Está-se supondo que as associações desempenham um papel importante como agentes de reestruturação social, ainda que, na agricultura, as práticas de concertação institucionalizada entre elas e o poder público sejam mais difíceis. Neste contexto, surgem pelo menos duas grandes questões passíveis de serem investigadas. Uma diz respeito ao aparecimento de um associativismo de caráter mais especializado e constituído por organizações civis ao lado das associações sindicais já existentes. Ou seja, uma primeira questão se propõe a entender por que as organizações de caráter mais tradicional e que tinham uma atuação abrangente, com uma proposta de representar o conjunto dos empresários rurais, passaram a conviver simultaneamente com um grande número de organizações mais específicas por produto.

A hipótese é que houve um deslocamento tanto da dinâmica do capitalismo como da ação associativa para ramos, setores e indústrias.² Isso porque, à medida que a própria estrutura da agricultura se torna mais complexa e diversificada, as organizações de caráter mais geral perdem a sua representatividade – que se torna cada vez mais formal – para as organizações especializadas por produto, as quais passam a deter o poder real. Fica cada vez mais difícil restringir associativismo às organizações que se proponham a representar o conjunto dos empresários rurais. Uma segunda questão diz respeito às similitudes e diferenças do associativismo no interior dos vários complexos agroindustriais. Trata-se já não mais da separação das organizações de caráter geral das organizações especializadas por produto, mas das características particulares do modelo de associativismo no nível de cada complexo.

² Ver, por exemplo, Cawson, 1985; e Schmitter, 1990.





Observa-se que

o Estado não tem mais como impor uma regulação geral dos distintos segmentos produtivos do campo somente através de políticas macroeconômicas (por exemplo, a cambial e a monetária) e por isso necessita cada vez mais de políticas específicas para cada complexo agroindustrial do tipo política de controle de preços de insumos, matéria-prima ou produtos finais, cotas de exportação etc. (Graziano da Silva, 1993, p.3)

Ou seja, com uma estrutura agrícola cada vez mais diversificada,

nos encontramos com atuações públicas diferentes segundo as características econômicas e sociais da área de intervenção, dando lugar a situações em que a regulação do setor exige um papel fortemente intervencionista junto a outras nas quais o papel dos grupos sociais deve ser mais ativo no processo regulador. (Moyano, 1989, p.169)

Em outras palavras,

o setor passa a ser a unidade de análise central na perspectiva comparada. Esse deslocamento analítico encontra sua justificativa nas mudanças ocorridas na tecnologia, nas estruturas de mercado e nas políticas públicas. O setor deixou de ser um simples critério de amostragem, tornando-se uma verdadeira variável explicativa. Basicamente, esse deslocamento teve origens na “descoberta” das diferenças intra-setoriais – em termos de organização, consciência coletiva e de como as trocas entre os atores se estruturam. (Araujo e Tapia, 1991, p.22)

A citação é longa, mas bastante elucidativa da importância dos setores e da comparação entre eles. Essa segunda questão pressupõe pensar a dinâmica dos vários complexos na sua especificidade, bem como as diferenças de atuação das organizações a elas relacionadas. Significa abandonar a perspectiva de se trabalhar com um macrocomplexo, já que a noção de complexo agroindustrial se mostra muito genérica, e, portanto, incapaz de dar conta dos processos, especialmente ao nível da articulação de interesses nos vários complexos. A preocupação central é com a especificidade dos modelos de associativismo no interior de dois complexos bastante diferenciados e significativos no estado de São Paulo: o complexo citrícola e o canavieiro.





A primeira questão apontada, ou seja, a da coexistência de organizações de caráter sindical com organizações de caráter civil está inserida na questão principal. À medida que se descrevem as características do associativismo nos dois complexos, são abordados os aspectos referentes à sua relação com as organizações mais gerais. No caso específico deste estudo, os dois complexos em questão – citrícola e sucroalcooleiro – possuem dinâmicas bastante diferentes que devem ser consideradas quando da análise das respectivas organizações empresariais.

O recorte destes dois complexos em particular e do estado de São Paulo especificamente justifica-se porque

não somente o sistema de interesses de um país pode-se configurar de forma bastante diversa quando visto a partir dos níveis municipal, estadual, regional ou nacional, mas dentro do mesmo nível, diferentes setores de interesses também podem ser organizados e relacionados ao Estado de maneiras bastante diversas. (Schmitter, 1979, p.69)

O complexo canavieiro se caracteriza por uma forte intervenção do Estado e uma importância altamente significativa da propriedade fundiária. Na citricultura, a intervenção do Estado é apenas pontual, e existe uma separação mais nítida entre propriedade industrial e propriedade fundiária. Mais que isso, o associativismo por produto no setor citrícola surge num momento em que o associativismo “tradicional” já se encontrava debilitado ao contrário do associativismo na cana-de-açúcar, mais antigo e com uma grande tradição dentro do corporativismo estatal. Por associativismo “tradicional”, entende-se o corporativismo que se propõe a representar o conjunto dos empresários rurais e com uma grande dependência do Estado.

De maneira geral, o corporativismo diz respeito a uma forma de estruturação de interesses que se opõe ao pluralismo. Enquanto no primeiro, a própria busca dos interesses individuais resultaria por si mesma em um maior bem para a sociedade e os indivíduos são estimulados a buscar livremente seus próprios interesses – econômicos, políticos –, no corporativismo a ênfase é dada nas organizações de interesse, como os interesses podem ser concebidos e como eles diferem dos interesses individuais. As organizações e a mobilização de interesses que elas envolvem são consideradas o fenômeno de poder mais importante. Neste sentido, consideram os interesses de classe extremamente relevantes, mas nem por isso tidos como a única forma de aglutinação.





Do ponto de vista da relação dessas organizações com o poder público, o enfoque corporativista considera o governo não simplesmente como reativo/sensível aos grupos de interesse, mas usa esses grupos de interesse para formular e implementar políticas. Mais que isso, nem todos os grupos têm acesso a elaboração de política e alguns dos grupos que o têm adquirem um “*status* público”. No corporativismo, as associações adquirem um papel entre o Estado e a sociedade civil de maneira a colocar de forma pública o tipo de ordem social que as associações podem gerar e personificar. Portanto as associações substituem, pelo menos parcialmente, a intervenção e regulação direta do Estado.

Em outras palavras, no associativismo de caráter corporativista, o uso público de interesses privados adquire a

forma institucionalizada de ‘governo de interesse privado’ sob a autorização e assistência do Estado, com o desenvolvimento de responsabilidades públicas, de agências de ‘regulação auto-regulada’ de grupos sociais com interesses específicos que se tornam subservientes aos interesses gerais por meio de instituições especialmente designadas ...

Ou seja, a delegação de funções de políticas públicas ao governo de interesse privado

representa uma tentativa de utilizar o auto-interesse coletivo de grupos sociais para criar e manter uma ordem social amplamente aceita e é baseado em suposições sobre o comportamento das organizações como agentes transformadores dos interesses individuais. (Schmitter e Streech, 1985, p.15/17)

Governo de interesse privado significa especificamente neste contexto arranjos por meio dos quais são realizadas tentativas para fazer com que a ação associativa coletiva baseada no auto-interesse contribua para a obtenção de objetivos de política pública. Reformula-se, portanto, a idéia de governo de interesse privado como estando associada ao uso ilegítimo do poder. Nessa nova dinâmica organizacional, a representação de interesses pluralistas transforma-se numa intermediação de interesses. Não se trata mais da presença de simples grupos de pressão, já que a atuação desses últimos visaria basicamente influenciar nos poderes públicos com relação a interesses privados de maneira unilateral de caráter “lobista”.





O corporativismo torna-se uma categoria ideal-típica para descrever sistemas de representação de interesses que se distinguem do pluralismo à medida que são constituídos por unidades não competitivas, oficialmente sancionadas e supervisionadas pelo Estado (Araújo e Tápia, 1991, p.8). Por sua vez, o corporativismo estatal, também chamado de autoritário, é caracterizado pelas representações dos grandes interesses sociais subordinadas à autoridade estatal, quando não são criadas por ela. Um dos seus “traços” definidores é a identificação entre Estado e Sociedade, ou seja, a supressão da demarcação entre o público e o privado (Araújo e Tápia, 1991, p.10).

No corporativismo estatal, o controle exercido pelas organizações de interesse é diretamente subscrito e garantido pela coerção do Estado (Cawson, 1985, p.6). Além disso, o associativismo estatal é monista, no sentido de buscar a unidade dos múltiplos interesses presentes.

O corporativismo “societal”, por outro lado, pressupõe uma relação diferente entre as associações de interesse e o Estado. Compreende um processo de troca política em que barganhas são atingidas e políticas públicas favoráveis são negociadas pelo apoio e execução dessas políticas por meio de associações.

Aqui, portanto, existe uma dependência de poder em que tanto as associações de interesse como o Estado gozam de alguma medida de autonomia, embora com certas restrições (Cawson, 1985, p.7). Está normalmente associado ao Estado do Bem-Estar Social, como característica dos países de capitalismo avançado. Resumindo, o corporativismo societal, ao contrário do estatal, nasce da dinâmica fundamental dos atores coletivos envolvidos. Como as organizações de interesse mantêm uma autonomia relativa, elas entram em interação com outros parceiros institucionais, presumivelmente com base na colaboração recíproca e na negociação.

Aqui a coerção que caracteriza o corporativismo estatal é substituída por uma ênfase na troca, na negociação e na adaptação recíproca. Fica bastante claro, ainda, que o fundamento jurídico do associativismo neocorporativo é o direito privado (Araújo e Tápia, 1991, p.10). Naturalmente, é preciso adequar o referencial corporativista à realidade brasileira, já que este foi originariamente pensado para refletir a realidade européia.

Uma diferença importante é a herança patrimonialista que marca o Estado brasileiro. Como é sabido, o patrimonialismo pressupõe uma visão do público como mera extensão do privado que o corporativismo teve que





reformular.³ O que não significa afirmar que o modelo corporativista tenha eliminado completamente os traços patrimonialistas. É preciso enfatizar ainda que o Estado patrimonialista/fautor

sempre debitou sua fortaleza à debilidade dos atores então presentes na cena político-institucional. Só quando este Estado fautor faliu é que surgem algumas iniciativas pontuais dos novos atores que rompem com as estruturas de poder do Estado e passam mesmo a intervir nestas no sentido de reformulá-lo segundo as exigências de planejamento e representação. (Gnaccarini e Queda, 1993, p. 94)

O Estado no Brasil tem sido, por outro lado, privatista, ocorrendo a predominância do interesse privado e a apropriação privada dos recursos gerados socialmente. Longe de propiciar arranjos intercalasses,

a nossa tradição corporativa centrou-se na setorização dos interesses, favorecendo a utilização de táticas restritivas e perspectivas imediatistas, bem como a adoção de óticas particularistas na defesa das posições relativas no jogo econômico... O que se consagrou foi a representação corporativa de interesses no interior do aparelho de Estado, limitada, porém, a setores específicos da política econômica – como a definição de medidas protecionistas, incentivos e subsídios – bem como a estágios restritos do processo decisório, principalmente a consulta e implementação. (Boschi, 1991, p.19)

Ou seja, o Estado no Brasil, por esse seu caráter privatista, tem dificuldade de constituir-se num Estado nacional

como instância específica de planejamento, núcleo privilegiado de negociação no qual os atores sociais disseminam os seus interesses e demandas na construção da cidadania compartilhada, locus de representação, inclusive simbólica, dos interesses gerais. (Gnaccarini e Queda, 1993, p.95)

³ O patrimonialismo se caracteriza, como bem ressaltou Weber, numa forma tradicional de organização da sociedade, inspirada diretamente na economia doméstica. Nessa forma de dominação, aquele que domina e organiza da mesma maneira o poder doméstico e o poder público.

Raymundo Faoro resume muito bem essa idéia ao afirmar que “o sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano” (Faoro, 1975, p.20).





Nesse nosso modelo, inclusive os trabalhadores foram geralmente excluídos dos acordos corporativos, não sendo considerados, em grande medida, parceiros, já que se priorizou um estilo de negociação bipartide que inclui apenas representantes dos empresários e os funcionários governamentais. Boris Fausto descreve esse modelo como tendo as características do “corporativismo privado”, ou seja, uma combinação de associações privadas com um alto grau de cooperação com as autoridades governamentais (Fausto, 1988, p.14/15).

Percebe-se que, no Brasil, o corporativismo tem servido para preservar a desigualdade já existente. Associado ao Estado privatista e clientelista que tem mantido privilégios ao invés de eliminá-los, o corporativismo no Brasil foi, sem dúvida, instrumento para o desenvolvimento industrial, mas não para a diminuição da desigualdade. O Estado patrimonialista herdado da colônia se adaptou e promoveu o processo de industrialização. Entretanto não permitiu que as organizações adquirissem autonomia e conseqüentemente legitimidade. Ou seja, a própria inter-relação dos grupos e organizações com o Estado transforma-se num elemento constitutivo do processo de formação e definição de suas identidades coletivas.

A ação coletiva é transformada em um direito outorgado pelo Estado. Em troca, adquirem o direito da participação nas decisões relativas aos seus interesses (Costa, 1991, p.121).⁴ Isto significa que esses grupos desfrutam muitas vezes de legalidade, mas não de legitimidade que implica em mútuo reconhecimento como ator coletivo e autonomia como ator social. Ou seja, a esfera pública não se constitui no espaço onde os sujeitos auto-organizados incidem ativamente sobre o Estado (Sader, 1988, p.115).

Tudo isso resulta num quadro de representação de interesses bastante complexo, levando alguns autores a definir as formas de articulação Estado/sociedade no Brasil a partir de um sistema híbrido, em que coexistem vários padrões. Persiste a permanência do corporativismo tradicional, embora de forma menos rígida, desenvolvem-se organizações de caráter pluralista, principalmente nos grandes centros urbanos e surge o neocorporativismo, permitindo a participação dos grupos privados em certas áreas de decisão, sobretudo nas áreas da política econômica e ambiental (Boschi, 1991, p.25).

⁴ A figura do reconhecimento dos sindicatos ilustra bem este papel refundador das organizações de classe.





Questões Metodológicas

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa enfrentou alguns obstáculos. O primeiro deles foi o escasso referencial para lidar com a temática. Uma metodologia mais específica para se pesquisar empresários e suas organizações ainda é um desafio. O segundo obstáculo foi a dificuldade de se ter acesso aos dados. A utilização do estudo de caso como método de pesquisa exige um detalhamento que só é possível de ser atingido com uma razoável disponibilidade de dados. O acesso aos dados foi complicado, em primeiro lugar, pela dificuldade de se penetrar nas organizações, principalmente as relativas ao setor sucroalcooleiro, sabidamente muito conservador.

O próprio processo para adquirir confiança foi extremamente moroso, e algumas organizações não forneceram determinado tipo de material até o final da pesquisa. Muitas vezes, entretanto, o problema não foi a dificuldade imposta pelas associações para se ter acesso ao material. O problema foi, com frequência, a inexistência de material ou, quando este era encontrado, estava desorganizado. Esse quadro faz parte naturalmente da pouca importância que se tem dado à preservação de fontes históricas, fator que vem há muito dificultando as pesquisas no país. Resumindo, a coleta dos dados primários mostrou-se um verdadeiro exercício de paciência e perseverança, cheio de idas e vindas. Momentos em que as portas eram fechadas e momentos em que se abriam novamente, vislumbrando um material extremamente rico, mas ainda sem nenhuma organização.

As entrevistas com dirigentes das organizações permitiram a complementação dos dados obtidos nos arquivos. Foram entrevistas abertas cujo objetivo principal era preencher lacunas ou detalhar informações relevantes já detectadas. Foi possível, ainda, assistir a várias reuniões dessas associações. Embora se tenha consciência de que a presença do pesquisador não é em absoluto neutra, observar as associações no seu funcionamento concreto foi uma experiência bastante esclarecedora. Conquanto não tenha sido uma observação sistemática, permitiu confirmar e sintetizar uma série de dados.

As fontes mais constantes utilizadas foram os jornais das entidades, estatutos, atas de reuniões, boletins, ofícios e comunicados aos associados, além de relatórios de atividades. O volume desse material é bastante díspar entre as associações, devido ao tempo de atuação de cada uma delas, disponibilidade financeira e estrutura profissional. Essa discrepância na quantidade de informações não chegou a comprometer a possibilidade de comparação





entre elas. O conjunto de dados permitiu reconstituir a história dessas associações e caracterizar sua forma de atuação, inclusive diferenciando-as entre si. Permitiu, ainda, detectar sua relação com o governo, dado relevante dentro do referencial teórico do corporativismo.

A pesquisa envolveu também a coleta de dados secundários, visando à caracterização dos dois complexos em questão. Nesse ponto, o trabalho foi facilitado pela existência de várias teses acadêmicas, algumas bastante recentes, já com dados sistematizados. Isso sem considerar obviamente um levantamento bibliográfico extenso que incluiu artigos escritos pelos próprios dirigentes das Associações.

Alguns resultados

O setor sucroalcooleiro e o corporativismo estatal

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) passa a constituir, a partir de meados da década de 70, Comissões Técnicas por produto. Trata-se de uma tentativa de representar os empresários rurais de maneira mais específica dentro do corporativismo setorial. A análise da CT cana-de-açúcar, uma das primeiras a serem constituídas, indica, com clareza, que a grande intervenção do Estado no setor sucroalcooleiro limita sua atuação, restringindo-se a reivindicar o cumprimento da legislação que regulamenta, de forma bastante rígida, a relação entre os vários agentes integrantes do complexo sucroalcooleiro. Isso é feito basicamente pela troca de ofícios e audiências com o ministro da Agricultura. Esse padrão de atuação formal e dependente da CT cana-de-açúcar se mantém mesmo no período pós-extinção do IAA.⁵

A partir de então, os assuntos pertinentes ao setor passaram a ser tratados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), diretamente vinculada à Presidência da República. A diferença é que a extinção do IAA acrescenta algumas dificuldades no encaminhamento de reivindicações, principalmente com relação à fiscalização. Além disso, a subordinação direta da SDR à Presidência da República diminui a capacidade de intervenção existente junto às várias instâncias do IAA. Foi possível perceber que a CT

⁵ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) é extinto em 6 de junho de 1990 pelo decreto nº 99.288. A primeira sensação observada foi a de desamparo. Os fornecedores tinham ficado sem seu protetor e seu árbitro.





cana-de-açúcar passa por um processo de enfraquecimento e/ou esvaziamento, decorrentes da própria perda de representatividade da FAESP, ou seja, do próprio modelo sindical do qual faz parte.

Além do crescente processo de burocratização da entidade, que adquire caráter cada vez mais “oficialista”, o próprio contexto de crescente setorialização da política agrícola produz uma redução do protagonismo das associações reivindicativas como a FAESP. Numa situação em que os poderes públicos procuram disciplinar os mercados, os sindicatos têm pouco a dizer como interlocutores, pois seu discurso sobre os problemas gerais da agricultura serve pouco, quando o que se busca são interlocutores com capacidade real para intervir nos mecanismos de cada mercado de produção agrários (Moyano, 1988, p.644).

A CT cana-de-açúcar não consegue superar esses obstáculos mais gerais colocados pela própria entidade a que pertence. Esse esvaziamento da CT cana-de-açúcar da FAESP abre espaço para o aparecimento, em meados de 1976, da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Orplana), associação de caráter civil, que congrega as associações de fornecedores do Estado. São estas quem bancam financeiramente a Orplana. Embora associação civil, a Orplana não deixa de sofrer influência da intervenção do Estado no setor sucroalcooleiro. Nos seus próprios estatutos, consta como objetivo “defender os direitos e interesses dos plantadores de cana, visando ao contínuo aprimoramento da atividade nos **Termos do Estatuto da Lavoura Canavieira e Legislação Complementar** e toda matéria referente ao setor canavieiro”.

Outro objetivo estatutário da Orplana é facilitar às suas associadas a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelos poderes públicos, indicando novamente a preocupação com a legislação que regulamenta as atividades do setor. De qualquer forma, a Orplana possui, se comparada à FAESP, uma estrutura mais ágil, que conta, inclusive, com um secretário-executivo remunerado. Com isso, acaba praticamente ocupando o lugar da CT cana-de-açúcar como interlocutor junto ao IAA, por exemplo.⁶ A Orplana tem desenvolvido uma atuação bastante significativa também do ponto de vista técnico.⁷ Essa

⁶ A Orplana tinha uma grande influência no interior do IAA, tendo penetração direta em alguns de seus Departamentos, como o da Assistência à Produção.

⁷ Ela tem feito, por exemplo, sistematicamente levantamentos do custo de produção da cana. Tem utilizado esses dados para contrapor-los aos dados levantados pela Fundação Getulio Vargas, que subsidiam o governo quando da fixação dos preços.





competência técnica permite à Orplana apontar uma defasagem entre o custo da produção da cana e o preço efetivamente fixado pelo governo. A organização ainda tem se preocupado em suprir a atuação do Estado à medida que avança o processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro.⁸

Resumindo, embora no geral a pressão da Orplana seja feita por oficiais, ela tem uma atuação mais dinâmica. Isso é possível exatamente por ser uma sociedade civil, com maior agilidade em termos estruturais. O que não quer dizer que tenha uma atuação autônoma com relação ao Estado. A intervenção do Estado no setor ainda faz da Orplana um seu “quase órgão”. Em outras palavras, no corporativismo estatal, a grande presença do Estado acaba relativizando a diferença entre CT cana-de-açúcar e a Orplana. A organização mantém inclusive uma relação de fidelidade para com a FAESP. Atua em conjunto com a CT cana-de-açúcar, o que faz sentido à medida que está dentro de um complexo onde os conflitos são intermediados pelo Estado.

O corporativismo societal e o setor citrícola

No setor citrícola, as associações possuem uma atuação descrita como representativa do corporativismo societal, caracterizada por uma menor intervenção do Estado e uma dinâmica mais espontânea dos próprios atores envolvidos. Iniciando-se novamente com a análise da FAESP, observa-se, em primeiro lugar, uma atuação dentro dos limites impostos pela própria estrutura da entidade à qual pertence, à semelhança da CT cana-de-açúcar. Entretanto as características do complexo citrícola têm dado alguma especificidade à situação da CT citricultura. O maior dinamismo do complexo não deixa de se refletir na CT citricultura dando-lhe, inclusive, maior independência com relação a presidência da FAESP.

Por outro lado, na citricultura, as organizações de empresários e de produtores se defrontam diretamente no estabelecimento de contratos. Assim, a dependência das organizações por produto com relação à CT citricultura da FAESP é menor do que na cana-de-açúcar. As relações na

⁸ Só a título de exemplo, no início dos anos 90, o IAA estava sem verbas para o deslocamento de fiscais para levantar dados sobre a participação dos fornecedores nos estoques de açúcar nas usinas.

A Orplana assume essa atividade transportando os fiscais do IAA para que os fornecedores pudessem receber a sua participação nos estoques.





citricultura estão muito menos mediadas por relações de caráter formal com o Estado, diminuindo a necessidade da representação formal da FAESP. Resumindo:

a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo FAESP também representava os citricultores nas reuniões de negociações da safra de laranja, mas reduziu sua participação com o surgimento das associações específicas do setor. (Maia, 1992, p.92)

Enfim, se a CT citricultura da FAESP tem maior dinamismo proveniente do próprio dinamismo do complexo citrícola, ela tem a desvantagem de atuar num setor onde a representação formal possui peso menor do que no setor sucroalcooleiro. O objetivo é enfatizar que o setor citrícola passa por um momento, até a implantação da indústria na década de 60, no qual o corporativismo tinha ainda algumas características do modelo estatal, que marcou o início do corporativismo no Brasil.

Esse é o período onde o associativismo na citricultura mais se aproxima do associativismo no setor sucroalcooleiro. À medida que a citricultura amadurece, entretanto, o associativismo do setor vai adquirindo contornos do corporativismo societal que o caracterizará. Nesse contexto, a CT vai diminuindo gradativamente seu poder de representação. Percebe-se que, enquanto no complexo sucroalcooleiro, a Orplana praticamente subsidia a CT cana-de-açúcar, na citricultura existe uma efetiva competição entre as organizações civis emergentes e o velho corporativismo representado pela FAESP e suas CTs. Ou seja, no complexo sucroalcooleiro não existe praticamente uma ruptura, pois a associação civil também tem uma atuação dentro dos padrões do corporativismo estatal. No complexo citrícola, os conflitos das associações civis com a FAESP vão existir principalmente à medida que se consolida o corporativismo societal.

A CT citricultura que mantém uma atuação compatível com o corporativismo tradicional que caracteriza a FAESP vai sendo gradativamente obrigada a ceder espaço como interlocutor para as associações civis. O descompasso entre a CT citricultura e as organizações por produto se acelera no final dos anos 80, quando a primeira é praticamente afastada das negociações. Amadurece, no setor, a idéia de que os assuntos da citricultura devem ser tratados exclusivamente pelos citricultores sem a necessidade da FAESP, organização de caráter mais geral.





A primeira organização de caráter civil que surge na citricultura é a Associtrus, fundada em junho de 1974. A Associtrus, assim como sua congênera da indústria, a Abrassucos, surge ainda estimulada pelo Estado para o combate ao cancro-cítrico, doença que se constituía numa ameaça significativa na ocasião. De qualquer forma, pode-se afirmar que sua criação significou um primeiro passo na consolidação do corporativismo societal que vai caracterizar o associativismo no setor. Não se trata ainda de uma associação saída de maneira totalmente espontânea da dinâmica da sociedade civil, mas nota-se uma autonomia relativa e certo relacionamento com base na colaboração recíproca com o Estado.

A Associtrus montou, a partir dos anos 80, uma estrutura mais dinâmica, formada por delegacias regionais e municipais. O objetivo era estabelecer um canal de comunicação de mão dupla, dos municípios citrícolas para a diretoria e vice-versa, aumentando a representatividade da associação, mas dificuldades financeiras levaram ao desmonte das delegacias ainda na mesma década. A principal esfera de atuação da Associtrus tem sido representar os citricultores quando da negociação dos contratos de venda da laranja para a indústria. A atuação da associação se baseia também muito nas reivindicações intermediadas pela interferência de deputados ligados, de alguma forma, ao setor. Em grande medida, a forte presença da Associtrus nas negociações se deve a esse contato com deputados estaduais e federais.

Ponderada, como ela mesma se autodefine, a Associtrus tem-se preocupado em manter um relacionamento “harmonioso” com as indústrias; portanto, afirma, “pensar na citricultura como um todo” fazendo, inclusive, o discurso que o citricultor é um **parceiro** da indústria. A atuação menos agressiva vem exatamente dessa percepção do citricultor como um parceiro da indústria dentro do complexo. O editorial do *Jornal do Citricultor* enfatiza:

Temos obrigação de tentar o bom relacionamento. Medidas drásticas levam a uma ruptura definitiva. Enquanto brigamos aqui dentro, esquecemos de nossos inimigos lá fora. Temos que partir e acreditar que é possível um novo tipo de relacionamento entre indústria e produção. (abril de 1988)

Essa postura pouco agressiva da Associtrus permite o desenvolvimento das atividades conjuntas com a CT citricultura da FAESP. De qualquer





maneira, percebe-se que a relação entre o poder formal e o poder real na citricultura é mais conflituosa do que no setor sucroalcooleiro. Por menos agressiva que seja a atuação da Associtrus e mesmo que haja semelhanças entre Associtrus e FAESP, a partir dessa postura, a Associtrus não tem qualquer relação de fidelidade para com a CT citricultura da FAESP, situação bastante diferente da relação da Orplana para com a CT cana-de-açúcar. A existência de vários interlocutores está sempre colocando a disputa com relação a quem será o interlocutor válido.

A Associtrus se caracteriza por uma atuação de caráter mais estritamente político bastante significativa, principalmente quando as negociações com a indústria não avançam. No final de 1988, surge a Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo (Aciesp), que nasce como uma dissidência dentro da Associtrus. A Aciesp considerava necessária uma atuação mais competente do ponto de vista técnico para fazer face ao poder das indústrias nas negociações, além da atuação política que vinha sendo desenvolvida pela Associtrus.

Considerava a atuação da Associtrus inadequada na negociação com as indústrias, tanto pela sua timidez, como pela falta de dados que dessem respaldo a esse desempenho. Além disso, percebe-se que o objetivo de caráter mais especificamente político é visualizado pela Aciesp de forma bastante distinta da Associtrus. Não se trata aqui de constituir um grande *lobby* de deputados e prefeitos, mas de conscientizar o próprio citricultor para que ele mesmo, pela sua associação, defenda os seus interesses. O lema da Aciesp, “*unidos para não sermos esmagados*”, é bastante significativo dessa sua busca de conscientização do citricultor.

Em razão disso, ao contrário da Associtrus, que optou por se mudar para São Paulo, priorizando os contatos ao nível de cúpula com os órgãos estatais e com as organizações das indústrias do setor, a Aciesp sempre permaneceu no interior, objetivando um contato mais intenso com o citricultor que permitisse conscientizá-lo. Os informativos da Aciesp insistem em defini-la como uma associação “moderna”, ressaltando tanto a ênfase no aspecto técnico, como as diferenças com a representação “tradicional”, que consideram existir antes da sua fundação. A Aciesp surge, portanto, com a pretensão de renovar o que existia até então em termos de representação dos citricultores. A Aciesp, diz o seu primeiro comunicado aos citricultores,

“é uma associação que tem por objetivo a melhoria técnica da produção, do beneficiamento da comercialização e de distribuição de produtos cítricos, incen-





tivando o seu consumo e promovendo o desenvolvimento de pesquisas científicas e estudos divulgando informações sobre a citricultura em geral.”

Dentro dessa proposta, a Aciesp chegou a realizar palestras em várias cidades da região citrícola. O objetivo era fornecer ao citricultor todos os dados necessários para que pudesse fazer uma avaliação do panorama da citricultura no momento, bem como das negociações daquela safra. A organização “moderna”, como se autodenomina a Aciesp, busca formas mais ágeis de comunicação para aumentar sua representatividade durante as negociações. Objetiva juntar competência técnica com a representatividade vinda do maior contato com os citricultores, ou seja, o entendimento é que a transparência nas negociações, uma representatividade real, associada à competência técnica, deve permitir uma postura mais agressiva.

O objetivo principal do “embasamento técnico” é exatamente o de permitir um enfrentamento mais agressivo para com a indústria nas negociações. Os citricultores passaram, por exemplo, a dispor, nos informativos da Aciesp, de quadros com as cotações diárias do suco de laranja. A Aciesp se distingue das demais organizações de citricultores também do ponto de vista ideológico, à medida que tem uma preocupação específica com o pequeno citricultor. Segundo a associação, “90% dos citricultores são pequenos proprietários, quase operários de si próprios” (Jornal do Citricultor, ano 1, nov/91). E a Aciesp deve preocupar-se com eles.

O “novo” da Aciesp pode ser detectado ainda no fato dela adentrar em algumas esferas que as organizações não vinham entrando até então. Como exemplo, ela solicita participar da elaboração da Lei Orgânica dos municípios citrícolas no final de 1989. Embora se possa considerar que a Aciesp surgiu com uma proposta nova, a falta de uma estrutura profissionalizada tem dificultado a sua implementação. A dificuldade de organização é justificada também pela própria dispersão do citricultor. Os citricultores estão geograficamente dispersos, ao contrário da maioria das categorias sociais.

Considerações finais

Ao nível de síntese e para tornar mais claro os diferentes graus e poder das organizações, deve-se ressaltar que o associativismo na agricultura obedece a uma lógica de dispersão/concentração. A crescente diferenciação dos agricultores, em termos de propriedade da terra, tamanho das explorações,





tipo de produto, investimentos produtivos e diversas formas de integração no mercado, leva à dispersão da ação coletiva. Por outro lado, a dispersão pode ser contrabalançada por um movimento de concentração que provoca reações unitárias de caráter defensivo, principalmente em épocas de crise. Nessas ocasiões, propõem-se “frentes unitárias” acima das possíveis diferenças que possam existir entre seus interesses particulares. A Frente Ampla de 1985, contando com a participação ativa das associações de citricultores, é um exemplo claro disso.

A lógica da dispersão/concentração entra nos anos 90 reformulada. Após a consolidação das organizações por produto numa fase de dispersão, a década atual se caracteriza pelo aparecimento das organizações interprofissionais que agregam produtores industriais, pesquisadores, agricultores etc. num novo movimento de concentração agora em torno de um único e específico setor. Perde sentido falar na agricultura como um todo, mas torna-se importante aglutinar os interesses de um complexo em torno de uma única organização interprofissional. Finalmente, as organizações interprofissionais e a proposta do tipo instalação de Câmaras Setoriais com negociações tripartites não representariam mudança drástica do padrão corporativo, mas sim mudanças importantes situadas dentro da lógica dessa mesma representação corporativa dominante (Diniz, 1993, p.59).

Trata-se de uma maneira de superar alguns dos limites anteriormente mencionados do associativismo na agricultura e conseguir defender não mais os interesses específicos do empresário rural, mas do complexo como um todo. O desenvolvimento das associações interprofissionais, nos dois complexos em tela, poderia, portanto, constituir um desdobramento importante para outra pesquisa.

Referências

ARAUJO, A. M. C.; TÁPIA, Jorge R. B. “Corporativismo e Neocorporativismo: exame de duas trajetórias”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 32, 2º semestre de 1991.

BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo Editora, 1991.

CAWSON, Alan. *Corporatism and Political Theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.





_____. *Organized Interests and the State Studies in Meso-Corporatism*. Londres: Sage Publications, 1985.

COSTA, Vanda Ribeiro. “Origens do corporativismo brasileiro”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ Rio Fundo, 1991.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: USP, 1975.

GNACCARINI, J. C. A e QUEDA, O. A falência do estado fautor e o setor agropecuário. In: *São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE, v. 7, n. 3, jul/set, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. “Complexos agroindustriais e outros complexos”. In: *Reforma Agrária*, n. 3, v. 21, set/dez 1991.

_____. “A industrialização e a urbanização da agricultura”. In: *São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE, v. 7, n. 3, jul/set 1993.

KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: IE/UNICAMP, Mimeo, 56p, 1987.

MAIA, Maria Lúcia. *Citricultura Paulista: Evolução, Estrutura e Acordos de Preços*. Tese de Mestrado. Piracicaba: ESALQ/USP, 1992.

MOYANO ESTRADA, E. (Coord.). *Las organizaciones profesionales agrarias in la CEE*. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, 1993.

_____. *El proteccionismo agrário en debate: una aproximación socio-política al proteccionism na agricultura*. ICE, Febrero, 1989, p.163/174.

MULLER, Geraldo. *Estado, estrutura agrária e população*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMITIER, P. C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford University Press, 1971.

_____. *Neocorporatismo y Estado*. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 3, julho/sep.1985.

_____. “*Corporatismo (Corporativismo)*”. In: LUNA, Matilde y POZAS, H. Ricardo. *Relaciones Corporativas en un Período de Transición*. México: Inst. de Inv. Soc. UNAM, 1982.

_____. “*Reflexions on where the theory of neo-corporatism has gone and where the praxis of neo-corporatism may be going*”. In: SCHMITIER, P. C. e LEMBRUCH, G. *Finds Toward Corporatist Intermediation*. Londres: SAGE BOOKS, 1979.

SCHMITIER, P. C. “*Sectors in modern capitalism: modes of governance and variations in performance*”. In: BRANETTE, Renato; ARROUGA, Carlo Shell (ed.). *Labour Relations and Economic Performance*. Londres: Macmillan Press, 1990.





_____. "Still the century of corporatism?" In: *The Review of Politics*, 36, n. 1, 1974.

_____. "Corporatism is dead! Long live corporatism!" *Government and Opposition*, v. 24, n. 1, Winter, 1989.

SCHMITTER, P. C.; WOLFGANG, Streeck. "Community, market, state – and associations? The prospective contribution of interest governance to social order". In: *Private Interest Government: Beyond Market and State*. Londres: Sage Publications, 1985.







Sociedade civil e gestão participativa: os comitês de bacias hidrográficas*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O Objeto e o referencial teórico

Um primeiro nível de comentário a ser feito quando fazemos uma reflexão sobre a metodologia utilizada em determinada pesquisa diz respeito ao próprio recorte do seu objeto. A sua importância baseia-se no fato de que em grande parte o bom andamento da pesquisa depende de termos um objeto claramente definido, bem recortado, como se costuma dizer. Só quando conseguimos visualizar quais são as questões que estão nos incomodando em torno de um tema mais geral e construir a nossa problemática específica em torno delas é que podemos prosseguir e pensar coisas como: este objeto é, afinal de contas, relevante? Por quê? Em caso afirmativo, como vou abordá-lo?

A nossa preocupação com os Comitês de Bacias Hidrográficas é recente. O que vinha nos incomodando há algum tempo era a questão das formas de organização da sociedade e da representação de interesses dentro dela. A multiplicidade de conflitos no interior da sociedade civil e entre esta e o Estado acaba por exigir uma intermediação crescente das associações. Ou seja, vínhamos trabalhando desde a tese de doutorado com a hipótese de que as associações vêm crescentemente desempenhando um papel importante como agentes de reestruturação social.

Percebíamos a sociedade cada vez mais organizada, desenvolvendo novas formas de corporativismo. Não mais um corporativismo estatal, baseado em organizações criadas e controladas pelo Estado, mas aquilo que tem sido chamado de neocorporativismo.

* Texto publicado na *Revista Humanitas*, do I.C.H. PUC-Campinas, v.2 n. 1, março de 1999.





No primeiro, as representações dos grandes interesses sociais estão subordinadas à autoridade estatal, sendo um dos seus traços definidores a identificação entre Estado e Sociedade, ou seja, a supressão da demarcação entre o público e o privado. Além disso, o corporativismo estatal é monista, no sentido que busca a unidade dos múltiplos interesses envolvidos.

Já nas novas formas de corporativismo, ou seja, no corporativismo “societal” ou neocorporativismo, a dinâmica é dada pelos atores coletivos em cena. Compreende um processo de troca política em que barganhas são ajustadas e políticas públicas são negociadas pelo apoio e execução dessas políticas pelas associações. Aqui, portanto, existe uma dependência de poder onde as associações de interesse e o Estado gozam de alguma medida de autonomia, embora com certas restrições.

Nesta nova forma de corporativismo, portanto, a coerção que caracteriza o corporativismo estatal é substituída por uma ênfase na troca, na negociação e na adaptação recíproca. Resumindo, esse novo corporativismo caracteriza-se pela barganha, pela busca de consenso entre os vários parceiros envolvidos na elaboração das políticas públicas. Não um consenso normativo – baseado na convenção –, mas reflexivo, ou seja, baseado em processos abertos de comunicação.

Adotar esse referencial significa que não estávamos dispostos a acreditar, como os partidários da teoria pluralista, que a estruturação dos interesses em uma determinada sociedade se faz fundamentalmente a partir dos indivíduos e que estes, simplesmente ao buscar seus interesses individuais, econômicos e políticos, comporiam juntos a sociedade. Ou, de outro ângulo, que a própria busca dos interesses individuais produziria como resultado interesses de caráter coletivo, público. Resumindo, não estávamos dispostos a enxergar a ação coletiva sob a ótica liberal-individualista.

Sob essa nova ótica, a da sociedade organizada ou corporativa, partidos políticos, sindicatos e organizações patronais primeiro e, posteriormente, toda sorte de grupos com objetivos econômicos, políticos religiosos, culturais, éticos ou morais foram gerando uma rede organizativa cada vez mais complexa à qual os cidadãos foram se incorporando, depositando nela parte de sua capacidade e vontade individual para a obtenção dos fins que desejam.

Nesse sentido, os atores sociais mais importantes na atualidade não são os cidadãos individualmente, mas as corporações nas quais os indivíduos se integram e de cuja atuação depende grande quantidade de assuntos que lhes





interessam pessoalmente. Isso significa que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a da ação individual (Yruela e Giner, 1989, p.37/38).

Em outras palavras, o processo de corporativização está sendo entendido como aquele que leva a uma hegemonização das corporações na intermediação social, sendo canalizadas as reivindicações por meio de organizações e não individualmente (Ortega, 1998, p.4). Esse novo corporativismo está sendo entendido como uma exigência organizativa originada pela complexidade cada vez maior de uma estrutura social na qual os atores coletivos e o Estado desempenham os papéis principais. O aumento da diferenciação e da especialização das sociedades leva a necessidade de um aumento de sua coordenação e organização.

O neocorporativismo se distingue, é bom enfatizar, do corporativismo tradicional ou estatal por uma maior dinâmica da sociedade civil. Nesse sentido, é importante ressaltar que o enfrentamento

tanto da questão ambiental como também da questão agrária, numa sociedade complexa como a brasileira, reforça necessidade das políticas públicas formuladas e implementadas de baixo para cima, que busquem um consenso obrigado (para usar uma expressão consagrada pelos neocorporativistas) entre as representações de interesses privados organizados e o poder público, nos seus distintos níveis de atuação, desde o local até o internacional. (Graziano da Silva, 1999, p.121)

Deve-se destacar desde já que as instituições da sociedade civil não constituem um todo homogêneo monolítico. Ao contrário, traduzem a crescente complexidade da sociedade civil. Trata-se de uma

trama social formada por movimentos sociais, organismos de representação de interesses e entidades civis. É uma rede associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentralizada. Vem se armando de um modo muito desigual, seguindo os rumos mutáveis dos acontecimentos e das oscilações das conjunturas. (Telles, 1994, p.48)

Uma distinção importante a ser feita é entre os grupos de interesses e as associações da sociedade civil (Jacobi, 1996, p.8). Nesse sentido, a temática dos Comitês é nova para nós nesta pesquisa. Até o momento, vínhamos trabalhando com as organizações empresariais, que, embora sejam entidades civis e não se constituam em grupos de pressão de caráter





pluralista, são, sem dúvida, grupos de interesse. Enfocar agora o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá permitiu enfatizar outra dimensão do fortalecimento da sociedade civil, em que novos atores sociais reivindicam maior participação na esfera pública e a conquista dos direitos de cidadania.

Trabalhar com o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá permitiu ainda abordar uma dimensão extremamente recente dentro do estudo do corporativismo, que são as novas relações entre os atores rurais e urbanos nos mecanismos de concertação. As alterações nas relações rural-urbano levaram à criação de espaços onde se possa concretizar uma atuação planejada e conjunta desses diversos atores envolvidos. A gestão dos recursos hídricos certamente constitui-se num exemplo típico onde a criação desses espaços fez-se necessária, pois envolve usuários dos setores urbano, industrial e agropecuário.¹ A pesquisa com o Comitê permitiu, assim, não só observar fortalecimento da sociedade civil, mas como têm atuado os atores sociais rurais de uma maneira mais específica.

Quando se fala em fortalecimento da sociedade civil está se pensando basicamente numa ampliação do âmbito da política, ou seja, romper com a

extrema privatização da política, resultado da permanência de um Estado patrimonialista e no qual predominam as relações de conciliação, do coronelismo e do clientelismo em suas variadas formas. (Benevides, 1994, p.11).

Nesse quadro, a sociedade civil passa a ser entendida não mais como uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de permanente e sempre reaberta negociação (Telles, 1994, p.48).

O fortalecimento da sociedade civil torna, inclusive, possível o uso de mecanismos de concertação que legitimam as políticas públicas. Significa a possibilidade de comprometer essas organizações da sociedade civil na

¹ A título de exemplo, o uso da água para irrigação em algumas bacias é o mais significativo, justificando a participação dos usuários do setor agrícola nos mecanismos de concertação.





implementação das políticas públicas numa tentativa de diminuir o hiato entre a elaboração e implementação dessas políticas.

O processo de participação envolvido nesse mecanismo pode assumir duas faces.

Uma primeira que coloca a sociedade em contato com o Estado, e outra, que a reconcentra em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo. O que está efetivamente em pauta é o alcance do aparelho estatal, notadamente quanto à sua publicização. (Jacobi, 1996, p.2)

É preciso enfatizar que, nesse quadro de fortalecimento da sociedade civil e de redimensionamento de suas relações com o Estado, não se trata mais de uma relação entre um Estado arbitrário, autoritário e repressivo de um lado e, de outro, a sociedade civil pressionando o Estado para conseguir o reconhecimento dos direitos sociais e políticos negados.

A emergência de atores plurais na sociedade civil, intervindo nos processos de decisão da política nacional e local, faz com que o debate tenha que considerar a diversidade e pluralidade das demandas sociais e urbanas. (Bava, 1994, p.5)

As novas relações entre Estado e Sociedade Civil passam pela construção de espaços públicos onde as desigualdades se expressam dentro do processo de concertação/negociação.

Os mecanismos de concertação se institucionalizam com o Estado definindo os interlocutores legítimos e tendo como contrapartida uma corresponsabilidade desses interlocutores na gestão.

Podemos observar que não se trata de recusar o papel do Estado.

Trata-se sim de construir, entre Estado e Sociedade, a interface dada por arenas públicas que possibilitem a negociação democrática das regras da equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade. (Telles, 1994, p.49)

Devemos ressaltar que esse recorte do objeto foi feito basicamente a partir da problemática das organizações e do fortalecimento da sociedade civil na construção da cidadania e de novas formas de gestão. Não estávamos, portanto, interessados na questão dos recursos hídricos sob o ponto de vista especificamente ambiental, embora o Comitê tenha sido constituído basicamente devido à mobilização em torno da poluição dos rios da Bacia.





Metodologia

Uma vez definido nosso objeto e o referencial teórico com que iríamos tratá-lo, determinou-se a metodologia mais adequada para abordá-lo. Ou seja, foi possível pensar como abordá-la, principalmente no que diz respeito à estratégia a ser utilizada.

Duas questões se colocavam como importantes. Uma primeira é que estávamos trabalhando com uma questão de ordem fundamentalmente qualitativa.² A outra é que iríamos trabalhar com um Comitê específico, o Comitê das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Nesse sentido, o estudo de caso mostrou-se como uma alternativa adequada, principalmente por permitir certo grau de detalhamento que considerávamos necessário.

Como é sabido, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa, uma forma de organizar a pesquisa, que permite enfatizar a dinâmica do desenvolvimento do objeto em estudo. Dessa forma, viabilizou a recuperação de todo o processo de mobilização da sociedade em torno dos Recursos Hídricos. Nesse histórico, percebeu-se que o Comitê foi precedido, por exemplo, pelo Consórcio das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari. O entendimento do que é o Comitê foi bastante facilitado à medida que se marcou as diferenças entre ele e o Consórcio. Em outras palavras, a própria forma de organizar a pesquisa nos levou a voltar atrás no tempo, ao invés de iniciarmos diretamente com o estudo do Comitê no seu momento atual.

Nessa fase da pesquisa, realizou-se um exaustivo levantamento bibliográfico tanto no próprio Comitê como em outros Núcleos que têm trabalhado com a questão dos recursos hídricos. Além de livros, foi possível ter acesso a alguns documentos importantes para a reconstituição do processo de implantação do Consórcio e do Comitê. Foram utilizados ainda recortes de jornais.

Além de jornais de âmbito nacional, trabalhou-se com jornais de âmbito regional, pois o Comitê tem uma atuação numa região específica. As notícias foram separadas por período e por assunto. Isso permitiu a comparação da cobertura dada pelos diferentes jornais e avaliar a própria

² Isso não significa que estejamos opondo qualidade e quantidade ou que estejamos eliminando a quantidade de nosso horizonte. Ao contrário, estamos vendo qualidade e quantidade complementares. A opção se dá em função do próprio objeto e raramente a pesquisa é só qualitativa ou quantitativa. Enfim, hoje felizmente a oposição pesquisa quantitativa e qualitativa transformou-se num falso dilema.





importância dada pela imprensa aos vários assuntos tratados no Comitê. Facilitou ainda integrar esses dados aos dados coletados nas demais fontes à medida que a classificação estava relacionada às categorias utilizadas na pesquisa como um todo.

Trabalhar com vários jornais aumentou ainda a confiabilidade dos dados. Dispúnhamos de mais de uma cobertura para o mesmo evento, permitindo detectar informações contraditórias.

Outra característica do estudo de caso é captar o objeto em sua totalidade e unidade. Isso geralmente acarreta certa dificuldade de inserirmos nosso objeto, selecionado a partir de um interesse específico, num contexto mais amplo. Ao delimitarmos nosso caso, não queríamos, ao mesmo tempo, isolá-lo. Daí a decisão, tomada logo no início da pesquisa, de localizarmos o Comitê dentro do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH) do qual faz parte. O conhecimento do SIGRH e a leitura de uma bibliografia que, de certa forma, já faz uma avaliação dos resultados de sua implantação até o momento foram fundamentais para superar esse limite que o método do estudo de caso coloca. Permitiu que trabalhássemos com um caso bem definido sem, entretanto, fechá-lo demasiadamente em torno de si mesmo.

Num segundo momento da pesquisa, enfatizou-se a atuação do Comitê e não restringimos a atuação a um âmbito específico, mas coletamos dados de natureza diversa. Isso nos possibilitou obter um quadro bastante amplo e aprofundado de suas atividades. A amplitude dos dados permitiu detectar desde as atividades voltadas para a viabilização financeira, até aquelas de caráter mais especificamente político, passando pela atuação dirigida à preservação ambiental.

A coleta de dados foi realizada nos arquivos do Comitê, sendo complementada por entrevistas com seus integrantes. Foram entrevistas abertas não apenas com pessoas que compunham a Secretaria Executiva do Comitê, mas com membros da sociedade civil. O objetivo era verificar como esses vários participantes vivenciavam a experiência de integrar uma nova forma de gestão que se propôs a ser mais participativa. Dar a opção por trabalharmos apenas com um roteiro bastante flexível para as entrevistas e não com entrevistas padronizadas com perguntas previamente elaboradas. Estas não permitiriam atingir o grau de profundidade que desejávamos.

A necessidade de entrevistar tanto membros da Secretaria Executiva – representantes do Estado –, como usuários da sociedade civil, adveio da





própria concepção de que a representação de interesses por várias formas de concertação não elimina os conflitos. Ao contrário, a ênfase está sendo dada nas divergências surgidas ao longo do processo de organização/concertação. Em grande medida, as entrevistas permitiram perceber os interesses específicos de cada usuário e o significado que dão para sua participação no Comitê.

Mais que isso, a preocupação com as novas relações entre o rural e o urbano nos levou a fazer entrevistas com os membros dos Sindicatos Rurais que participam do Comitê, a fim de detalhar sua participação vis-à-vis aos demais usuários. O estudo da atuação do Comitê a respeito da perspectiva mencionada foi complementado com a observação de reuniões realizadas.

Essa observação foi bastante rica para perceber o desempenho dos vários agentes. Foi uma experiência muito interessante porque, ao mesmo tempo em que havíamos sido convidados a participar das reuniões após todo um processo de estabelecimento de uma relação de confiança – neste sentido, tivemos toda uma cautela com o que chamamos de entrada em campo –, o grande público presente garantia certo anonimato. Em outras palavras, ao mesmo tempo que éramos conhecidos e identificados por vários integrantes do Comitê, éramos ilustres desconhecidos para o grande público presente nas reuniões. Do ponto de vista metodológico, isso significa que a interferência do pesquisador praticamente não existiu. Resumindo, o fato de as reuniões do Comitê serem audiências públicas evitou que seu encaminhamento pudesse ser influenciado pela própria presença do pesquisador.³ A observação das reuniões do Comitê permitiu complementar os dados coletados nos arquivos. A comparação entre as atas das reuniões feitas pela Secretaria Executiva do Comitê e as anotações realizadas durante a observação direta da reunião, por exemplo, permitiu detectar pontos que não tinham sido abordados ou o tinham sido feito de maneira superficial. Não se trata obviamente de questionar a validade das informações contidas nas atas. A questão metodológica que se coloca é que o pesquisador tem objetivos específicos em função do seu recorte do objeto que não são os mesmos daqueles que coletaram os dados com os quais está

³ De certa forma, essa questão foi mais difícil de ser enfrentada na tese de doutorado quando trabalhamos com organizações empresariais. A nossa presença nas reuniões, com um número pequeno de participantes, era anunciada formalmente e pode ter tido alguma influência nas colocações feitas pelos participantes.





trabalhando. Daí a opção por usar e abusar dos dados secundários, mas, ao mesmo tempo, combiná-los com dados primários colhidos pelas entrevistas e observação direta.

Uma última série de colocações diz respeito ao fato de estarmos trabalhando com um Comitê específico, o das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e, portanto, enfrentarmos certa dificuldade de generalizarmos os resultados obtidos.

É preciso ressaltar que, nessa pesquisa, a preocupação não era necessariamente com a generalização, mas com a recuperação da experiência pioneira de implantação de um Comitê de Bacias Hidrográficas antes mesmo da legislação federal. Em grande medida, o que se desejava compreender era este sair à frente e, ao mesmo tempo, detectar as dificuldades enfrentadas nessa primeira experiência.

De qualquer forma, pretende-se conseguir certa generalização à medida que existem pesquisadores trabalhando com outros Comitês. A comparação dos resultados dessas pesquisas certamente será importante para a obtenção de um conhecimento mais amplo sobre os Comitês, enquanto que a generalização será obtida a partir de um conjunto relativamente grande de casos.

É possível, ainda, pensarmos com a continuidade da pesquisa numa *generalização naturalística, nos termos de Ludke e André*, onde o leitor/pesquisador,

lançando mão de seus conhecimentos formais, mas também de conhecimento tácito (impressões, sensações intuições), perceberá aspectos semelhantes entre o caso estudado e outros casos e situações por ele vivenciados em contextos semelhantes, a partir de que poderá criar novas idéias, significados e compreensões. (Pádua e Pozzebon, 1995, p.13)

Nesse sentido, é extremamente interessante perceber que alguns autores, preocupados com a elaboração de políticas públicas mais descentralizadas, estão propondo adotar a gestão por Bacias Hidrográficas. O avanço dar-se-ia no sentido de romper os limites físicos e políticos municipais, permitindo maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento local. Essa proposta só foi possível naturalmente a partir de um conhecimento relativamente amplo sobre a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, agora já implantados em quase todo o Estado de São Paulo e em grande parte dos demais.





Finalmente, estamos trabalhando com a idéia de que cada pesquisa individual ou coletiva faz parte, na verdade, de um ciclo de pesquisa, ou seja,

um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. (Minayo, 1994, p.25)

Assim, toda pesquisa, ao mesmo tempo em que produz conhecimentos, suscita novas questões a serem aprofundadas na continuidade do ciclo. Nessa pesquisa específica, devemos agora detalhar a atuação dos agentes envolvidos, principalmente com relação aos conflitos advindos da cobrança pelo uso da água e implantação da Agência de Bacias. Aí, poderemos perceber as semelhanças e diferenças na atuação dos agentes rurais e urbanos que, como dissemos anteriormente, é nossa preocupação atual.

Referências

BAVA, S. C. *Democracia e Poder Local*. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Democráticas, *Revista PÓLIS*, n. 14P. 3-9, SP, 1994.

BENEVIDES, M. V. *Democracia e Cidadania*, Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas, *Revista PÓLIS*, n. 14, p.11-19, SP, 1994.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *O novo rural brasileiro*. Coleção Pesquisa, Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

JACOB, I. P. R. *Movimentos sociais e políticas públicas – demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo, 1974-84; Cortez, 1996.

MINA YO, M. C. de Souza (org.). *Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORTEGA, A. C. *A Relação Rural-Urbana na Nova Forma de Governança Estabelecida pelos Comitês de Bacias Hidrográficas: o Caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaitba*. Uberlândia, MG: UFU, 1998 (mimeo).

PÁDUA, Elisabete M. M e POZZEBEON, Paulo M. G. *O Estudo de Caso: Aspectos Pedagógicos e Metodológicos*. Campinas: PUC, 1995 mimeo.





TELLES, V. *Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos*. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas. São Paulo: Revista PÓLIS, n. 14, p.43-53, 1994.

YRUELA E GINER. *El corporativismo en Espanha*. Ariel, 1989.







O campo e a cidade?*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Introdução

Não há dúvida que estamos habituados a pensar campo e cidade como coisas distintas. Entretanto é correto afirmar que essa realidade vem-se alterando profundamente nas últimas décadas. É nesse sentido que podemos indagar se a agricultura e a indústria são hoje realidades tão separadas como eram nos tempos dos nossos avós.

O objetivo aqui é mostrar que, embora sejam diferentes, agricultura e indústria, campo e cidade são hoje realidades tão interligadas que não podem ser percebidas de forma dualista, como se uma nada tivesse a ver com a outra. Ao contrário, aquilo que chamamos de mundo rural hoje não tem nada a ver com aquela imagem do Jeca Tatu atrasado, preguiçoso e sem contato algum com a cidade. O rural é um novo rural, com um grande dinamismo e estreitos vínculos com o urbano.

Mais que isso, este novo quadro das relações campo-cidade só se torna inteligível se voltarmos no tempo e lembrarmos um pouco da história das relações da agricultura com a indústria.

Um primeiro ponto a ser destacado é que a agricultura e a indústria nem sempre estiveram separadas. Na verdade, a separação só ocorre num período relativamente recente. Não é demais lembrar que o camponês executava os mais diversos tipos de trabalho. Ao mesmo tempo que plantava e cuidava das culturas, processava seus alimentos e produzia também grande parte dos utensílios domésticos que utilizava. Era assim que utilizava o seu tempo quando não estava ocupado nas lavouras, como no período do inverno. Nesse sentido, além de agricultor, também era

* Texto publicado na *Revista Humanitas*, v. 3, n. 1, jan./jul. 2000





artesão. O artesanato doméstico complementava as atividades da família camponesa.

Pode parecer estranho, mas a separação cidade/campo só se deu num período relativamente recente, com o desenvolvimento capitalista da agricultura. Tomemos como exemplo as fazendas de café. Dentro delas, produziam-se não só o café – uma mercadoria agrícola para exportação –, mas grande parte daquilo que era necessário para produzi-lo: manufaturas, equipamentos para transporte e até habitação. Afinal, os trabalhadores rurais não moravam no próprio local de trabalho, ou seja, na fazenda? Assim, dentro da própria fazenda estavam o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o seleiro.

O que existia, portanto, eram os complexos rurais, onde a produção agrícola ocupava parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão-de-obra escrava e bens de capital), sendo a outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção.

As perguntas que se seguem são: o que mudou? Por que mudou?

A modernização e a industrialização da agricultura

Em poucas palavras: aos poucos, esse complexo rural vai perdendo a auto-suficiência, que era a sua característica. O principal produto agrícola que o Brasil produzia e exportava era o café. É o próprio complexo cafeeiro, principalmente paulista, que vai gerar uma grande demanda urbana. Ele mesmo acaba criando a necessidade de atividades complementares, agora fora da fazenda: bancos, estradas de ferro e fábricas têxteis para a produção dos sacos de juta.

É importante destacar que isso só aconteceu porque duas coisas coincidiram: de um lado, havia disponibilidade de recursos excedentes, gerados pelo próprio café; de outro, novas possibilidades de inversão dos recursos. Resumindo, a maior complexidade das atividades “não-agrícolas” engendradas no interior do complexo cafeeiro paulista tornou inviável que sua demanda pudesse continuar sendo satisfeita no interior das próprias fazendas. O resultado foi um aprofundamento da divisão do trabalho, tornando as cidades responsáveis por essas novas atividades.

Em outras palavras, à medida que o capitalismo vai se expandindo, campo e cidade vão-se separando, isto é, passam a realizar atividades distintas, dentro de uma divisão do trabalho mais definida.





Do ponto de vista dos trabalhadores, a consequência mais importante foi a proletarização do camponês, que se tornou um trabalhador exclusivamente agrícola. Ele deixa de ser proprietário de terras e passa a vender sua força de trabalho para os grandes. Colocado dessa maneira, parece que essas mudanças no complexo rural foram tranqüilas e rápidas. Na verdade, esse foi um processo longo que se iniciou em meados do século XIX e só terminou um século depois.

Foi principalmente um processo bastante sofrido. Tanto é que vários autores têm chamado o processo de modernização da nossa agricultura de modernização dolorosa. Um marco importante nessa história foi o processo de modernização da agricultura a partir da Segunda Guerra Mundial. Ele significou uma transformação na base técnica da produção agropecuária por meio da utilização de tratores e fertilizantes, cujo objetivo era naturalmente um aumento de produtividade.

Não é difícil imaginar que a modernização da agricultura tornou o processo de produção nas fazendas mais complexo: agora é necessário realizar compras industriais – adubos, fertilizantes etc. – para poder produzir mercadorias agrícolas. A transformação das matérias-primas se separa da agricultura e formam-se ramos industriais, cujas mercadorias são trocadas por produtos agrícolas.

Por exemplo, antes um colono lá no sul do Brasil produzia a uva e ele mesmo a transformava em vinho. Aos poucos, porém, as indústrias vinícolas vão-se instalando, e o que acontece? Os colonos passam a fornecer uvas para essas indústrias, deixando de fabricar o vinho. Agora sim esse camponês transformou-se num agricultor pura e simplesmente. Rompem-se os laços que uniam agricultura e manufatura/indústria. A indústria que estava no campo vai para a cidade.

Para essa idéia da modernização da agricultura não ficar tão abstrata, vamos a alguns números. Entre 1967 e 1975, a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes.

A modernização da agricultura significou, sob outro aspecto, que o processo de produção tornou-se mais passível de controle, menos dependente da natureza. Assim, na falta de chuva, pode-se irrigar; quando o solo está ruim, acrescenta-se nutrientes e outros produtos que melhoram sua qualidade. Portanto, embora sem o nível de controle existente no processo de produção industrial, a agricultura aproximou-se muito dele neste sentido.





Em resumo, se é verdade que os complexos rurais duraram bastante, eles não permaneceram exclusivamente rurais indefinidamente. É nesse sentido que podemos falar que foram substituídos pelos complexos agroindustriais. Aos poucos, a agricultura e a indústria vão-se reunificando novamente em torno desses novos aglomerados. Eles surgem na década de 70 e significam uma nova reintegração da agricultura com a indústria. Só que agora sob uma nova forma. A agricultura passa a se integrar verticalmente com a indústria.

No período recente, principalmente após meados da década de 60, mais que se modernizar, a agricultura se industrializa. Sem muita complicação, isso significa que agora a dinâmica que move a agricultura não é mais dada por ela mesma, mas pela própria indústria. A agricultura, pode-se dizer, deixa de existir como setor autônomo. A acumulação industrial passa a comandar o ritmo e o modo de produzir da agricultura.

Imagine um pequeno produtor de tomates que fornece seu produto para a Cica. É a indústria, no caso a Cica, quem determina a variedade de tomate que ele deve plantar, os insumos a serem utilizados, a quantidade a ser fornecida em cada época etc. O mesmo acontece com o avicultor que fornece frangos para a Sadia. É ela quem dá todas as especificações para o criador, inclusive a ração a ser utilizada. Da Sadia, é claro!

O que estamos enfatizando é que os complexos agroindustriais promovem uma dupla integração da agricultura com a indústria. De um lado, a agricultura compra adubos, defensivos, máquinas etc. da indústria para poder produzir; de outro, a agricultura vende seus produtos para serem processados por ela. Um exemplo de complexo agroindustrial já bastante completo é o citrícola. Nele estão integrados desde o pequeno citricultor até as grandes indústrias de suco de laranja que comercializam o suco concentrado no exterior.

Os complexos agroindustriais, cabe ressaltar, têm hoje uma importância que vai além do seu significado econômico. Eles estão servindo como aglutinadores dos interesses daqueles que estão neles envolvidos. De alguma forma, são eles que estão organizando os interesses desses personagens que surgem com a nova dinâmica da agricultura brasileira. Lá estão agricultores, empresários, comerciantes, os responsáveis pela pesquisa no setor etc. É aí que essas diferentes forças se confrontam e se aliam, com a presença mais ou menos forte do Estado.

Resumindo, além de serem importantes do ponto de vista econômico, os complexos agroindustriais são hoje fundamentais para organizar os





interesses em cada setor específico. Afinal, hoje não podemos falar mais de agricultura em geral. O complexo citrícola tem interesses diferentes do complexo sucroalcooleiro que, por sua vez, tem interesses distintos daqueles do complexo papel-celulose, e assim por diante.

Essa ênfase na modernização e industrialização da agricultura nos leva a uma outra indagação: será que não é correto afirmar que a agricultura é um setor “atrasado” e a indústria, por sua vez, um setor “moderno”? Para refletirmos juntos um pouco sobre essa pergunta é necessário esclarecer alguns pontos sobre o papel da agricultura no processo de industrialização.

Primeiro ponto: não é porque a agricultura se modernizou que esta modernização não tenha sido extremamente conservadora. Parece contraditório, não é? Entretanto a distribuição da posse da terra no Brasil é extremamente desigual. Poucos detêm uma grande quantidade de terra, enquanto muitos não possuem terra suficiente. A modernização da agricultura mantém essa situação de desigualdade anterior. Mais do que isso, ela agrava tal desigualdade à medida que as grandes propriedades são privilegiadas por possuírem maiores condições de implementá-la: terra para dar como garantia, fazendas com uma área suficiente grande para poder utilizar essa tecnologia, por exemplo. Resumindo, com a modernização, as propriedades tenderam a ficar cada vez maiores, agravando a questão fundiária.

A modernização da nossa agricultura foi conservadora também à medida que se limitou a algumas culturas específicas. Limitou-se principalmente às culturas destinadas à exportação, chamadas de “modernas”. Ficou restrita ainda a algumas regiões. Nesse sentido, pode-se dizer que a modernização da nossa agricultura, além de conservadora, foi parcial. Não atingiu o conjunto de culturas, nem todas as regiões. Isso sem contar que foi, em grande medida, sustentada pelo crédito rural subsidiado. E esse crédito farto e barato ficou concentrado nas grandes fazendas.

Do ponto de vista do trabalhador, a modernização da agricultura significou a criação de formas cada vez mais precárias de acesso a terra: parceiros, meeiros. O resultado final é bastante conhecido. São os “bóias-frias”, que trabalham nas colheitas dos principais produtos agrícolas e moram nas cidades. Eles surgem já em meados dos anos 70 e, como já não possuem terras, estão disponíveis para qualquer tipo de serviço. Assim, quando não estão realizando tarefas agrícolas, trabalham como pedreiros, jardineiros etc. O que todas essas tarefas têm em comum é exigir pouca qualificação.





O “bóia-fria” nos faz lembrar de um outro aspecto da parcialidade da modernização da nossa agricultura; ela não ocorreu no processo produtivo inteiro, ou seja, do seu início até o fim. Para entender esse último aspecto da nossa modernização parcial, é só lembrar o que acontece com a cana, com a laranja, ou com o café. No seu cultivo, nós usamos técnicas modernas para o plantio, tratos culturais, usamos adubos e defensivos. Ou seja, tudo muito moderno e voltado para poupar mão-de-obra. Mas, na hora de colher, em grande medida ainda usamos o trabalho do volante. Apenas recentemente é que as colheitadeiras estão sendo utilizadas em maior escala, após um longo processo de testes e adaptações.

Modernizaçãozinha complicada esta da nossa agricultura, não?

De qualquer forma, é interessante prosseguirmos a discussão sobre a relação campo/cidade, agricultura/indústria, aprofundando um outro ponto: a agricultura tem sido um obstáculo para o processo de industrialização?

Na verdade, durante muito tempo, acreditou-se que sim. A agricultura não forneceria uma oferta de alimentos adequada e nem um mercado interno para o consumo de bens industriais.

Hoje já está claro que, embora a modernização da agricultura tenha sido conservadora como vimos, isso não impediu a agricultura de cumprir seu papel na industrialização do país. Vejamos: no período 1967-75, a taxa média de crescimento da produção agrícola foi de 4,7% ao ano, mais que suficiente para atender o crescimento da demanda.

Com relação ao fornecimento de mão-de-obra, não há dúvidas de que ainda existem muitos trabalhadores na agricultura que mantêm algum vínculo com a terra. Mas isso não significa que eles não estejam disponíveis para trabalhar nas grandes fazendas, nas usinas, nas indústrias. Ou seja, mesmo aqueles que não são “bóias-frias” e ainda têm um pedaço de terra são trabalhadores vinculados ao trabalho nas empresas capitalistas. Além dos exemplos já mencionados dos pequenos proprietários vinculados à Cica ou à Sadia, podemos citar o grande número de pequenos proprietários do Vale do Jequitinhonha, na divisa de Minas Gerais com São Paulo, que trabalham nas usinas de açúcar paulistas no período da safra. Decididamente a agricultura tem cumprido a sua “missão” de fornecer mão-de-obra para a indústria.

Não é exagero afirmar que o problema da nossa modernização conservadora e parcial não foi impedir o desenvolvimento da indústria, mas sim manter e mesmo aumentar as desigualdades. Para que alguns se modernizassem, muitos foram excluídos. Não tiveram a chance de participar do processo e de se vincular aos complexos agroindustriais.





De qualquer forma, quando se quer refletir sobre a questão da agricultura “atrasada” em oposição à indústria “moderna”, é preciso ressaltar um fato que talvez não tenha ficado bem claro. Além de se modernizar, dolorosamente, nossa agricultura se “industrializou” num período mais recente.

Isso significa que a agricultura passa a fazer parte de toda uma cadeia produtiva, deixando por completo aquela imagem da fazenda auto-suficiente. A dinâmica agrícola do período recente não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira agrícola) e nem a partir da segmentação do mercado interno *versus* externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura e da agricultura para a agroindústria (Graziano da Silva, 1996, p.26).

Esse processo, que podemos visualizar de forma mais acabada nos complexos agroindustriais já mencionados, significa que, no final, a integração entre os capitais da agricultura e da indústria é tão forte que eles circulam entre esses dois setores.

Alguns exemplos: seis das maiores empresas nacionais em 1985 eram também grandes proprietárias de terras; considerando os maiores proprietários rurais em cada estado do país, destacam-se várias empresas industriais, financeiras e comerciais; duas das dez primeiras empresas estrangeiras no país (com atividades na metalurgia e na química) controlam grandes extensões de terra, principalmente no pólo urbano-industrial do Centro-Sul.

Resumindo, longe de atrapalhar, a agricultura foi cada vez mais se reintegrando à indústria, a ponto de sua dinâmica hoje ser dada pela própria indústria. Em outras palavras, a agricultura se torna um ramo da própria indústria. Não pode mais ser considerada um setor autônomo, com mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios. Ao contrário, integrou-se no restante da economia de tal forma que não pode mais ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (Graziano da Silva, 1999, p.1). No próximo item, enfatizaremos as conseqüências dessas mudanças.

O novo rural

De maneira geral, a grande conseqüência das mudanças anteriormente mencionadas, aquela que se torna, inclusive, cada vez mais visível, é a criação daquilo que tem sido chamado de um novo rural.





O importante para caracterizarmos o novo rural é que, quando analisamos hoje o meio rural, já não podemos pensar apenas nas atividades agropecuárias e agroindustriais. Novas atividades rurais surgem dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente. Vejamos a coisa mais de perto.

O novo rural é composto fundamentalmente por quatro subconjuntos (Graziano da Silva, 1999). O primeiro deles é uma agropecuária moderna, estreitamente vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais.

Em segundo lugar, um conjunto de atividades de subsistência, que, ao contrário do primeiro, é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, conservadora e parcial da nossa agricultura anteriormente mencionada. Aí estão todos os “sem-sem”: trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, ou seja, sem nada.

Em terceiro, um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços. Para ficar mais claro, essas ações não-agrícolas são atividades que, embora ainda sejam realizadas no meio rural, não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, ao trabalho de plantar e colher no seu sentido restrito.

Podemos dar vários exemplos desse tipo de atividade. Os escritórios das fazendas, usinas, fábricas de suco de laranja são hoje informatizados. Isso significa que lá podemos encontrar, além dos trabalhadores rurais propriamente ditos, as secretárias, os digitadores, os programadores de sistema, técnicos de vários tipos. Sem contar os pedreiros, carpinteiros e motoristas.

Na área do lazer e turismo, um bom exemplo são os “pesque-pague”. Eles existem em grande número e têm sido freqüentados por uma população ávida por um lazer mais próximo da natureza. Os anúncios nas beiras das estradas do nosso interior indicam sua proliferação. Não é demais lembrar que têm gerado uma grande quantidade de empregos não-agrícolas: os fornecedores dos alevinos, de material para pesca, a cozinheira do restaurante, os responsáveis pela construção dos tanques, pelo estacionamento etc.

Outro exemplo: vários proprietários em Bonito, Mato Grosso do Sul, aproveitaram as belas cachoeiras e rios de suas fazendas e transformaram-nas em atrações turísticas. O espaço rural se transforma e muitas atividades não-agrícolas são geradas também: guias turísticos, donos de pousadas e hotéis.

Ainda com relação ao lazer e turismo e à expansão das atividades de comércio e serviços para o meio rural, não podemos esquecer os complexos





hípicos, os leilões e exposições agropecuárias e as festas de rodeio. Essas atividades do “negócio *country*”, como têm sido chamadas, movimentam bilhões de dólares. Calcula-se que só a festa do Peão de Boiadeiro de Barretos movimentam anualmente cerca de US\$ 120 milhões, mais do que é movimentado pelo carnaval carioca.

Finalmente, temos, formando esse novo rural, um conjunto de “novas” atividades agropecuárias mais intensivas, voltadas para um mercado menor e mais sofisticado. Aí podemos incluir a criação de aves nobres e exóticas (faisões, perdizes, codornas, avestruzes), abelhas, canários, rãs, capivaras etc.

Podemos incluir também, entre as “novas” atividades, a floricultura e mudas de plantas ornamentais, o cultivo de cogumelo e a produção orgânica de ervas medicinais, estimulada pela própria indústria farmacêutica. Na verdade, grande parte dessas atividades já existia; por isso é que estamos colocando as aspas no termo “novas”. A diferença é que elas agora adquirem uma importância econômica que não tinham, pois eram consideradas atividades secundárias, ou mesmo *hobbies*.

Um outro aspecto para entendermos esse novo rural é que as pessoas e, principalmente, as famílias do meio rural estão tendendo a ser pluriativas. Isso significa que combinam atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura.

A idéia de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários ou não, tanto dentro como fora da propriedade agropecuária. Ou seja, quando falamos em pluriatividade, estamos considerando todas as atividades exercidas pelos membros da família, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das fazendas (Del Grossi e Graziano da Silva, 1998, p.26).

A presença cada vez maior da pluriatividade no meio rural deixa claro que a agricultura tende a se tornar uma atividade parcial. Ela absorve apenas parte do tempo do trabalho da família que, principalmente devido ao processo de mecanização, libera parte de seus membros para exercerem atividades não agrícolas. Atividades estas que, aliás, geralmente são melhor remuneradas, proporcionando um aumento da renda familiar. Observa-se, então, que o mercado de trabalho passa a ser relativamente indiferenciado, combinando desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas etc.).





É interessante ressaltar que, do ponto de vista social e profissional, essa indiferenciação do mercado de trabalho cria personagens difíceis de serem classificados. Em algumas situações, além de alternarem atividades agrícolas e não agrícolas, são, ao mesmo tempo, empregados e trabalhadores por conta própria.

Considerações finais

Para finalizar, é importante fazer uma última pergunta que está incomodando muita gente atualmente. Afinal, o rural desapareceu? Não existe mais diferença entre campo e cidade?

É bem verdade que o

ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana. (Carneiro, 1998, p.53)

Em outras palavras, se temos certeza de que o desenvolvimento do capitalismo no campo trouxe consigo uma série de mudanças que se justifica falar em um novo rural, cujo espaço não se define mais pela atividade agrícola apenas, não existe esta mesma certeza com relação ao que persiste de rural no mundo de hoje.

Para alguns, “o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo” (Ianni, 1997, p.60). Para outros, ao contrário,

as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização,





em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc.” (Wanderley, 1997, p.2)

Resumindo, muita pesquisa ainda tem que ser feita para termos mais clareza sobre o que ainda é rural no mundo moderno. É preciso admitir que novas identidades e novos modos de vida estão sendo construídos a partir dessa nova realidade em que o rural e o urbano encontram-se reunificados num novo patamar. É pertinente continuar indagando onde pode estar a especificidade do espaço rural e de formas de produção e de vida no meio rural, num contexto de “desruralização”. Afinal, o rural e o urbano, longe de se constituírem pólos opostos, guardam especificidades que não se anulam e que se expressam política e culturalmente (Wanderley, 1997, p.1).

Nesse sentido, torna-se importante discutir a questão da ruralidade, enfatizando como as mudanças no meio rural brasileiro relacionam-se com práticas sociais que possam reforçar ou enfraquecer identidades rurais. Em outras palavras, é importante continuar investigando como as transformações de uso da terra, mão-de-obra e geração de recursos relacionam-se com a construção de novas identidades. Identidades que hoje sabemos não serem rígidas ou imutáveis, estando num constante processo de construção.

Referências

- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.2, p.53-75, 1998.
- DELGROSSI, M. E. e SILVA, J. F. Graziano. A pluralidade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.2, p.26-37, 1998.
- IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1997.
- SILVA, J. F. Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, J. F. Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- SILVA, J. F. Graziano. *O novo rural brasileiro*. Coleção Pesquisa, Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. *O lugar dos rurais no Brasil moderno*. In: Encontro Anual da ANPOCS, 21, Caxambu, 1997.







O trabalho e as novas relações campo-cidade*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Quando olhamos a sociedade hoje, fica claro que um dos grandes desafios é equacionar a questão do desemprego. Pobreza, violência, segurança, apenas para mencionarmos alguns dos problemas sociais mais sentidos pela população e mencionados nas plataformas de políticos de qualquer tendência, parecem estar relacionadas com a falta de trabalho enfrentada por grande parte dos jovens e dos adultos.

Para podermos discutir a questão do desemprego precisamos entender as alterações que têm acontecido naquilo que vem sendo chamado mundo do trabalho. Afinal, o desemprego é, em grande medida, um reflexo dessas transformações.

O mundo do trabalhador hoje

Uma primeira mudança que chama a atenção é que, no capitalismo contemporâneo, houve uma diminuição significativa da classe operária industrial tradicional. Ou seja, o grande avanço tecnológico teve como contrapartida uma diminuição do número de trabalhadores nas indústrias. Agora, um número reduzido de trabalhadores consegue uma produtividade muito maior graças a máquinas e instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados.

Em outras palavras, o avanço tecnológico e a possibilidade de se intensificar a proporção do trabalho morto em relação ao trabalho vivo fizeram com que as indústrias continuassem a aumentar a produção, utilizando um

* Texto publicado na *Revista Humanitas*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2001.





número menor de trabalhadores. O operário de macacão, grande representante da classe operária tradicional, foi o primeiro a sentir o desemprego na pele. A crise da indústria automobilística é um bom exemplo disso, que tem sido chamado de desproletarização do trabalho industrial fabril.¹

As novas formas de gestão do processo de trabalho também desempenharam um papel importante nesse aumento de produtividade. Em grande parte, a fábrica deixou de ser a fábrica fordista, o local de uma produção em massa, onde o trabalhador, controlado pelo cronômetro, executava permanentemente as mesmas funções, para se tornar o espaço de um processo de trabalho mais flexível.

Se antes o processo de trabalho baseava-se na produção em série por meio da linha de montagem e produtos homogêneos, no trabalho parcelar, ou seja, na fragmentação das várias funções embasada numa divisão do trabalho rígida, na separação entre execução e elaboração no processo de trabalho, nas grandes unidades fabris concentradas e verticalizadas, hoje essa realidade está bastante modificada. Em grande medida, não encontramos mais aquele processo de trabalho e aquele trabalhador tão bem representado por Charles Chaplin e seu Carlitos em *Tempos Modernos*. Dizemos em grande medida porque não podemos afirmar que houve uma simples e total “substituição” do fordismo pelo toyotismo. Muitas fábricas ainda adotam o modelo fordista e muitas formas intermediárias surgiram entre os dois modelos.

De qualquer maneira, no geral, a gestão do processo de trabalho está hoje muito mais voltada para uma acumulação flexível, que pode ser caracterizada por uma menor rigidez, pelo aparecimento de novos setores de produção, pelo surgimento de novas formas de oferecimento de serviços financeiros, novos mercados e, principalmente, por uma intensa taxa de inovação tecnológica, comercial e organizacional. Nessa nova forma de gestão, do qual o toyotismo é um bom exemplo, a produção é variada, diversificada e voltada para a demanda, ou seja, para o consumo. É este quem decide o que será produzido e não ao contrário, como acontecia no fordismo. Ao invés da produção em massa, o objetivo é um melhor aproveitamento possível da produção e a existência de um estoque mínimo. Com relação a esse último aspecto, a inspiração é o funcionamento dos supermercados, que só repõe as mercadorias nas prateleiras à medida que vão sendo vendidas.

¹ Ricardo Antunes e Márcio Pochmann são alguns dos autores que têm estudado profundamente essas alterações. É, principalmente, no primeiro que estamos nos baseando nesta primeira parte do artigo.





A flexibilidade atinge também o próprio trabalhador. É a chamada polivalência, ou desespecialização, em que o operário não fica mais restrito a uma única máquina e a uma única operação, mas alterna funções e máquinas num trabalho de equipe. É nesse sentido que o operário do século XXI se diferencia do nosso Carlitos antes mencionado, eternamente apertando parafusos.

Resumindo, a fábrica no capitalismo contemporâneo passou por mudanças importantes que permitiram uma redução significativa do contingente de operários tradicionais, que realizavam um grande número de tarefas manuais.

Para atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor *qualidade*, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível.” (Antunes, 1998, p. 26)

Para tanto, o trabalhador tem que possuir grande capacidade de adaptação e certa capacidade de iniciativa. De maneira geral, houve, pode-se dizer, até mesmo certa diminuição da separação entre elaboração e execução, entre quem planeja e quem realiza o processo de trabalho. Ao mesmo tempo que diminuiu o operário fabril tradicional desqualificado, que não tinha necessidade de conhecer o processo de produção para realizar suas tarefas, aumentou a necessidade do trabalho qualificado, intelectualizado.

Em outras palavras, a desqualificação do trabalhador que caracterizava a divisão do trabalho fordista é agora acompanhada por um processo de qualificação de parte dos trabalhadores. Só a título de exemplo, o processo de trabalho inclui hoje cada vez mais técnicos de manutenção, programadores, controladores de qualidade, técnicos da divisão de pesquisa, engenheiros responsáveis pela gestão e coordenação técnica da produção etc.

Pode-se afirmar com segurança que a classe trabalhadora, ou melhor, a classe que vive do trabalho está se tornado cada vez mais complexa, heterogênea e fragmentada. Além da diminuição do contingente de operários industriais e fabris, do movimento contraditório de qualificação e desqualificação já mencionados, temos aumento de contingente de trabalhadores assalariados bastante diversificado.

Temos, sem dúvida, um significativo aumento do contingente feminino no mundo do trabalho,² bem como um crescimento de assalariados

² Apenas a título de exemplo, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (Harvey e Freeman *in* Antunes, 1998, p.46).





no setor de serviços, ou setor terciário.³ Mais que isso, a classe trabalhadora vivencia ainda hoje um intenso processo de subproletarização, visível no trabalho informal precário, temporário, subcontratado, “terceirizado” etc.

Isso quer dizer que houve uma diminuição dos trabalhadores com emprego regular, fixo, com carteira assinada e um aumento daqueles que sobrevivem graças às várias formas informais de assalariamento. Esse contingente pode ser englobado naquilo que tem sido denominado de forma bem-humorada dos “sem carteira”. Pode-se dizer que dobrou a proporção de empregados sem carteira na indústria, o mais formal dos setores da economia. Os últimos dados do IBGE mostram que, se, em 1990, dez a cada cem funcionários da indústria das seis principais regiões metropolitanas do país não estavam formalizados, hoje, para cada cem empregados, há 20 “sem carteira”. Em dez anos – entre 1989 e 1998 –, o número de trabalhadores formais caiu em 2,5 milhões, contra um aumento de 3,4 milhões de trabalhadores sem carteira e de 2,8 milhões de autônomos. Embora nem todos os autônomos sejam informais, o próprio IBGE considera pequena a participação dos legalizados entre os autônomos (*Folha de São Paulo*, página B1, 9 de outubro de 2000).

Apesar da heterogeneidade,

essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (Antunes, 1998, p.44)

Obviamente que o crescimento desse tipo de emprego não pode ser considerado uma boa notícia. Ao contrário, é um sintoma de que o desemprego continua alto. Afinal, o mercado informal, por ser movimentado pelos desempregados, está estreitamente ligado ao formal.

Em resumo, o que se quer enfatizar é que o mundo do trabalho hoje está muito mais complexo, heterogêneo e fragmentado. A classe que vive do trabalho compõe-se de um grande contingente diversificado de assala-

³ Novamente, só para exemplificar, na Itália, “contemporaneamente cresce a ocupação no setor terciário e no de serviços, que hoje ultrapassa 60% do total de ocupações” (Stuppini in Antunes, 1999, p.47).





riados, mostrando dois tipos de alteração. Uma, de natureza quantitativa, visualizada na diminuição do operariado industrial fabril; outra, qualitativa, detectada pela mudança na própria forma de ser do trabalho, que, de um lado, impulsiona para uma maior qualificação, e, de outro, para uma maior desqualificação.

As mudanças nas relações entre o mundo rural e o mundo urbano

Se o mundo do trabalho já está bastante modificado se pensarmos apenas no que vem acontecendo nas cidades, a realidade fica ainda mais complexa se acrescentarmos as alterações que vêm ocorrendo nas relações entre o rural e o urbano.

A grande questão a ser considerada é que não se pode mais pensar esses dois mundos como sendo separados, como foram até há algum tempo. Campo e cidade, rural e urbano, agricultura e indústria estão hoje intimamente ligados. O rural é um novo rural, com um grande dinamismo e estreitos vínculos com o urbano. É só lermos a Agrolinha do *Jornal Folha de São Paulo* para não termos mais dúvidas. Ou assistirmos ao Canal Rural pela TV a cabo. Ou ainda visitarmos uma agroindústria, como uma moderna fábrica de suco de laranja, por exemplo. Ou melhor, ainda, passarmos um fim-de-semana num tranqüilo hotel-fazenda.

Em resumo, a agricultura se modernizou e se integrou verticalmente com a indústria. Não só utiliza uma grande quantidade de máquinas, adubos, defensivos etc., como vende seus produtos para serem processados pela indústria. É verdade que a modernização da nossa agricultura foi parcial, pois não atingiu todos os produtores e todos os produtos. Foi ainda bastante conservadora, já que aumentou a desigualdade e a precariedade no acesso a terra. Mas que ela aconteceu, lá isso aconteceu!

Isso significou que também na agricultura houve uma redução da necessidade de mão-de-obra. Uma máquina utilizada na colheita de cana-de-açúcar, por exemplo, pode ser operada por apenas três pessoas e substitui pelo menos quarenta trabalhadores. Resultado, os colonos que tinham emprego e moradia fixos foram transformados em “bóias-frias” e vieram vivenciar nas cidades uma situação de extrema precariedade. Não é incomum alternarem a colheita no campo com algum emprego informal na cidade, engrossando o exército dos “sem carteira” supramencionados.





O que queremos ressaltar é que, quando analisamos hoje o mundo rural, já não podemos pensar apenas nas atividades agropecuárias e agroindustriais. Novas atividades rurais surgem, atividades estas que freqüentemente são não-agrícolas. Esse novo rural, pode-se afirmar, é bastante complexo, compondo-se basicamente de quatro subconjuntos. O primeiro deles é uma agropecuária moderna, estreitamente vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais.

O segundo é composto por um conjunto de atividades de subsistência. Ao contrário do primeiro, altamente moderno e sofisticado, esse é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, parcial e conservadora da nossa agricultura.

O terceiro se refere a uma série de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços. Essas atividades são chamadas de não-agrícolas, porque, embora ainda sejam realizadas no meio rural, não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, às atividades de plantar e colher no seu sentido restrito. Apenas a título de exemplo: os escritórios das fazendas, usinas, fábricas de suco de laranja etc. são hoje altamente informatizados, e lá podemos encontrar, além dos trabalhadores rurais propriamente ditos, as secretárias, os digitadores de sistema e técnicos de vários tipos. Na área de lazer e turismo, os “pesque-pague” são um ótimo exemplo. Têm gerado uma série de empregos não-agrícolas: os fornecedores de alevinos, de material para pesca, a cozinheira do restaurante, os responsáveis pela construção de tanques, pelo estacionamento etc. Os donos de pousadas, hotéis etc. são um outro exemplo. O “negócio *country*” em torno dos complexos hípicas e das festas de rodeio tem movimentado muito dinheiro.

Finalmente, o quarto conjunto de atividades do novo rural é formado por um conjunto de “novas” atividades agropecuárias mais intensivas, voltadas para um mercado menor e mais sofisticado: criação de aves nobres e exóticas, abelhas, canários, rãs etc.

Do ponto de vista que nos interessa, é interessante enfatizar duas situações. Em primeiro lugar, esse contingente de trabalhadores vinculados ao novo rural é, a exemplo do que já havíamos detectado para o conjunto dos trabalhadores, bastante heterogêneo. Também existe o mesmo movimento contraditório entre qualificação de uma parcela dos trabalhadores e desqualificação de outra. O mesmo crescimento do contingente de assalariados no setor de serviços. A mesma precarização das relações de trabalho, em que





cada vez mais o trabalhador só é contratado onde e quando existem tarefas a serem realizadas.

Em segundo lugar, e isso é o mais importante, a pluriatividade tem crescido muito. Isso significa que o trabalhador e/ou sua família alternam atividades agrícolas e atividades não-agrícolas.

Os dados da Pnad de 1999 [Ver tabela 1] mostram que dos quase quinze milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores – estavam trabalhando em ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc. Mais que isso: as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa média de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país. (Graziano da Silva, 2001, p.3)

TABELA 1
Evolução da população do Brasil, 1981-99.

		Milhão de pessoas				Taxa crescimento (% ao ano)		
		1981	1992	1996	1999	1981/92	1992/99	1996/99
Urbano		85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	1,7	1,4
	Ocupados	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	1,8	1,5
	Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	-1,6	-0,2
	Não-agrícola	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6	2,0	1,6
Rural		34,5	32,0	31,7	32,7	-0,7	0,2	1,1
	Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	-0,2	2,1
	Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	-1,7	0,4
	Não-agrícola	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2	3,7	6,1
Total		119,7	145,4	154,0	160,3	1,8	1,4	1,3

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Rurbano, novembro 2000.

Notas: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo





Muitas vezes, pela aproximação com a cidade, a pluriatividade significa alternar o emprego agrícola com um emprego de características urbanas. A caseira de Vinhedo pode, por exemplo, ser, ao mesmo tempo, manicure ou segurança em uma casa noturna da cidade. O pequeno proprietário pode conciliar seu trabalho na chácara com a atividade de motorista de táxi. Seus filhos muitas vezes também trabalham fora.

As famílias, em outras palavras, estão adotando estratégias de sobrevivência pluriativas. Esse crescimento da pluriatividade tem um aspecto positivo. Graças a essa combinação, muitas propriedades têm-se mantido. Fazendas decadentes voltaram a ser viáveis quando se transformaram em estabelecimentos de turismo. Muitos pequenos proprietários melhoraram sensivelmente sua qualidade de vida quando parte da família passou a exercer atividades não-agrícolas, fora da propriedade. Em resumo, foi o crescimento das atividades não agrícolas que possibilitou uma diminuição do êxodo rural.

Por outro lado, significou que o mercado de trabalho está cada vez mais indiferenciado, possibilitando uma combinação de várias atividades pelo mesmo trabalhador ou sua família. De qualquer forma, ressalta-se que essas novas ocupações não-agrícolas apresentam uma solução para o desemprego. Aqui é necessário destacar que, embora as atividades rurais não-agrícolas venham apresentado um crescimento significativo e em sua maioria

propiciem uma renda geralmente maior que as agrícolas e não sejam tão penosos como estas, são também trabalhos precários e de baixa qualificação. São basicamente serviços pessoais derivados da alta concentração da renda existente no Brasil e não da modernização das atividades agrícolas, nem da prestação de serviços voltados ao lazer e preservação ambiental e muito menos de atividades não-agrícolas produtivas do tipo agroindústrias e construção civil. (Graziano da Silva, 2001, p.9)

Um último ponto: a mesma agricultura que vem caracterizando-se pela precariedade nas relações de trabalho apresenta uma alternativa, certamente polêmica, para a diminuição dessa precariedade. São os condomínios rurais, onde vários empregadores dividem os custos da contratação dos trabalhadores. Estes realizam tarefas nas várias propriedades, dependendo das necessidades. O problema é que são trabalhadores sem patrão!

Enfim, é um novo mundo do trabalho com o qual nos defrontamos neste início de século. Daí a necessidade de continuarmos a refletir sobre





ele, principalmente para que possamos elaborar políticas agrícolas mais compatíveis com essa nova realidade.

Realidade em que o rural não pode ser mais definido em oposição ao urbano e, em grande medida, como um resíduo deste. Em outras palavras, do ponto de vista formal,

aquilo que na realidade se mensurava, e sobre o qual pairavam menos dúvidas, era o fenômeno urbano, enquanto a ruralidade tornava-se uma categoria residual: se não havia concentração populacional e uma certa escala, a área tornava-se automaticamente rural. Os dois extremos do “continuum” urbano-rural (Pahl, 1966) eram concebidos como vasos comunicantes em que, quase por definição, um só – o urbano – se “enchia”, enquanto o outro – o rural – só podia, conseqüentemente, esvaziar-se. A direção era predeterminada e o rural, neste jogo, perdia sempre. (Saraceno, 1996, p.2)

Ou seja, ruralidade não pode mais ser tratada em termos negativos, só podendo permanecer rural se não sofrer mudança, tornando-se impossível para uma área rural desenvolver-se sem tornar-se automaticamente não-rural. Isso significa que as novas relações de trabalho devem ser pensadas num contexto onde a dicotomia campo-cidade faz cada vez menos sentido.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 5. ed., 1998.

CARNEIRO, MARIA JOSÉ. *Do Rural e do Urbano: Uma Nova Terminologia para uma Velha Dicotomia ou a Reemergência da Ruralidade*. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia, Unicamp, out. 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

_____. *Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro*. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. Instituto de Economia, UNICAMP, out. 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural Brasileiro: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro. *In: Estudos avançados*. 15, v.43, p. 83-100, 2001.

SARACENO, Elena. *O conceito de ruralidade: Problemas de definição em escala europeia*. Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais, Roma, outubro de 1996, mimeo.







O Novo Rural em Vinhedo*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Introdução: a ruralidade e a construção do espaço

Um dos maiores desafios hoje talvez seja repensar a questão do espaço. Isso porque nela estão aglutinadas várias outras dimensões da vida social. Afinal de contas, o espaço é não só espaço físico, geográfico, mas espaço de reprodução social. Na realidade, a simples reprodução do capital, ou reprodução econômica não é suficiente para refletir os problemas que vivemos, inclusive para entender a própria reprodução do capital.” (Dowbor, 1995, p.3)

Neste sentido, é possível perceber que está ocorrendo um reordenamento dos espaços, ou seja, uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo blocos, fragilização do Estado-nação, surgimento de espaços subnacionais fracionados de diversas formas, transformação do papel das metrópoles, reforço do papel das cidades e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo.” (Dowbor, 1996, p.3)

É nesse contexto mais geral de reordenamento dos espaços que podemos entender as novas relações campo-cidade.

Pode-se dizer que num primeiro momento ocorre a separação cidade-campo, que não é senão a forma aparente que assume o próprio desenvolvimento capitalista na agricultura entendido num sentido amplo. Em seu início, o ar-

* Texto publicado no livro *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço – Anais da ANPUR*, v.1, 2001.





tesanato doméstico era um complemento das atividades da família camponesa: o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo destrói, num primeiro momento, essa harmonia para recriá-la, posteriormente, não mais com base nas condições naturais em que ela ocorria, mas sob condições fabricadas, produzidas pelo próprio homem. (Graziano da Silva, 1996, p.3)

Em outras palavras, o camponês realizava os mais diversos tipos de trabalho. Ao mesmo tempo que plantava e cuidava das culturas, processava seus alimentos e produzia também grande parte dos utensílios domésticos que utilizava. Nesse sentido, além de agricultor, também era artesão.

Paulatinamente, porém, o camponês transforma-se num agricultor pura e simplesmente. Rompem-se os laços que uniam a agricultura à indústria e formam-se ramos industriais, cujas mercadorias são trocadas por produtos agrícolas.

Em termos de Brasil, é importante se ter como referência nesse processo de separação cidade-campo a modernização da agricultura, que ocorre a partir do pós-guerra. Ele significou uma transformação na base técnica da produção agropecuária por meio da utilização de tratores e fertilizantes, cujo objetivo era naturalmente um aumento da produtividade.

Em resumo, à medida que o capitalismo vai-se expandindo, campo e cidade vão-se separando, permitindo uma maior divisão do trabalho.

No período recente, principalmente após meados da década de 60, mais que modernizar, a agricultura se industrializa. Isso significa que agora a dinâmica que move a agricultura não é mais dada por ela mesma, mas pela própria indústria. Novamente aos poucos, a agricultura e a indústria vão se reunificando em torno de novos aglomerados, os complexos agroindustriais. Pode-se dizer que a agricultura se torna um ramo da própria indústria. Não pode mais ser considerada um setor autônomo, com mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios. Ao contrário, integrou-se no restante da economia de tal forma que não pode mais ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (Graziano da Silva, 1999, p.1).

São essas mudanças que permitem a criação de um novo rural. O que caracteriza esse novo rural, fundamentalmente, é o fato de não envolver apenas atividades agropecuárias e agroindustriais. Novas atividades surgem, dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente.

O novo rural é composto basicamente por quatro subconjuntos (Graziano da Silva, 1999, IX). O primeiro deles é uma agropecuária mo-





derna, estreitamente vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais.

Em segundo lugar, um conjunto de atividades de subsistência, que, ao contrário do primeiro, é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, parcial e conservadora de nossa agricultura. Estão todos os “sem-sem”: trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, ou seja, sem nada.

Em terceiro lugar, um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia, e várias atividades industriais e de prestação de serviços. São atividades que, embora ainda sejam realizadas no meio rural, não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, às atividades de plantar e colher no seu sentido restrito.

Finalmente, temos, formando esse novo rural, um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, mais intensivas e voltadas para um mercado menor e mais sofisticado. Aí podemos incluir a criação de aves nobres e exóticas (faisões, perdizes, codornas, avestruz etc.), abelhas, canários, rãs, capivara etc.

Podemos incluir também entre as “novas” atividades a floricultura e mudas de plantas ornamentais, o cultivo de cogumelo e a produção orgânica de ervas medicinais, estimulada pela própria indústria farmacêutica.

Em outras palavras, a emergência de uma nova noção de rural desvincula-se das características tradicionalmente a eles associadas, tais como: locus da produção agrícola de seus habitantes e forte dependência de sua economia em relação aos recursos naturais e de extração de matéria-prima.

As características que mostram importantes dimensões da nova ruralidade são: alteração na relação econômica entre espaço e distância, questionamento da chamada ‘inferior qualidade de vida’ dos habitantes do meio rural e sua composição definida por unidades socioeconômicas e de valores. (Souza, 2000, p. 1)

O aparecimento dessas características se deve, no primeiro caso, ao desenvolvimento espetacular dos meios de comunicação e transporte que tem atingido inclusive o mundo rural; no segundo, à melhoria significativa das casas e da infra-estrutura física e, no terceiro, a vários acontecimentos de origem externa, entre eles residências de aposentados, segunda residência, explorações agrícolas, *hobby*, ou novas explorações de recursos naturais.

Em termos específicos de Vinhedo, é importante indagar quais dos subconjuntos que compõem o novo rural adquirem uma dimensão significa-





tiva. Um aspecto importante para se pensar esse novo rural é que as pessoas e, principalmente, as famílias do meio rural estão tendendo a ser pluriativas. Combinam atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura.

A idéia da pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem renda monetária ou não, tanto dentro como fora da propriedade agropecuária. Ou seja, quando se fala em pluriatividade, estão sendo consideradas todas as atividades exercidas pelos membros da família, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das fazendas (Del Grossi e Graziano da Silva, 1988, p.26).

A presença cada vez maior da pluriatividade no meio rural deixa claro que a agricultura tende a se tornar uma atividade parcial. Ela absorve apenas parte do tempo do trabalho da família, que, principalmente devido ao processo de mecanização, libera parte de seus membros para exercerem atividades não-agrícolas. Atividades estas que, aliás, tendem a ser melhores remuneradas, proporcionando um aumento da renda familiar.

Observa-se então que o mercado de trabalho passa a ser relativamente indiferenciado, combinando desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas etc.).

A pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, pelo recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em um regime social capitalista (Schneider, 2000, p.2).

Nesse sentido, se a pluriatividade não é algo absolutamente novo, a diferença é que ela adquire um caráter de estratégia permanente, não se constituindo mais numa mera complementação de rendas. Está-se entendendo ainda que a pluriatividade apresenta uma diversidade significativa de situações de espaço e tempo, embora mantendo como característica principal a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho (Fuller, 1990, p.368).





A noção de pluriatividade pode ser entendida como diversificação das atividades interna ou externa às explorações, envolvendo um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e o urbano.

De qualquer maneira, é necessário entendermos melhor a pluriatividade como estratégia de sobrevivência. De um lado, possui um aspecto positivo, que é o de reter o êxodo rural e aumentar o nível de renda da população que vive no campo, pois as rendas não-agrícolas são, no geral, superiores às agrícolas. De outro, grande parte dessas atividades são informais, temporárias, precarizadas, marginais. Nesse sentido, a pluriatividade é apenas uma das manifestações de um movimento mais geral da sociedade como um todo: o desenvolvimento do que se convencionou chamar de economia subterrânea ou informal. Ou seja, além de existir e ser estimulada, a pluriatividade deve sair da clandestinidade. Não pode mais ser considerada como algo transitório, como uma exceção à norma (Mendras, 1984).

Pensando a realidade específica de Vinhedo novamente, é necessário dimensionar melhor essa pluriatividade. Em resumo, é importante não apenas afirmar que ela existe, mas verificar em que grau ela se apresenta.

É neste quadro que se pode afirmar que a questão do espaço se redimensiona. A profundidade das transformações da sociedade tende a diluir a distinção tradicional entre urbano e rural e substituí-la pela distinção entre regiões agrícolas e regiões urbanas. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. (Santos in Wanderley, 1997, p.3)

É nesse quadro ainda que deve ser pensada a construção de novas identidades e de novos modos de vida a partir dessa realidade em que o rural e o urbano encontram-se reunificados num novo patamar.

É verdade que ocorre uma crescente e generalizada transformação das condições de vida e trabalho no mundo rural. O campo é industrializado e urbanizado ao mesmo tempo que se verifica uma crescente migração de indivíduos, famílias e grupos para os centros urbanos próximos e distantes, nacionais e estrangeiros. A tecnificação, maquinização e quimificação dos processos de trabalho e produção no mundo rural expressam o industrialismo e o urbanismo, entendendo-se o urbanismo como um modo de vida, padrões e valores socioculturais, secularização do comportamento e indivi-





dualização. Nesse sentido, a globalização do capitalismo está provocando a dissolução do mundo agrário.

Isto significa que se reduz ou supera a contradição cidade-campo, o que pode significar a vitória definitiva da cidade sobre o campo. (Ianni, 1997, p. 13)

Entretanto, a permanência da pluriatividade e da ruralidade na agenda de pesquisa faz sentido, à medida que se mantém certa diferenciação do espaço, sendo os espaços rural e urbano ainda, na nossa perspectiva, uma das formas desta diferenciação.

Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. (Smith, in Cardoso, 199B, p. 66).

Por isso é pertinente se continuar indagando onde pode estar a especificidade do espaço rural e de formas de produção e vida no meio rural em um contexto de “desruralização”. (Cardoso, 1998, p. 65)

Mais que isso, o rural pode ser o rural na cidade. O rural como experiência urbana. Uma experiência do rural como fonte de inspiração da sociabilidade e do entretenimento e, para tanto, construído apartado do trabalho, como condição ordinária da vida. (De Paula, 1999, p.139)

Neste sentido, torna-se importante discutir a questão da ruralidade, enfatizando como as mudanças do meio rural brasileiro relacionam-se com práticas sociais, que possam reforçar ou enfraquecer identidades rurais. Em outras palavras, é importante continuar investigando como as transformações de uso da terra, mão-de-obra e geração de recursos (capital) se relacionam com a construção de novas identidades (Pires, 1999, p.8).

Essa preocupação é particularmente relevante quando se entende a identidade de alguém, ou de algum grupo, produz-se simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes que têm em vista muitas finalidades diferentes. (...) Uma abordagem etnográfica de identidade requer que esse processo de dispersão de identidade em muitos lugares de natureza diversa seja apreendido (Marcus, 1991, p.204).





Em outras palavras, a identidade não é vista como a reprodução de padrões culturais tradicionais, tampouco, um atributo essencial de uma pessoa ou de um grupo. Em primeiro lugar, não podemos falar de uma identidade, mas da construção de identidades múltiplas que são acionadas situacionalmente, de maneira constrativa e que se relacionam com outras identidades. (Pires, 1999, p.9)

O que se está defendendo é que as identidades modernas são “descen-tradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. O sujeito, que anteriormente tinha experiência de uma identidade unificada e estável, está-se tornando fragmentado; composto não de uma, mas de muitas identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas... Isso produz o sujeito pós-moderno, conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial... Ela é histórica, não biologicamente definida. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um *self* coerente. Dentro de nós, coexistem identidades contraditórias, pressionando em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas (Hall, 1998, p.12).

Nesse sentido, podemos afirmar que, por mais que se concretize a interseção entre cidade e campo, evidenciando a supremacia da estrutura social, inclusive sobre a suposição de dois mundos historicamente cristalizados, certos sujeitos sociais recuperam simbólica e ideologicamente a construção social do rural como categoria distintiva de uma economia, uma cultura, uma *communitas* estruturada como grande unidade singular de identidade, a comunidade de interesses do homem do campo (Alem, 1996, p.21).

Resumindo, sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Identidades são identificações em curso (Santos, 1999, p.135). Daí a necessidade de se pensar nessa nova ruralidade em construção.

Quando se busca o caráter eminentemente novo do espaço rural e da ruralidade, não se pode esquecer ainda que este se constitui cada vez mais num espaço para valorização de uma maior diversidade de capitais. Dizendo de outra forma, no contexto atual de *commoditização*, esses diversos capitais parecem utilizar-se dos espaços tradicionalmente tratados por rural, orques-trando um movimento mais acelerado de criação e transformação de valores de uso em valores de troca (Cardoso, 1998, p.67). Neste quadro, o meio rural





pode, inclusive, ser ofertado aos “urbanos” como um produto de consumo. É o que acontece especialmente em Vinhedo.

É necessário enfatizar ainda que, à medida que se percebe que o rural e o urbano, longe de se constituírem pólos opostos, guardam especificidades, que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente, os estudos ao nível de município adquirem maior relevância (Wanderley, 1997, p.1).

A economia local ou regional seria o campo de observação mais fértil para a apreensão de processos que têm imposto transformações nas áreas urbanas e rurais.

Em outras palavras, a economia local ou regional torna-se um nível de agregação espacial capaz de permitir melhor observação dos processos em curso nas áreas rurais. (Cardoso, 1998, p.70)

Mais que isso, as cidades têm que ser recolocadas no espaço rural a que pertencem. Dessa maneira, seria mais correto falarem espaço local do que espaço urbano. Um elemento essencial do desenvolvimento urbano será a reconstrução da relação campo-cidade, não mais a partir do campo, na visão clássica da reforma agrária, mas a partir da própria cidade (Dowbor, 1995, p.8).

Nesse sentido, estamos entendendo que nem mesmo o processo de globalização elimina a necessidade de se conhecer a realidade local, vindo até mesmo reforçá-la.

O contexto atual de crise e reorganização do capitalismo demarca, em um grau mais acelerado, um processo de transformação do próprio indivíduo, urbano e “rural”. Mas, se é verdade que esse processo não encontra barreiras espaciais, arrebatada a cidade e também o “campo”, vai do “Oiapoque ao Chuí”, também é verdade que o seu resultado não é unidimensional e que, para além das leituras de tendência, a percepção de sua real dimensão requer uma investigação concreta, a partir de uma lente mais específica (Carneiro, 1998, p.68).

Resumindo, para além das transformações econômicas, existem as transformações da subjetividade, que devem ser investigadas ao nível *local/regional*. Se é verdade que o modo de *vida* da população rural urbanizou-se, no sentido que ela hoje dispõe de praticamente todos os recursos da cidade, persiste uma diferença significativa. A busca das pessoas da cidade pelas chácaras e condomínios fechados é um bom *indício*.





O Que é o Urbano? O Que é o Rural?

Refletir sobre as mudanças que vêm acontecendo em Vinhedo nos levou a indagar como tem sido pensado o rural e o urbano no município, principalmente do ponto de vista de seus planejadores. É nesse sentido que tentamos recuperar como a cidade tem dividido o seu espaço urbano e rural e as modificações ocorridas. A imprensa e os Planos Diretores, além de outros documentos levantados junto à Prefeitura, foram as principais fontes.

Antes, porém, tivemos de levantar como o rural e o urbano têm sido concebidos pelas próprias fontes secundárias utilizadas. A equipe do projeto urbano já tem uma reflexão sobre a questão a respeito dos dados do IBGE e das PNADs em particular.

Em primeiro lugar, e essa é uma limitação, o corte rural/urbano adotado pelas PNADs se baseia em definição estritamente legal: urbana é a área delimitada pelo perímetro urbano, assim definida segundo a legislação de cada município na data do censo populacional. Ou seja, o recorte urbano/rural permanece fixo nos intervalos intercensitários, o que pode prejudicar algumas comparações entre as PNADs que não derivem da mesma base censitária.

Ou seja, tanto o rural, como o urbano devem ser entendidos a partir dos dados das PNADs como espaços geograficamente definidos antes dos levantamentos censitários, em função dos perímetros urbanos definidos pelos municípios. E que permanecem fixos, pelo menos até o novo levantamento censitário, independentemente de os municípios terem ou não alterado o seu perímetro urbano no intervalo, o que não costuma acontecer com frequência. Conseqüentemente, as estatísticas apresentadas por situação urbana e rural não captam a evolução das condições locais a partir do ano referência básico do censo, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do censo demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

O mais grave é o fato de que muitos municípios não atualizam sistematicamente o seu perímetro urbano, deixando como rurais áreas que já foram efetivamente urbanizadas do ponto de vista da expansão dos serviços públicos de água, esgoto, asfalto coleta de lixo etc. (IBGE *in* Graziano da Silva, 1999, p.xiii e 66).

Os Censos Demográficos mais especificamente classificam a situação do domicílio como urbana ou rural, segundo a sua localização geográfica definida pela legislação municipal vigente na data de coleta.





Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1994, p.9)

É importante salientar o aspecto formal da diferenciação entre áreas urbanas e rurais geralmente utilizada pela legislação municipal. A área rural, em princípio, é considerada, na legislação, como aquela porção de terra do município própria para atividades agropecuárias e de reflorestamento. (Miranda,1999, p.5)

Em termos de Brasil – é interessante ressaltar –, a compatibilização dos dados das PNADs indicam uma diferença de mais de cinco milhões de pessoas, o que é um indicador da população residente em áreas que foram consideradas rurais em 1980 e que passaram a ser urbanas no recenseamento de 1991.

Todavia vale lembrar que o Censo de 1991 registrou 16,6% da população total como residente em municípios de menos de 20 mil habitantes, que é um dos parâmetros muitas vezes utilizados para definir o número mínimo de habitantes de um aglomerado urbano. Ou seja, os 21% de população considerada rural na PNAD de 1995 podem, na verdade, ser elevados para quase 40%, dependendo do critério que se utiliza para definir o núcleo urbano. Isso relativizaria em muito a forte tendência à urbanização da nossa população, espelhada nas diferenças entre as taxas de crescimento da população urbana de 2,6% a.a. e a da queda da população rural de 0,7% a.a. no período 1980/95 (Graziano da Silva, 1999, p.61).

Na tentativa de contornar essas questões, o IBGE desdobrou, a partir do Censo Demográfico de 1991, a dicotomia urbano-rural em subníveis, mantendo a delimitação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Assim, o conceito de área urbana se desmembrou em:

- a) **Áreas Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas:
 - a.1) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana;
 - a.2) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros etc.;





a.3) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.

b) **Áreas Urbanas Não-Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens anteriores a.1 e a.2);

c) **Áreas Urbanas Isoladas:** casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

As áreas rurais, a partir de critérios, como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contigüidade, também foram desdobradas em:

a) **Áreas Rurais - Extensão Urbana:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;

b) **Áreas Rurais - Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que devem integrar regularmente um povoado são:

b.1) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo;

b.2) pelo menos dois dos três serviços seguintes:

b.2.1) estabelecimento de ensino de primeiro grau;

b.2.2) posto de saúde;

b.2.3) templo religioso de qualquer credo.

c) **Áreas Rurais. Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado como característica definidora desse tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial.

d) **Áreas Rurais - Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;

e) **Áreas Rurais - “Exclusive”:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como áreas rurais propriamente ditas (Campanhola e Graziano da Silva, 2000, p. 163).





Dessa maneira, os resultados obtidos, a partir dos microdados das PNADs, podem ser apresentados em cinco cortes distintos de áreas, a saber: urbana urbanizada, urbana não-urbanizada ou isolada, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusive. As categorias “urbana não-urbanizada” e “rural extensão do urbano” procuram justamente captar a extensão de fato das áreas urbanas sobre as rurais, sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo (Graziano da Silva, 1999, p.68).

Mais recentemente, os microdados das PNADs têm sido apresentados em quatro aberturas, quais sejam: a) urbana urbanizada; b) periferia (composto pelas áreas urbano não-urbanizado e rural extensão do urbano); c) povoados e outros (que se compõe das áreas urbano isolado em conjunto com os povoados e outros aglomerados que não têm vínculos com um único proprietário); e d) rural privado (que se constitui na junção dos núcleos e do “rural exclusive”).

A criação da categoria periferia representa uma nova proposta de abertura com o objetivo de captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais. Para a categoria denominada de povoado agregaram-se as áreas não vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços para atender seus moradores e as áreas urbanas não-urbanizadas ou urbanas isoladas, dada a similaridade de suas funções. A categoria rural privado é a junção das áreas que possuem um único proprietário (núcleos) independentemente da presença dos serviços e as demais áreas privadas. A idéia de separar o rural privado é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas, que são, por excelência, espaços apropriados privadamente (fazendas, agroindústrias etc.) (Souza, 2000, p.47).

Resumindo, com essa classificação mais recente, procurou-se, de um lado, agregar as áreas de transição entre o rural e o urbano (periferias); de outro, agregar as áreas de povoados, e por fim as áreas pertencentes a um único proprietário (rural privado).

Embora não se trabalhe com as aberturas das PNADs ao nível de município, essa categorização do espaço mais elaborada é importante para pensarmos a localização das chácaras e condomínios fechados em Vinhedo. Afinal, ela trabalha com o princípio de um *continuum* onde não há uma oposição entre o rural e o urbano. De qualquer maneira, a idéia de *continuum* não deve significar a valorização de um dos pólos em relação ao outro, no caso específico o urbano em relação ao rural.





Não é demais lembrar, como faz Wanderley, que a legislação brasileira parece pretender valorizar o município em seu conjunto, como referência identitária da população local. Ela leva em conta, fundamentalmente, dois critérios, a serem definidos caso a caso. Por um lado, a noção de aglomerado, sem limite inferior determinado. Atribui-se a toda sede municipal a condição de urbana, independentemente de suas dimensões. Da mesma forma, são igualmente consideradas urbanas certas concentrações populacionais que em alguns casos são de dimensão extremamente reduzidas, como acontece com a grande maioria das sedes distritais. Além disso, é urbano quem habita nas sedes urbanas dos municípios, independentemente das profissões desempenhadas. A legislação privilegia ainda as funções político-administrativas. As cidades, com suas funções centralizadoras, seria depositária do poder público e distribuidora dos serviços públicos e privados, destinados a todos os municípios, rurais e urbanos. Inversamente, no espaço rural no interior da sociedade brasileira, o povoamento é mais rarefeito, disperso em relação ao centro municipal. Existem nele apenas pequenas aglomerações, que não estão inscritas na estrutura político-administrativa do país, nem absorvem os serviços essenciais (Wanderley, 1997).

É importante ressaltar ainda que a revisão bibliográfica realizada pela equipe do projeto urbano permitiu concluir que é relativamente arbitrário introduzir um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida pelo indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) para definir a situação de rural ou urbano do aglomerado onde ele reside. A distinção entre rural e urbano parece ter cada vez menos a ver com o tipo de atividade exercida pelos indivíduos que aí residem, mesmo porque o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma das tendências mais importantes dos anos 90, tanto nos países desenvolvidos, Estados Unidos, por exemplo, como na América Latina em geral, no Brasil em particular.

De qualquer maneira, dentro dos levantamentos do IBGE, as informações demográficas permitem uma análise mais abrangente de todas as pessoas de uma região ou localidade, não ficando restrita nem às atividades agropecuárias nem às atividades internas aos estabelecimentos rurais (Campanhola e Graziano da Silva, 2000, p.158). Daí os termos privilegiado na pesquisa de Vinhedo.

Além dos dados do IBGE, a equipe buscou dados sobre o município de Vinhedo em outras fontes secundárias, principalmente a Fundação SEADE e a CATI (Coordenadoria de Assistência Integral) e do Instituto de





Economia Agrícola – IEA). Com relação à SEADE, a fonte mais importante para os nossos objetivos, o Sensor Rural, só permite desagregação a nível de Dira. Por outro lado, a Pesquisa Municipal Unificada, também do SEADE, não traz informações relevantes aos nossos objetivos. No que diz respeito à CATI, a principal fonte ao nível de município é o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), realizado em 1995/96.

Embora apresente alguns dados importantes, as informações do LUPA ainda foram insuficientes para caracterização que desejávamos. Além disso, o levantamento foi realizado apenas no ano mencionado, o que impossibilita qualquer comparação.

Além dos dados do IBGE e demais fontes semelhantes, é importante priorizar aqueles que permitam ao cientista social identificar e compreender as formas de vida social, ou seja, distinguir as populações que vivem efetivamente uma experiência urbana, daquelas cujo modo de vida pode ser considerado rural. (Wanderley, 1997, p.4)

De outro ângulo, permitam, dentro do quadro da pluriatividade, enfocar as condições de reprodução dos grupos sociais que recorrem à pluriatividade. Em outras palavras, é importante redesenhar a fronteira do urbano para além do quadro do IBGE e sua ênfase no quadro administrativo. A autora sugere, dentro de uma agenda de pesquisa sobre a ruralidade, que, a partir da análise dos dados dos Censos brasileiros, elabore-se uma tipologia das relações sociais que se estabelecem entre os diversos espaços rurais e urbanos.

Nesse sentido, pode-se observar que mesmo as Ciências Sociais têm-se restringido a uma visão bastante formal das relações entre os espaços rural e urbano. O Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, define que uma sociedade ou comunidade pode ser classificada como rural e não-urbana pelos seguintes critérios, que indicam áreas de um *continuum*: menor densidade demográfica, menor diferenciação social, menor mobilidade social, espacial, índices mais baixos de mudança social, agricultura como ocupação principal: posse da terra como centro convergente do sistema político econômico (FGV, 1987, p.1990).

O rural é aqui definido em oposição ao urbano e, em grande medida, como um resíduo deste. Em outras palavras, do ponto de vista formal, a ruralidade





tem sido tratada em termos negativos, só podendo permanecer rural se não sofrer mudança ou se declinar, tornando-se impossível para uma área rural desenvolver-se sem que automaticamente se torne não-rural. (Saraceno, *in* Kageyama, 1998, p.526)

Ao contrário dessa perspectiva, se aceitas as premissas com que estamos trabalhando, isso equivaleria a admitir uma alternativa para a corrente divisão (sobretudo estatística e administrativa) do país em áreas urbanas e áreas rurais. Haveria, então, um Brasil Urbano e um Brasil Agrícola, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural (Santos, 1996, p.67).

Mais uma vez, fica clara a necessidade de se trabalhar ao nível de município para se perceber como se vem construindo essa nova ruralidade. Por outro lado, a dificuldade de informações censitárias adequadas aos nossos objetivos nos levou a priorizar a coleta de dados primários. Como sempre, uma experiência extremamente rica, mas que demanda grande esforço da equipe.

Ficou clara também a importância de se continuar trabalhando com a família como unidade de análise. A partir dela, torna-se possível interpretar o processo de transformação em curso nas áreas rurais como um processo condicionado por fatores externos, mas cujo resultado, expresso na pluriatividade, deve ser investigado a partir da lógica de tomadas de decisão da família rural como unidade econômica, sociológica, antropológica (Carneiro, 1998, p.64).

Afinal, a pluriatividade é o resultado de diversas negociações entre indivíduos e famílias e uma resposta às mudanças do contexto econômico e social. Decorre daí a complexidade desse fenômeno, o qual poderá emergir a partir de uma série de processos que estão articulados à unidade familiar... As mudanças no processo produtivo incorporam novas atividades ao espaço rural, abrindo-se a possibilidade de ocupações extra-agrícolas para alguns membros familiares. A partir desse momento, a unidade de produção deixa de ser a esfera mais relevante e em seu lugar aparece a família, como universo doméstico, como elemento essencial para a interpretação da pluriatividade e como centro unificador das diversas atividades exercidas por seus membros. Porém, a profissionalização individual dos membros da família modifica os termos de trocas familiares. Nesse caso, deve-se analisar também os indiví-





duos que nela habitam tentando compreender a sua forma de integração no seio do grupo familiar.

Em síntese, a unidade de análise relevante deixou de ser a exploração agrícola e passou a ser a família. Entretanto é necessário considerar também a estratégia individual dos membros familiares, uma vez que a família está constantemente em mutação e transformando-se cada vez mais em um agregado de estratégias individuais, as quais nem sempre estão diretamente ligadas às atividades agrícolas (Campanhola e Graziano da Silva, 2000, p.160/61).

Em outras palavras, é preciso, mesmo mantendo a família como unidade de análise, não tomá-la *a priori*, como uma unidade capaz de atribuir sentido à ruralidade (Cardoso, 1998, p.66). Nesse quadro, faz sentido pensar, para suporte da pesquisa, uma tipologia centrada na identificação da lógica de reprodução social e das diferentes estratégias sociais implícitas. Ou seja, um critério relevante seriam os princípios que orientam sua reprodução social.

Seguindo esse recorte, é possível reconhecer as seguintes categorias:

1. Família agrícola de caráter empresarial (ou o chamado “verdadeiro agricultor”): cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo à satisfação de índices de rentabilidade e produtividade crescentes; caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos e uma situação patrimonial (e social) favorável à rentabilização da exploração.

2. Família camponesa: cuja lógica da atividade agrícola não é dada pela busca de taxa de produtividade e rentabilidade crescentes, mas pelo esforço de manter a família em determinadas condições culturais e sociais, isto é, a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola.

3. Família agrícola “rurbana”: não se orienta pelos padrões produtivistas, mas também se distingue da família camponesa apesar de resgatar alguns de seus valores e de expressar um forte vínculo com uma localidade particular. Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores próprios (em elaboração) que orienta a produção agrícola não em função do lucro e da produtividade, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado. A diversificação da produção e das fontes de renda – o recurso à pluriatividade – são características desse modelo de agricultura familiar. Essa categoria de família rural estaria sendo engendrada pelos novos processos sociais no campo, caracterizado pela diversificação das atividades econômicas e pela incapacidade da agricultura





em prover renda suficiente para essas famílias se manterem em condições dignas de vida (Carneiro, 1999, p.29/31).

A ênfase no emprego doméstico nos levou a pensar ainda uma tipologia que separasse as famílias pluriativas nos seguintes subgrupos: agrícola-agrícola; agrícola-domésticas e agrícolas-outras atividades não-agrícolas. Trabalhar com essa tipologia certamente será útil para dimensionar o grau de pluriatividade em Vinhedo.

Com relação especificamente à questão do espaço, é preciso pensar melhor que espaço é esse onde estão localizadas as chácaras e os condomínios de Vinhedo. Grosso modo, pode-se falar na existência de um meio rural “peri-urbano”, mais diretamente afetado pela influência das cidades e sobretudo das grandes cidades, e o rural “profundo” ou “remoto”. É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço peri-urbano, aqui considerado, é rural e, como tal, distingue-se dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades (Wanderley, 2000, p.7).¹

No espaço peri-urbano, um lugar importante é ocupado pelos sistemas relacionados à recreação. Na Cidade do México, por exemplo, essas zonas são particularmente populares entre os grupos urbanos de baixa renda que, nos finais de semana, visitam a área em busca do isolamento rural e comidas tradicionais (Losada *et alli*, 1998, p.50). Isso mostra uma das características importantes das áreas peri-urbanas: “não evoluírem para urbano”, distinguindo-se, assim, das periferias (urbanas) das cidades (Jean Bruno *in* Wanderley, 2000, p.7).

Ainda nessa direção, alguns autores têm enfatizado a idéia de que o meio rural converte-se, cada vez mais, em um bem público. Ele não consiste mais somente no espaço físico em que se espalha a produção agropecuária, mas adquire funções sociais que obrigam sua partilha entre uma quantidade muito diversificada de atores. Daí o surgimento de novos dispositivos institucionais cuja importância na própria estruturação da política agrícola torna-se crescente. O espaço rural, cada vez mais evidente na Europa Ocidental, é composto por um conjunto variado de bens públicos aos quais estão ligados valores que vão muito além simplesmente da produção de alimentos,

¹ A Cidade do México já se encontra dividida em Zona Urbana, Zona Suburbana, e Peri-Urbana. Essa última consiste das últimas reminiscências de espaços rurais na zona metropolitana e, apesar de existirem uma infra-estrutura urbana e indicações claras de influência urbana, permanece predominantemente um ambiente rural (Losada *et alli*, 1998, p.48).





fibras ou energia. É exatamente isso que imprime interesse geral à discussão europeia e que dá à multifuncionalidade um caráter que extrapola a simples manobra protecionista. As unidades produtivas multifuncionais e polivalentes, consideradas até vinte anos atrás como marginais, terão, nesse sentido, um papel cada vez mais importante (Abramovay, 2000, p.2 e 3).

Quando se fala em multifuncionalidade da agricultura se quer dizer, por exemplo, que dela se espera que produza alimentos baratos e em abundância, mas, ao mesmo tempo, que leve em conta o meio ambiente, que cuide da paisagem rural, do bem-estar dos animais de criação e da saúde dos consumidores. (Feki *in* Abramovay, 2000, p.2)

Nesta perspectiva, o desenvolvimento rural sustentável é enfatizado com o objetivo de reverter a migração rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade do meio ambiente rural e responder ao crescente desejo de alimentos de melhor qualidade, mais seguros, e também de desenvolvimento pessoal e de lazer (Fischler *in* Abramovay, 2000, p.9).

Nessa nova visão do espaço rural e das funções da agricultura, surgem novos conceitos, como o de agricultura urbana e peri-urbana. A primeira refere-se a pequenas áreas dentro das cidades, tais como lotes vagos, beiradas, balcões e *containers* que são utilizados para cultivo ou para a criação de animais de pequeno porte ou vacas leiteiras para autoconsumo ou venda em mercados vizinhos. A agricultura peri-urbana refere-se a unidades comerciais ou semicomerciais próximas à cidade, que cultivam de maneira intensiva vegetais ou outra forma de horticultura, criam gado e produzem leite e ovos (FAO, 1999, p.2).

O crescimento dessas novas formas de agricultura tem sido tão grande que organizações internacionais como a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) tem-se preocupado em avaliar os seus efeitos. À medida que as cidades se expandem fisicamente, as fronteiras entre as atividades urbanas, peri-urbanas e rurais se esvanecem, criando, ao mesmo tempo, novas oportunidades e riscos.²

² Ao mesmo tempo que essas novas formas de agricultura oferecem oportunidades de emprego produtivo e aumentam a disponibilidade de alimentos, podem colocar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.





Esse entendimento mais recente do espaço rural e sua multifuncionalidade foi bastante rico para se refletir sobre as chácaras de fim de semana e os condomínios de Vinhedo. Além de se embasar num critério menos formal, permite-nos pensar realidades onde o modo de vida rural se combina com a cultura da cidade. Foi interessante ainda para se pensar o tipo de agricultura que é realizada no seu interior.

O rural e o urbano em Vinhedo

O levantamento realizado junto à prefeitura de Vinhedo se mostrou bastante rico para detectarmos a visão do que é o rural e o urbano, bem como suas alterações do ponto de vista dos seus administradores. Para tanto, tomou-se como referência o Plano Diretor Físico e Territorial do Município – Lei N° 1.210/84 – e voltou-se no tempo, no sentido de resgatar as leis que haviam sido por ele revogadas.

A primeira referência encontrada foi a Lei 173, de 24 de abril de 1956, que fixa o perímetro da cidade de Vinhedo. A pesquisa realizada em jornais mostra que a preocupação com a delimitação do perímetro urbano já vinha de algum tempo. Em meados de 1952, a mesa da Câmara Municipal organizou uma comissão para o encaminhamento da questão, pois “o acanhadíssimo perímetro que temos não pode continuar. Os bairros residenciais estão começando a se impulsionar, justamente nas zonas consideradas suburbanas” (*Jornal de Vinhedo*, 23/07/1952).

A urgência devia-se principalmente ao fato de que a ampliação do perímetro urbano geraria maiores recursos para a prefeitura, já que os imóveis nele situados estariam sujeitos a impostos mais elevados do que aqueles situados na zona rural.

Vemos, por exemplo, todos aqueles prédios construídos perto do atual campo do Rocinhense, bonitas residências, aliás servidas por água, luz e esgoto, mas que no entretanto estão situadas fora da zona urbana, não pagando os impostos devidos à municipalidade, coisa perfeitamente injusta pelos benefícios que seus moradores vêm a receber. (*Jornal de Vinhedo*, 23/07/1952)

Assim, em setembro do mesmo ano, o Projeto de Lei já é encaminhado. É interessante ressaltar que nesse primeiro momento ainda se fazia referência aos imóveis concretos na delimitação do perímetro urbano, numa





descrição pouco técnica. Assim, o novo perímetro urbano deveria ter início no pontilhão da Companhia Paulista, lado de Louveira, acompanhar a cerca da via férrea até a cerâmica Jatobá, defletindo à esquerda para acompanhar a linha de força da Companhia Paulista, atingindo daí a divisa do Sítio Galo, defletindo à esquerda, acompanhando a linha divisória daquele sítio, incluindo o loteamento da fazenda Cachoeira para terminar no mesmo pontilhão onde foi iniciado. Deverá ficar incluído no novo perímetro a Av. Brasil até o loteamento da fazenda Marambaia. Pela estrada que conduz à vila Garcez, deverá o perímetro atingir o sítio Biagioli, incluindo o cemitério (*Jornal de Vinhedo*, 10/09/1952).

É interessante ressaltar que, apesar da urgência, a lei só é efetivamente promulgada em abril de 1956. Em 8 de junho de 1960, a Lei n° 293 altera, pela primeira vez, a linha periférica da área urbana em Vinhedo. Na mesma data, a Lei n° 292 estabelece o perímetro suburbano do distrito de Louveira. A lei n° 276 de 30 de março de 1960 já havia fixado o perímetro urbano desse distrito.

É interessante ressaltar novamente a questão dos interesses financeiros que permeiam a delimitação do que é urbano, suburbano ou rural. O artigo 20 da mesma lei que delimita o perímetro suburbano de Louveira estabelece que os imóveis situados dentro da área suburbana gozarão de desconto de 50% (cinquenta por cento) em todos os impostos. Ou seja, pagariam apenas metade do valor dos impostos.

Isso ajuda a explicar a tendência ainda recente de se abrir restaurantes, hotéis-fazendas, pesque-pagues etc. fora do núcleo urbano. Além de se associar a imagem de tranquilidade, ar puro etc. que compõe a nova ruralidade, o fato de estar localizado fora da zona urbana barateia o custo do estabelecimento.

O próprio conceito de suburbano merece uma maior reflexão. Na Lei acima mencionada, ele é definido como sendo a área anexa ao perímetro urbano, fixado pela Lei 276. Não ficam claros os critérios que permitem separar um perímetro do outro. Na seqüência, a Lei n° 499/67, de 4 de dezembro de 1967, fixa novo perímetro urbano para o município de Vinhedo.

É interessante destacar que, possivelmente com o objetivo de diminuir a mencionada diferença de valor entre os impostos das áreas urbana e rural, essa mesma Lei estabelece em seu artigo 3° que a cobrança do imposto sobre as áreas definidas como urbanas seria feita de conformidade com o valor cobrado pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) por um período de dois anos.





Obviamente que baratear os impostos da zona urbana, equiparando-os aos cobrados na área rural, significa uma diminuição da arrecadação do município. Por outro lado, atende aos interesses daqueles proprietários que têm seus imóveis localizados no perímetro urbano: residenciais, comerciais ou industriais. A equiparação dos impostos no período mencionado favoreceu esses interesses, apesar de significar uma menor arrecadação.

A Lei nº 573/70, de 20 de maio de 1970, altera novamente o perímetro urbano do município, acrescentando novas áreas. O perímetro urbano é estendido novamente pelas Leis nº 621/72, de 22 de março de 1972, 663/73, de 6 de agosto de 1973, 675/74, de 20 de março de 1974, 742/76, de 30 de abril de 1976, 836/78, de 17 de fevereiro de 1978, e 935/79, de 3 de setembro de 1979.

Observe-se realmente a dificuldade do IBGE acompanhar as modificações ocorridas nos períodos intercensitários devido às inúmeras alterações. Além dessas Leis que alteraram o perímetro urbano, a Lei nº 785/77, de maio de 1977, instituiu o zoneamento físico do município de Vinhedo e, para fazê-lo, definiu sua zona urbana e rural.

Assim, no parágrafo 1º, considera área urbana aquela que abrange as edificações das cidades e vilas e suas adjacências servidas por alguns dos seguintes melhoramentos: rede de iluminação pública, rede de esgotos sanitários ou pluviais, rede de abastecimento de água, calçamento das vias públicas ou assentamento de guias e sarjetas, executados pelo município, por administração direta ou indireta. As linhas perimétricas da área urbana acompanharão a distância máxima de 100 (cem) metros, os limites dos melhoramentos ou da edificação contínua da cidade e vilas do município ou as que constarem de lei específica.

Fica considerada área rural a área do município, excluídas as áreas urbanas destinadas à agricultura, pecuária, indústrias rurais e edificações rurais. A mesma lei determina o uso do espaço urbano e rural em vários setores: residencial, comercial, misto, industrial e zona rural. Na zona rural, são permitidas construções destinadas à moradia da sede das propriedades, casas para colonos e edifícios destinados à atividade de exploração agrícola, pastoril e agroindustrial.

A Lei nº 785/77 é alterada por inúmeras outras que modificam a delimitação dos setores por ela definidos: Lei 815/77, Lei 863/78, Lei 887/78, Lei 976/80, Lei 992/80 e Lei 1.128/82.



Observe-se que a lei é alterada duas vezes no mesmo ano, tanto em 78 como em 1980. O objetivo é sempre ampliar o setor misto, onde é permitida a construção de residências unifamiliares, instalações industriais e comerciais em geral. Isso é feito criando novos setores mistos: A, B, C, D etc.

A pesquisa de campo, é interessante ressaltar, revelou que grande parte dos proprietários de chácaras tem interesse em caracterizar a sua propriedade como rural para poder pagar os impostos de acordo com os valores do INCRA e não o IPTU, cujos valores são bem mais elevados. A grande presença das chácaras em Vinhedo nos leva ainda a fazer uma reflexão sobre alguns problemas do loteamento rural que deu origem a elas.

De maneira geral, os autores, preocupados com essa questão, têm ressaltado a necessidade de se normatizar esse tipo de ocupação, pois loteamentos parecem impossíveis de serem implantados, à luz da atual legislação pertinente, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. No mínimo, sua legitimidade é questionável em dois quesitos que devem, obrigatoriamente, ser respeitados: o módulo mínimo determinado pelo INCRA; e a preservação do destino ou do uso da área, exclusivamente para fins agropecuários (Toledo, 2000, p.11).

De qualquer forma, parece estar clara a necessidade de se atender duas necessidades: a) a demanda de uma parcela da população que deseja morar longe dos centros urbanos, buscando uma vida mais próxima da natureza e os prazeres típicos da vida rural; b) a regulamentação do uso do solo rural, de maneira a preservar os interesses da coletividade, inclusive em termos do meio ambiente.

Uma possibilidade apontada para se conciliar esses interesses é raciocinarmos em alternativas que mantenham as características rurais do empreendimento, ou seja, que o condomínio continue a ser uma fazenda, ou melhor, uma unidade de produção agrícola. Quanto a manter o uso agrícola do solo, a área poderia ser destinada a preservação ambiental e, dessa forma, não seria necessário concretizar nenhuma produção agrícola; todavia tal área deve ser averbada como tal, segundo critérios estabelecidos pelo INCRA (Toledo, 2000, p. 12). Em outras palavras, os loteamentos em áreas rurais devem passar a ser encarados como “fazendas coletivas”, portanto devem respeitar a legislação pertinente, por exemplo: uso e conservação do solo, áreas de proteção permanente e áreas com reserva florestal.

Esses relatos são particularmente importantes no caso de Vinhedo, porque atentam para a necessidade de se normatizar numa direção que permita





conciliar interesses e melhor estruturar os municípios com vocação para lazer e turismo e, assim, definitivamente engajá-los no setor de turismo rural.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia*. Departamento de Economia, Faculdade de Economia Agrícola, USP, mimeo, 2000.
- ALEM, João Marcos. *Caipira e Country: A Nova Ruralidade Brasileira*. Tese de Doutorado, FFLCH. USP, 1996.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA. *O novo rural: uma análise nacional e regional*. V.1, Embrapa/Unicamp, 2000.
- CARDOSO, Alessandra. *Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade* (Em Busca de um Espaço para o Rural). *Economia Ensaios*, Uberlândia, 12(2) 13(1) 27-74, jul/dez 1998.
- CARNEIRO, M. José Teixeira. *O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: SILVA, F. C. Teixeira da et alii (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1999.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. *ESTUDOS Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, número 11, out. 1998.
- COSTA, Vanda Ribeiro. *Origens do Corporativismo Brasileiro*. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo Editora, 1991.
- DE PAULA, Silvana G. *Sociabilidade Country: o campo na cidade*. In: SILVA, F. C. Teixeira da et alii (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*. V.9 n. 3, jul-set de 1995.
- DULLEY et alii. Mercado de Terras Agrícolas. *Informações Econômicas*. V. 25, n.4, p.81-91.
- FULLER, A. M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. Londres, v.6, n.4, p.361-373, 1990.
- GÓMEZ, Sérgio. *Novedades en La Agricultura Chilena*. Nuevos Actores Sociales y Escenarios: Negociaciones y Confrontaciones. Santiago de Chile, 1997, mimeo.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1996.
- _____. O novo rural brasileiro. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.





HALL, Stuart. A Questão da Identidade Cultural. *Textos Didáticos*, n. 18, IFCH, UNICAMP, 1998.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOSADA, H. *et alii*. Urban Agriculture in The Metropolitan Zone of Mexico City: changes over time in urban, suburban and peri-urban areas. *Environment and Urbanization* v.10 n.2, October 38-54 Mexico, 1998.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.34 1991.

MARTINS, José de Souza. *O Futuro da Sociologia Rural e sua Contribuição para a Qualidade de Vida Rural*. Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

MIRANDA, Zoraide A. Itapura de. A urbanização do campo e seus impactos sócio-espaciais. Projeto de tese de doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

MOYANO ESTRADA. *Master en Direccion en Empresas Agrárias*. Modulo: Organizaciones Profesionales Agrárias. Departamento de Economia y Sociologia Agrarias, Universidad de Córdoba, s.d.

_____. *Ideologias y Estrategias de Acion Coletiva en el Sindicalismo Agrário*. Separata de *Revista Valenciana D'Estudis Autonomics*, n.14, Valencia, outubro 1992.

ORTEGA, A. César. *A Relação Rural-Urbana na Nova Forma de Governança Estabelecida pelos Comitês de Bacias Hidrográficas: O Caso do Rio Paranaíba*. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 1988, mimeo.

PIRES, André. Identidade e Agricultura Familiar: repensando as identidades frente às recentes transformações do espaço rural paulista através do estudo de caso no município de Vinhedo, estado de São Paulo. Projeto de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Plano Diretor 1995*.

REYDON, P. Bastian. *Mercados de Terras Agrícolas e Determinantes de seus Preços no Brasil: Um Estudo de Casos*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia Agrícola, UNICAMP, 1995.

_____. A Formação do Mercado de Terras: Algumas Questões Teóricas. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural Piracicaba*, 1989 p.416-425.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Agricultura Familiar em Uma Época de Transformações Sociais: a pluriatividade como estratégia de reprodução social*. Trabalho apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA de, Marcelino. *Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, 2000.





TOLEDO, P. E. Nascimento de. *Loteamento rural: problemas e possibilidades, preços agrícolas*, ano 14, nº 168, outubro/novembro de 2000.

WANDERLEY, M. de Nazareth Baudel. *O Lugar dos Rurais: O Meio Rural no Brasil Moderno*. Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1997.

—. *A Valorização da Agricultura e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil*. Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000.

YRUELA E GINER. *El Corporatismo en Espana*. Espanha: Ariel, 1989.





O Novo Rural e as novas organizações em Vinhedo*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O associativismo e sua importância

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais abrangente sobre as mudanças no mundo rural em Vinhedo. Trata-se de um subprojeto que integra o projeto temático “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”.

A constatação mais relevante quando se olha o mundo rural em Vinhedo hoje é a sua diversidade. Ou seja, o que chama a atenção é que este “mundo rural” está longe de ser algo homogêneo.

Em primeiro lugar, apesar da tendência bastante nítida de desativação das fazendas e sítios e sua transformação em condomínios fechados e chácaras para residência, ainda existem aquelas que se mantêm produtivas. Se atentarmos para os dados do projeto LUPA, da Secretaria da Agricultura/CATI, podemos verificar que o levantamento de 1995/96 detectou 289 unidades de produção agrícola. A produção de hortifrutigranjeiros era significativa nesses estabelecimentos, cuja área média era de vinte e seis hectares. A própria existência de uma Associação de Produtores Rurais ativa e articulada com uma cooperativa demonstra que a produção agrícola continua significativa. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, ao contrário do que se poderia inicialmente imaginar, a presença do parque temático Hopi Hari no município estimulou a manutenção dessas propriedades produtivas, à medida que os hortifrutigranjeiros utilizados no parque são fornecidos pela cooperativa.

Em segundo lugar, as próprias chácaras apresentam uma diversidade muito grande. Existem aquelas que produzem hortifrutigranjeiros e nas quais

* Texto publicado em *Cadernos Ceru* – Série 2, n.14. São Paulo, 2003.





o caseiro mantém um vínculo com o rural no seu sentido mais estrito. Nessa situação, ele freqüentemente recebe parte dessa produção e não é incomum se identificar como meeiro ou lavrador.

Por outro lado, há outras em que a produção não existe ou no máximo está voltada para o autoconsumo da família. Nesses casos, o caseiro aproxima-se muito do empregado doméstico tradicional.

Há chácaras em condomínios fechados e aquelas fora deles, com características bastante distintas, embora sejam residências principais ou secundárias.

Podem ser encontradas, finalmente, chácaras que sequer têm a finalidade de moradia, nem para o caseiro nem para seu proprietário. São aquelas que são apenas alugadas para festas, finais de semana etc. Nessas situações, o caseiro não precisa ter nenhum vínculo com o rural e pode alternar o ser caseiro com um emprego de características urbanas, como ser vigilante em casa noturna.

Além da diversidade de chácaras e caseiros existente em Vinhedo hoje, chama a atenção o momento de transição por que passa seu espaço rural. Se há uma constatação forte nessa pesquisa é a de que o mundo rural de Vinhedo não só tem mudado, mas continua mudando e muitos proprietários estão ainda no processo de definir que rumo dar a suas propriedades.

Existe um consenso com relação à dificuldade de se continuar sobrevivendo com o cultivo dos produtos tradicionais na região. O preço da caixa da uva, por exemplo, mantém-se constante há anos, mas o preço de tudo que é necessário para cultivá-la tem-se elevado enormemente. Assim, há aqueles que insistem em cultivá-la, outros estão buscando novas opções dentro da própria agricultura – hortifrutigranjeiros basicamente – e outros, ainda, fizeram uma opção pelo turismo.

O que fica claro nesse movimento de definição de novas alternativas é que a propriedade se transforma num local de residência. Isto tanto é válido para a família do proprietário como do caseiro. Isso sem considerar as chácaras que são residências permanentes ou secundárias para as classes média e alta.

Um aspecto interessante a ser ressaltado, pois nos interessa mais de perto aqui, é que as mudanças ocorridas no mundo rural de Vinhedo levaram à constituição de novos atores e, conseqüentemente, a reformulações no próprio caráter do associativismo.

Num primeiro momento, com o processo de industrialização da agricultura, ao lado do transbordamento do mundo urbano no espaço tradicio-





nalmente definido como rural, a agricultura, que antes possuía mercado de trabalho e equilíbrio internos próprios, integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Não é novidade que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agroindustriais”, que agora dão a dinâmica da própria atividade agrícola (Silva, 1999, p.1-2).

Mas a presença dos Complexos Agroindustriais (CAIs), representando uma agropecuária moderna, basicamente produzindo *commodities*, não esgota o mundo rural hoje. Nele está presente um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços, além de um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado (Silva, 1999, p. ix). Em Vinhedo, particularmente, o mundo rural hoje é constituído basicamente desses dois últimos subconjuntos.

Assim, o que está em pauta, de certa forma, é se o referencial neocorporativista, utilizado para trabalhar com as organizações que integram os vários complexos agroindustriais ainda é suficiente para explicar as transformações nas formas de mediar os interesses na sociedade. Cada vez mais se percebe que o mundo rural “não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o domina” (Wanderley, 2000, p.129), embora isso não signifique uma uniformização da sociedade.

Em outras palavras, o referencial neocorporativista ainda permite explicar a atuação e o jogo de interesses desse novo mundo rural, como espaço singular e ator coletivo, principalmente em áreas como Vinhedo, onde a agricultura propriamente dita não é mais a atividade principal?

Partindo da hipótese de que:

o recorte rural/urbano em suas novas e modernas formas, permanece como pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”, é de se imaginar que os atores [rurais se constituam nos] mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais. (Wanderley, 2000, p.89 e 131)

Isso significa que a atuação dos atores rurais adquire uma nova dimensão. A própria agricultura não tem mais exclusivamente a função de produzir gêneros alimentícios, mas passa a exercer uma multifuncionalidade.





Dela se espera que produza alimentos baratos e em abundância, mas, ao mesmo tempo, que leve em conta o meio ambiente, que cuide da paisagem rural, do bem-estar dos animais de criação e da saúde dos consumidores. (Abramovay, 2000, p.2)

As novas funções assumidas pelos atores rurais estão em grande medida relacionadas ao caráter público que o espaço rural adota cada vez mais.

Até o final dos anos 1970, era aos agricultores que a sociedade havia delegado a gestão desta parte de seu território, com o objetivo de produzir bem, muito e barato. Com exceção das áreas florestais, o uso do espaço submetia-se às necessidades da agricultura. Os agricultores então eram os mediadores fundamentais da própria relação entre a sociedade e a natureza. Sua missão central não consistia em preservar bens naturais, culturais, em manter paisagens ou a biodiversidade, mas em garantir o abastecimento de populações ainda traumatizadas pela escassez dos tempos de guerra ... Base da dominação do campo pela produção agrícola, o espaço rural vê hoje sua dimensão ampliada, o que interfere diretamente nos seus modos de uso. Vão surgindo novas formas de relação entre o homem e o território onde as necessidades da produção agrícola são apenas um componente – e cada vez mais importante – na utilização do espaço. (Abramovay, 2000, p.3)

A longa citação permite avaliar as mudanças ocorridas na agricultura e a complexidade do conjunto de atores que passam a gerir o espaço rural, junto com os agricultores. O desafio, portanto, é que esses devem partilhar com outras categorias sociais um espaço do qual eram, até pouco tempo, detentores quase que exclusivos (Abramovay, 2000, p.13).

Hoje o meio rural se encontra bastante diversificado e nele coexistem estabelecimentos agropecuários, os vários tipos de residências, indústrias, serviços, vias de comunicação etc. O meio rural torna-se, assim, atrativo para outras categorias sociais de origem urbana.

Nesse sentido o meio rural, além de se revitalizar, torna-se palco de conflito entre atores coletivos diversos,

Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc. Neste campo de confrontos, três posições principais se enfrentam. Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural...





Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos.

Finalmente, uma terceira percepção também situa os espaços rurais como um bem coletivo visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. (Wanderley, 2000, p.100)

Essa diversidade de posições resume com clareza a complexidade dos atores que integram o mundo rural hoje.

Retomando as características do associativismo durante o processo de modernização e industrialização da agricultura, desde a desarticulação do complexo rural, o importante é ressaltar que os interesses estavam organizados basicamente pelos complexos agroindustriais. Estes aglutinavam os vários atores que representavam os diversos segmentos em torno de um produto específico: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e até mesmo os envolvidos com a pesquisa e extensão, pública ou privada.¹

O importante é que a noção de complexo ganha a dimensão de

resultado histórico de uma concentração de interesses entre instituições públicas e privadas, num determinado nível (ou âmbito) organizacional. Ela nos permite ver os complexos como verdadeiras máquinas de organizar interesses no quadro das relações conflituosas entre segmentos da iniciativa privada e o Estado, priorizando e até mesmo incluindo/excluindo atores que por razões estritamente econômicas deveriam ou não fazer parte de dada estrutura tecnoprodutiva. (Silva, 1996, p.101-102)

¹ Embora haja toda uma polêmica sobre quando se deu efetivamente a substituição do complexo rural pelos vários complexos agroindustriais, não se trata de retomá-la aqui. Estamos supondo que esse processo se completou nas décadas de 60/70 com a internalização do DI na agricultura.





Essa dimensão política cada vez mais acentuada dos CAIs pode ser entendida dentro do quadro de alterações que sofreu o próprio corporativismo:

O corporativismo tradicional tem o ruralismo como ideologia, o unitarismo como estratégia de representação de interesses e, como política, o protecionismo estatal de caráter assistencial-defensivo, em intervenções pontuais, transitórias e de caráter emergencial. O processo de modernização minou a ideologia ruralista; a especialização dos produtores rurais, que acompanhou essa modernização, rompeu o ideal unitário de representação de interesses e enfraqueceu o poder político dos sindicatos patronais em favor das associações de caráter econômico por produto e das cooperativas (Estrada, 1988), e o protecionismo estatal, embora continue defensivo, adquire agora um caráter permanente, pois passa a ser considerado condição *sine qua non* para a integração dos “atomizados” produtores rurais, aos oligopólios que dominam a economia moderna. (Silva, 1996, p.104)

Em outras palavras, a consolidação dos complexos agroindustriais significou que a agricultura passou a ter um desenvolvimento não mais autônomo, mas sim dependente da dinâmica da indústria.

Com relação ao associativismo – o que nos interessa mais de perto aqui –, como passaram a existir dinâmicas específicas a cada complexo, surgiram organizações especializadas por produto, ao lado das já existentes, que se propunham a representar o conjunto dos empresários rurais.

Assim, o corporativismo, principalmente no período entre os anos 70 e início dos anos 90, passou por um momento em que surgiram e se consolidaram as organizações por produto, como forma de se adaptar a uma nova realidade em que a própria política agrícola é cada vez mais pensada para produtos específicos.

A dimensão política dos CAIs fica clara ainda quando se atenta para o fato de que o setor acaba por se constituir em uma das maneiras de “reorganizar” o capitalismo que certamente não é tão desorganizado como aparenta. O setor, além de apresentar conflitos internos, pode estabelecer laços de solidariedade e se constituir na principal base de reestruturação do capitalismo (Schmitter, 1990, p.30-31). Afinal, os vários complexos agroindustriais são constituídos por estruturas sociais formadas principalmente pelo entrelaçamento de percepções e decisões dos atores.

Resumindo, a partir da consolidação dos CAIs, a agricultura não pode mais ser encarada como algo homogêneo, sem conflitos e isolada do





restante da sociedade. As organizações não podem, portanto, mais pretender representar o conjunto de produtores rurais, mas devem representar setores específicos desses. Passa a existir uma tendência para a aglutinação em torno dos interesses de um determinado complexo agroindustrial, embora sem a eliminação dos conflitos no seu interior.

Ressalte-se que a orquestração de interesses por meio dos complexos atinge um grau tão grande que alguns deles, como o citrícola e o sucroalcooleiro em São Paulo, além de organizações específicas, estão propondo, no período mais recente, a criação de uma agenda comum para os dois produtos. São, nas palavras de Ademerval Garcia – presidente da poderosa Associação Brasileira de Exportadores de Citrus (Abecitrus) –, setores com várias características semelhantes e interesses em comum (*Agrofolha*, 16/01/01, p. F1).²

Em resumo, estudar o nível setorial significa trabalhar com a hipótese de que o modelo organizativo de articulação de interesses agrários não é único, mas depende da influência de distintos fatores: a natureza social e econômica dos grupos de interesse; o discurso ideológico de cada organização, ou seja, sua base social; o marco institucional em que se desenvolve a ação reivindicativa e a própria tradição cultural ou sociopolítica de cada país (Estrada, 1993, p.10).

Significa, em outras palavras, perceber que o *timing* do desenvolvimento capitalista de cada setor tem um impacto significativo, tanto no papel das instituições como na estratégia dos atores. Significa, enfim, uma maior complexidade no associativismo, cuja lógica é simultaneamente de dispersão/concentração. Dispersão, porque em grande medida são os diferentes complexos agroindustriais que orquestram os interesses, já que existe uma crescente diferenciação dos agricultores em termos de propriedade da terra, tamanho das explorações, tipo de produto, investimentos produtivos e formas de integração ao mercado. Por outro lado, a dispersão pode ser contrabalançada por um movimento de concentração que provoca reações unitárias de caráter defensivo, principalmente em épocas de crise. Nessas ocasiões, os agricultores propõem “frentes unitárias” acima de possíveis interesses particulares.

² Ademerval Garcia é convidado a presidir a não menos poderosa ÚNICA, que representa as usinas paulistas. Ele menciona como pontos de interesses comuns entre os dois setores a legislação trabalhista, custos portuários, pedágios e a derrubada das barreiras tarifárias.





No período recente, o mundo rural passa por novas transformações e inclui novos personagens e interesses que não podem mais ser “orquestrados” dentro do âmbito dos complexos agroindustriais. Se é verdade que os complexos agroindustriais continuam a existir e a atuar como verdadeiras máquinas de organizar interesses, eles não organizam mais a totalidade dos atores que pertencem ao mundo rural hoje.

Além disso, é importante ressaltar que a necessidade anteriormente mencionada de se pensar o desenvolvimento como desenvolvimento local, mais do que desenvolvimento rural ou urbano, não significa que este esteja automaticamente garantido.

Se a busca de uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região, a falta de organização social – principalmente da sociedade civil – tem-se mostrado uma barreira forte no sentido de sua concretização. Os espaços locais são revalorizados pela própria globalização como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados: “mas essa organização nem sempre existe ao nível local; e quando existe, está restrita àqueles ‘velhos’ atores sociais responsáveis pelo próprio subdesenvolvimento do local” (Silva, 2001, p.12-13).

Nesse sentido, podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político, no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

O que podemos perceber é que, também no que diz respeito à questão do associativismo, Vinhedo está passando por um momento de mudanças bastante significativas; ao mesmo tempo em que nesse momento de transição permanecem as organizações típicas do corporativismo, principalmente do neocorporativismo, observa-se um movimento de crescimento da participação da sociedade civil.

Ressalte-se que o crescimento da sociedade civil e de novas organizações como a do Circuito das Frutas, que não se caracterizam mais por representar interesses de classe ou de produtos específicos, não significa um movimento de descorporativização. Descorporativização no sentido de uma crescente pulverização de interesses e a constituição de um modelo neoliberal-individualista ou pluralista de ação coletiva. Ao contrário, a constituição dessa última associação exigiu uma grande articulação, inclusive entre os vários municípios, num processo de concertação típico do neocorporativismo. A





sociedade local, assim como a sociedade nacional, continua sendo uma sociedade corporativa, não no sentido tradicional, mas no de que os interesses individuais se mantêm intermediados pelas associações.

Não é demais ressaltar que a questão da organização dos interesses, principalmente nesse contexto de globalização, adquire uma importância ainda maior. Uma sociedade organizada é fundamental para a realização de uma proposta de desenvolvimento sustentável.

A falta de vertebração social – especialmente no que diz respeito à sociedade civil – constitui-se num obstáculo tão grave ou até maior que a pobreza da população rural, já que contribui para que esta se perpetue. Isso se põe claramente manifesto em um momento, como o atual, em que a globalização conduziu à revalorização dos espaços locais como arenas de participação social, econômica e política para os grupos de interesses organizados...

O enfoque do desenvolvimento local sustentável dá por suposta a existência de um mínimo de vertebração social nas áreas rurais, que permita aos diversos atores serem os autênticos protagonistas dos processos de transformação dos espaços onde vivem. Por isso, considero pertinente não dar isto por suposto, senão considerar a vertebração social como uma condição necessária para desenvolvimento, isto é, entender o desenvolvimento local sustentável como um processo de desenvolvimento político, no sentido de favorecer uma maior e melhor representação dos diversos atores sociais. (Silva, 2000, p. 1)

Não se pode deixar de atentar que, apesar de um cenário favorável para o desenvolvimento de novas associações em Vinhedo, sua estruturação tem-se realizado de maneira bastante lenta. As novas associações ainda se encontram atreladas às antigas, inclusive em termos de espaço físico.

Em outras palavras, há certa dificuldade de se permitir uma representação mais plural dos interesses rurais, embora isso esteja começando a ocorrer. “É necessário construir uma nova rede institucional em nível local se quisermos assegurar que os novos sujeitos sociais possam expressar suas necessidades (Silva, 2001, p.14). Essa nova rede institucional está em fase embrionária, mesmo porque nos países subdesenvolvidos, devido à fragilidade da organização da sociedade civil, fortalecer a tomada de decisões em nível local e/ou regional não significa, necessariamente, renovação do sistema democrático, no sentido de introduzir um novo equilíbrio na configuração dos Estados-nação.

Mais que isso, a retirada do Estado nesses países tem tido efeitos bastante prejudiciais, em vários aspectos (Silva, 2001, p.8). Daí a necessidade





de que, nessa rede institucional, suas funções sejam reorientadas, sem que o Estado se retire por completo.

Aqui convém lembrar a necessidade de se preconizarem formas de ação pública capazes de conduzir à formação e à acumulação de capital social.

A natureza da organização estatal (a qualidade de seu corpo técnico e, sobretudo sua capilaridade social) é um dos elementos decisivos para explicar o sucesso ou o fracasso das várias tentativas de empreender ações de desenvolvimento (Veiga, 2001, p.62).

Ou seja, essa visão de capital social coloca ênfase no aprendizado coletivo dos atores sociais nos quais se pode depositar confiança e dos quais se espera reciprocidade. Aqui acredita-se que os indivíduos são, afinal, capazes de lidar com problemas coletivos.

Alguns achados

A Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região

O interesse por essa associação se deve a dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, desde a tese de doutorado vínhamos nos preocupando com as formas de organização da sociedade e da representação de interesses dentro dela. A multiplicidade de conflitos no interior da sociedade civil e entre ela e o Estado acaba por exigir uma intermediação crescente das associações. Ou seja, vínhamos, desde a pesquisa de doutorado, trabalhando com a hipótese de que as associações vêm desempenhando um papel importante enquanto agentes de reestruturação social.

Percebíamos a sociedade cada vez mais organizada, desenvolvendo novas formas de corporativismo. Não mais um corporativismo estatal, baseado em organizações criadas e controladas pelo Estado, mas aquilo que tem sido chamado de neocorporativismo.

Em outras palavras, temos entendido o processo de corporativização como aquele que leva a uma homogeneização das corporações na intermediação social, sendo canalizadas as reivindicações pelas organizações e não individualmente (Ortega, 1988, p.4).

Esse novo corporativismo está sendo pensado, portanto, como uma exigência organizativa originada pela complexidade cada vez maior de uma





estrutura social na qual os atores coletivos e o Estado desempenham os papéis principais.

O aumento da diferenciação e da especialização das sociedades leva à necessidade de sua coordenação e organização. Assim, nossa preocupação mais geral tem sido com as organizações coletivas como intermediadoras de interesses e com sua capacidade de obter consensos no nível da esfera pública.

Em segundo lugar, essa associação em particular estaria representando interesses relacionados à nova ruralidade que estamos tentando detectar em Vinhedo. Alguns autores chegam a afirmar que em grande medida um dos temas centrais da demanda das organizações rurais nas suas mobilizações e no seu confronto com o restante do país é exatamente a defesa da ruralidade. Por trás do discurso de que é necessário recuperar um nível razoável para a atividade agrícola, o que está em jogo é a permanência de um setor rural expressivo.

A demanda por manter uma ruralidade importante segue tendo eco e força em amplos setores da sociedade moderna. Prova disso é a proliferação das chácaras de lazer onde setores de rendas médias e altas constroem sua habitação, ainda que seja para os finais de semana, sobre a base dos valores da ruralidade. (Gómez, 1997, p.56-57)

Ruralidade é entendida aqui como uma forma de vida que se fortalece e adquire identidade no seu confronto com a cidade.

É importante, nesse sentido, ressaltar que a associação nasceu em agosto de 1998, estimulada pelo então Secretário de Comércio, Indústria e Turismo do município. Apesar de a agricultura não ser um setor da sua pasta, era necessário fazer algo por ela. Embora seja bastante comum as organizações da sociedade civil surgirem sob os auspícios do Estado,³ o interessante aqui é que uma Associação de Proprietários Rurais surge com o apoio de uma secretaria que aparentemente não tem nenhuma relação com a agricultura.

O objetivo inicial era o fornecimento de crédito mais barato aos agricultores,⁴ o que pode ser visualizado na ida frequente de representantes de bancos às reuniões da associação.

³ Na tese de doutorado, isso ficou bastante evidente tanto em associações do setor citrícola como sucrocanavieiro.

⁴ Grande parte dos dados aqui referidos foram coletados por André Pires, doutorando do IFCH/UNICAMP, que participa do “Grupo de Vinhedo” e se encontram em seu relatório de





Além desse objetivo mais específico colocado na assembléia de fundação, o Estatuto da Associação prevê, no seu artigo 4º, um objetivo bem mais geral, qual seja, “a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados”.

Dentro da diversidade que caracteriza o associativismo atual, podemos afirmar que a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região é uma associação de caráter reivindicativo, embora não sindical. As associações desse tipo caracterizam-se pelos seguintes traços: a) natureza integral do fim que perseguem, quer dizer, defendem o conjunto dos interesses que afetam o coletivo social que representam; b) natureza universalista de sua atividade, ou seja, suas ações não estão dirigidas exclusivamente a seus afiliados, mas sim a todo o coletivo social de referência; c) praticam um discurso de natureza ideológica.

As associações de caráter não-reivindicativo, por outro lado, de caráter mais estritamente econômico, caracterizam-se: a) pelo caráter não integral do fim que perseguem, ou seja, centram-se na defesa de limitados e explícitos interesses; b) pela natureza exclusivista de suas ações, que estão dirigidas exclusivamente a seus afiliados e não a todos os membros daquela base social; c) o seu discurso é de natureza não necessariamente ideológica.⁵

Como várias associações de caráter reivindicativo, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região teve dificuldades para sobreviver após o impulso inicial dado pelo poder público. As características peculiares dessas associações colocam-nas em uma situação contraditória. Por um lado, o exercício eficaz de sua ação reivindicativa lhes exige contar com bases de apoio numerosas e coesas, que lhes sejam fontes de recursos, tanto econômicos como de outro tipo (capacidade de mobilização, forte expressão de protesto etc.); por outro lado, a natureza dos objetivos que perseguem e sua vontade de generalização não são meios eficazes para estimular a filiação dos agricultores (Estrada, s.d., p.8). Afinal, qualquer um pode usufruir dos benefícios das conquistas da Associação, independentemente de estar

pesquisa enviado à FAPESP em outubro de 2000. Temos tentado refletir sobre a atuação das associações a partir de um referencial neocorporativista e acrescentando mais recentemente a sua relação com o conceito de capital social.

⁵ Na verdade, trata-se de uma tipologia que, construída com base em tipos ideais no sentido weberiano, pretende ordenar a diversidade associativa. Assim, não pode ser encontrada de forma pura na realidade, como ficará claro nessa associação específica.





filiado a ela, naquilo que tem sido denominado *efeito free-rider* por alguns autores.

Assim, muitas vezes o fato de ter o monopólio da representação não é suficiente para garantir uma adesão mais significativa. Em outras palavras, o simples fato de ser o representante “oficial” garante a legalidade, mas não necessariamente a legitimidade, importante para a continuidade de uma associação.

De qualquer forma, o importante, então, passa a ser explicar por que as pessoas participam dessas associações que fornecem bens públicos, apesar do efeito *free-rider*.

No Brasil, não podemos esquecer, a ação coletiva tem frequentemente sido transformada em um direito outorgado pelo Estado. Em troca desse reconhecimento, as associações adquirem o direito da participação nas decisões relativas aos seus interesses (Costa, 1991, p.121). Isso significa que esses grupos desfrutam muitas vezes da legalidade, mas não da legitimidade, que implica mútuo reconhecimento, como ator coletivo, e autonomia, como ator social. A passagem do nível da legalidade para o da legitimidade é o que se tem constituído num grande obstáculo para as associações de caráter reivindicativo, como a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região.

Resumindo, para que o reconhecimento como interlocutores tenha um efeito direto sobre as estratégias de ação coletiva das organizações, tal reconhecimento deve vir acompanhado de motivos reais para participação nas instituições e de convencimento de que dita participação pode ser eficaz para a defesa dos interesses dos agricultores (Estrada, 1992, p.173).

A Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região foi fundada em 25 de agosto de 1998, com trinta e sete sócios fundadores; entretanto, em maio de 2000, vinte e três membros já haviam abandonado a associação. Isso significa que muitos dos associados apenas assinaram a ata de fundação, não participando da diretoria ou sequer contribuindo com o pagamento das mensalidades, de apenas R\$ 20,00.⁶

O próprio registro do Estatuto da associação foi adiado pela dificuldade de se coletarem assinaturas. Na ata da segunda reunião da diretoria da asso-

⁶ Isso levou a associação a decidir, já em sua segunda reunião, eliminar os membros que deixassem de pagar três mensalidades seguidas. Grande parte das associações que temos pesquisado já incorporou itens dessa natureza em seu próprio estatuto.





ciação, realizada em 2 de fevereiro de 1999, pode-se ler que “a reunião deu início com o assunto sobre o Estatuto onde foi anunciado a falta de quatro assinaturas para que seja registrado”.

Assim, é importante ressaltar que, apesar de a associação ter conseguido novos membros, tem tido dificuldade em mantê-los. O grande problema é manter um quadro estável de associados.

Tem havido ainda certa dificuldade de manter a própria diretoria. Na sexta reunião, realizada no início de maio de 1999, o vice-presidente e um representante do Conselho Fiscal pediram demissão. A demissão do primeiro foi aceita de imediato e a do segundo posteriormente. Embora o membro do Conselho Fiscal tenha sido substituído, a associação ficou sem vice-presidente.

Muitas vezes, as associações estimulam a filiação oferecendo incentivos diretos e específicos, tais como serviços de assessoramento técnico e jurídico, venda de insumos mais baratos, comercialização de alguns produtos etc. (Estrada, s.d., p.9).

A Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região tem tentado enfrentar o efeito *free-rider* exatamente por esse caminho. Tanto é assim que, em um primeiro momento, a atuação da associação limitou-se a conseguir convênios com firmas de produtos agrícolas na região, com o objetivo de obter descontos aos associados e insumos e empréstimos mais baratos. Essa fase inicial foi até fevereiro de 1999 aproximadamente, quando o interesse maior passa a ser o convênio com o Parque Temático Hopi Hari (Pires, 2001, anexo 5).

A necessidade de se estimular a filiação tem sido uma preocupação constante do *Boletim Informativo* da associação. A necessidade de evitar o efeito *free rider* fica especialmente clara no *Boletim Informativo* da associação, n. 7, ago./ set. 2000, cujo editorial intitula-se *Alguns Motivos Para Ser Associado*. Nele são apontadas treze razões para a filiação, tanto de natureza econômico-financeira quanto de natureza político-representativa.

Entre as razões de caráter mais político foram apontadas as seguintes: a Associação é um órgão legítimo de representação dos agricultores e, quanto mais associados, maior será a força da entidade, tanto econômica-administrativa como política. Além disso, estando associado, é muito mais fácil solucionar problemas com órgãos públicos e fornecedores.

Do ponto de vista mais estritamente econômico, foram elencados os seguintes motivos: a associação possuía diversos convênios com empresas





para reduzir o custo da produção;⁷ o produtor teria mais uma alternativa para vender e divulgar seus produtos; o produtor poderia reduzir seus custos adquirindo defensivos a um preço menor e ainda participar da Feira do Produtor e da Festa da Uva de Vinhedo sem nenhum custo. Até mesmo a facilidade para resolver problemas com cheques sem fundo foi levantada como um motivo para ser associado.⁸

A necessidade de atrair novos associados faz ainda com que haja uma constante divulgação das conquistas da associação. O *Boletim Informativo* 05 ressalta que:

várias foram as solicitações atendidas pelos políticos e pelo poder público. Quando um associado se identifica como sendo membro da Associação e da Cooperativa, há, de certa forma, uma facilitação em conseguir um pedido... A imprensa em geral já nos tem como referencial para a agricultura. Quando realizamos um evento, não mais encontramos dificuldade para atrair jornais, redes de televisão ou até mesmo autoridades... Politicamente, somos reconhecidos como uma referência para a Agricultura de nossa região. Prova maior disso foram as conquistas que tivemos no que diz respeito às solicitações atendidas junto aos órgãos oficiais, o impulso que vem tomando o agronegócio no nosso campo de atuação e, mais recentemente, a indicação de um representante de nossas entidades para assumir a presidência do Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas. Além disso... o auxílio, a sustentação e os serviços prestados aos associados estão gradativamente sendo ampliados.

A longa citação permite-nos atentar ainda para um aspecto que já havíamos enfatizado na tese de doutorado: os objetivos de caráter mais estritamente político de umas associações, algumas delas elegendo seus diretores como deputados estaduais. A diferença aqui é que o objetivo é o envolvimento no jogo político local.

Outro ponto interessante a ser enfatizado é que a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região se propõe representar os

⁷ No mesmo *Boletim Informativo*, segue uma relação das empresas com as quais a associação firmou convênio e uma observação de que a associação estaria trabalhando no sentido de ampliar o número de convênios.

⁸ No quinto motivo, é mencionado que, caso tenha dúvidas ao receber um cheque, o associado vai dispor de convênio com o SERASA segundo o qual no mesmo momento será realizada a confirmação da idoneidade do comprador. Pelo convênio, o associado tem direito a cinco consultas por mês a um custo de R\$ 45,00. Normalmente o valor da consulta no SERASA é de R\$ 8,76.





interesses do conjunto dos proprietários da região, independentemente do tipo de produto. Em pesquisas anteriores, havíamos detectado que, quanto mais complexas e diversificadas se tornavam as estruturas da indústria e da agricultura, menos representatividade passavam a ter as organizações de caráter mais geral. A representatividade dessas organizações tornava-se meramente formal, enquanto as diversas organizações especializadas por produto passavam a deter o poder real.

Em outras palavras, percebia-se que ficava cada vez mais difícil restringir o associativismo às organizações que se propunham a representar o conjunto dos empresários rurais à medida que ocorria um deslocamento tanto da dinâmica do capitalismo, como da ação associativa para ramos e setores.

O associativismo na agricultura – percebia-se – obedecia a uma lógica de dispersão/concentração. A crescente diferenciação dos agricultores, em termos de propriedade da terra, tamanho das explorações, tipo de produto, investimentos produtivos e diversas formas de integração ao mercado, levava à dispersão da ação coletiva. Por outro lado, a dispersão poderia ser contrabalançada por um movimento de concentração que provoca reações unitárias de caráter defensivo, principalmente em épocas de crise. Nessas ocasiões, propõe-se “frentes unitárias” acima das possíveis diferenças que possam existir entre seus interesses particulares. Nesse sentido, as organizações que representam os agricultores em geral não chegam a desaparecer, apesar do surgimento de um grande número de organizações específicas por produto.

Com relação à realidade específica da agricultura em Vinhedo, é preciso enfatizar, em primeiro lugar, que o seu grau de diferenciação não é tão acentuado como em outras regiões do Estado. Mais que isso, não existem aí os complexos agroindustriais que “orquestram” os interesses em torno de uma cultura específica, a exemplo das regiões onde predominam a citricultura e o cultivo da cana-de-açúcar.

Nesse sentido, é possível detectar, na própria debilidade da agricultura de Vinhedo, a existência de uma Associação que se propõe a representar os agricultores em geral. Não existe uma diversidade de interesses por produto suficientemente forte para justificar a existência de organizações específicas por produto.

De qualquer maneira, é importante ressaltar que, embora represente um conjunto de agricultores, sem a especialização num único produto, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região representa uma região específica. Assim, pode-se afirmar que a especialização não está num produto, mas numa região. Nesse sentido, voltamos a enfatizar algo que





a economia local ou regional seria o campo de observação mais fértil para a apreensão de processos com imposto de transformações nas áreas urbanas e rurais. Em outras palavras, a economia local ou regional torna-se um nível de agregação espacial capaz de permitir uma melhor observação dos processos em curso nas áreas rurais (Cardoso, 1998, p.70).

Mais que isso, a possibilidade de convênio com o parque estimula a formação de comissões dentro da associação, algumas delas já não voltadas para a agricultura especificamente: Comissão de Vendas, de Embalagens, de Compras, de Extensão de Técnicas Agrícolas. Ressalte-se que não se constitui nenhuma comissão específica por produto.

Um ponto interessante a ser enfatizado ainda é que a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região ocupa uma sala junto ao Sindicato Rural de Vinhedo. Embora tenha algumas divergências com o Sindicato, isso significa que a associação é uma estrutura paralela que complementa a sua atuação. Não é novidade que a representatividade dos Sindicatos tem sido bastante comprometida pela sua estrutura pesada e atrelada ao Estado.

Assim, a Associação dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região possui um objetivo bastante semelhante aos das associações por produto analisadas na tese de doutorado: representar não apenas formal, mas efetivamente uma parcela dos produtores rurais. No primeiro caso, representar os produtores de uma determinada região. No segundo, aqueles vinculados a um produto específico. Nas duas situações, a justificativa é a ineficiência, a lentidão, o formalismo da estrutura sindical, levando ao aparecimento de associações que se constituem como sociedades civis, à margem dos Sindicatos.

Para finalizar, é interessante refletirmos sobre o discurso desenvolvido pela associação. Um primeiro tipo de discurso tem sido denominado de empresarial. Esse discurso vem sendo elaborado sobre uma nova concepção da unidade do mundo agrícola, baseada na exploração moderna e viável, entendida como uma empresa que deve buscar o máximo de rentabilidade econômica:

Para este discurso, as diferenças entre os agricultores em função do tamanho ou orientação produtiva de suas explorações seriam unificadas pela característica comum de serem empresários em busca do maior benefício para as suas empresas. A política agrária deveria ser, segundo o discurso empresarial, uma política orientada fundamentalmente para a regulação dos mercados e para incentivar a





participação dos agricultores, associados ou individualmente, no processo de comercialização e transformação dos produtos agrícolas. (Estrada, 1989, p.171)

Em contrapartida a esse discurso que enfatiza a unidade empresarial na agricultura, desenvolveu-se um discurso anticorporativista:

baseado em uma concepção “dual” do mundo agrícola. Este discurso (...) rompe com a hipotética unidade dos agricultores e proclama o caráter classista da estrutura social agrária; quer dizer, eleva a princípio axial a diferenciação dos agricultores em razão do tamanho de suas explorações, e sobre esta base constrói uma filosofia reivindicativa para os agricultores familiares diferenciada claramente daquela dos empresários agrícolas situados na posição de empregadores de mão-de-obra assalariada. Para este discurso, a unidade do mundo agrícola é uma falácia que esconde profundas diferenças entre os agricultores, já que, enquanto o grande agricultor concebe sua exploração como uma empresa que deve se rentabilizar ao máximo, de acordo com o capital investido, para o agricultor familiar sua exploração é fundamentalmente um modo de vida e um instrumento de trabalho de cuja utilização resulta uma remuneração similar ao salário do trabalhador industrial. (Estrada, 1989, p.172)

Esse discurso tem sido chamado **de classe**.

Até o momento, o discurso da Associação dos Produtores de Louveira, Vinhedo e Região parece ter características do discurso empresarial. Existe, entretanto, uma diversidade de agricultores bastante grande no seu interior. Esse será, portanto, um ponto que continuaremos a investigar no prosseguimento da pesquisa.

Mais que isso, com as mudanças ocorridas no mundo rural, é preciso pensar esse discurso a partir da reação dos vários atores a essas mudanças, ou seja, das várias respostas que dão. Ou seja, torna-se necessário construir esse discurso a partir de outras dimensões que não eram relevantes anteriormente.

A Cooperativa dos Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região – COPERFRUTI

Num primeiro momento, a atuação da associação teve características de uma entidade reivindicativa com uma atuação bastante tradicional, restringindo-se a firmar convênios com lojas de produtos agrícolas, patrocinar palestras com técnicos, conseguir para os associados financiamentos





bancários etc. No início de 1999, esse tipo de atuação se alterou bastante com a possibilidade de venda de produtos agrícolas para o parque temático Hopi Hari.⁹

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a possibilidade de vender produtos para o parque só é possível para os associados, estimulando assim a entrada de novos membros e diminuindo o efeito *free rider* anteriormente mencionado.

Em outras palavras, como outras associações congêneres, a Associação de Produtores Rurais de Louveira, Vinhedo e Região teve necessidade:

de complementar a atividade reivindicativa que lhes é própria com outras atividades dirigidas exclusivamente aos agricultores que se afiliam a elas. Deste fato, nasce o desenvolvimento de atividades por parte das associações sindicais que invadem áreas que não são suas, senão que correspondem a formas associativas de caráter econômico, como, por exemplo, as cooperativas. (Estrada, s.d., p.6)

Em segundo lugar, a Cooperativa foi fundada em novembro de 1999, em grande medida para viabilizar o convênio com o parque, já que não seria possível à associação emitir notas fiscais.

As cooperativas, associações de caráter econômico, destacam-se pelo caráter exclusivista do fim que perseguem. Em outras palavras, têm por finalidade principal a defesa de interesses particulares de seus associados. Mais que isso, os resultados da ação que desenvolvem beneficiam ou prejudicam diretamente seus associados, não atingindo diretamente aqueles indivíduos não integrados a elas.

Em terceiro lugar, as associações de caráter econômico não levam uma mensagem de caráter ideológico. Seu discurso é simplesmente o de defesa dos interesses particulares daqueles que optam por associar-se a elas. Nesse sentido, dentro das cooperativas, existe normalmente a coexistência de sócios de diferentes ideologias políticas ou religiosas.

De qualquer maneira, é interessante destacar a existência de uma complementaridade entre as formas econômicas e reivindicativas de associativismo agrário. Assim, não é de se estranhar que a Associação de Produtores

⁹ Na verdade, a possibilidade só ocorreu porque o parque, para conseguir se instalar, foi obrigado a realizar acordo judicial pelo qual se comprometia a comprar parte de sua demanda de produtos agrícolas dos produtores da região.





Rurais de Louveira, Vinhedo e Região tenha estimulado o surgimento da Coperfruti.

Ao lado da função reivindicativa e de representação de interesses, as associações que têm como objetivo a defesa e interesses gerais cumprem também uma função importante como elemento dinamizador de outras formas associativas (Estrada, s.d., p.13).

Assim, é importante ressaltar que, de um lado, a cooperativa e a possibilidade de venda de produtos para o parque significam uma alternativa de aumentar os recursos da associação e, de outro, aumentam sua legitimidade como representante dos proprietários agrícolas da região (Pires, 2001, p.4).

A cooperativa foi constituída formalmente em 18 de novembro de 1999, embora a decisão para a sua constituição já tivesse sido tomada na décima reunião da associação, realizada no início de setembro. Sua regularização jurídica, entretanto, só aconteceu em final de outubro de 2000 e apenas em final de janeiro de 2001 é que recebeu o certificado de membro da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP).¹⁰

A implantação da cooperativa, entretanto, não tem sido tão tranqüila como se imaginava. A venda de produtos para o parque enfrenta alguns obstáculos. Em primeiro lugar, o parque não só especifica os produtos, como impõe critérios de qualidade, de embalagem, de transporte etc. Isso significa que apenas os associados que conseguirem atingir esse padrão de qualidade poderão vender para o parque. Além disso, o parque necessita de alguns poucos produtos em grande quantidade. Ou seja, a cooperativa enfrenta problemas para suprir a demanda do parque, já que alguns desses produtos não são produzidos pelos associados no volume requerido.

A pesquisa de campo demonstrou que um dos associados está, provisoriamente, comprando grande parte dos produtos no Ceasa de São Paulo para que a associação possa atender aos pedidos do parque. A possibilidade da compra de uma pedra no Ceasa de Campinas, que poderia resolver o problema de uma maneira mais definitiva, tem gerado polêmica entre os associados. Além do custo da pedra, haveria necessidade de alguém que tivesse disponibilidade para se dedicar às tarefas que tal atividade exige. Além

¹⁰ Na verdade, foi apenas no *Boletim Informativo* número 8, de janeiro de 2001, que encontramos a notícia de que a documentação da cooperativa estava totalmente completa, inclusive os registros municipais e talão de nota fiscal.





disso, há certa restrição pelo fato de esse vínculo com o Ceasa significar a presença de intermediários no processo de comercialização.

A cooperativa também fornece a merenda para as escolas de Vinhedo. Ganhou concorrência pública para fornecer a totalidade dos produtos, com exceção dos cereais. De qualquer maneira, o crescimento dessas vendas não tem estimulado o aumento da produção de hortifrutigranjeiros nesse primeiro momento. Percebe-se, ainda, que está havendo certa dificuldade em se consolidar a associação e a cooperativa simultaneamente, embora a criação das duas tenha sido necessária.

A Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas

No final de 2000, surge uma terceira associação: a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas. Acompanhar a atuação dessa associação vai ser bastante interessante porque essa parece ter o caráter de uma associação específica, à semelhança das associações por produto.

Essa associação tem como objetivo incentivar e promover a atividade turística no meio rural; auxiliar e apoiar, de maneira técnica e prática, os associados de diferentes segmentos interessados em investir na atividade turística; conseguir maior representatividade junto aos órgãos públicos e privados no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo, assim, as atividades no meio rural, por meio de incentivos e programas específicos; integrar as áreas rurais com interesse turístico, representadas por seus respectivos proprietários e interessados aos circuitos de visitação, formados pelos seguintes municípios: Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Valinhos e Vinhedo.

Segundo entrevista com uma assessora da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Vinhedo, a associação teve origem na preocupação do Sindicato Rural e da Prefeitura de Jundiá em relação ao que o produtor rural faria numa realidade negativa de preços dos produtos tradicionais da região. A partir dessa preocupação, Sindicato Rural e Prefeitura realizaram um seminário sobre Turismo Rural em Jundiá, onde amadureceu a idéia de um Circuito das Frutas. Ressalte-se que, mais uma vez, existe um forte estímulo do poder público e só, posteriormente, a atuação passa a ser mais autônoma.

Em 10 de outubro de 2000, formalizou-se a Associação de Turismo Rural e Circuito das Frutas na cidade de Louveira. Portanto foi necessário um





período aproximado de cinco meses para o amadurecimento da associação.¹¹ Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sem cunho político partidário, social ou religioso, com autonomia e personalidade jurídica própria, segundo o artigo primeiro do seu estatuto.

Um dos obstáculos já detectados para a atuação dessa nova associação é o grande número de municípios que participam, tornando bastante complexa a compatibilização dos diversos interesses, inclusive de natureza política. O segundo é que ainda existe uma expectativa muito grande no sentido de que o poder público continue a se responsabilizar pelas iniciativas. Em grande parte, o fato de o Sebrae ter oferecido um curso, no primeiro semestre de 2000, durante o Seminário sobre Turismo Rural, mencionado anteriormente, estimulou essa visão. O curso trouxe um conjunto muito grande de informações e acabou gerando a expectativa de que o setor público se tornaria responsável pela implantação das novas atividades.

Na eleição do primeiro mandato, que deveria ser de seis meses e acabou sendo renovado, a própria assessora da Secretaria de Turismo assumiu a vice-presidência, confirmando a necessidade desse impulso inicial do poder público para a constituição da associação. O presidente é ligado ao setor de transporte. É interessante ressaltar que o Estatuto da Associação menciona, em seu capítulo sobre os associados, especificamente a possibilidade de os agentes de transporte nela ingressarem.¹²

Resumindo, o objetivo da associação é dotar as propriedades de estrutura necessária para o turismo e divulgá-la. O trabalho coletivo da associação tornaria isso mais fácil. A associação tinha, em meados de 2001, vinte e oito associados. Constituíram grupos de trabalho para elaborar roteiros. Dois já estão prontos e existem mais dois em andamento.

Será importante acompanhar a atuação dessa nova associação para verificar se ela é compatível com o desenvolvimento de um turismo sustentável, como é proposto no Plano de Turismo do município. O conceito, como está lá colocado, baseia-se na constatação de que a atividade turística pode

¹¹ Na realidade, ainda em 1999, a prefeitura de Vinhedo fez um cadastro dos proprietários interessados em investir no turismo rural. Tinham a idéia de que a prefeitura iria desenvolver o projeto para eles.

¹² Em seu Artigo 5º, estabelece que podem ingressar na associação os proprietários rurais, parceiros, agentes de transportes, ou ainda outras pessoas do segmento de turismo rural que concordem com as disposições desse Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejam contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.





danificar ou destruir os recursos dos quais depende, por meio do impacto do número excessivo de visitantes, do desenvolvimento inadequado e dos diversos tipos de poluição que possa vir a provocar. Assim, deve-se considerar as ações relacionadas a todos os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e naturais, visando ao aproveitamento harmonioso dos atrativos naturais e culturais e, simultaneamente, proteger sua autenticidade, originalidade e atratividade para as gerações futuras.

Algumas considerações

Essa diversidade de associações leva-nos a refletir sobre o panorama mais recente do associativismo na agricultura.

Em primeiro lugar, fica clara a convivência, já detectada no trabalho de doutorado, entre as velhas e novas formas de corporativismo. O corporativismo estatal permanece, ao mesmo tempo em que surgem outras associações não mais atreladas ao Estado, mas originadas na própria sociedade civil. Mais que isso, não é incomum o estímulo, por parte do próprio poder público, ao aparecimento de associações, que, posteriormente, ficarão a cargo da sociedade civil.

Em segundo lugar, as mudanças no mundo rural fazem com que as associações de produtores deixem de ser as únicas a determinar o uso do seu espaço, seu destino e regulamentação. A presença de um novo rural significa que outros grupos passam a ter direito de ocupá-lo.

Em outras palavras, na busca por um novo sistema de regulação para a agricultura e o meio rural, surge a influência de novos grupos de interesse (associação de consumidores, movimentos ecológicos etc.) que trazem, implícita ou explicitamente, outra concepção de agricultura e de mundo rural, que considera outras funções para esses, distintas daquelas tradicionalmente ligadas à produção de alimentos (Balcadi, 2000, p.18-19). Isso significa que os agricultores deverão ter uma participação efetiva nas mudanças que vêm ocorrendo no mundo rural ou perderão espaço para os novos agentes que, cada vez mais, entram em cena.

De alguma maneira, isso significa superar aquilo que tem sido denominado de síndrome da marginalidade, segundo a qual os proprietários rurais, independentemente de tamanho, subordinariam a diversidade de seus interesses particulares e constituiriam uma identidade coletiva a partir de





um hipotético interesse comum do mundo rural frente aos agentes externos (intermediários, indústrias, comerciantes, grupos ambientalistas etc.). Assim, não só existe uma grande oposição entre o rural e o urbano, mas também os grupos considerados externos à agricultura são considerados responsáveis pelos males que a afetam.

Em outras palavras, um novo associativismo só será viável à medida que se rompa essa visão dual entre os interesses da agricultura e dos demais setores sociais. Só será possível, enfim, se for eliminado definitivamente o velho particularismo rural e agrarista, sem que isso signifique obviamente a perda total da especificidade de seus interesses.

A diversidade de associações detectada em Vinhedo nos leva ainda a refletir sobre a multifuncionalidade da agricultura anteriormente mencionada. A agricultura é hoje, convém lembrar, mais que a produção de alimentos, fibras ou energia. Exige-se dela não somente a produção de alimentos baratos e em abundância, mas, ao mesmo tempo, que leve em conta o meio ambiente, a preservação da paisagem rural e dos animais de criação e se preocupe com a saúde dos consumidores. Essa diversidade de funções acaba por estimular o aparecimento de um conjunto igualmente diversificado de associações.

A idéia de multifuncionalidade da agricultura significa, enfim, que esta passa a ter como objetivo reverter a migração rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade do meio ambiente rural e responder ao crescente desejo de alimentos de melhor qualidade, mais saudáveis e seguros, e também de desenvolvimento rural e de lazer. Mais que isso, esses objetivos levam a **um movimento social importante de associações locais** e à significativa rede de valorização de produtos e atributos regionais, como também ao esforço recente em torno da própria definição do que significa meio rural (Abramovay, 1999, p.9) (grifo nosso).

A diversidade de associações nos leva ainda a pensar no conceito de capital social e mais especificamente se uma quantidade cada vez maior de capital social seria necessariamente benéfica para o desenvolvimento.

O conceito de capital social ganha ênfase nos anos 90, quando, ao capital físico (tecnologia) e capital humano (população com boas condições de saúde e educação etc.), alguns sociólogos e cientistas políticos¹³ acrescentam

¹³ Eduardo M. Estrada inclui alguns economistas, formando um conjunto de profissionais que trabalham no campo da “nova sociologia econômica”, que tentam situar-se numa posição





um terceiro tipo de capital: o “capital social”. Capital social se refere às normas e redes sociais existentes em uma comunidade, que são importantes para o desenvolvimento econômico porque favorecem o desenvolvimento de ações coletivas em benefício da própria comunidade. Diz respeito à informação, confiança e normas de reciprocidade herdadas numa rede de relações sociais.

Na sua utilização contemporânea, “capital social é, pode-se dizer, a soma de recursos, reais ou virtuais, que cabe a um indivíduo ou grupo em virtude de possuir uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento” (Woolcock, 1998, p.4). Trata-se, enfim, de um termo amplo, abrangendo as normas e redes, facilitando a ação coletiva para benefício mútuo. Capital social diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Abramovay, 2000, p.3).

Sem entrar na influência dos clássicos que o conceito certamente tem ou nas suas debilidades¹⁴ – o próprio fato de ser utilizado a partir de diferentes tradições sociológicas traz o risco de tentar explicar coisas muito diversas –, é interessante resgatar o que o conceito traz de novo a respeito das relações Estado-sociedade civil que nos interessam mais de perto.

Nesse sentido, a polêmica tem-se situado basicamente em torno de duas posições. A primeira, tradicionalmente chamada de “soma zero”, considera que o Estado deve desaparecer para que outras instituições surjam. Ou seja, pondera a necessidade de dismantelar o Estado do Bem-estar e substituí-lo por uma rede ampla de associações voluntárias. Elas gerariam capital social.

Outros, em outra posição, consideram que o Estado pode promover ativamente o entorno adequado para que uma sociedade viva e dinâmica possa florescer. O Estado, opinam, pode contribuir para a criação de capital social. Isso, aliás, é importante à medida que a existência de uma sociedade civil altamente participativa pode não só contribuir para fiscalizar e equilibrar a ação dos governos, se não prover os cidadãos dos instrumentos organizacionais necessários para tomar decisões eficientes a partir de um alto nível de informação (Estrada, 2000, p.3-4).

intermediária, combinando enfoques macro e microsociológicos para explicar o comportamento político dos indivíduos (Estrada, 2000, p.2).

¹⁴ Estrada (2000) faz uma exposição detalhada destas debilidades em seu artigo.





De qualquer maneira, parece importante centrarmo-nos nas condições que apóiam uma complementaridade e cooperação efetivas entre o Estado e a sociedade civil e, de maneira mais geral, entre os setores público e privado. Isso nos ajuda a forjar uma via intermediária, ou seja, ajuda-nos a perceber o Estado, o mercado e a sociedade civil como produtos de um entorno institucional e cultural historicamente dado, mas também como fatores contribuintes para a criação do referido entorno (Estrada, 2000, p.14). Trata-se, enfim, de um esforço para se pensar alternativas entre os modelos fortemente estatizantes e as doutrinas simplistas do livre mercado.

Outro ponto interessante para se pensar a realidade específica de Vinhedo e a diversidade de associações é que as abordagens mais recentes relacionadas ao conceito de capital social têm questionado a idéia de que uma alta densidade associativa seja sempre um elemento positivo. Exemplos de situações detectadas em que o capital social adquire uma dimensão negativa são: a) a rede associativa é formada “por associações e instituições esclerosadas que, ao colocar uma defesa reiterada de seus interesses próprios, carecem de horizontes amplos e inibem a ação individual, impedindo os indivíduos de integrar-se a redes sociais mais amplas, convertendo-se em fatores que dificultam o desenvolvimento econômico e a mudança social; b) o sentimento de confiança mútua estende-se somente aos membros da família ou aos parentes mais próximos, ressaltando apenas as lealdades étnicas e familiares dos indivíduos, não incentivando a mobilidade social e as relações extragrupais (Estrada, 2000, p.4 e 10).

Nesse sentido, será importante acompanharmos a atuação das três associações recém-formadas para verificarmos em que medida elas estão significando um acréscimo de capital social no seu aspecto positivo, ou seja, como o capital social está sendo considerado numa dimensão qualitativa. É preciso acompanhar o desenvolvimento dessas associações para verificarmos em que medida seu maior número realmente significou um aumento de capital social.

Referências

ABRAMOV, A. Y. Ricardo. *Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia*. S.I.: s.ed. 2000.

BALCADI, Valentim Otávio. *Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, UNICAMP.





BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agricultura e capitalismo na Europa do Sul*. In: SHIKI, S. et al. (orgs.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: s.ed., 1977.

CAMPANHOLA, C., SILVA, J. Graziano da. *O novo rural: uma análise nacional e regional*. EMBRAPA/ UNICAMP, v.1, 2000.

CARDOSO, Alessandra. Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade: em busca de um espaço para o rural. *Economia Ensaios* (Uberlândia), v.12, n. 2/v.13, n.1, p.27- 74, jul/dez. 1998.

CARNEIRO, M. J. et al. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, s.d.

CARNEIRO, M. José Teixeira. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. Teixeira da et al. (orgs.) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.11, out. 1998.

_____. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001, Campinas. Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

COSTA, Vanda Ribeiro. Origens do corporativismo brasileiro. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991.

DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*, v.9, n.3, s.d.

ESTRADA, E. Moyano (coord.). Ideologias y estrategias de acion coletiva en el sindicalismo agrario. *Revista Valenciana D'Estudis Autonomics*, n. 14, out. 1992. Separata.

_____. *Master en direccion en empresas agrarias, modulo: organizaciones profesionales agrarias*. Córdoba: Departamento de Economia y Sociologia Agrárias/Universidad de Córdoba, s.d.

_____. *Las organizaciones profesionales agrarias in la CEE*. Madrid: Ministério de Agricultura Pesca y Alimentación, 1993.

_____. *Sobre el concepto de capital social e su utilidad para el analisis del los procesos de desarrollo*. Córdoba: IESA, 2000. mimeo.

FULLER, A. M. From part time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. Londres, v.6, n.4, p.361-373,1990.

GÓMEZ, Sérgio. *Novedades en la agricultura chilena, nuevos actores sociales y enclenarias*. Santiago do Chile: s.ed. 1997. Mimeo.





GORDILLO DE ANDA. Grandes emoções e pensamentos imperfeitos: agricultura familiar e segurança alimentar. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*, 2001, Brasília.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOSADA, H. *et al.* Urban agriculture in the metropolitan zone of Mexico City: changes over time in urban, suburban and peri-urban areas. *Environment and Urbanization* (México), v.10, n.2, p.38-54, oct.1998.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL*, 10, 2000, Rio de Janeiro.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.83-100, 2001.

ORTEGA, A. César. *A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do rio Paranaíba*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1988. Mimeo.

PIRES, André. *Identidade e agricultura familiar: repensando as identidades frente às recentes transformações do espaço rural paulista através do estudo de caso no município de Vinhedo, Estado de São Paulo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1999. Projeto de doutorado em Ciências Sociais.

_____. *Relatório científico de bolsa de doutoramento*. Campinas: FAPESP / IFCH-UNICAMP, 2001.

SARACENO, Elena. A experiência europeia de desenvolvimento rural e sua utilidade para o contexto latino-americano. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*, 2001, Brasília.

SCHMITTER, P. C. Sectors in modern capitalism: modes of governance and variations in performance. *In: BRANETTE, R., ARROUGA, C. S. (eds.). Labour relations and economic performance*. Londres: Macmillan Press, 1990.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. *In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO*, 2, 2001, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

_____. A agricultura familiar em uma época de transformações sociais: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. *In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL*, 10, 2000, Rio de Janeiro.

SILVA, J. Graziano da. El desarrollo local en contextos de globalización: una reflexión desde la experiencia brasileira. *Revista Internacional de Sociología*, terceira época, p.171-187, sep./dic. 2000.

SILVA, J. Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 1996.





_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

SOUZA, Marcelino de. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitenta e noventa. *O novo rural brasileiro* (Campinas), v. 3, 2000.

TOLEDO, P. E. Nascimento de. Loteamento rural: problemas e possibilidades. *Preços Agrícolas*, v.14, n.168, out./nov. 2000.

VEIGA, José Eli. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, 2001.

VEIGA, José Eli *et al.* *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. São Paulo: Nead, 2001. (Textos para Discussão, I). Disponível em: www.nead.gov.br

WANDERLEY, M. Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil Moderno. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21,1997, Caxambu.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, out. 2000b.

_____. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, 2000a, Rio de Janeiro.

WOOLCOCK, Michael. *Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework*. *Theory and Society*, n.27, p.151-208, mar. 1998.

YRUELA E GINER. *El corporatismo en Espana*. Madrid: Ariel, 1989.







Os caseiros de Vinhedo: empregado doméstico e trabalhador rural*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

O objetivo deste capítulo é apresentar uma reflexão sobre a realidade dos caseiros, no intuito de identificar quem são e como se relacionam com os demais atores que compõem o mundo rural hoje. Se na fase anterior do projeto, o relevante foi apontar o crescimento das atividades não-agrícolas, explorando os dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), nesta fase III o foco é verificar como os novos personagens vivenciam essas mudanças ocorridas no espaço rural. Num primeiro momento, serão abordadas algumas características gerais, para, em seguida, detalhar-se alguns perfis de caseiros encontrados na pesquisa. Neste trabalho, foi necessário manter algumas de suas falas, com a intenção de tornar mais claras as diferentes formas de relação com a terra, perspectivas de futuro, do ser caseiro.

Em Vinhedo, pode-se notar um movimento intenso de substituição dos antigos meeiros que cultivavam a uva, outras frutas e hortaliças por caseiros de diversos tipos. Entretanto tem-se observado que a diversidade e o dinamismo do mundo rural não tem levado necessariamente a uma maior cooperação entre seus vários integrantes. Como ressalta Eduardo Moyano (Moyano Estrada, 2002), muitas vezes, tem-se a impressão de que cada grupo persegue apenas seus interesses particulares, dificultando a definição de interesses coletivos para o mundo rural.

* Texto publicado na revista *O Novo Rural Brasileiro – Novas Ruralidades e Urbanização*, v. 7, Embrapa, Brasília, 2004





Os caseiros: características gerais

Um primeiro dado importante para se detectar o perfil dos caseiros é a divisão por sexo. É interessante ressaltar a grande presença de mulheres caseiras, principalmente nas chácaras dentro dos condomínios fechados, onde a proporção homem e mulher é bastante equilibrada.¹

Esse equilíbrio advém do fato de que é bastante freqüente a contratação do casal. É praticamente indiferente se no casal o homem é o caseiro e a mulher trabalha como empregada doméstica, ou se a mulher é a caseira e ele é contratado como jardineiro e/ou piscineiro. Assim, a proporção relativa de homens para mulheres é a mesma.

Uma hipótese interessante para explicar a grande presença feminina é que o ser caseiro, quanto mais afastado das atividades agrícolas no sentido estrito, exige pouco esforço físico, deixando de ser algo que poderia ser mais adequado aos homens. Nesse caso, além de mulheres, observou-se a presença de homens idosos entre os caseiros.

Com relação à idade, a atividade de caseiro parece ser algo característico dos entrevistados mais jovens – entre 20 e 39 anos. Entre o subgrupo de caseiros que trabalham em condomínios, mais da metade tem entre 20 e 39 anos. O número considerável de caseiras jovens, em especial as que trabalham em condomínio, deve-se ao fato de que, como caseira, muitas vezes, a mulher fica responsável pela casa, e o marido ou companheiro faz serviço de jardinagem e limpeza de piscina em casas próximas. Assim, pode-se notar que, em muitos casos, os cônjuges desempenham tarefas complementares, exercendo o mesmo tipo de atividade, sendo que um – geralmente a mulher – trabalha cuidando da casa, e o outro – o homem – cuida do jardim da propriedade e ainda faz serviços extras fora dela (Pires, 2001, p.18).

Com relação ao estado civil dos caseiros, predominam as uniões conjugais formais (casamentos) ou informais (amasiados). São raros os casos de solteiros, embora isso eventualmente ocorra entre os membros mais jovens. Existe também uma proporção relativamente grande daqueles que já foram casados, mas que agora estão separados ou viúvos. Embora haja uma predominância de casais, alternando as funções de caseiro/empregada doméstica ou caseira/jardineiro, não é impossível a contratação de membros solteiros

¹ Grande parte desses dados podem ser encontrados de maneira detalhada, inclusive na forma de tabelas, no relatório de Pires (2001).





e/ou separados como caseiros. Aqui, geralmente, a chácara é muito pequena e não produtiva, não absorvendo o trabalho de mais de um membro, sendo, portanto, necessário somente uma faxineira ou um jardineiro, contratados externamente.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que normalmente há o interesse na contratação do casal, o homem se responsabilizando pelo serviço externo da chácara e a mulher pelo serviço interno da casa.

No que se refere à origem, existem aqueles que nasceram em Vinhedo e região, e outros em municípios paulistas, mas existe uma parcela considerável que nasceu fora do Estado de São Paulo.

Com relação a esses últimos, os principais estados de origem são o Paraná – o grande campeão – seguido de Minas e os do Nordeste. Vinhedo, ressalte-se, tem atraído mão-de-obra de outros estados pela oferta de emprego doméstico como caseiro.

Esta atração de migrantes que a atividade e a cidade exercem, entretanto, dá-se de maneira diferenciada. Em primeiro lugar, podemos observar que Vinhedo pode ser o destino de um grupo que antes experimentou morar em outras cidades, muitas vezes exercendo outras atividades (...) É curioso notar que poucos tiveram passagem pela Capital, cidade que em épocas passadas era passagem quase que obrigatória dos migrantes (seja oriundos do estado como de fora) (...) Outro dado importante é que Vinhedo passa a ser um atrativo direto de migrantes que saem de suas cidades de origem e para lá se dirigem sem experimentar passagens por outros municípios (...) Nos casos em que Vinhedo aparece como o destino de migrantes (seja direto ou com escalas em outras cidades), o que parece ser decisivo na escolha, além da possibilidade de emprego, é a existência de vínculos prévios com residentes no município. Nesta situação, os migrantes que vieram antes chamam seus parentes ou amigos para vir trabalhar em Vinhedo, em alguns casos, com emprego previamente acertado. (Pires, 2001, p.22-23)

Além de, muitas vezes, o fato de ter algum parente e/ou amigo já trabalhando em Vinhedo facilita a vinda dos migrantes, e a melhoria da qualidade de vida daqueles que migraram é um estímulo para outros virem.

Essa melhor qualidade de vida é percebida não só nas condições de moradia e trabalho, como no oferecimento de serviços, principalmente aos relativos à saúde e educação. Vinhedo apresenta, em comparação à região de origem, a possibilidade de viver melhor, educar os filhos e ainda conse-





guir acumular algum dinheiro. Como disse um dos entrevistados em seu depoimento, o próprio fato de ele ter condições financeiras para ir visitar os parentes com seu carrinho nas férias já se constitui num estímulo para que outros venham. Não é sequer necessário convidar diretamente.

Um dado interessante é que, tanto para os que vieram de fora como para os que nasceram na própria região, ser caseiro em Vinhedo quase sempre representa parte de uma trajetória com passagem pelo rural no seu sentido mais tradicional. Com relação àqueles originários de Vinhedo, é freqüente terem sido meeiros nas antigas lavouras de uva, figo etc. da região.

Muitas vezes, é interessante ressaltar, nesta trajetória pelo rural no seu sentido mais tradicional, houve esforço de se manter nele, com atividades já mais “alternativas”. S. F., por exemplo, era meeiro de café em Terra Rica, no Paraná, e com a crescente queda de preço dessa cultura foi tentar a cultura do bicho-da-seda em Vinhema, no Mato Grosso do Sul. Só desistiu e mudou-se para Vinhedo, em 1995, porque também essa nova cultura não tinha preço. Continua tendo forte desejo de ter sua terra, chegando a afirmar que não pretende ter qualquer outra atividade no futuro. “O dia que sair daqui volto para o Mato Grosso”, fez questão de enfatizar durante a entrevista.

Assim como S. F., muitos outros tentaram a cultura do bicho-da-seda no Paraná ou no Mato Grosso do Sul, como forma de não abandonar a agricultura.

Um aspecto a ser destacado dentro dessas trajetórias é que:

A atividade de caseiro, em alguns casos, é uma atividade temporária dentro do curso de vida do entrevistado e de sua família. Ou seja, trata-se de um momento de juntar dinheiro ou fazer seu pé-de-meia, para depois retornar ao local de origem onde, em alguns casos, há ainda uma propriedade para se poder trabalhar (...) Assim, encarada como algo temporário dentro do curso de vida, exercer a atividade de caseiro – como forma de garantir a reprodução, a propriedade familiar na terra de origem e ainda conseguir algum tipo de acumulação – torna-se uma atividade propícia aos mais jovens. (Pires, 2001, p.20)

Exercer essa atividade temporariamente pode ser também uma estratégia de acumular para poder comprar uma casa própria e, a partir da moradia assegurada, ter maiores chances no mercado de trabalho urbano. Nesses casos, ser caseiro significa um momento da trajetória – não mais rural –, onde o objetivo maior é evitar o pagamento do aluguel, enquanto a aquisição da





casa própria não é possível. A casa própria possibilitaria abandonar o emprego de caseiro e buscar uma alternativa melhor.

Se o ser caseiro pode ser considerado apenas uma atividade transitória para alguns, há um número significativo de entrevistados para os quais a profissão de caseiro é considerada a alternativa mais viável de emprego, e não existe muita perspectiva de abandoná-la. Ser caseiro, então, é tido como uma profissão a ser exercida de forma permanente, e não apenas enquanto não for possível a volta à propriedade paterna, a compra de terra ou casa própria.

Os dados sobre escolaridade mostram que a grande maioria ou não completou o primeiro grau ou não freqüentou a escola (Pires, 2001, p.25), conforme indicavam os dados para o Estado de São Paulo.

Com relação aos salários, normalmente o casal junto recebia em final de 2001, início de 2002, R\$ 600,00. É comum, porém, o relacionamento extremamente paternalista com o patrão, fazendo-o elevar consideravelmente esse salário. Só a título de exemplo, além da casa, água, luz e telefone, o patrão pagava a um dos caseiros as despesas de padaria e açougue. Outro trazia grande parte da compra de supermercado.

Eles trazem para nós. Eles passam no supermercado, compram as coisas para eles, depois algumas coisas para nós, e trazem até aqui. O que se for colocar na ponta do lápis mesmo a gente acaba ganhando uns R\$ 800,00 ou R\$ 900,00 por mês. Ele me ajuda muito. (Pesquisa de campo, 2001)

Essa relação paternalista era tão forte nesse último caso que, embora o caseiro tivesse planos de se especializar como eletricista, não pretendia deixar o emprego até a morte do patrão, que, segundo repetiu várias vezes no depoimento, o tratava como um membro da família. São considerados netos e as crianças bisnetos, daí receberem “mesada” a exemplo dos netos verdadeiros.

Eu não sei, mas aqui com eles, eu pretendo ficar enquanto eles estiverem vivos, depois eu não sei como vai ficar. Não sei se vou me dar bem trabalhando para os filhos, de repente pode ser que seja a mesma coisa e a gente continue, mas por enquanto eu não sei, porque eles pegaram uma confiança na gente e a gente neles que eles falam que a gente não é empregado a gente é neto, eu tenho a idade dos netos dele, tratam a gente como se fossem os da família, é muito gostoso ter essa relação e essa liberdade com eles, mas sem estar abusando porque se não começa a ficar uma coisa muito misturada e então fica ruim, né? (Pesquisa de campo, 2001)





“O Leonardo que tem 7 anos e a Maria Fernanda que completou 6 meses agora, e aqui eles falam que é a maior alegria para eles, até porque eles tem um bisnetinho com 3 anos e eles falam que a Maria Fernanda é a bisnetinha deles. Eles tratam ela como se fosse mesmo.” (Pesquisa de campo, 2001)

Ou seja, de forma semelhante às “velhas” relações paternalistas, o salário monetário é freqüentemente complementado com uma remuneração em espécie. Esta pode vir sob a forma de fornecimento de gêneros ou pela autorização de ficar com a renda de produtos eventualmente cultivados na chácara. Como explica VDS:

Aqui eu e a mulher estamos com R\$ 600,00, cesta básica, padaria, açougue, se você chegar em uma padaria ou um açougue por aí ninguém me conhece, porque ele (o patrão) passa e já traz o pão e o leite, vai no açougue e compra a mistura para oito ou quinze dias para a gente, vendo que você pode entrar aí que tem: porco, galinha, e é como eu falei, só não tem bicho grande, pequeno tem de tudo. (Pesquisa de campo, 2001)

Pode-se constatar, de qualquer forma, uma diversidade muito grande em termos de salário, principalmente entre aqueles que trabalham em chácaras produtivas e aqueles que exercem a função como empregados domésticos. Existe ainda uma diferença razoável de acordo com o nível das exigências feitas. Os patrões que exigem pouco geralmente pagam menos e até em função disso permitem que o caseiro exerça outra atividade.

Geralmente os caseiros que trabalham em chácaras, tendo de cuidar de algum tipo de produção, ganham melhor. É o caso de V. e F., que ganham mais de R\$ 600,00. Já V., que apenas toma conta da casa, não tendo a obrigação de atender aos patrões nos finais de semana, ganha apenas R\$ 250,00. Enquanto os dois primeiros são registrados, V. trabalha sem registro.

O lado pessoal da relação entre patrão/empregado é bastante valorizado. Permite que o empregado conheça o patrão e não tenha apenas uma relação distante com ele. Esse lado paternalista da relação explica porque muitas vezes os caseiros trabalham sem registro, ou seja, sem formalizar a relação,² e também porque muitas vezes o patrão permite que o caseiro abrigue membros que não compõem o núcleo familiar. Explica, ainda, por-

² Maria José Carneiro (2002) lembra, em artigo recente, que no Brasil a informalidade das relações de trabalho nesse tipo de prestação de serviço é freqüente. Embora exista a legislação





que alguns se adaptam à nova atividade e outros não. Como a relação tem um componente pessoal, precisa haver uma compatibilidade entre o que é esperado do caseiro, por parte de cada proprietário, e a disponibilidade deste de estar atendendo a essa expectativa.

Só a título de exemplo, enquanto uma família de proprietários exige dedicação total dos caseiros durante o final de semana,³ outros preferem manter sua privacidade, e a caseira só entra na casa para lavar a louça.

Mais que isso, enquanto alguns proprietários permitem certa flexibilidade, não controlando horários e não exigindo que o caseiro trabalhe só na propriedade, outros são mais rígidos e querem exclusividade na relação de trabalho. Em algumas situações, a mulher do caseiro chega a trabalhar como empregada doméstica na casa do patrão na cidade.

O que se quer enfatizar é que muito mais do que um perfil único, o ser caseiro é bastante determinado pelas características pessoais do proprietário e de sua família. Por essa razão, ainda existe muito de pessoal nas relações, e os conflitos demonstram isso.⁴ Assim, parece ser importante ajustar o perfil do caseiro às características do proprietário e de sua família, como acontece no emprego doméstico em geral.

A necessidade de se estabelecer uma relação de confiança também foi apontada como importante. Afinal, a casa fica sob a responsabilidade do caseiro boa parte do tempo.

Os caseiros e a pluriatividade: a chácara como local de trabalho e moradia

Uma das propostas do subprojeto é enfatizar a questão da pluriatividade entre as famílias, partindo-se da hipótese de que esta adquire dimensões diversas em realidades diferentes.

que regula as relações de contrato de trabalho doméstico, a fiscalização e penalidades não são suficientes para impedir o descumprimento da lei.

³ Grande parte dos caseiros tem, inclusive, de preparar o churrasco para o patrão.

⁴ É interessante perceber que muitas vezes o conflito se dá entre a mulher do caseiro e o patrão, em termos muito semelhantes aos que acontecem entre as empregadas domésticas e as suas patroas. Em vários depoimentos, a justificativa para o abandono do emprego anterior como caseiro foram divergências da esposa com o patrão.





Aqui interessa aprofundar a pluriatividade em uma situação em que o espaço rural e urbano estão muito próximos do ponto de vista físico.

A família de R. adota uma estratégia de sobrevivência bastante diversificada. Ao mesmo tempo que o marido é caseiro e cultiva produtos orgânicos em estufa, a esposa o auxilia nesta última atividade, faz faxina na casa da chácara e em outras residências, além de vender produtos de beleza.

A pluriatividade como combinação de várias atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo exercidas tanto no interior da chácara quanto fora dela, só é possível pela sua proximidade com a cidade.

De qualquer maneira, pode-se observar várias formas e graus de pluriatividade entre as famílias. Foi importante inicialmente classificar os domicílios em três categorias: os domicílios em que todos trabalham dentro da chácara; os domicílios em que há membros trabalhando dentro e/ou fora; e finalmente aqueles em que os membros trabalham somente fora (Pires, 2001, p.37).

O trabalho foi realizado com os domicílios de forma a se levar em conta não somente os entrevistados, mas o conjunto dos residentes no domicílio, conforme proposta definida na metodologia.

Os dados indicam que a pluriatividade está presente de maneira significativa nessas famílias.⁵ É importante destacar, de qualquer forma, a existência de uma parcela de domicílios (23%), cujos membros dependem exclusivamente do trabalho dentro da chácara.

Em relação ao trabalho interno, os cônjuges formam os principais parceiros... Do total de 23 cônjuges existentes dentro do grupo dos caseiros, 19 (ou 82,60%) ajudam seus maridos ou esposas no trabalho dentro das chácaras. Tal como dissemos anteriormente, homens e mulheres desempenham atividades complementares dentro das chácaras, sendo que o primeiro normalmente cuida do jardim ou horta, enquanto a mulher trabalha como doméstica ou faxineira na casa do patrão (...) Sobre o trabalho fora da propriedade, podemos observar que mais de 53% dos entrevistados do grupo de caseiros trabalha fora, assim como quase 44% de seus cônjuges. (Pires, 2001, p.38)

Com relação à questão da moradia, houve muita ênfase ao se colocar o sítio como um local mais tranqüilo para se viver. Entretanto é importante

⁵ Tabelas elaboradas por Pires (2001) mostram que, em quase 74% dos domicílios do grupo de caseiros entrevistados, existem indivíduos que trabalham dentro e/ou fora da propriedade.





frisar que muitos, ao falarem das condições de moradia, falavam, ao mesmo tempo, das condições de trabalho:

Sendo a profissão de caseiro (até pelo seu próprio nome) identificada pela associação entre local de trabalho e local de moradia, não é surpreendente que tenha havido esse tipo de interpretação. Para grande parte dos caseiros, portanto, falar das vantagens do seu local de moradia significa falar, também, das vantagens da sua profissão, tais como: não ter que pagar água, luz, e aluguel, ter um bom salário, ou melhores oportunidades de emprego. (Pires, 2001, p.40)

Ressalte-se que, em algumas situações, a chácara é apenas local de residência tanto para o proprietário como para o próprio caseiro.

Um exemplo interessante é de A. L. J., cujos patrões foram obrigados a residir na chácara do pai devido às dificuldades financeiras da empresa. Embora não pague salário, o casal “cuida” do caseiro, já com 80 anos,⁶ e permite que ele cultive uma horta para sua subsistência. Em troca, o caseiro ajuda na manutenção da chácara e cuida dela e dos animais na ausência dos patrões. Estes enfatizam a lealdade de A. L. J. Assim, a chácara vem permitindo pelo menos a sobrevivência do caseiro e dos patrões, até a situação financeira da família melhorar.

Quanto aos caseiros, as chácaras servem, muitas vezes, de residência não só para o casal e seus filhos solteiros como para os casados e suas novas famílias. Em várias dessas famílias, filhos separados voltaram a residir com os pais na propriedade onde estes são caseiros. É freqüente também a chácara abrigar os netos de filhos ou filhas solteiras.

Nessas situações, mais do que o salário propriamente dito, o importante é que a chácara passa a abrigar uma família numerosa.

É importante ressaltar que existem situações em que a propriedade ainda é produtiva e absorve a mão-de-obra de quase todos os membros. Aqui, a manutenção de uma família extensa garante a necessidade de mão-de-obra a um custo reduzido. Em outros, onde não se produz praticamente mais nada na propriedade, apenas um dos membros tem vínculo de trabalho com a chácara, e os demais exercem outras atividades fora dela. De qual-

⁶ Viúvo e com os filhos morando longe, são os patrões que socorrem A. L. J. em casos de doenças, cada vez mais freqüentes. A. L. J. reconhece que é a eles que recorre em caso de problemas sérios.





quer forma, a chácara torna-se importante na estratégia de sobrevivência da família como local de moradia, principalmente devido ao alto custo do aluguel na região.

Nos condomínios fechados, obviamente, a realidade é diversa. Neles o fundamental é garantir a segurança e a privacidade, sendo a preferência por famílias pequenas, formadas por casais jovens e mesmo por pessoas viúvas ou solteiras. Às vezes, inclusive, os caseiros sequer residem no local. Afinal, na vida em condomínio, a possibilidade de isolamento é mais que uma questão de assegurar uma vida tranqüila. É, também, estar espacialmente separado das pessoas de menor poder aquisitivo, onde só é permitida a presença de jardineiros, empregadas domésticas, piscineiros ou caseiros, devidamente credenciados.⁷

Assim, é possível perceber que quanto mais “rural” a propriedade, mais se preserva a possibilidade de manter a família no mesmo domicílio ou, com o casamento, em domicílios próximos na mesma propriedade. A diferença é que essa estratégia de manutenção do domicílio não está mais associada a uma estratégia de unidade de produção. Ao contrário, a existência de famílias que vivem apenas do trabalho na chácara é rara. A propriedade não é mais local exclusivo de trabalho para o conjunto da unidade familiar, mas converte-se em local de moradia para grande parte deles, que exercem atividades não-agrícolas.

É interessante observar que a questão da moradia torna-se relevante e adquire uma importância excepcional nessa situação de transição. Mesmo quando a família está relativamente bem alojada e já reside na propriedade por um longo período, o risco de perder a residência com as alterações em curso recoloca o problema da moradia. É o caso de uma família de S. R. S., constituída por marido, mulher, sogra e três filhos, um deles casado, morando em dois domicílios diferentes numa chácara ainda produtiva, mas cujo proprietário tem planos para transformá-la numa pousada. Assim, um dos filhos já comprou uma casa para abrigar a família, caso essa possibilidade se confirme. Ressalte-se que isso só foi possível porque esse filho tinha um emprego relativamente bem remunerado fora da propriedade.

A procura por planos de habitação popular tem sido também muito freqüente entre os caseiros, pois a aquisição da casa própria é uma garantia

⁷ Detalhes do que é a vida em condomínio podem ser vistos na dissertação de Escorza (2003).





frente à instabilidade do emprego. Afinal, a moradia e o emprego estão vinculados, quando se trata de ser caseiro.

Em outras palavras, o sonho da casa própria está muito presente, mesmo entre os caseiros que tiveram uma trajetória no meio rural e que têm como projeto futuro comprar terras, principalmente em lugares onde o preço é mais acessível. É como se, na impossibilidade de comprar um pedaço de terra maior, a compra da casa se apresentasse como um projeto mais viável. Muitos caseiros já compraram suas casas, principalmente no bairro da Capela, e mais recentemente Vida Nova, onde o preço do terreno é mais acessível. De qualquer forma, convém lembrar a valorização imobiliária no município. Apenas para se ter uma idéia, um terreno de apenas 160 m² nesses bairros estava avaliado em R\$ 15 mil, em abril de 2002.

Ressalte-se ainda que a grande vantagem é o fato de não pagar aluguel como caseiro, o que permite guardar dinheiro para a compra da casa, posteriormente.

Para a mulher, o sonho da casa própria não significa, muitas vezes, apenas segurança material advinda do fato de ter moradia assegurada. Representa ser finalmente dona de sua própria casa, já que, como caseira, mora num domicílio que não lhe pertence, embora não pague aluguel.

Não foi raro encontrar caseiras bastante divididas entre o desejo de permanecer como caseiras – tanto pelas vantagens oferecidas, como por querer manter o vínculo com alguma forma de atividade agrícola – e o desejo de ser dona de um espaço que lhe pertença totalmente, de uma casa da qual ela seja realmente a dona.

De qualquer forma, uma primeira constatação importante, além de sua diversidade, é que o rural, em Vinhedo, vem adquirindo crescentemente a função de moradia para a população, nas mais diversas faixas de renda. Isso é verdade, porque os caseiros abrigam, muitas vezes, não só a família nuclear, mas outros parentes e a nova família dos filhos casados. Essa foi, aliás, uma vantagem freqüentemente apontada pelas caseiras com relação a ser empregada doméstica. Se elas perdem, em certa medida, a privacidade, por combinar o espaço de trabalho e de residência, podem, portanto, garantir a moradia para toda a família, além de cuidar dos filhos ao mesmo tempo que trabalham.

Com relação aos filhos de proprietários, a chácara ou o sítio freqüentemente deixa de produzir, porque cada vez mais se torna o espaço onde novos domicílios são construídos. Ao se casarem, os filhos e/ou seus cônjuges,





mesmo trabalhando em atividades não-agrícolas, constroem suas residências na propriedade paterna. Mais que isso, embora com menor frequência, a propriedade paterna se torna local de residência e trabalho para filhos que perderam seu emprego em outras atividades. Com a facilidade de acesso, os filhos podem não apenas residir na chácara, mas nela exercer uma atividade não-agrícola, como a de mecânico, por exemplo.

Dessa forma, as chácaras passam a ter, não só para algumas famílias de caseiros como para a de filhos dos proprietários, um duplo papel em sua estratégia de sobrevivência. Constituem-se, ao mesmo tempo, local de moradia e de trabalho. A proximidade da cidade permite que exerçam atividades tipicamente urbanas. R. A. P. M., por exemplo, combina o ser caseira com a vendedora de produtos da marca Natura, para sua clientela, na cidade, além de cultivar produtos orgânicos em estufa.

É interessante observar que não é rara a construção de vínculos de sociabilidade bastante intensos entre as famílias de caseiros e de chacareiros/sitiantes. Só a título de exemplo, E. C. F., filha de N. M. C. F. e P. B. F., caseiros, é casada com o filho de um sitiante e mora com o sogro. A proximidade das duas propriedades permite que E. C. F. deixe a filha com a mãe enquanto trabalha de motorista fazendo transporte escolar.

A família de P. ilustra, igualmente bem, esses vínculos de sociabilidade entre caseiros e proprietários de chácaras. Seu pai vendeu a propriedade no Paraná e comprou uma chácara em Vinhedo, em um local bastante urbanizado. Mora na propriedade, mas trabalha em chácaras em formação, onde pode continuar com a enxada na mão após ter trabalhado um longo período como meeiro. Ou seja, P. é proprietário de chácara e empregado em chácara ao mesmo tempo. Sua filha é caseira em outra chácara, onde junto com o marido cultiva hortaliças em estufa.

É interessante, ainda, que, na impossibilidade de cultivar na chácara, a família de P. construiu uma casa cujo aluguel auxilia a compor a renda. Ou seja, adotou várias estratégias de sobrevivência já tipicamente urbanas, mas continua com a enxada na mão.

Finalmente, e esse é um fenômeno que já se esperava encontrar, as chácaras e os condomínios fechados tornam-se residências permanentes ou secundárias para uma população de alta renda, que busca mais segurança e tranquilidade.

Ressalte-se o fato de o rural vir assumindo crescentemente a função de local de moradia não significar necessariamente que em todas as situações





ele esteja restrito a essa função. Em algumas propriedades, elas ainda abrigam famílias dos empregados ou do próprio proprietário que continuam dedicando-se à agricultura. Nessas situações, de caso agrícola, combina-se local de residência e local de trabalho. Do ponto de vista do proprietário, contratar famílias grandes, com membros em idade produtiva, garante sua necessidade de mão-de-obra o ano todo a um baixo custo. O fato de oferecerem moradia permite rebaixar salários e evitar o custo de transporte. Evita, também, contratar um grande contingente de mão-de-obra a um custo superior na época da colheita.

Um exemplo típico de família grande é a de L. C. C. Além dele, mais sete membros trabalham na chácara, cultivando pêssego, e já possuem 7 mil pés de figo. Cada um recebe um salário mínimo, mas não tem participação na produção.

Além de garantir residência para vários segmentos da população – outro dado relevante –, as chácaras têm a possibilidade de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR), este bem menor do que o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Assim, observou-se uma grande preocupação em se caracterizar a propriedade de maneira a que continue credenciada a pagar o ITR, pois a grande metragem dos terrenos significaria pagar um imposto extremamente elevado. Ou seja, no momento de transição, um problema que tem afligido os proprietários é a substituição das atividades agrícolas pelas não-agrícolas, acarretando dificuldade no pagamento do ITR. Há uma grande preocupação em se manter um mínimo de produção agrícola para justificar o pagamento do imposto ao Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incrá), e não para a prefeitura. Nesse caso, é comum a manutenção de alguma atividade produtiva exclusivamente com essa finalidade.

Resumindo, assumir apenas a função de moradia está inviabilizando algo fundamental para as propriedades, que é caracterizá-las como estabelecimento rural. Ou seja, assumir exclusivamente a função de moradia traz para o novo rural um conflito, ao descaracterizá-lo como rural do ponto de vista administrativo e legal.

Assim, manter a propriedade exclusivamente como moradia esbarra com o problema de sua classificação como rural para estar habilitada ao pagamento do ITR. Nas situações em que isso é viável, a propriedade acaba sendo vendida e loteada para a construção de condomínios fechados.

De qualquer maneira, observa-se uma grande preocupação com a obrigatoriedade do pagamento do IPTU, à medida que, pela classificação da





prefeitura, não existe mais zona rural no município. É possível imaginar que surja uma resistência a essa classificação da prefeitura, pois, afinal, a venda da propriedade para loteamento não é o desejo e nem é plausível para todos os proprietários. Esse é um dos aspectos que demandaria uma continuidade da investigação.

Dentro das novas funções que a agricultura vem adquirindo – proteção ambiental, lazer, turismo –, o ser residência, não só para antigos moradores de regiões urbanas, como para as famílias ampliadas do próprio rural, vem prevalecendo. A exploração do turismo coloca-se como uma possibilidade, mas ainda não está concretizada. É importante salientar que a transformação das chácaras em local de moradia acaba proporcionando novas formas de renda, como, por exemplo: um proprietário alugou, além de duas casas, um barracão de sua chácara para um frigorífico; outro aproveitou a experiência adquirida com o loteamento de sua chácara e se tornou corretor de imóveis.

Do ponto de vista dos proprietários, está claro, a transformação do estabelecimento em moradia adquire significados diferentes para os vinhedenses e, também, para aqueles que vêm de fora, geralmente de São Paulo.

Para os vinhedenses, essa transformação faz parte de uma estratégia de sobrevivência. Utilizar a propriedade como local de residência e ter grande parte dos membros exercendo atividades não-agrícolas é uma alternativa para enfrentar a crise do preço da uva e de outros produtos tradicionalmente cultivados na região. Outras alternativas são mantê-la produtiva, voltá-la para o turismo ou loteá-la de maneira definitiva. E a “opção” nunca é tranqüila. Foi o que declarou a um repórter o proprietário da chácara São Sebastião, quando perguntado por que não deixava o “progresso” invadir sua chácara, vendendo-a para a instalação de alguma empresa, já que está situada ao lado do Distrito Industrial? Sua resposta: “Tento viver da uva. Até agora, ela me deu a camisa. Tenho fé que vai continuar assim. Mas está ficando difícil para trabalhar.” (Vinhedo..., 2001)⁸.

Em resumo: para as antigas famílias de Vinhedo, dar outras funções para a propriedade e, no limite, vendê-la é visto quase como uma imposição, à qual geralmente oferecem resistência. Significa abandonar uma atividade que a família já vinha mantendo não porque quisesse, mas porque é obrigada.

⁸ Vários outros depoimentos interessantes podem ser encontrados na reportagem do jornal de Vinhedo (Vinhedo..., 2001).





Daí, o motivo pelo qual muitas vezes insistir em mantê-la é visto como um verdadeiro ato de “teimosia”. A valorização imobiliária torna essa resistência crescentemente mais difícil, pois a venda da propriedade torna-se cada vez mais atraente em comparação com a eventual renda advinda da venda de produtos agrícolas.

Para os “de fora”, ao contrário, a busca de uma residência permanente ou secundária é efetivamente uma opção na busca de melhor qualidade de vida. É tido como algo que será benéfico no sentido de que terão coisas que não tinham na cidade: segurança, tranquilidade, lazer, ar puro etc. Significa, assim, mudar para melhor. O espaço torna-se um estilo de vida ao qual as pessoas aspiram.

Nesse contexto, é interessante destacar a peculiaridade da situação dos caseiros com relação à questão da moradia.

Em primeiro lugar, o fato de o emprego como caseiro garantir a moradia, na propriedade de um padrão geralmente bastante razoável, evitando gastos com aluguel, água, luz etc., é tido como sua principal vantagem. Significa usufruir um estilo de vida altamente valorizado. Assim como seus patrões, podem gozar do sossego, ar puro, segurança etc. que as chácaras supostamente oferecem. Quando perguntados sobre as vantagens de morar naquele local, esses são os aspectos mais valorizados pelos caseiros, num discurso bastante parecido com o da classe média e alta. O significado, entretanto, é diverso para ambos. Se para o patrão morar na chácara significa a busca da qualidade de vida que a cidade grande não mais oferece, para o caseiro, geralmente com uma trajetória rural, representa a possibilidade de manter um modo de vida, ao qual estava habituado no sítio, em pequenas cidades do interior.

O fato de fornecer a possibilidade de evitar gastos com aluguel, luz, água etc. é tão importante que se chega a encontrar situações as quais esse foi o dado relevante na opção de se tornar caseiro.

D. S. R., por exemplo, trabalhava como ajudante geral no Banespa de Vinhedo, quando ela e o marido, então desempregado, decidiram trabalhar na chácara. Ser caseiro, nesse caso, significou o abandono de um emprego na cidade para voltar a morar num lugar mais tranquilo e com menos violência, além de desenvolver atividade agrícola. D. S. R. e o marido cultivam, em meação com o patrão, quatrocentas caixas de uva.

Resumindo, a experiência de D. S. R. e sua família é bastante interessante, porque a vivência no Paraná como diarista nas lavouras de algodão





ou mensalista nas lavouras de café foi seguida pela passagem por um bairro periférico violento em Campinas. Esses casos lhes dão uma consciência bastante clara das vantagens de retornar ao meio rural, “um novo rural, apesar de sua estratégia de sobrevivência implicar em muito trabalho.”

Em outras palavras, morar nas chácaras não significa simplesmente ter moradia gratuita. Representa ter moradia num espaço onde a qualidade de vida é extremamente valorizada. Por essa razão, é interessante ressaltar o projeto de futuro desses caseiros: adquirir uma chácara semelhante àquela em que trabalham, inclusive no mesmo local, é um desejo bastante mencionado por aqueles em que o acesso a terra se coloca como relevante.

Para a classe trabalhadora em geral, convém esclarecer, morar em área rural nem sempre é uma escolha. Muitas vezes, ela é forçada a isso, apesar de seu emprego ser bastante distante. Para os caseiros, entretanto, isso não se constitui obviamente num problema, e mesmo quando exercem outras atividades, isso se dá em propriedades bastante próximas.

Assim, confirma-se em Vinhedo, para um conjunto extremamente diversificado de pessoas, a existência de pequenas glebas tem a função muito mais de residência rural do que de estabelecimento agropecuário produtivo. A modernização das estruturas agrárias – está claro – podia implicar no abandono da atividade agrícola, porém não necessariamente da residência na zona rural.

Os agricultores e camponeses que consideravam os ingressos da atividade agropecuária como insuficientes, se encontravam uma oportunidade de trabalho na mesma localidade ou zona, onde tinham suas terras, permaneciam, se não a encontravam abandonavam não apenas a atividade senão a área rural. (Saraceno, 2001, p.3)

Em Vinhedo, a primeira alternativa foi viável, e a propriedade transformou-se em lugar de residência.

A especificidade de Vinhedo, além da heterogeneidade de pessoas que utilizam as propriedades como residência rural, está na dificuldade de se manter essas propriedades como rural. Os proprietários têm enfrentado cada vez mais dificuldades para caracterizar os estabelecimentos como rural e assim continuar pagando o ITR e não o IPTU, pois pagar o IPTU inviabilizaria a manutenção dessas propriedades.

Um dado interessante nessa direção é que, dentro da Região Metropolitana de Campinas, Vinhedo lidera em arrecadação de impostos exclusivos do muni-





cípio. Segundo dados da Assessoria Econômica e Financeira da Prefeitura, em 2000 o município registrou R\$ 13.990.884,00 de arrecadação de IPTU e ISS, os dois principais componentes de arrecadação própria. O valor representa, por habitante, R\$ 296,32. Em 96, era de R\$ 243,83. Teve um crescimento nominal de 21,53%. Entre 1996 e 2000, o crescimento desses impostos foi de 48,56%, segundo o jornal de Vinhedo (Passado..., 2002). A citação é longa, mas demonstra bem a importância que a prefeitura dá à arrecadação do IPTU.

Outro aspecto a ser ressaltado é que muitas vezes a propriedade, além de residência, transforma-se em local de trabalho, agora não mais agrícola. Oficinas, salões de beleza e outras microempresas foram encontrados funcionando nas propriedades. Só a título de exemplo, N. N. aproveitou sua formação técnica e montou na propriedade uma microempresa que faz equipamentos para cerâmicas. Ele criou o projeto e monta a própria máquina se o cliente quiser, além de fornecer o equipamento. Para tanto, contratou três funcionários e ainda cultiva uva, que lhe dá um rendimento de cerca de R\$10.000 anuais.

Apesar de voltado para outra atividade, é interessante ressaltar, o proprietário tem um vínculo bastante forte com o rural e afirma gostar de cultivar a uva, e que viveria dessa cultura se pudesse. Tanto assim que vendeu apenas uma pequena parcela da propriedade.

Resumindo, em Vinhedo, a proximidade das chácaras ou pequenas propriedades com a cidade permite “manter a residência estável em uma zona rural e desfrutar de rendas, estilo de vida e qualificações profissionais comparáveis às das áreas urbanas, a um custo inferior” (Saraceno, 2001, p.10).

Essas vantagens explicam a grande atração pelo emprego de caseiro em Vinhedo e a transformação de seu espaço rural em local de moradia. Essa proximidade abre a possibilidade de diversas alternativas de atividades, além do emprego de caseiro. Atividades que vão desde aquelas ainda agrícolas (cultivo de frutas ou hortaliças em estufas) como as vinculadas aos próprios condomínios (pedreiros, piscineiros, jardineiros etc.) e finalmente aquelas já tipicamente vinculadas à cidade: cabeleireira, transporte, vendedora etc.

Ser caseiro e a autonomia relativa

Um aspecto interessante no perfil dos caseiros de Vinhedo é a ênfase que grande parte deles dá à questão da autonomia. Uma autonomia





recriada, que aparece de maneira bastante diversa no discurso dos caseiros de Vinhedo. Entretanto, mais uma vez, a união do local de trabalho e de residência é considerada um empecilho para a privacidade. O próprio fato de não poder se ausentar da propriedade é freqüentemente apontado como algo que cerceia a liberdade. Tirar férias, por exemplo, torna-se algo raro, já que ser caseiro implica em estar sempre presente na propriedade. Além disso, por mais liberdade que o patrão ofereça, é necessário estar sempre atento para não sair dos limites colocados pela própria relação de assalariamento. Afinal, patrão é patrão e empregado é empregado, conforme fica claro neste depoimento:

Não, porque lá na fazenda tinha um campo de futebol e no final de semana a gente jogava bola e vinha gente de fora. Agora aqui o contato é diferente: u seu João e a dona Maria têm o serviço deles e eu tenho o meu, às vezes, à noite, ele vai lá em casa ou eu vou na casa dele. No fim de semana, o patrão dele está lá e o meu está aqui, então não fica legal a gente ficar entrando e saindo, essa é a grande diferença. Eu recebo minha família, meus irmãos estão sempre aí, só que é na minha casa. Não fica bem ficar andando por aí na chácara. Isso não é só aqui, é no vizinho, é em toda parte. (Pesquisa de campo, 2001)

Por sua vez, o caseiro é freqüentemente empregado de um patrão ausente a maior parte do tempo.⁹ Isso lhe garante grande flexibilidade na utilização de seu tempo de trabalho. Assim, encontram-se as situações mais diversas apontando nessa direção. Só para citar alguns exemplos, um caseiro dedicava parte de seu tempo trabalhando na escola onde seus dois filhos deficientes freqüentavam; outros gastavam parte de seu dia cuidando de crianças ou idosos da família, o que seria impossível numa relação de assalariamento tradicional. Foi freqüente encontrar filhos, netos ou sogro(a) sob os cuidados da caseira para que os demais membros da família pudessem trabalhar. Outros ainda, como ressaltou Pires (2001) em seu relatório, fazendo churrascos em pleno dia de semana!

Assim, a ambigüidade aqui aparece no fato de que a associação do local de residência e de trabalho, de certa forma, “escraviza” o caseiro, porém lhe dá autonomia para realizar atividades que não seriam possíveis em qualquer emprego que tivesse controle maior por parte do patrão ou seu preposto.

⁹ Como dizia J. P. S. em seu depoimento: “O bom aqui é que o patrão não aborrece”. Ou um outro entrevistado: “Aqui, se eu quiser dormir depois do almoço, eu posso”.





Ressalte-se que essa última característica do “ser caseiro” é bastante valorizada pelos mesmos. Esse espaço de autonomia relativa permite uma estratégia de sobrevivência mais flexível, possibilitando conciliar o trabalho com outras atividades, produtivas ou não. Muitas vezes é possível alternar a atividade de caseiro com uma atividade por conta própria, como meeiro na própria chácara.

Essa flexibilidade e a alternativa de poder cuidar dos filhos pequenos e mesmo de parentes idosos ao mesmo tempo que trabalham foi apontada como uma vantagem importante do ser caseira. Muitas foram inclusive empregadas domésticas quando solteiras e optaram pelo emprego de caseira após terem os filhos. Isso fica claro no depoimento de A. C. S. M.: “Eu era doméstica. Parei porque ficou difícil por causa dos filhos” (Pesquisa de campo, 2001).

A diferença entre ser caseira e ser empregada doméstica não é somente uma questão de diferença salarial. A autonomia relativa do uso do tempo é algo importante, bem como a possibilidade de manter a família unida. Existem vários casos, inclusive de parentes que trabalham como caseiros em chácaras vizinhas ou próximas. Ser caseira significa, em comparação com o ser empregada doméstica, além de permitir a obtenção de um salário melhor, a possibilidade de utilizar parte do seu tempo de trabalho para outras atividades, produtivas ou não.

Em algumas situações, a atividade de caseira quase que se torna secundária. É o caso de N. M. C. F., que dedica a maior parte de seu tempo como cabeleireira. “Me viro e faço as duas coisa”, afirmava ela em seu depoimento. Observe-se que, nesse caso, atender às clientes na chácara significa evitar o risco e o ônus de manter um salão. Além dessas duas atividades, N. M. C. F. toma conta da neta para a filha trabalhar como motorista, fazendo transporte escolar.

É interessante ressaltar que, muitas vezes, o patrão estimula o desenvolvimento de atividades produtivas na chácara, oferecendo, por exemplo, a infra-estrutura necessária. A título de exemplo, um jovem casal de caseiros mostrou, orgulhoso, o cultivo de hortaliças em estufas, doadas pelo dono da propriedade. A produção e mesmo a comercialização era toda feita pelo próprio caseiro, sem qualquer interferência do proprietário.

Naturalmente que em casos como esse, além de uma postura benevolente por parte do proprietário, pode estar a sua necessidade de manter alguma atividade produtiva de forma a não pagar o IPTU. De certa forma,





percebe-se uma recriação da busca da autonomia característica da agricultura camponesa, o que pode ser um indicativo de uma ruralidade reconstruída.

Os projetos de futuro

A questão dos projetos de futuro merece algumas considerações específicas no contexto da reconstrução da ruralidade.

Em primeiro lugar, existem caseiros com projetos de futuro que vão claramente na direção de um retorno a terra, que passa por sua compra, quer em Vinhedo e região, quer na região de origem, onde seu preço é menor. É o caso de J. P. S. Sempre foi lavrador, mas, há onze anos, trabalha como meeiro num sítio de café. Com a desativação do sítio, que está sendo loteado para mais um condomínio, seu desejo é voltar para Ouro Fino, MG, onde compraria um sítio, um trator e até um pouco de gado.

Para quem tem perfil rural, ser caseiro permite estabilidade e continuar trabalhando na atividade agrícola. Como explica novamente V. D. S.: “Ser caseiro, a vantagem de ser caseiro, pelo menos nessa chácara aqui é que aqui eu tenho uma roça; trabalho de empregado e estou no campo a mesma coisa entendeu? Eu tenho uva, eu tenho acerola, eu tenho de tudo e eu tenho o meu INPS pago, entendeu?” (Pesquisa de campo, 2001)

Existem, entretanto, caseiros com projetos já totalmente voltados para o urbano. Nesse caso, o objetivo é o acesso à educação e empregos melhor remunerados, senão para si, pelo menos para os filhos. A aquisição da casa própria é parte fundamental desse projeto.

Finalmente, existem projetos “híbridos”, em que existe o desejo de acesso a terra, mas, ao mesmo tempo, esse desejo se mistura com o sonho da casa própria e com a vontade de um emprego melhor remunerado, a partir de um nível de escolaridade mais elevado.

A hipótese é a de que o desejo do acesso a terra fica, de alguma forma, comprometido pelo alto preço da terra na região e pelos baixos preços dos produtos agrícolas. Ou seja, o caseiro sofre uma espécie de desencantamento pelas dificuldades de concretização do seu desejo.

Assim, o acesso a terra fica como um projeto de futuro mais distante. Numa perspectiva mais próxima, investe-se na compra da casa própria e no retorno ao estudo como forma de melhorar sua inserção no mercado de trabalho.





Um dado interessante é que, na comparação do ser caseiro com o trabalho na agricultura que muitas vezes realizavam, a questão da segurança financeira é freqüentemente mencionada. Como enfatizava G. F., como caseiro, “todo mês o dinheiro vem”, ao contrário do que acontecia na época em que trabalhava como meeiro. Ou seja, ser caseiro permite, para os que gostam, continuar exercendo alguma atividade agrícola e ter uma renda estável. Além disso, conseguem ter uma atividade agrícola, só que exercida com uma menor exigência de esforço físico.

Para os que têm esse perfil, a opção ser caseiro é, em grande parte, feita pela possibilidade de manter uma atividade semelhante à que tinha na agricultura anteriormente.

É possível perceber que existe uma relação bastante forte entre a própria utilização da chácara e o perfil do caseiro. As chácaras que se mantêm produtivas demandam caseiros que possuem forte vínculo com o rural e possuem projetos de vida priorizando a manutenção dessa ligação.

Nessas situações, o caseiro não deixa de ser um trabalhador rural. Aqui, freqüentemente, ele sequer alterna atividades agrícolas com não-agrícolas, pois ele e boa parte da família se dedicam integralmente ao cultivo na chácara. Ao contrário do “bóia-fria”, que não parece, inclusive, ter atingido um grau de proletarização tão intenso que o torne disponível para qualquer tipo de trabalho.

Em resumo, ser caseiro é continuar realizando uma atividade agrícola. Eles próprios se definem como lavradores e não como caseiros ou empregados domésticos.

Quando o patrão necessita contratar um caseiro com perfil de lavrador, não é incomum contratá-lo em outra região onde o rural ainda tem características mais tradicionais. É o caso de T. J. B., que veio com a família de Caconde, S. P., onde o patrão tem fazenda.

No outro extremo, chácaras utilizadas apenas para residência e/ou lazer não absorvem geralmente caseiros com esse perfil. Geralmente são famílias que, embora possam até ter tido um passado rural, já se encontram mais distanciados dele. Nesse caso, sim, ser caseiro é ser empregado doméstico e freqüentemente a atividade é alternada com outros empregos que nada tem de rural. É possível, inclusive, a uma mulher sozinha trabalhar como caseira, numa situação muito semelhante à empregada doméstica.

É o caso de uma caseira que morava apenas com um filho adolescente e trabalhava como segurança num clube noturno da cidade. Ou de outra,





com a saúde bastante debilitada por um câncer, que mora apenas com a filha universitária.

Obviamente que existem situações intermediárias entre esses dois extremos. Daí insiste-se na idéia de que não existe um perfil único de caseiro nas chácaras de Vinhedo. Ao contrário, o que se encontrou foi uma diversidade de chácaras ao lado de uma diversidade de caseiros.

Ser caseiro e a manutenção da ruralidade

Dentro da heterogeneidade das chácaras que constituem hoje uma parcela significativa do espaço rural de Vinhedo e região, existe uma correspondente diversidade de perfis de caseiros. Embora esteja clara a importância das chácaras como local de residência, não apenas para a classe média-alta de São Paulo, para os proprietários da região, mas também para os próprios caseiros, elas são bastante diversas, e seus caseiros também.

Um primeiro perfil, que pode não ser o mais relevante do ponto de vista quantitativo, mas é extremamente significativo do ponto de vista da manutenção da ruralidade, é o do caseiro com origem rural e que vê no trabalho da chácara uma oportunidade de manter vínculos com o trabalho agrícola no seu sentido mais estrito.

Seu Jaime foi o exemplo mais acabado desse tipo de perfil encontrado ao longo da pesquisa.¹⁰ Daí a razão de se optar por trabalhar com o seu depoimento de forma detalhada. Para melhor aproveitamento do depoimento do seu Jaime, procura-se esclarecer três pontos importantes para explorar esse perfil: a visão de terra, a visão do ser caseiro e a perspectiva de futuro.¹¹

Com relação à importância da terra, seu Jaime enfatizava em primeiro lugar, que a terra deveria pertencer a quem nela trabalha.

A terra não é de se vendê. A terra é de nosso uso. A terra não é pra vendê.
A terra é pro nosso uso. Hoje a lei foi que separou o direito de chegá aqui e

¹⁰ Estamos identificando o seu Jaime, porque fomos autorizados a fazê-lo. As conversas longas e gostosas que tivemos durante a coleta dos depoimentos não permitiram que fosse tratado apenas como um personagem anônimo.

¹¹ Estamos, como Aspásia Camargo, Maria Isaura Pereira de Queiroz e outros, acreditando na possibilidade de fragmentar a história de vida para captar, não o indivíduo, como nas biografias, mas como fenômenos sociais.





dizê: esse 100 alqueire aqui eu quero 500 milhão. Se a senhora tivé os 500 mil conto, é dona daquele 100 alqueire de chão. Se não tem... É o que vem acontecendo... (Pesquisa de campo, 2002)

Seu Jaime chega a construir uma visão mística da terra:

Minha ilusão, sei que vô morrê. Se Deus quisé, tô pronto a hora que Deus quisé, mas digo pra senhora a verdade: eu não pude separá um pedaço de terra pra mim. Que meu prazer é a terra. É a minha vida, o meu estado aqui na terra é pra pôr lavoura em cima. Que eu não acredito que Deus tá lá não. Deus está aqui. Aqui está o pó, o sangue, o ferro, o ar, a energia, tá tudo aqui no chão. Nós estamo cercado numa ilha. Tudo em volta de nós é água (...)
Todo mundo da minha classe devia está na lei do governo, do presidente que é o nosso chefe, um conselho que dizia assim: “Essa terra quando nós nasceu já tava feita. Não fui eu, não foi você. Quem fez foi um homem só: é o Rei. Este é que fez o céu, o ar, o sol, a terra, a água e o fogo. E deixou tudo como eles são!” (Pesquisa de campo, 2002)

E termina, muito emocionado:

Eu tenho vontade de enfrentá um pedaço de terra pra mim. Eu gosto muito da terra. Eu adoro a Deus e a terra. Que sem a terra nada sou. Água, terra, sol e chuva é nossa vida. Mas não chegou pra mim. (Pesquisa de campo, 2002)

Muitas religiões como o Judaísmo, o Cristianismo, e Islamismo ensinam que Deus criou a terra e tudo o mais no universo... Consistente com a idéia do valor inerente da terra e da natureza derivado do seu criador, o valor teísta intrínseco da terra refere-se aqui ao valor dos elementos vivos e não-vivos da terra para Deus. (Bergstrom, 2001, p.12)

Assim, para seu Jaime, a terra é um bem natural precioso, que deveria estar disponível para todos, e não ter sido transformado em uma mercadoria como outra qualquer. Mais que isso, para seu Jaime, o contato com a terra e com a natureza são fundamentais. Tanto é assim, que essa é a sua principal justificativa por morar na chácara.

Um chão de casa na cidade que se compra aí, um pedaço de chão que nem minhas filha comprô aí na Capela; 160 metro de terra, só dá pra fazê o enterro, só dá pra fazê o enterro. Agora, vai morá dentro daquele paredão!!! Pode me





dá uma casa em Vinhedo todinha, Louveira, São Paulo, em toda essas cidade aqui que eu não quero, quer dizê, dispenso. Muito abafado, muita agitação. Não agüento ficá dentro de quatro parede. Plantá uma árvore e num dia de sol quente quando tivé bem folgado não tê o direito de pegá um bloco e sentá debaixo daquela árvore! (Pesquisa de campo, 2002)

Seu Jaime não acredita nem mesmo no cultivo em estufas, exatamente porque não permite esse vital contato com a natureza. Ele saiu de Barra do Borda, PE, em 1954, e foi para o Paraná, lá permanecendo até 1978. Pegou a época brava dos conflitos de terra no estado e se lembra com detalhes a grilagem patrocinada pelos então governadores, principalmente Moisés Lupião. Era a época em que se “ia rapando dos pequeno e passando pros grande”. É época em que tinha muita terra “solta”, e “um alqueire de terra valia 20 merréis”. O governador, lembra seu Jaime, vinha de avião, já que o acesso pelas poucas estradas de terra era precário, “tomava dos pequeno, matava aquele monte de gente, formava uma fazenda de 300, 400 mil alqueire de chão. Marcava daqui pra lá, daqui pra lá é meu! Rapaz, os pequeno passô encontrando!” (Pesquisa de campo, 2002)

Pode-se observar, portanto, que o forte vínculo de seu Jaime com a terra foi construído por experiências igualmente fortes da ocupação violenta da fronteira no Paraná, nos anos 50. Experiência regada a mato, onça e perdas bruscas da produção do café pela geadas.

O seu vínculo com a terra significou, ao mesmo tempo, a construção de um saber com relação ao cultivo, do qual Seu Jaime muito se orgulha. Ele lembra, por exemplo, que, em 1978, veio para Atibaia trabalhar no cultivo de morango de um japonês que buscou várias famílias no Paraná. Ficou três anos nessa chácara, mas, em 1981, após uma seca seguida de geadas, a plantação de morango e hortaliças foi completamente perdida e o patrão fugiu, devendo o salário para os empregados. Seu Jaime entra com uma ação no Ministério do Trabalho, mas, como “não achava colocação nem pra remédio”, decidiu voltar para o Paraná, largando novamente tudo para trás. O que permitiu que conseguisse um emprego, novamente lá, conta orgulhoso seu Jaime, foi seu conhecimento sobre a agricultura. Isso porque viu uma poda de café sendo feita com motosserra e sugeriu que poderia fazer o serviço manualmente com melhor resultado.

Fui lá numa fazenda lá, que eu sempre fui muito de trabalho, essa honra eu tenho... fui numa fazenda e cheguei lá tava a poda de café, motosserra, cafezal





danado. Vi aquela poda de café falei pro rapaz: essa poda de café aí vocês tá errada. Digo: seu Zé Pereira, voeis vai perder essa poda de café ... Esse café de vocês não vai brotá. Vai brotá, mas vai entrá muito óleo nesse pé de café. (Pesquisa de campo, 2002)

Após muita insistência, convenceu o administrador a deixá-lo fazer o serviço com o machado, conseguindo assim emprego. Segundo ele, o seu café brotou muito mais rápido do que o que havia sido podado com motoserra.

Ficaram tudo olhando. Eu digo: Meus filho, eu fui nascido na lavora, eu sei o que é um pé de lavora, eu sei o que é um pé de café, um pé de feijão, um pé de cana, sei preparar. (Pesquisa de campo, 2002)

E relata satisfeito o resultado desse episódio:

quando foi com quarenta e cinco dia minha poda de café já tava tudo brotada. O outro táva com uns brotinho assim desse tamanhinho. (Pesquisa de campo, 2002).

O próprio trabalho braçal deveria ser valorizado, segundo seu Jaime. Ele se entristece ao ver que a cultura braçal,

esta já era. Noventa e nove por cento hoje é maquinária. Oi meus filho, vai chegar um certo tempo aí que o maquinário vai tirar os braçal de todo mundo e geralmente. (Pesquisa de campo, 2002).

Assim, duas coisas são fundamentais para seu Jaime: seu vínculo com a terra e o saber que ele adquiriu com esse vínculo, apesar de analfabeto...

Seu Jaime ficou mais sete anos no Paraná, trabalhando como bóia-fria, “de camarada pra um e pra outro”. “Quem quisé vê sofrimento no mundo fala em bóia-fria. É duro!” (Pesquisa de campo, 2002)

E foi ficando cada vez mais difícil com a crise do café e a entrada do gado.

Seu Jaime aproveitou então a visita de um conhecido de Vinhedo e resolveu tentar um emprego. Teve dificuldade para arrumar emprego, pois em vários deles exigiam o casal.

Após várias tentativas, seu Jaime conseguiu um emprego em uma chácara para cultivar uva. Cultivou 420 mil pés de uva, mas, quando o pa-





trão quis registrar, ele preferiu ir formar uma chácara no bairro da Capela. Preparou a chácara em dois meses e o patrão então mandou que fosse rejeitar pedra na cidade. Em mais uma afirmação do seu vínculo com a terra, seu Jaime diz uns desaforos para o patrão e deixa o emprego. Esse tipo de tarefa não cabe dentro de suas expectativas de trabalhador que sempre trabalhou com lavoura.

Na tentativa de se manter enquanto tal, seu Jaime trabalhou na fazenda Monte Alegre, e, finalmente, na Chácara Sabó, onde está há 14 anos.

O trabalho realizado nessa chácara é outro orgulho de seu Jaime.

Aqui não tinha nada... Não tinha um pé de planta de nada. Só tinha cobra. Tudo isso aqui fui eu que plantei... Peguei o machado, o facão, e fui cortando, fui cortando.

Foram três anos de trabalho para deixar a chácara em ordem. O gerente tentou interferir no seu trabalho, mas quando viu o capricho com que era realizado, foi obrigado a admitir: “Com quem sabe não se mexe! Pode fazer o que quiser”.

A opção por essa chácara e sua estabilidade nela é mais uma confirmação do vínculo de seu Jaime com a terra. Nessa chácara seu Jaime pode não só cultivar, mas fazê-lo com autonomia.

A gente tem que tê um pouco de liberdade também. Fica aí num terreno, numa chacinha, e não podê plantá um pé de couve, de mandioca (...)” (Pesquisa de campo, 2002)

Ou seja, para seu Jaime, trabalhar na terra faz parte do ser caseiro. Chácaras que não são produtivas, que são apenas para residência ou lazer não interessam a seu Jaime.

Pra mim aqui tá muito bom. Eu não tenho cachorro pra cuidá, eu não tenho, tenho gato pra cuidá, não tenho piscina pra cuidá. Não, não. Não, senhora. Patrão fica pegando muito no pé da gente. (Pesquisa de campo, 2002)

É interessante ressaltar que o cultivo de produtos na chácara é visto por seu Jaime como uma importante complementação de salário. Nas chácaras, onde isso não é possível,





chega sábado, domingo é penteá cavalo, penteá cachorro, não, não. Tem que comê aquele jurinho, aquele salarinho que ganha. Se deu é aquele, se não deu é aquele! (Pesquisa de campo, 2002)

A liberdade que possui na chácara é um dos aspectos mais positivos do ser caseiro nessa chácara.

Eu moro neste sítio há quatorze anos, há quatorze ano que moro neste chão que é do Dr. Sabó. Morreu faz quinze dia. Que Deus o tenha em bom lugar. Nunca vi ele neste terreiro. Nunca me amolô num fio de cabelo. Desde que eu moro aqui. São gente fina, pra mim são gente boa. Nunca me aborreceram. (Pesquisa de campo, 2002)

A relação com os patrões é, portanto, bastante contraditória. Ao mesmo tempo que afirma que o patrão tem que ser valorizado, o que esta nova geração não faz, seu Jaime tem em sua história de vida vários conflitos com eles.

A questão da autonomia – poder realizar seu trabalho sem a vigilância constante do patrão e exercitando seu saber construído no trabalho com a terra – é algo extremamente valorizado por seu Jaime. A possibilidade de poder estar vivenciando essa experiência foi fundamental para sua permanência prolongada nessa última chácara.

Essa sensação é reforçada pelo sentimento de que é ele o responsável pela propriedade. Como o próprio seu Jaime explica: “Era pra mim tomarem conta aqui. Aqui estou como guarda florestal... Caso entendessem de invadi aqui, eu tenho que chamá alguém pra me ajudar.”

O aspecto do ser caseiro é o que vem incomodando cada vez mais seu Jaime. Garantir a propriedade pela qual é responsável está difícil com o aumento da violência, que no seu entender acontece em virtude das próprias mudanças.

Entrou muito turismo. Esses condomínios é muito ótimo porque dá serviço pra muita gente. Mais é onde os desordeiro está tudo socado aí nesses condomínio. (Pesquisa de campo, 2002)

Essa dificuldade, aliada à morte do próprio proprietário reacenderam o projeto da terra própria:

Quero a terra. Quero vivê da terra e quero que ela acabe comigo também... Um lugar que me interessa, que eu tinha vontade de ir assim, passei lá e





adorei, é o Estado de Minas. Mas minhas força já está pouca. (Pesquisa de campo, 2002)

Assim, um sonho um pouco mais viável vai-se colocando no lugar: voltar para Pernambuco. Sonho, entretanto, não compartilhado por Dona Vangelina, que se recusa a deixar os filhos para trás.

E, assim, o caseiro trabalhador agrícola vai-se mantendo como tal, resistindo a se tornar um empregado doméstico. E dessa forma permanecerá, enquanto esse tipo de chácara continuar existindo na região.

Ser caseiro: ser empregado doméstico

Outra personagem encontrada, igualmente simpática e com uma história de vida igualmente rica, foi V., originária de interior de Mato Grosso do Sul. Seu perfil, entretanto, é completamente diverso daquele do Seu Jaime. Nesse caso, não há mais a construção de uma visão da terra propriamente dita, e serão enfatizadas a visão do ser caseiro e perspectivas de futuro.

Uma característica interessante dessa caseira é que sua trajetória está bastante marcada pela sua vida afetiva. Veio para Vinhedo há mais de seis anos, fuga do marido. Após ficar dois meses na casa da irmã, conseguiu um emprego em uma chácara, por meio de um amigo. Entretanto, menos de um ano depois, decidiu voltar para Mato Grosso do Sul, basicamente em função de ter terminado o relacionamento com o namorado. Lá permaneceu por mais seis meses, cultivando na chácara da ex-sogra, quando decidiu voltar para Vinhedo, novamente. Está há mais de cinco anos na chácara atual.

Assim, uma primeira diferença com relação a seu Jaime é que, embora tenha um passado bastante ligado ao rural, essa caseira tem alternado o ser caseira com empregos em atividades tipicamente urbanas, como a venda de produtos de beleza e segurança em casas noturnas. Começou na roça aos 11 anos, mas sempre trabalhando nos intervalos, como empregada doméstica ou vendedora de produtos de beleza. E esses são os empregos mais valorizados por ela:

Eu trabalhava na roça. Nos intervalos assim eu trabalhava de doméstica, eu trabalhava na casa dos professores, eu trabalhei na casa de um vice-prefeito. Eu vendia produtos da Lemolache, da Avon, de bastante variedade de produtos, eu vendia. (Pesquisa de campo, 2002)





Mais do que o interesse em detalhar as atividades não-agrícolas, mostrando que estas, inclusive, permitiram sua aproximação de pessoas influentes na cidade, a maior valorização que ela relata em relação ao trabalho na roça pode ser claramente percebida no tom de sua voz, quando se refere aos dois tipos de atividade.

O segundo aspecto que mostra um perfil diverso de V. é o fato de ela se empregar em chácaras não mais produtivas, mas sim voltadas apenas para moradia e lazer. Quando veio para Vinhedo, trabalhou dez meses em uma chácara como empregada doméstica e ainda tomava conta de duas crianças. O filho cuidava da parte externa da chácara. Voltou para o Mato Grosso, onde ficou seis meses, retornando para Vinhedo. Na chácara atual, também não há produção agrícola, e ela trabalha basicamente como empregada doméstica, embora agora, com o filho já com 20 anos e com seu próprio emprego, ela seja obrigada a fazer a manutenção da parte externa. Este é, aliás, o principal problema nesse seu emprego.

Não é tão bom, porque eu continuo trabalhando na enxada, fazendo um serviço meio pesado. (Pesquisa de campo, 2002)

O que é valorizado no ser caseiro é a possibilidade de conciliar emprego e moradia. Em suas palavras, “o bom dessa chácara é que a gente vive sossegado. A gente não paga água, não paga luz, não paga aluguel. Isto facilita pra gente”.

Essa é, aliás, a grande razão pela qual trabalha de caseira.

Aqui eu tenho a casa. Se eu pegar minha casa e eu vender e eu tiver jeito de sair, eu deixo de trabalhar de caseira. (Pesquisa de campo, 2002)

Quando indagada sobre a possibilidade de optar pelo emprego de segurança, quando o médico recomendou deixar um deles, V. foi bastante clara:

Não, nunca. Porque neste aqui eu tenho a minha casa, né, onde a gente mora. Então, não. Lá era só apenas um bico. A gente fazia o que dava pra complementar o salário. Mas pra gente abandonar aqui e pegá lá, não. (Pesquisa de campo, 2002)

Em outras palavras, mais do que uma possibilidade de manter o vínculo com a terra, para V. o ser caseira significa a possibilidade de ter um lugar





para morar, principalmente devido à valorização imobiliária. Tanto é assim que as duas chácaras onde trabalhou não são produtivas.

Aqui tem que vivê só tipo assim, em chácara mesmo. Dois cômodos custam R\$ 350,00! Dois cômodos e um banheiro. (Pesquisa de campo, 2002)

Uma última diferença, talvez a mais importante entre seu Jaime e V. diz respeito aos planos para o futuro. Como para V. ser caseiro e atividade agrícola não estão mais relacionados, o ser caseiro deixa de ser visto como algo definitivo. Ao contrário de seu Jaime, que luta para não abandonar as atividades agrícolas, V. gostaria de se dedicar ao comércio:

Eu tenho vontade de trabalhá com vendas. Eu sou mais assim pro lado, por exemplo, que colocasse uma lojinha pra mim. Com a ajuda do meu filho e mais do meu marido... Uma lojinha de R\$ 1,99 pra gente começar devagarzinho. A gente nunca pode ir muito além. (Pesquisa de campo, 2002)

A própria avaliação do que é ser caseiro é feita de forma diferente por V. se compararmos com seu Jaime. Enquanto para ele o fundamental era a manutenção do vínculo com a terra, para V. trata-se de garantir a moradia e, ao mesmo tempo, um trabalho que, de qualquer forma, é melhor do que o da empregada doméstica tradicional.

“Eu prefiro este serviço do que empregada doméstica”, afirma em seu depoimento. A razão é a maior exigência e controle dos patrões, quando se trabalha como empregada doméstica.

Eu prefiro este serviço do que empregada doméstica. Empregada doméstica é muita coisa. Não tem condição! Esse pessoal de São Paulo, eles são muito exigente. As patroas! Mesmo tando de folga a gente não tinha sossego. (Pesquisa de campo, 2002)

Fica reforçada a visão de que se trabalha mais sossegado nas chácaras, ou seja, com maior liberdade, embora tendo a preocupação e responsabilidade pela segurança.

Tem mais liberdade. Embora que a liberdade da gente, aqui a gente tem liberdade, mas ao mesmo tempo a gente tem a mesma obrigação, porque a gente





nunca pode sair todo mundo e deixar sozinha a chácara. Sempre a gente tem aquele dever, né! (Pesquisa de campo, 2002)

A questão da segurança, aliás, é uma das poucas que unem esses dois caseiros com perfis tão diferentes. O aumento da violência é apontado por ambos como uma das maiores dificuldades.

É difícil a vida de trabalhar em chácara. Porque a gente tem aquela preocupação de sair e voltar, né. Vê se está tudo em ordem, né. A gente chega e tem que presta atenção nas coisas, vê como é que tá. Aquilo que a gente chega, quando vê um rastro de carro diferente, a gente sabe que veio alguém, já teve alguém diferente aí... Roubaram a casa estes tempos atrás... dia vinte e quatro de abril. Desde quando eu tava morando aqui nunca tinha acontecido uma coisa dessa. Eu nunca na minha vida eu tinha entrado dentro de uma casa que tivesse sido assaltada. Aí pra mim foi um choque tão grande que eu não sabia o que fazia. Eu jamais imaginava que ia acontecer isto aqui. (Pesquisa de campo, 2002)

Algumas considerações

Se levar em consideração, especificamente, as relações dos caseiros com os demais integrantes que compõem o mundo rural hoje, pode-se observar, principalmente, que eles possuem uma percepção bastante clara das mudanças ocorridas.

Destacam-se como aspecto positivo a geração de empregos e a melhoria no atendimento, principalmente nas áreas de saúde e educação. Entretanto a entrada desses novos personagens levou a um aumento da violência. A questão da segurança se coloca hoje como o grande problema para quem é responsável por zelar por uma propriedade.

Uma segunda observação relevante é a não existência de qualquer organização articulando seus interesses específicos. Se há associações, ainda que embrionárias, tanto de produtores como dos atores voltados para o turismo, os caseiros não participam de qualquer organização específica.

Mais que isso, seu grau de sociabilidade é relativamente baixo. Sua convivência geralmente se restringe à família e a poucos amigos. Vários deles sequer participam das festas da região.

Um dos motivos que podem justificar tal realidade é o próprio paternalismo bastante presente na relação entre caseiros e seus patrões. De certa





forma, essa relação é ainda mais pessoal do que a das próprias empregadas domésticas e suas patroas. A não separação entre local de trabalho e moradia, que se constitui numa das características do ser caseiro, reforça essa tendência. O próprio salário, frequentemente, tem componentes não monetários.

Outro aspecto que poderia justificar o não associativismo entre os caseiros é a sua própria diversidade. Na verdade, o que se percebe é uma gama tão grande de chácaras e caseiros, tornando difícil perceber o que os une. São sujeitos com diferentes visões do que é ser caseiro. Só para recordar, enquanto para alguns se trata apenas de um emprego temporário, para outros é uma profissão definitiva. Enquanto para uns ser caseiro permite manter o vínculo com a terra e com o rural, dedicando-se apenas ao trabalho na chácara, outros têm projetos de futuro já voltados para o urbano. Para esses, a pluriatividade adquire um significado de alternar o trabalho na chácara com uma diversidade de atividades não-agrícolas.

Essa diversidade inclui relações diferenciadas também com os demais atores. Alguns têm uma relação de assalariamento com os patrões de classe média-alta, geralmente de fora. Outros, entretanto, relacionam-se de forma muito mais igualitária com os antigos proprietários das pequenas chácaras de vinhedenses que têm, inclusive, um estilo de vida bastante próximo ao seu. Casamentos entre famílias de caseiros e esses proprietários não são incomuns.

Resumindo, as relações paternalistas, associadas a uma grande diversidade de situações, dificultariam a possibilidade de esses novos atores atuarem a partir de interesses coletivos.

Poder-se-ia mencionar ainda as dificuldades de ordem prática, relacionadas ao próprio isolamento, e de deixar as chácaras sozinhas por razões de segurança.

De qualquer forma, a reconstrução da ruralidade vivenciada em Vinhedo permite a existência de um grande contingente desses trabalhadores que, de um lado, insistem em manter uma ligação com o rural, e, de outro, beneficiam-se da proximidade com o urbano. Nesse cenário de mudanças, percebe-se uma grande capacidade de adaptação desses novos personagens. Garantiram moradia e a possibilidade de conciliar – no caso das chácaras produtivas – a atividade agrícola com uma estabilidade de renda proporcionada pelo salário. Mais que isso, com relação a esses caseiros que ainda cultivam a terra, foi possível manter certa especialização, pois se dedicam apenas a essa atividade.





No extremo oposto, aqueles que não mais desejam se manter nas atividades agrícolas têm a oportunidade de complementar o emprego de caseiro com empregos não-agrícolas.

Assim, qualquer perspectiva de política pública, visando estimular o desenvolvimento local, que tem de considerar uma crescente aproximação do urbano e do rural em Vinhedo, deve manter e estimular as possibilidades de atender à geração de empregos, de maneira a atender os vários perfis de caseiros.

Referências

BERGSTROM, J. C. *Postproductivism and rural land values*. Athens: Dept. of Agricultural & Applied Economics, University of Georgia, 2001. (Faculty Series, 01-20).

CARNEIRO, M. J. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. 2002. Mimeografado.

ESCORZA, R. *Urbanização do meio rural: condomínios fechados em Vinhedo*. São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC, Campinas, 2003.

JORNAL DE VINHEDO. Vinhedo ainda tem uva sim senhor, 17 mar. 2001. Caderno B.

MOYANO ESTRADA, E. *Agricultores y no agricultores: un partenariat necesario para el mundo rural: agricultura familiar en España 2002*. Madrid: Fundación de Estudios Rurales, 2002.

PASSADO e presente: um pouco de lembrança, muito progresso nos 53 anos de Vinhedo. *Jornal de Vinhedo*, ??? B 1???, 30 mar. 2002.

QUAL O SIGNIFICADO DE B 1 (a princípio deveria ser página)

PIRES, A. *Relatório científico*. Bolsa de Doutorado, Fapesp, ago. 2001.

SARACENO, E. *A experiência européia de desenvolvimento rural e sua utilidade para o contexto latino-americano*. 2001. Trabalho apresentado no Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2001.







Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas: quem ficou de fora?*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues
Ana Carolina Nascimbem

Ele discute mais a questão da produção, ele discute a questão da comercialização, a questão da irrigação das lavouras. Nós não conseguimos nos inserir. Porque pra nós, nós fazemos o papel de reivindicar. Então nós somos aqueles que vão reivindicar as condições do trabalhador pra fazer o plantio, pra fazer a irrigação, pra fazer isto, pra fazer aquilo. (Entrevista às autoras, 2004)

Introdução

O objetivo principal do trabalho é apresentar um primeiro levantamento das entidades voltadas para a conquista dos direitos sociais no espaço rural de Campinas. Conforme previsto, foram objeto da pesquisa inicialmente as entidades com um grau maior de institucionalização, mais facilmente detectadas, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas (CMDR) e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável (GDRS).

Estamos supondo que a existência dessas entidades colabora para a construção de espaços públicos e, por sua vez, a participação nos espaços públicos contribui para o aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos, pois possibilita a convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados reconhecidos como legítimos. O espaço público, ao

* Artigo publicado no livro *Discutindo identidades*. Associação Editorial Humanitas/CERU/USP/2006





ter como fundamento o reconhecimento do outro como um “sujeito portador de direitos”, tenta burlar as assimetrias de poder e oferecer um campo regulado democraticamente para a administração de conflitos.

Os conselhos estão crescendo cada vez mais, são exigências legais. São novos instrumentos de expressão, representação e participação dotados de potencial de transformação política. Porém isso depende de como serão implementados e operacionalizados. O Conselho, em si, enquanto exigência da lei, não garante nada. Eles podem imprimir um novo formato às políticas públicas desde que implementados e operacionalizados com a efetiva participação cidadã (GOHN, 2000, p.36).

Na pesquisa, ficou clara a dificuldade de participação em geral e de alguns representantes em particular. Nem todos os representantes que deveriam compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-Campinas têm comparecido às reuniões, levando à sua exclusão, prevista pelo próprio regimento.

A solução tem sido a alteração da composição do CMDR-Campinas, substituindo os representantes excluídos por outras entidades. Isso nos levou a investigar o porquê da não-participação. Acreditamos que a simples substituição de representantes não resolve a questão de que algumas entidades, que deveriam estar integrando o conselho, efetivamente não estão. É o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região, que, ao contrário do Sindicato Rural, tem estado ausente no conselho.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas: um *pouco* de história

De maneira geral, o interesse da pesquisa foi investigar o porquê da existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural numa Metrópole como Campinas. O Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas foi constituído a partir da Lei Municipal nº 9.804, de 16/07/1998. A justificativa era a de que, embora seja conhecido basicamente pelas suas indústrias, comércio e universidades, o município de Campinas não deixa de ter um meio rural importante que precisa ser planejado. A primeira reunião se realizou em dois de março de 1999, no auditório da Central de Abastecimento de Campinas (Ceasa-Campinas), que passou a ser a sede do conselho. O presidente do Ceasa





foi indicado presidente do conselho e o diretor do Sindicato Rural seu vice-presidente, numa clara demonstração da necessidade da presença de órgãos estatais para a instalação do conselho. Na segunda reunião, realizada no início de abril, foi aprovada proposta de regimento do CMDR-Campinas.

Com relação às diretrizes, o CMDR-Campinas deve fundamentalmente identificar problemas dos vários segmentos do setor agrícola municipal e formular propostas de solução; promover a participação da comunidade rural em assuntos de seu interesse; propor diretrizes para a política agrícola municipal; incentivar a ação coordenada de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, bem como ainda do cooperativismo e associativismo; integrar as associações públicas e privadas vinculadas à pesquisa, ensino, produção, comercialização, armazenamento e industrialização, no planejamento e execução dos programas e recursos locais; viabilizar soluções municipais e regionais com as autoridades competentes quer sejam elas municipais, estaduais ou federais, e ainda com os outros Conselhos de Desenvolvimento Rural.

A exemplo de grande parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o CMDR-Campinas é órgão consultivo de assessoramento do Poder Executivo.

Com relação às finalidades, o CMDR-Campinas deve propor diretrizes para a política agrícola municipal, colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos e programas de expansão e desenvolvimento rural municipal, propor e acompanhar os programas de desenvolvimento rural, convocar reuniões comunitárias para a discussão de planos, ações e atividades relativas aos vários segmentos do setor agrícola e apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo. Nessas duas últimas finalidades, principalmente, fica clara a intenção do conselho de colaborar para a constituição do capital social no espaço rural de Campinas.

Embora tenha nascido bastante institucionalizado, principalmente devido à forte presença do Sindicato Patronal Rural e de órgãos do poder público, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) e a Central de Abastecimento (Ceasa), o CMDR-Campinas vem tentando incorporar uma participação mais efetiva das associações dos produtores rurais. A atuação do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, diretamente ligado ao Executivo, tem sido importante nesse sentido.





Maiores detalhes sobre as atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural podem ser encontrados no relatório da pesquisa.

Direitos no espaço rural: ainda a questão dos direitos trabalhistas

A não-participação dos trabalhadores rurais, por meio de seu sindicato, foi motivo de uma preocupação especial nessa investigação. Para tanto foram realizadas entrevistas aprofundadas com a diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o objetivo de recuperar a história do sindicato e os motivos de sua não-participação no Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas, apesar de estarem incluídos desde o decreto de sua fundação.

Indagarmos sobre essa ausência sistemática do sindicato faz sentido quando os conselhos, como espaços de co-gestão, deveria constituir-se em espaços onde “o Estado sentasse formalmente à mesa e ali se formulam políticas públicas, se estabelecem contratos, se reconhecem direitos” (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 2000, p. 65).

O entendimento dessa questão tornou evidente algo que já tínhamos como hipótese. A conquista dos direitos no espaço rural não é um processo linear, onde a entrada de novos direitos na pauta do aprofundamento da cidadania elimina a necessidade de se continuar reivindicando direitos formais básicos, como os direitos trabalhistas. Principalmente “entre os trabalhadores rurais, onde essa conquista tem sido tão difícil.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região têm como base os municípios de Campinas, Paulínia, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Cosmópolis, mas sua história está fortemente vinculada a esse último município. Mais especificamente, a atuação do sindicato está voltada para os cortadores de cana da Usina Ester, aí localizada. Num espaço onde os direitos trabalhistas têm sido tão duramente conquistados, não deve ser motivo de estranhamento que a prioridade do Sindicato Rural seja a garantia e aumento dos direitos trabalhistas e não a participação no conselho. Em outras palavras, entre consolidar direitos fundamentais para que eles não sejam mais dívidas como no passado e a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Sindicato priorizou a primeira opção. É disso que se trata basicamente, como veremos a seguir.

A história do sindicato está marcada por uma trajetória de lutas que inclui duas greves, uma em julho de 1986 e outra em 1989.





O sindicato ele nasceu a partir de uma luta dos trabalhadores mesmo. Não foi aquela organização onde as pessoas vai lá pega e forma as lideranças pra criar. Este nasceu da luta. (Entrevistas às autoras, 2004.)

O início do processo de constituição do sindicato se deu em dezembro de 1986, após greve dos cortadores de cana da usina Ester, localizada em Cosmópolis. Um dos motivos da greve foi o mesmo da famosa greve de Guariba, ocorrida dois anos antes: o aumento de ruas que o trabalhador deveria cortar simultaneamente, agora sete e não mais cinco, aumentando o esforço físico e dificultando sua produtividade.¹ A fundação definitiva se dá em 1989, após a obtenção de toda a documentação necessária.

O movimento de Guariba, entretanto, não teve influência significativa nessa primeira manifestação dos cortadores de cana da usina Ester. O principal motivo da greve foi algo que mostra como os direitos mais fundamentais estavam distantes desses trabalhadores. Os cortadores de cana não tinham o direito de beber água quando tinham sede. Precisavam terminar o corte de toda uma rua para, ao sair dela, poder beber água. Tempos difíceis, como lembra a dirigente sindical: “acontecia de sair mulher desmaiada. Parece mentira, ter que brigar pra tomar água”.

É, em 1986, quando levantou a greve, nós tivemos vários pontos de reivindicação, o principal era esse, era a água. Por quê? Nós não podíamos beber. Você tinha que ir para a rua, se você... a cana alta te cobrindo, você entrava no meio daquela cana, carpindo e você só podia tomar água quando você saísse do outro lado da rua, mas você ia por dentro da rua, não andando, você tinha que ir carpindo, aí, para você beber água, era a mesma coisa: você entrava aqui e tinha que sair lá do outro lado, porque você não podia sair daqui para ir lá fora beber água. Acontecia de sair mulheres desmaiadas do meio do canal, porque às vezes o mato estava muito forte, porque tem um tipo de capim que a sombra não dá para ele. E justamente quando tinha colonhão,

¹ Convém esclarecer que a lavoura de cana-de-açúcar é plantada em sulcos longitudinais que formam ruas de cana separadas por 1,50m aproximadamente. Por ocasião da colheita, o trabalhador volante corta simultaneamente várias ruas paralelas, jogando as canas em um eito central. Assim, por exemplo, no sistema de cinco ruas, ele corta simultaneamente as ruas 1 a 5, jogando a cana para o centro da rua 3, formando assim o eito. No sistema de sete ruas, uma rua a mais de cada lado é cortada simultaneamente, obrigando o trabalhador a lançar a cana cortada não mais a 3m, mas a 4m para atingir o eito (SILVA, 1997, p. 59). Para os usineiros, a grande vantagem é a maior racionalidade do carregamento e transporte de carga, além de diminuir as impurezas.





tinha um outro capim muito forte, e você tinha que limpar a rua. Se você não limpasse, [...] você só bebia a água quando saía do outro lado. Então essa foi uma reivindicação muito grande nossa. (Entrevista às autoras, 2004.)

Pode-se observar no discurso da diretora do sindicato rural uma ênfase na autonomia tanto na sua organização quanto nas suas reivindicações. Foi ressaltado com frequência não só que a organização tinha decorrido das próprias greves, mas também que tinham obtido avanços que outros cortadores de cana não conseguiram. Um exemplo citado várias vezes é o dos trabalhadores da Usina Ester, que recebiam por semana, enquanto os cortadores de cana normalmente recebiam por mês.

De qualquer maneira, a presença de um partido político foi significativa na fase inicial de organização do sindicato, conforme podemos observar no depoimento abaixo:

Em 1986, nós tivemos um movimento de greve aqui na Usina Ester no mês de julho e, a partir desse movimento, a gente criou a organização dos trabalhadores através do sindicato, porque, durante a greve, nós conhecemos algumas pessoas do PT daqui do município que ajudaram a gente a estar formando a organização. (Entrevista às autoras, 2004.)

Outro ponto importante nesse período inicial do sindicato foi a luta pela eliminação do assédio sexual às mulheres cortadoras de cana. Nas palavras da dirigente sindical, “as mulheres, naquela época, sofria muito assédio sexual. Isto nós acabamos com ele na roça”.²

A eliminação do assédio sexual nos remete obviamente à questão dos direitos da mulher e, conseqüentemente, à questão do direito à diferença. Nessa realidade específica, o direito à diferença implica em indagar como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região tem conciliado a luta mais geral relativa à conquista/manutenção de direitos trabalhistas com as diferenças que ainda existem com relação à mulher bóia-fria.

Trata-se, portanto, de se refletir sobre a obtenção/ampliação de direitos referida à questão da cidadania, mais especificamente de uma nova concepção de cidadania.

² A própria dirigente foi vítima de assédio sexual e ainda se emociona ao lembrar o episódio. O fiscal lhe negou serviço, mas foi à sua casa à noite dizendo que ela poderia trabalhar no dia seguinte se saísse com ele. Ela não hesitou em denunciá-lo.





Esta trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Esta concepção não se limita portanto, a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou a implementação efetiva de direitos abstratos e formais e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. (Dagnino, 1994, p. 107-108)

Aqui, é importante ressaltar um aspecto ainda não salientado na nova abordagem da cidadania. É “possível afirmar que essa redefinição contempla não só o direito à igualdade, mas também o **direito à diferença**” (Dagnino, 1994, p. 107-108; grifos nossos).

O direito à diferença não deve, de qualquer forma, levar-nos a abrir mão de algo ainda mais fundamental, que é a igualdade. Como lembra Flávio Pierucci (1993), “se é para alguém de esquerda abraçar a diferença, que o faça sem abrir mão da igualdade” (p.10). Trata-se muito mais de uma explicitação das diferenças e da administração dos conflitos e interesses com base em normas pactuadas e públicas, não ficando confinados ao terreno do privado ou submetidos ao interesse do mais forte (Grupo..., 2000, p. 55). O que significa aumentar as condições de igualdade para grupos/interesses diferentes.

Vera Telles concebe a esfera pública como sendo:

[...] o local onde os conflitos e as diferenças podem ser equacionados tendo como medida comum o reconhecimento dos direitos. Os direitos emergem em sua análise como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, que não se referem apenas às garantias inscritas nas leis e instituições, mas, antes de mais nada, a uma forma específica de regular as relações e os conflitos sociais. Como forma de sociabilidade, ela diz, os direitos constroem “vínculos propriamente civis” entre os indivíduos, os grupos e as classes, constroem uma “gramática civil”, que baliza as relações entre os indivíduos na referência a medidas de justiça que são sempre alvo de questionamentos e reformulações, uma vez que não são redutíveis a prescrições legais.” (Telles *in* Grupo..., 1998/1999, p. 56-7)

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campinas e Região tem levado uma luta no sentido de que as mulheres sejam consideradas trabalhadoras nas mesmas condições que os homens e que ambos sejam respeitados como trabalhadores.

A palavra respeito foi mencionada com frequência durante as entrevistas com a diretora do sindicato, indicando a estreita ligação entre a obtenção





de direitos e o ser respeitado nos mais variados aspectos. Na avaliação que faz, a ênfase é sempre que *a gente avançou muito em termos de respeito*.

Com relação à mulher, este respeito significa ser tratada em pé de igualdade com o homem.

Tinha uma divisão do trabalho em questão da produção. A mulher produzia [...], a mulher era mais fraca! [...] Então isto se diferenciava. Hoje não é isto. A mulher vai lá e corta cana por ela mesma, não por proteção disto ou daquilo. Por que era este tipo de proteção que fazia com que os trabalhadores fossem divididos e a mulher assediada até. Isto acabou. (Entrevista às autoras, 2004)

Em outras palavras, para ser respeitada, a mulher cortadora de cana não deve ser “protegida”, como na tradicional cultura da dádiva, na qual, como ressalta Teresa Sales,

No âmbito da sociedade escravocrata, os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravidão, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias. (Sales, 1994, p. 25)

Afinal, vida, trabalho, bens e mobilidade pessoal eram direitos que chegavam aos pobres como dádiva do senhor de terras (Telles, 1994, p.46).

Estão aí as bases daquilo que tem sido denominado cidadania concedida, ou seja,

a não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos mais elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida dar-se-ia apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos de 1960 [...] Trata-se de uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência, que fornece a base para a continuidade de tais relações, as quais, por sua vez, são associadas à cultura da dádiva. (Sales, 1994, p. 27)

Assim, se os trabalhadores rurais do sexo masculino estão lutando para se livrar dessa não-cidadania, as do sexo feminino também. E isso só será possível à medida que forem tratadas da mesma maneira que eles.





Quando afirma que hoje a *mulher vai lá e corta cana por ela mesma*, a diretora do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Campinas e Região está fazendo um discurso na direção daquele de Flávio Pierucci (1993), quando afirmava que abraçar a diferença não deve significar abrir mão da igualdade.

Em seu discurso, podemos perceber que refletir sobre a especificidade da situação da mulher cortadora de cana significa principalmente inseri-la nas mesmas condições de seus companheiros do sexo masculino. A diferença, mais uma vez, não deve implicar em abrir mão da igualdade.

De outro ponto de vista, podemos afirmar que, mesmo preocupada com a mulher e seus problemas específicos, ela não subestima o fato de que elas como outras minorias

são também membros de uma classe e estão inevitavelmente situados em algum ponto da estrutura social de suas sociedades. As mulheres, nessa visão, são parte da classe proletária, como trabalhadoras ou como esposas de trabalhadores, ou naturalmente como ambas as coisas; ou são membros da classe dominante, também em virtude de suas profissões ou posição no mundo dos negócios, ou pelo casamento. (Miliband, 1999, p. 497)

Fica evidente que a grande preocupação do Sindicato é a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais do corte da cana da usina Ester, de ambos os sexos, apesar da necessidade da preocupação especial com a mulher cortadora de cana. A própria diretora do sindicato trabalhou no corte de cana antes de assumir o sindicato. Tem e continua tendo uma história bastante combativa junto a esses cerca de 1.500 trabalhadores da usina.

O pessoal da cana é a área maior, mais forte do sindicato. A gente avançou muito em termos de respeito. (Entrevista às autoras, 2004)

A greve de 1989 foi igualmente um marco importante na história do sindicato. Longa, com duração de 21 dias, a greve acabou configurando-se numa verdadeira guerra. A própria diretora do sindicato foi seqüestrada e abandonada num matagal.³

³ O relato deste foi o momento mais emotivo de todas as entrevistas, e a diretora do sindicato teve dificuldades para se conter ao lembrar o episódio.





Na época, já foi a reivindicação de 89, que nós tivemos uma outra greve, né? Mas, em 89, nós tivemos uma greve também, durou 21 dias. Nessa greve, teve muito problema, muita coisa grave aconteceu. Eu não posso dizer que eu fui seqüestrada, que eu não sei o que fizeram comigo, né? Mas, naquela época, me tiraram do meio do movimento, eu fiquei 2 dias não sei aonde. A única coisa que eu sei é que eu fiquei com os olhos vendados. Aí desceu bastante deputado para cá. Os trabalhadores foram todos para a rua, em protesto, em grito, que eles queriam que me devolvessem ou viva ou morta. E 2 mil pessoas foram... fizeram greve nessa cidade aqui, assim, direto, fazendo o comércio fechar e fechou mesmo, sabe, enfim, foi uma guerra que aconteceu em 89 aqui. E aí nós, depois desses 2 dias, eu fui solta num pomar de laranja aqui em cima e passei uma noite ali, toda amordaçada, amarrada, quando me encontraram no dia seguinte tiveram que fazer muita coisa para eu voltar ao meu normal, porque era noite fria. Enfim, foi uma guerra, 1989 foi uma guerra que nós tivemos aqui. (Entrevista às autoras, 2004)

A radicalidade de ambas as partes dificultou a obtenção de resultados positivos. De um lado, os trabalhadores não receberam os dias parados, o que causou um refluxo grande no movimento. De outro, a diretoria da usina foi demitida, por sua incapacidade de negociação.

A usina enfrentou a greve, nós também. Naquele ano, nós tivemos uma perda significativa porque foram 21 dias de greve que nós não ganhamos os dias parados. Eu acho que foi um dos movimentos mais fortes em termos de participação e mais fracos em termos de ganho. Aí o sindicato ficou de 89 até 94 ou 95 para se recuperar politicamente diante dos trabalhadores. Nós tivemos que repensar a nossa política de trabalho porque foi uma derrota para nós naquele tempo, porque o trabalhador perder 21 dias de greve, perdeu todo o décimo terceiro dele, perdeu férias..., aliás, perdeu férias, assim, foi muito grande. Aí nós ficamos até 1995 praticamente no chão, porque não se conseguia se falar, nós nos queimamos muito, a diretoria do sindicato se queimou muito com aquela greve, porque a usina bateu pesado, ela fez para derrubar o sindicato. Aí nós começamos fazer um trabalho, como se fosse começando mesmo, eu digo que nós começamos. Nós não retomamos o trabalho, nós começamos um novo trabalho, que era uma política dessa que você vê aqui, ilustrado aqui nessa pauta que eu te dei, por exemplo, as reuniões no local de trabalho, está vendo? (Entrevista às autoras, 2004.)

Assim, a greve de 1989 foi importante na trajetória do Sindicato, principalmente porque levou a uma mudança importante na maneira de





lutar pelos direitos. Não mais por meio de uma postura de confronto, mas de negociação, de busca de consenso a partir do trabalhador organizado.

Hoje nós temos um trabalho muito grande, um trabalho muito bonito em relação à organização dos trabalhadores. O resultado daquela greve nos ensinou muito a fazer um outro tipo de trabalho. Hoje o trabalhador não sai pra cortar cana, ele não começa a cortar cana sem saber o que ele vai ganhar, quanto ele vai ganhar, como vai ser, o que ele vai receber, o que é que vai dar. Mas isto não num movimento de paralisação. (Entrevista às autoras, 2004.)

Aqui o importante a ser ressaltado é a necessidade de se levar em conta não apenas os avanços na conquista dos direitos em si, mas também os avanços na maneira como eles vêm sendo obtidos. Nesse caso específico, a maior capacidade de negociação permitiu um avanço na própria conquista de direitos. Como o cortador de cana é pago por produção, foi fundamental ter controle sobre ela.

O bóia-fria, o cortador de cana na realidade onde ele tem mais exploração é no controle da produção dele, porque ele não sabe controlar. (Entrevista às autoras, 2004.)

Um exemplo de avanço nesse sentido é que, ao contrário dos demais trabalhadores que são pagos mensalmente, os trabalhadores da Usina Ester recebem seu salário por semana. Além disso, o sindicato tem um controle rígido da produção, da qual depende a remuneração do trabalhador, pelo computador, na balança instalada na usina.

O controle da produção, ele funciona da seguinte forma: lá na roça, tem as quadras de cana, que, no geral, fala, assim, um campeão. Então alguém da empresa vai lá, olha a cana, e fala: olha, essa cana aqui vai dar tantos quilos por metro. O trabalhador ganha por toneladas, né? Então a partir de tantos quilos por metro, faz-se a conversão. Aqui funciona da seguinte forma. Não é isso, era, mas nós acabamos com isso. Hoje o trabalhador, a usina vai lá, recolhe toda a cana daquela quadra. Por exemplo, a quadra do Bom Retiro... tá? A quadra número 1. Vão lá os trabalhadores cortarem a cana da quadra número 1. Recolhe tudo, passa na balança da usina. O sindicato tem um computador do sindicato lá na balança da usina e temos as pessoas que ficam lá na balança, dia e noite, de domingo a domingo, pegando o peso de cana de cada caminhão que passar ali. Aí, isso nós fazemos, aqui do sindicato, faz-se uma apuração do total de cana e aí, pela





quantidade de metros que eles cortarem, encontra-se o valor real do peso de cana. Então, hoje, a gente consegue ter um controle até do quilo de cana que eles cortam. E isso não tem em todo o Brasil. (Entrevista às autoras, 2004.)

A conquista do direito de controlar a produção exigiu um aumento grande na organização dos trabalhadores, organização da qual aparentemente a diretoria da usina duvidava. Assim, atendeu a reivindicação, achando que os trabalhadores não seriam capazes de efetivá-la.

É, nós optamos por fazer um programa e, nesse programa, a gente... que foi desenvolvido aqui por nós mesmos; pensamos, aí você controla a tonelada de cana que deu, a quantidade de metro, tem o número da quadra, tem o número da nota fiscal que saiu aquele caminhão de cana. Então se o trabalhador terminou a safra de cana, e a gente sabe que se deu um probleminha, nós vamos buscar ali, que a gente vai encontrar, está registrado. E no resto do estado não é assim, no resto do estado é chamado de campeão, e para nós é quadra fechada, tá? Os patrões, na realidade, eles apostam que até quando conceberam essa reivindicação para nós, eles conceberam apostando na nossa incapacidade de conseguir fazer algo maior, conforme foi esse controle de produção. Mas não. A gente sabia o que queria, então, assim, nós tivemos grandes avanços, tivemos greve fortíssima. (Entrevista às autoras, 2004.)

A conquista do direito ao controle da produção, realmente exigiu um esforço grande, incluindo uma equipe em tempo integral na usina. Essa equipe é composta por funcionários do sindicato especialmente treinados.

A pauta de reivindicações 2004 continua tendo como ênfase a luta pelo controle da produção. Uma das cláusulas relativas às condições de trabalho e relações trabalhistas estabelece inclusive que os empregadores ficam obrigados a fornecerem diariamente comprovantes de produção contendo o nome do empregado, o tipo de cana cortada, a quantidade – metro/peso e seu correspondente valor em dinheiro.

O controle sobre o processo de mecanização também tem sido outro ponto importante na pauta de reivindicações. O sindicato conseguiu realizar um acordo para que a usina não continuasse a mecanizar após a compra de cinco máquinas colheitadeiras.⁴

⁴ A avaliação do sindicato é a de que cada máquina substitui oitenta trabalhadores no corte da cana.





Em resumo, o sindicato tem vínculo especialmente forte com essa categoria de trabalhadores. E em grande medida é isso que leva ao desinteresse em participar do Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas, cuja pauta de discussão lhe parece muito distante:

É uma pauta voltada para quem produz e não uma pauta voltada para quem vende mão-de-obra, justifica a diretora do Sindicato. Onde está uma discussão sobre recuperação de emprego por exemplo? (Entrevista às autoras, 2004.)

Assim, o sindicato não se sente envolvido com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que supostamente não estaria tratando de questões pertinentes aos trabalhadores rurais.

Este Conselho não foi criado para pensar políticas para os trabalhadores. Ele foi criado para pensar uma política pensada para o desenvolvimento dos agricultores. E aí o Sindicato Patronal... Eles são envolvidos diretos porque eles representam o pequeno e médio produtor que é o Sindicato Rural. (Entrevista às autoras, 2004.)

Pode-se perceber que a atuação do sindicato rural está ainda bastante marcada por uma concepção de luta de classes que pressupõe uma assimetria das duas “classes fundamentais” expressando as contradições em curso na produção e reprodução das condições de exploração na sociedade.⁵ Isso tem dificultado perceber a importância de atuar em instâncias onde vários segmentos participam, como o Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas.

O conselho se tornou assim insuficiente pra nós, porque ele discute mais a questão da produção, ele discute a questão da comercialização, da irrigação das lavouras, enquanto que nós, nós não conseguimos nos inserir. Por que nós, nós fazemos o papel de reivindicar. Então nós somos aqueles que vão reivindicar as condições do trabalhador, pra fazer a irrigação, pra fazer o plantio, pra fazer isto, pra fazer aquilo. (Entrevista às autoras, 2004.)

Mesmo a aliança com pequenos e médios proprietários não é vista como possível, já que, embora menores, eles são empregadores e não trabalhadores.

⁵ Sobre essa questão, ver, por exemplo, Balibar (1996).





E aí o sindicato rural patronal, se você for lá conversar, pedir para falar com o Dr. Fernando Pires, você vai ter uma matéria brilhante, porque ele está envolvido direto, porque ele representa o pequeno e o médio produtor, que é o sindicato rural. Porque aquele pequeno, ele emprega. Então a nossa política é a de enfrentar, por quê? Ele é o empregador de um? Mas ele é um empregador de um, você entendeu? O médio, ele é um empregador de três, de quatro, de dez, de trinta, mas ele é um médio, tá? (Entrevista às autoras, 2004.)

O sindicato prioriza, ao contrário, um intercâmbio com outros sindicatos. E tem participado ativamente de grupo de trabalho do Conselho Sindical do Ministério do Trabalho na região de Campinas. Nesse grupo de trabalho, em reuniões mensais, são discutidas questões relativas ao trabalho rural. Entre as grandes preocupações do sindicato estão, além do controle da produção, da qual depende a remuneração do trabalhador, a sua saúde e local para deixar os filhos enquanto trabalham.

A participação nesse Conselho Sindical do Ministério do Trabalho tem sido vista como altamente positiva por possibilitar uma união entre os trabalhadores:

Criou-se hoje o Conselho Sindical do Ministério do Trabalho. E neste conselho, a gente consegue ir, participar, ajudar a propor, fazer de tudo, por quê? Porque realmente ele é voltado para o interesse do trabalhador, você entendeu? Agora, o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural não nos atinge, eu vejo desta forma. Posso até estar equivocada... O Conselho Sindical do Ministério do Trabalho, ele está... é uma nova política que o ministério tem, até mesmo porque o governo federal hoje é do Partido dos Trabalhadores, mudou-se toda a estrutura sindical dentro do ministério, tá? E criou-se o Conselho Sindical do Ministério do Trabalho. Todos os sindicatos, todos: rural, universitário, metalúrgico, toda a diversidade, os trabalhadores, a classe como um todo está representado nesse conselho através dos sindicatos. (Entrevista às autoras, 2004.)

O Sindicato tem igualmente participado da proposta de acordo coletivo da categoria, cuja pauta de reivindicações é garantia de salários e de remuneração; condições de trabalho e relações trabalhistas; relação socioeconômica e trabalhista; segurança, higiene e medicina do trabalho; cláusulas sociais. O sindicato não tem penetração em outras categorias. Como reconhece a própria diretora, “na lavoura diversificada, o sindicato não tem o trabalho consistente, tá?”





Em grande medida, isso se deve à grande diversidade entre os próprios trabalhadores:

Então, de repente, eu tenho um pessoal das flores, que não entende nada da laranja; aí tem o pessoal do café que não entende nada da laranja e das flores, que não se juntam, o pessoal do café não se juntam com as flores; as flores não se juntam com as laranjas [...] Se você for lá discutir com alguém: olha, nós temos uma pauta aqui, queremos discutir a tarefa do café. Imediatamente, você ouve uma resposta: o que é que eu tenho com o café?, vamos dizer assim, o corporativismo deles é muito grande para o trabalhador rural, muito grande. É a área dele, por isso, o que é que tem avançado hoje? São áreas específicas: plantar com a laranja, plantar com a cana, plantar com as flores. (Entrevista às autoras, 2004.)

De qualquer maneira, não se pode afirmar que o Sindicato não tenha envidado esforços para ampliar essa sua base de apoio mais forte que é Cosmópolis. Chegou por duas vezes a abrir uma subseção no Bairro Reforma Agrária, mas desistiu após dois assaltos.

O Sindicato tem também participado em ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região.

Tivemos participação na luta pela terra. Em 1992, nós ajudamos a organizar uma ocupação de terra aqui. Foi na cidade de Pradópolis, no Horto Florestal, que estava lá sendo explorado pela São Martinho. Deu certo, porque o governo desapropriou 2.400 alqueires de terra. Tem 480 famílias assentadas lá, 3.000 famílias na época. (Entrevista às autoras, 2004.)

Esta é mais uma evidência da prioridade da atuação conjunta do Sindicato com outros trabalhadores. Para o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o relevante na atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é o seu trabalho, no sentido de valorizar a agricultura e a conseqüente manutenção de emprego e renda no setor:

Nós achamos que é importante o funcionamento desse conselho, que ele venha desenvolver mesmo, porque na medida em que ele pensa, assim, como comercializar, como produzir, como mexer para o pequeno e médio produtor, ele está nos dando uma garantia também, a garantia do emprego, tá? Porque quando ele tenta, quando ele tem uma política voltada para esse interesse, ele está garantindo o quê? Ele está garantindo a sobrevivência dos agricultores, tá?





E, com isso, ele está querendo... ele está gerando renda, vai gerando emprego. Então você vê que ele tem a sua importância, só que o público para... que vai estar contribuindo para que ele realmente possa se... avançar, não fazemos parte dele, desse público. Não é neste conselho que a nossa atuação, a nossa participação é importante. (Entrevista às autoras, 2004.)

Resumindo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é relevante por garantir a importância da agricultura, e conseqüentemente a renda e o emprego para os trabalhadores rurais. Mas o fundamental é a participação no Conselho Sindical do Ministério do Trabalho onde as questões específicas do trabalhador rural podem ser discutidas em conjunto com os demais trabalhadores:

Então, assim, é muito importante esse Conselho Sindical, aí a gente consegue estar inserido, você entendeu? Que é desde a questão dele, por exemplo, fiz parte, depois entrei para o conselho, entrei para o grupo de trabalho para ter o rural junto, né? E eu acho, eu vejo como uma coisa boa, como eu vejo bom também o Conselho de Desenvolvimento Rural, mas que não consegue manter-se unido. (Entrevista às autoras, 2004.)

Algumas considerações

O que se percebe, portanto, é que o forte vínculo de classe e o êxito na obtenção de direitos relativos a esses trabalhadores, em especial, têm dificultado a percepção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em um fórum com características bastante diversas. A elaboração, aprovação e cumprimento de uma pauta de reivindicações abrangente, que vai de condições de trabalho a cláusulas sociais e políticas, tem sido a prioridade do Sindicato. Aperfeiçoar as condições de controle da produção ainda é fundamental.

Nesse sentido, não é a estrutura do conselho, a maneira como ele funciona, que se constitui no obstáculo para a não participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nem mesmo uma avaliação de que o conselho não esteja funcionando de forma adequada. A não participação é uma opção consciente por parte da diretoria feita com base na avaliação de que não se trata de uma prioridade. Não se trata de uma prioridade, porque não é algo que diga respeito a questões especificamente relativas aos interesses dos trabalhadores rurais. O que não existe, portanto, é uma vontade política de





dividir esforços e correr o risco de não ter uma atuação eficiente naquilo que é fundamental, a conquista de direitos trabalhistas importantes para esses trabalhadores.

Em outras palavras, a posição do sindicato parece ser a de que, em tempos bicudos de neoliberalismo, quando o conjunto institucional composto pelo estado-de-bem-estar, planificação, intervenção estatal na economia e as corporações modernas – sindicatos incluídos – são os grandes inimigos, é necessário ter uma atuação que garanta a sua sobrevivência. Mesmo que, para isso, seja necessário adotar uma postura relativamente conservadora (Moraes, 1997, p.16-17).

De certa maneira, enquanto essa avaliação permanecer, podemos afirmar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não estará enviando representação ao conselho.

Não se trata aqui de julgar essa postura. De qualquer forma, não nos parece incompatível a luta pela defesa e conquista de direitos trabalhistas de uma determinada categoria e a participação em fóruns mais amplos como o Conselho de Desenvolvimento Rural. Existem, afinal, interesses sobre um conjunto maior e que podem estar agrupando segmentos mais amplos.

A resistência dos trabalhadores em dividir a participação sindical com a participação nesses fóruns, entretanto, não se constitui exatamente numa novidade. Estudos sobre as Câmaras Setoriais, por exemplo, já mostraram isso. Uma das mais importantes, a da indústria automobilística, demorou a obter a adesão dos trabalhadores, exatamente pelo receio de que seus interesses fossem diluídos à medida que se confrontasse com os dos outros segmentos que compunham a câmara. Aos poucos, foram convencidos da importância de participarem desse novo espaço de negociação.

Nesse sentido – é importante lembrar –, pelo novo estatuto do Conselho de Desenvolvimento Rural, o representante dos trabalhadores rurais pode ser designado pelo representante do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável em comum acordo com o representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A escolha de um trabalhador que tenha alguma forma de contato com o sindicato pode, no nosso entender, ser relevante. Esse trabalhador tornar-se-ia um canal de comunicação do conselho com o sindicato, e, à medida que os benefícios da participação fossem evidenciados, poderia convencer o sindicato a ter uma participação efetiva.





Pode-se observar, nas primeiras reuniões do CMDR/Campinas em 2005, que os membros escolhidos pelo GDRS/CATI compareceram, mas não assinaram a lista de presença. Isso significa que não se sentem representantes do sindicato, numa clara demonstração de que o problema ainda está distante de ser resolvido.

Referências

BALIBAR, E. Da luta de classes à luta sem classes? *Textos Didáticos*, Campinas, n. 20, 1996.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Campinas: *Idéias*, n.5/6, 2000.

MILIBAND, R. Análise de classe. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria geral hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. *Primeira Versão*, Campinas, n.73, novo 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.2, n.2, 1993.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9, n.25, jun. 1994.





Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas na região de Campinas

Vera Lúcia G. S. Rodrigues
Carolina Costa de Oliveira

Introdução

O objetivo principal da pesquisa que vem sendo realizada sobre os Conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDR's) na região é perceber a especificidade de sua atuação numa metrópole como Campinas. A cidade das indústrias, das universidades, dos *shoppings centers* possui, de maneira aparentemente contraditória, um Conselho de Desenvolvimento Rural.

Num primeiro momento, pode-se perceber que a constituição do CMDR-Campinas fez parte de um processo de revalorização do espaço rural e da importância de sua manutenção, inclusive em suas novas funções, como lazer, preservação da natureza, da paisagem etc.

A proximidade da cidade com o seu entorno rural levou à necessidade de se planejar a cidade de forma integrada, como aponta o próprio Estatuto da Cidade. Em Campinas, o espaço rural, embora vazio, ainda ocupa mais da metade do território. Um dos problemas a serem enfrentados era definir que tipo de produção rural manter e como fazê-lo. Assim, uma das primeiras atividades do conselho foi elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Outro desafio era enfrentar a especulação imobiliária, que ameaçava os proprietários que ainda desejavam manter-se produtivos.

Não é o caso de retomarmos aqui a trajetória do CMDR-Campinas. O importante é que, após detectarmos esse caráter específico de um





CMDR numa metrópole, optou-se por ampliar a pesquisa de maneira a abranger outros municípios da região, com o objetivo de comparar sua atuação.

A literatura já mencionava a existência de conselhos em regiões onde a presença da agricultura, em seu sentido estrito e principalmente de pequenos proprietários, era significativa. Percebia-se o forte vínculo desses conselhos com projetos relacionados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf infra-estrutura), já que a elaboração/aprovação dos projetos dependia da existência de um CMDR. Esta não foi a realidade de Campinas e região, onde a criação dos conselhos esteve muito mais ligada à vinculação com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH). É essa diferença que marca a atuação dos CMDR's da região e que será explorada no artigo. Além da atuação do CMDR, o objetivo é discutir os avanços e limites da implementação do PEMBH no município de Monte-Mor especificamente.

Um primeiro contato com os CMDR's da região mostrou que o de Monte-Mor, além de uma atuação bastante dinâmica, tinha uma preocupação especial com as questões relativas ao meio ambiente, devido aos efeitos negativos de sua proximidade com Campinas, principalmente no que se refere aos recursos hídricos, bastante poluídos. Assim, priorizava a implementação do PEMBH como forma de encaminhar solução para o problema.

O objetivo do artigo é refletir sobre o alcance dessa intervenção, que claramente visa evitar a degradação do solo e a poluição das águas e sua relação com o CMDR.

A pesquisa de campo foi realizada basicamente ao longo do segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005. Além de pesquisa documental,¹ foi possível participar das reuniões e realizar entrevistas temáticas com vários representantes do CMDR-Monte-Mor, inclusive com o de uma ONG ambientalista que participa do conselho. Como a pesquisa foi iniciada num momento de transição de gestão do conselho, foi feita entrevista também com o seu antigo presidente. O secretário do conselho e engenheiro agrônomo responsável pelo PEMBH em Monte-Mor esteve sempre disponível para longas entrevistas temáticas.

¹ Tivemos acesso a todos os documentos relativos ao conselho, inclusive ao livro de atas.





Os conselhos gestores: algumas considerações

A reflexão sobre os conselhos se justifica, em primeiro lugar, à medida que estão inseridos na discussão mais ampla sobre o processo de redemocratização no país, seus avanços e limites. Processo cujo objetivo maior é o avanço na conquista de direitos sociais.

A relevância de se manter a ênfase nos direitos sociais no espaço rural, em especial, justifica-se à medida que as alterações nesse espaço, cada vez mais voltado para novas funções e atividades, não devem ser entendidas como tendo levado a sua homogeneização.

A urbanização/industrialização da agricultura não levou ao desaparecimento completo das sociedades rurais ou a uma uniformização da sociedade. Portanto existe uma nova dimensão dos direitos sociais que passa pelas reivindicações daqueles que querem manter uma utilização produtiva do espaço rural. À medida que o espaço rural se transforma em local de encontro de diversos atores que estabelecem entre si relações sociais variadas, estes passam a disputar o uso da terra e o controle das instâncias decisórias da vida local. Não há mais unanimidade no que diz respeito a questões importantes, tais como: agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc. (WANDERLEY, 2000, p.89-100).

Nesse campo de confronto, três posições principais se destacam segundo a autora. Uma primeira, que atribui prioridade à **destinação produtiva** do meio rural, enfatizando a importância da agricultura no seu sentido mais estrito. Uma segunda posição, que nos interessa aqui em especial, associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem **espaços de consumo** voltados, em especial, para as atividades relacionadas às funções de **residência e lazer**, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes e secundárias. Os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto de interesse exclusivo dos agricultores e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade acessível a todos. Finalmente, ainda segundo a autora, uma terceira percepção também situa os espaços rurais como bens coletivos, vistos agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do





patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não (Wanderley, 2000, p. 100).

O importante é deixar claro que existe hoje no espaço rural um confronto entre o uso produtivo da terra e o seu uso não-produtivo. Em Campinas, embora as transformações no espaço rural tenham se voltado crescentemente para seu uso não-produtivo, a produção agrícola ainda é significativa. Nesse sentido, é importante garantir uma política pública de caráter participativo que contemple os interesses daqueles que querem continuar produzindo.

Mais que isso, a questão dos direitos sociais no campo se torna relevante quando se observa que há uma grande dificuldade em reconhecê-los. Uma das razões para essa dificuldade de reconhecimento dos direitos sociais no campo é que *a distância geográfica dos centros de decisões simboliza, de certo modo, a distância dos direitos, mesmo aqueles previstos no código do estatuto da sociedade capitalista* (Reis in Demantova, 2003, p.36).

Os conselhos, de maneira geral, *surgiram como pressão da sociedade, no contexto da Constituição de 88. Podemos dizer que eles apareceram como espaço de co-gestão de políticas sociais por pressão da sociedade, assim, como as políticas sociais na Europa surgiram de amplas mobilizações de massa* (Caccia Bava, 2000, p.68).

A participação está sendo entendida como possibilidade de se conseguir um avanço no processo de democratização.

Aqui a soberania popular é o princípio regulador da forma democrática: a participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil – em especial entre os movimentos sociais e as organizações autônomas na sociedade – quanto no plano institucional – nas instituições formais políticas. (Gonh, 2003, p.17)

Não se trata, portanto, da participação em sua concepção liberal, que enfatiza o fortalecimento da sociedade civil, mas não para que esta participe da vida do Estado, e sim para que possa evitar as ingerências do Estado – seu controle, tirania e interferência na vida dos indivíduos. Muito menos da sua versão autoritária, *orientada para a integração e o controle social da sociedade e da política* (Gonh, 2003, p.15 e 17). Nesse caso, a participação seria controlada de cima para baixo para propor programas de políticas públicas cujo objetivo é mascarar os conflitos sociais.





Na sua versão mais radical, a concepção democrática sobre a participação tem como objetivo fortalecer a sociedade civil, visando diminuir desigualdades, exclusões etc., ou seja, participar da construção de uma nova realidade social.

O pluralismo é a marca dessa concepção. Os partidos políticos não são mais importantes que os movimentos sociais, e os agentes de organização da participação social são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas é considerada também no processo participativo, tais como grupos de jovens, de bairros, de moradores de bairros etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como ‘sujeitos sociais’. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros de uma dada classe social. A participação tem caráter plural. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo (ver Pontual, Hamilton et. al., 1998), é dividir responsabilidades com a comunidade. Essa última é vista como parceira, como co-responsável permanente, não apenas um ator coadjuvante em programas esporádicos. A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. (Gohn, 2003, p.19)

Do ponto de vista das formas de gestão democráticas, torna-se relevante explicitar, como faz Santos, a necessidade de uma democracia participativa e redistributiva,

cabendo ao Estado mais funções de coordenação do que de produção direta de bem-estar, o controle da vinculação da obtenção de recursos a destinações específicas por via dos mecanismos da democracia representativa torna-se praticamente impossível. Daí a necessidade de a complementar com mecanismos de democracia participativa. A relativa maior passividade do Estado, decorrente de perda do monopólio estatal, tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais. (Santos, 1999, p.70)

Alguns autores têm enfatizado a importância de uma “participação cidadã”.

O conceito de cidadania refere-se a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre *quem poderá dizer o que*, ao definir quais são os problemas comuns e como serão tratados. Tanto cidadania como direitos estão sempre em processo de construção e de mudança. (Mussoi, 1999, p.14)





A questão da cidadania deve ser entendida, enfim, como consciência e desfrute de direitos. Benevides, por exemplo, diferencia a cidadania excludente ou regulada (*mais vinculada aos direitos sociais ou laborais*) da cidadania relacionada aos direitos políticos dos cidadãos (Benevides in Mussoi, 1999, p.14).

Em outras palavras,

distingue-se então a cidadania passiva, aquela outorgada pelo Estado com a idéia moral, de favor e de tutela, da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente *criador de direitos para abrir novos espaços de participação política*. (Mussoi, 1999, p.17)

De outra perspectiva, cidadania significa a existência de uma diversidade de associações necessária para a construção de uma vertebração social, remetendo-nos, assim, a pensar no conceito de capital social.

O conceito de capital social ganha ênfase nos anos 90, quando, ao lado do capital físico (tecnologia) e do capital humano (uma população com boas condições de saúde e educação etc.), alguns sociólogos e cientistas políticos acrescentam um terceiro tipo de capital: “o capital social”. Capital social refere-se às normas e redes sociais existentes em uma comunidade, que são importantes para o desenvolvimento econômico, porque favorecem o desenvolvimento de ações coletivas em benefício da própria comunidade. Diz respeito à informação, confiança e normas de reciprocidade herdadas numa rede de relações sociais.

Na sua utilização contemporânea, pode-se dizer que

capital social é a soma de recursos, reais ou virtuais, que cabe a um indivíduo ou grupo em virtude de possuir uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de familiaridade e reconhecimento. (Bourdieu e Wacquant in Woolcock, 1998, p.4)

Trata-se, enfim, de um termo amplo, abrangendo as normas e redes, facilitando a ação coletiva para benefício mútuo. Capital social diz respeito a

características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (Putnam in Abramovay, 2000, p.3)





Sem entrar na influência dos clássicos que o conceito certamente tem, ou nas suas debilidades – o próprio fato de ser utilizado a partir de diferentes tradições sociológicas traz o risco de tentar explicar coisas muito diversas –, é interessante resgatar o que o conceito traz de novo a respeito das relações Estado-sociedade civil que nos interessam mais de perto.

Nesse sentido, a polêmica se tem situado basicamente em torno de duas posições. A primeira, tradicionalmente chamada de “soma zero”, considera que o Estado deve desaparecer para que outras instituições surjam. Ou seja, considera necessário dismantlar o Estado do bem-estar e substituí-lo por uma rede ampla de associações voluntárias. Elas gerariam capital social.

Em outra posição, estão aqueles os quais consideram que o Estado pode promover ativamente o entorno adequado para uma sociedade viva e dinâmica poder florescer. O Estado, opinam, pode contribuir para a criação de capital social. Isso, aliás, é importante à medida que a existência de uma sociedade civil altamente participativa pode não só contribuir para fiscalizar e equilibrar a ação dos governos, senão prover os cidadãos dos instrumentos organizacionais necessários para tomar decisões eficientes a partir de um alto nível de informação (Moyano Estrada, 2000, p.3/4).

Nesse sentido, parece importante um esforço para se pensar alternativas entre os modelos fortemente estatizantes e as doutrinas simplistas do livre mercado. Ou seja, centrarmos nas condições que apóiam uma complementaridade e cooperação efetivas entre o Estado e a sociedade civil, e, de maneira mais geral, entre os setores público e privado. Isso nos ajuda a forjar uma via intermediária, ou seja, auxilia-nos a perceber o Estado, o mercado e a sociedade civil como produtos de um entorno institucional e cultural historicamente dado, mas também como fatores que contribuem para a criação do referido entorno (Moyano Estrada, 2000, p.14).

O capital social adquire relevância tanto quanto o capital econômico, auxiliando na diminuição das desigualdades, aprofundando a esfera pública ao incorporar práticas associativas mais igualitárias e solidárias (Gohn, 2003, p.60).

O que diferencia o enfoque do capital social dos anteriores é que sua existência depende da confiança interpessoal, e não de agentes racionais e egoístas (Herreros e Francisco, 2001, p.3).

De qualquer maneira, é necessário distinguir dois enfoques de capital social. O primeiro, de caráter mais **estrutural**, e outro **cultural**, centrado em valores e atitudes. A definição estrutural de capital social o concebe como um





conjunto de recursos disponíveis para o indivíduo derivados de sua participação em redes sociais. Para Bourdieu, por exemplo, capital social é o

agregado de recursos reais ou potenciais que estão unidos pela posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo. (Bourdieu *in* Hererros e Francisco, 2001, p.6)

Para este enfoque o capital social tem uma referência material, ou seja, a rede estável de relações interpessoais.

Neste sentido, ainda que menos tangível que outras formas de capital (físico, humano), tem uma estrutura e, o que é igualmente importante, dita estrutura tem “história e continuidade”. (Hererros e Francisco, 2001, p.6)

O enfoque cultural, por outro lado, concebe o capital social como um fenômeno subjetivo composto pelos valores e a atitudes dos indivíduos que determinam como se relacionam uns com os outros. Para os autores que compartilham esse enfoque, o elemento central é a *confiança social*. Trata-se, ao contrário da confiança particularizada, de uma confiança em desconhecidos, dos quais não se tem qualquer informação (Hererros e Francisco, 2001, p.7/8).

Outro ponto merecedor de reflexão é que, não necessariamente, uma alta densidade associativa significa um aumento de capital social e, portanto, um elemento positivo. Exemplos de situações detectadas em que o capital social adquire uma dimensão negativa, citadas pelo autor, são, de um lado, quando a rede associativa é formada por associações e instituições esclerosadas que, ao colocar uma defesa reiterada de seus interesses próprios, carecem de horizontes amplos e inibem a ação individual, impedindo os indivíduos de integrar-se a redes sociais mais amplas, convertendo-se em fatores que dificultam o desenvolvimento econômico e a mudança social; de outro, quando o sentimento de confiança mútua se estende somente aos membros da família ou aos parentes mais próximos, ressaltando apenas as lealdades étnicas e familiares dos indivíduos, não incentivando a mobilidade social e as relações extragrúpis (Moyano, 2000, p.4 e 10).

Mais que isso, o conceito em si não deixa claro como criá-lo onde não existe, já que *as instituições rurais vão refletir, na maior parte dos casos, as situações sociais em que se inserem* (Abramovay, 2000, p.4).





O mais importante a se reter, entretanto, para os nossos objetivos relacionados à conquista de direitos no espaço rural, é no capital social, que deve contemplar duas dimensões: a de **embeddeness** e de **autonomy**. Enquanto a primeira enfatiza o enraizamento na própria comunidade, a segunda diz respeito às relações com grupos mais amplos e independência das autoridades locais com relação às elites (Moyano Estrada, 2001, p.44). A combinação dessas duas dimensões, certamente auxiliaria na solução de alguns problemas relativos à ação coletiva, sendo importante na conquista de direitos por determinado grupo ou comunidade.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas: principais características

O processo de modernização da agricultura brasileira, como é sabido, ganhou impulso reforçado na década de 60, quando o governo, mediante políticas agrícolas, amplia as linhas de crédito subsidiado para agricultores. Essa modernização, que promoveu aumentos significativos na produção e produtividade, é caracterizada pela elevação na utilização de insumos químicos e de máquinas agrícolas.

O Estado de São Paulo, em especial, apresentou transformações importantes. Transformações essas fruto da urbanização, da abertura da economia nacional para o mercado externo, da implantação de um complexo agroindustrial de transformação e insumos e a criação de uma indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que viabilizaram a diversificação agropecuária, a fim de atender tanto às demandas internas quanto externas.

Entretanto é igualmente sabido que essa modernização, seja em âmbito nacional ou no Estado de São Paulo, trouxe não só um aumento na produção e produtividade, mas também graves problemas sociais e ambientais para o campo. A elevada utilização de insumos causou um intenso processo de erosão e contaminação do solo, diminuindo, com isso, a cobertura florestal e degradando os recursos hídricos.²

² Um bom resumo dos efeitos para o meio ambiente dessas inovações na produção agrícola pode ser encontrado no artigo Dinâmica de inovações sob restrição ambiental, de Ademar Ribeiro Romeiro e Sergio Salles Filho *in* Romeiro, A. R., Reydon, B. P. Leonardi, M. L. A. (Orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas:





Passa a existir, portanto, necessidade de uma “reordenação tecnológica” do campo, que, além de promover aumento na produtividade do solo aliado à implantação de técnicas de proteção dos recursos naturais, possa dar condições de permanência no campo aos agricultores. Que vise a alterações no sentido de caminhar na direção de um padrão sustentável de desenvolvimento no setor agrícola.

A busca por novos padrões de desenvolvimento tem como marco de referência o amplo estudo realizado pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecido como *Relatório Brundtland* (1987). Este aponta o Desenvolvimento Sustentável como caminho para o estabelecimento das bases para o futuro da humanidade, afirmando que

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. (BRASIL, 2004)

A “agricultura sustentável” – modelo de produção agrícola que apresenta aumento de produtividade compatível com a segurança alimentar, não agrida o meio ambiente e, ao mesmo tempo, aperfeiçoe as formas de organização social no campo para que os agricultores participem ativamente da vida social e política das comunidades – apresenta-se como modelo ideal na implantação de novos padrões de desenvolvimento.

A busca, portanto, de novas alternativas de “Desenvolvimento Sustentável” passa pela revisão das estratégias de atuação do Estado para evitar que o processo de reajustamento da agricultura se faça sem uma orientação planejada e racional. O Estado deve concentrar os recursos em programas de efeito perdurável no tempo e com grande efeito multiplicador no espaço.” (CATI, 1997, p.3).

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – instituído em 1999 e com duração prevista de seis anos – tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, com ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, aumento na produ-

UNICAMP, 1999. Ou O problema ambiental no Brasil: agricultura, de Clayton Campanhola, Alfredo J. B Luiz e Ariovaldo L. Júnior, no mesmo livro.





tividade geral das unidades de produção, redução dos custos e reorientação técnico-agronômica. Esse trabalho em pequena escala – no âmbito das microbacias – permite resultados concretos, contundentes, visíveis, e inclusão de um número grande de famílias do campo, ajudando na elevação de sua auto-estima e confiança.

O programa, financiado pelo Banco Mundial, propõe a integração das práticas utilizadas nas propriedades trabalhadas com as utilizadas pelas instituições envolvidas. Pretende, ainda, mostrar aos agricultores os problemas existentes em suas propriedades, assim como os das suas comunidades, relacioná-los com as suas causas e capacitar esses proprietários no sentido de resolver eles próprios seus problemas no futuro. Em resumo, seu objetivo é promover o desenvolvimento rural que garanta a sustentabilidade econômica com a participação dos beneficiários e da sociedade civil.

A microbacia passa a ser considerada uma unidade mais adequada de intervenção e análise, podendo o programa desenvolver um modelo de desenvolvimento socioeconômico que permitirá uma melhora no nível de renda dos produtores e condições do meio ambiente e estimulará a organização social. Além disso, a microbacia toma como unidade de planejamento e ação uma unidade geográfica capaz por envolver os vários sujeitos sociais nela envolvidos.

O PEMBH tem como área de ação o Estado de São Paulo, abrangendo 1.500 microbacias, beneficiando 90.000 produtores rurais, numa área aproximada de 4,5 milhões de hectares, durante os seis anos de duração. Os trabalhos devem concentrar-se prioritariamente em áreas onde o meio ambiente e a qualidade de vida se encontram mais prejudicados, portanto áreas com solos altamente erodidos ou com alta suscetibilidade à erosão.

Os municípios, além da existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural, devem formalizar convênio com o Estado que inclua Planos de Trabalho com todas as ações previstas.

A presença dos conselhos é fundamental, pois são responsáveis por escolher a(s) bacia(s) a serem trabalhadas, devendo levar em consideração os seguintes parâmetros: nível de degradação ambiental; concentração de pequenos produtores; mananciais de abastecimento de água; receptividade por parte dos produtores, área da MBH dentro ou próxima de unidade de conservação e maior percentagem de área de preservação permanente na MBH.

Ainda segundo os parâmetros estipulados, as microbacias para implantação do programa deveriam ter uma área média de 3.000 hectares e com aproximadamente 60 produtores rurais.





Após a escolha da(s) microbacia(s), as atribuições do CMDR são as de apoiar a implantação do projeto da microbacia aprovada; analisar e aprovar as propostas, projetos e planos anuais de trabalho; analisar e aprovar as solicitações de aplicações de apoio financeiro; acompanhar e avaliar os trabalhos do programa; articular e harmonizar as ações dos diversos segmentos municipais envolvidos; acompanhar e avaliar o trabalho do técnico executor, geralmente o engenheiro agrônomo e secretário da Casa da Agricultura; tomar conhecimento da fiscalização realizada sobre a utilização dos incentivos; contribuir para fiscalização dos recursos naturais, em particular pela aplicação da Lei do Uso do Solo, juntamente com os órgãos competentes; analisar e aprovar o relatório periódico expedido pelo técnico executor.

As organizações de produtores também têm atribuições importantes dentro do programa, como: participar ativamente na elaboração dos projetos relacionados à microbacia; seleção do trecho de estrada rural a ser adequada; acompanhar, controlar e avaliar o andamento do projeto; participar, junto com o conselho, da avaliação do técnico executor e zelar pela aplicação da Lei do Uso do Solo e pela correta aplicação dos recursos e apoios financeiros do programa – justamente para auxiliar e contribuir no trabalho do Conselho.

O Programa de Microbacias procura ainda fortalecer as formas de organização dos produtores, estimulando a participação desses, assim como de toda a comunidade, procurando transformá-los em agentes do desenvolvimento. No aspecto ambiental, o programa procura conscientizar as populações rurais sobre a necessidade de se conservar os recursos naturais, protegendo os mananciais e nascentes, melhorando e conservando com isso a quantidade e qualidades dos recursos hídricos, controlando o uso de agrotóxicos que contribuirá na diminuição dos riscos de poluição da terra e da água e como consequência na diminuição da contaminação de alimentos e intoxicação do homem, eliminando os problemas de erosão causados pelas estradas rurais e recompondo as matas ciliares e áreas de preservação permanente com replantio de mudas.

... esse programa de microbacia veio (...) com dois objetivos, primeiro de deixar o homem do campo conscientizado que ele pode produzir, respeitando o meio ambiente, certo? E que ele tem que fazer isso, que a sustentabilidade da água que ele precisa na propriedade e tudo mais que ele precisa, quer dizer os recursos naturais, ele vai precisar disso, então, ele tem





que aprender a plantar, produzir, respeitando o meio ambiente. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Os Conselhos de Desenvolvimento Rural e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas: o CMDR de Monte-Mor

O CMDR-Monte-Mor foi selecionado por se tratar de um caso típico no qual o conselho foi estruturado para que o município pudesse se incorporar ao Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas. Trata-se de conselho novo, criado pela Lei Municipal nº 953, de 7 de março de 2002.

A preocupação com a questão ecológica aparece já nas atribuições do conselho definidas na lei que o institui. A primeira delas é *propor diretrizes básicas para a Política de Desenvolvimento Sustentável no espaço rural do município* (grifos VLGRS).

Outras atribuições dizem respeito a *assessorar o Poder Executivo em assuntos afins, sobretudo à produção sustentável, aos agronegócios, ao abastecimento alimentar e à infra-estrutura necessária ao bom desempenho das atividades no espaço rural e a propor legislação que contribua com a permanência das atividades econômicas sustentáveis no espaço rural* (grifos VLGRS).

Mais que isso, fica clara uma preocupação especial com a manutenção da pequena propriedade, pois a lei que institui o conselho menciona como sua segunda atribuição *colaborar e apoiar a implementação de políticas públicas de promoção da agricultura familiar*.

Diferentemente de Campinas, Monte-Mor é um município ainda com atividade agrícola relativamente intensa, realizada basicamente por pequenos proprietários.

Segundo dados do INCRA de 2003, são 488 propriedades, sendo quase 40% delas classificadas como minifúndios ou pequenas propriedades, por terem menos de 40,0ha. Ocupam pouco mais de 35% da área, enquanto apenas nove grandes propriedades ocupam mais de 29%, indicando o elevado grau de concentração da terra no município.

A cana-de-açúcar ocupa grande parte da área (8.000ha.), seguida pelo milho (1.500ha.). O restante é dividido de forma relativamente homogênea entre frutas (uva, figo, laranja, pêsego, lichia etc.) e hortaliças (tomate, pimentão, berinjela, alface etc.).





Ao mesmo tempo, Monte-Mor vem sofrendo os efeitos poluidores da Metrópole e do seu crescimento rápido e desorganizado.

É muito rápido, por estar próxima de Campinas, então, aqui se tornou um dormitório, o pessoal vem para cá, trabalha e consome fora e as despesas ficam aqui, por conta do município, entendeu? (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Nesse cenário, o aumento da preocupação com questões relativas ao meio ambiente é plenamente justificado, ficando bastante evidente ao longo da pesquisa. A opção de integrar o PEMBH é vista como uma alternativa de recuperação das condições ambientais no município. Mais que isso, levamos a refletir sobre a relação de Campinas com os demais municípios que compõem a RMC, principalmente no sentido de que a solução de problemas ambientais requer esforços coletivos. E de que há toda uma interface entre a degradação ambiental no espaço rural e urbano que freqüentemente é desconsiderada.

Bom, esse daí é um projeto do governo estadual. E aqui a gente sorteou uma microbacia pra ser trabalhada, que é a microbacia onde tem o maior potencial de água, que pode explorar e que tá sendo explorada agora e vai ser no futuro. A partir daí a gente começou a ter uma preocupação grande... com o meio ambiente em torno dessa microbacia, por que a gente tem uma cidade que ... foi aumentando sem planejamento nenhum, ninguém no passado olhou se ia prejudicar o rural ... (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Assim, uma das prioridades é transformar a implementação do plano num momento de conscientização da necessidade de uma maior preocupação com o meio ambiente.

É uma verdade, a hora que a gente começa a falar do Conselho, ... esse programa de microbacia, ele veio ... com a intenção de realmente é, uma parte que tá estragada, a gente vai tentar consertar o que é possível da cidade; então ele veio, exatamente, com dois objetivos, primeiro de deixar o homem do campo conscientizado que ele pode produzir, respeitando o meio ambiente, certo? E que ele tem que fazer isso, que a sustentabilidade da água que ele precisa na propriedade e tudo mais que ele precisa, quer dizer os recursos naturais, ele vai precisar disso, então, ele tem que aprender a plantar, produzir, respeitando o meio ambiente... E o programa de microbacia ... ele veio também ... porque dizem que daqui dez anos vai acabar a água, nós vamos ter um problema





seríssimo de água quer dizer, isso aqui já era pra ter começado muito tempo atrás. Mas esse programa visa dar uma qualidade de vida melhor pro campo e conseqüentemente pro que tá urbanizado, quer dizer, você vai viver uma vida melhor e pro homem de campo a agricultura sustentável, que é... o programa hidrográfico, ele tá muito ligado com agricultura sustentável, certo? E hoje nós sabemos que o agronegócio é o que sustenta o país, né; então se não aplica bem nesse sentido nós teremos problemas no futuro... (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Do ponto de vista institucional, a preocupação com o meio ambiente é visível na proposta de separar a Secretaria da Agricultura da Secretaria do Meio Ambiente, ressaltando que o tratamento das questões relacionadas ao meio ambiente adquiriu relevância suficiente para serem tratadas por um órgão municipal específico.

...temos uma Secretaria de Agricultura, estamos aí às vésperas também de ter uma Secretaria do Meio Ambiente, só que hoje tá aprovado por lei, a nossa secretaria engloba o meio ambiente, então é Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, mas a gente já tá com planos pra futuramente ter aí duas, separar a Secretaria da Agricultura e a do Meio Ambiente. (Pesquisa de campo, 23/02/05)

Outro dado interessante nesse sentido é a própria criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente no município no final de 2002.. A existência do CMDR e sua ênfase recuperação de bacias hidrográficas acabou por estimular a criação também de um Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A participação no PEMBH e a preocupação com o meio ambiente estão inseridas numa percepção de que a preservação do espaço rural desempenha um papel significativo na garantia de uma melhor qualidade de vida para a cidade como um todo.

Hoje a mentalidade é a seguinte: a maior preocupação com geração futura está na mão basicamente dos proprietários rurais. Hoje um prefeito ele já não pode mais pensar em administrar a parte construída da cidade, ele tem que olhar o território como um todo. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Esse tem sido reconhecidamente um dos maiores desafios para a implementação do Estatuto da Cidade e elaboração de Planos Diretores que sejam compatíveis com a sua orientação de planejar a cidade como um todo.





O vínculo do CMDR-Monte-Mor com o Plano Estadual de Microbacias Hidrográficas fica evidente quando já em sua segunda reunião é mencionada a necessidade de se selecionar a microbacia dentre as oito existentes no município. Na seqüência, em reunião extraordinária, foi disponibilizado o material necessário para que a escolha pudesse ser efetivada: o mapa das oito microbacias, sua ficha de caracterização e os critérios de priorização.

Embora o PEMBH estabeleça critérios para a seleção da microbacia a ser trabalhada, o momento dessa escolha acaba por se constituir numa oportunidade de reflexão sobre as necessidades em cada uma delas e suas condições socioambientais. Estimula a possibilidade de se romper com as relações clientelistas, paternalistas tão comuns entre os agricultores.

Apesar de a política pública é outra enquanto for paternalista, nós vamos andar para trás, precisa sair do paternalismo. (Pesquisa de campo, 23/02/05)

É, eles não vem pro agricultor perguntar: mas é isso que você quer? mas sim, o pacote agora é isso, vou incentivar o plantio de café; ‘mas eu não quero plantar café’, ‘mas é importante, vai exportar’, ‘mas eu não quero’... Então, felizmente essa história de pacotes não existe mais, mas às vezes o próprio agricultor não está acostumado a participar, antes não existia isso. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Ou seja, a atuação do Conselho e a participação dos proprietários no PEMBH tem sido importantes no processo de democratização das políticas públicas para o setor:

É, democratiza porque a gente dá ouvido pra aquele que planta mil pés e aquele que planta 100 mil pés. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Esse, talvez, seja o avanço mais significativo observado ao longo da pesquisa. A mobilização do CMDR-Monte-Mor em torno do PEMBH estimulou tanto a participação de entidades ambientalistas do município, como de um maior número de pequenos proprietários.

A necessidade de se garantir o abastecimento de água foi um dado relevante na priorização da microbacia do córrego do Caninana, cuja extensão é de 10.000 metros, abrangendo uma área de 1.724ha., totalmente dentro do município.





Aqui tem uma falta de água; faz uns trinta dias, na região central, depois do meio-dia não tem água, porque não houve uma programação da Sabesp, entendeu? Então, essa microbacia foi escolhida pra ser trabalhada, em primeiro lugar, porque ... esse córrego, ele deságua no Capivari-Mirim, que é o que abastece a região central do município. Então, por isso até que ele foi escolhido. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

A maior dificuldade para a implementação do Plano tem sido a realização do trabalho coletivo necessário:

Conscientizar... infelizmente aqui, pelo menos em Monte-Mor, a gente vê uma certa falta de coesão, de integração da classe. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Aqui, por exemplo, pra conseguir reunir todos ou a gente colocar em assunto que seja de muito interesse deles em pauta... Por exemplo, pressão urbana, pressão urbana talvez seja o ponto chave da história, o valor da terra, que o valor é mais alto e existem características de agricultores que talvez não tenham tanto interesse, estão muito mais preocupados com o seu dia-a-dia e não querem saber de outras coisas, ou seja, tradicionalistas. Isso existe e além de tradicionalistas são individualistas, cada um por si e muitos dos benefícios do programa implicam em associação, ou o que seja [] cinco agricultores, então vamos comprar um distribuidor de calcário, então o programa entra com metade do valor e os cinco agricultores ou mais com a outra metade. Parece simples, juntar cinco pessoas é tranquilo, não é simples, então eles são muito individualistas e isso atrapalha, impede algumas coisas e as vezes [] eles não estão muito conscientes das possibilidades, você vai explicar o programa. (Pesquisa de campo, 6/12/04)

Isso significa que a implementação do plano não tem contribuído, na dimensão esperada, para a constituição do capital social importante em qualquer comunidade. O plano tem sido viabilizado com maior facilidade quando pode ser executado individualmente:

um grande problema que eu tenho tido com a microbacia é que a microbacia é um programa que explora comunidades, que explora organizações, união de produtores e aqui, infelizmente não tem isso; então, o grande breque meu da microbacia é exatamente isso, é você unir o produtor com o bem comum, isso é complicado; os benefícios que a microbacia me fornece eu nem tento falar com os produtores porque eu sei que não vou conseguir, eu tenho que





unir cinco agricultores eu não consigo nem dois, nem três; então... eu to me baseando na parte individual. Por exemplo, um benefício que já tá pra ser colocado na microbacia ... para início de obras futuras, agora no próximo semestre aí se Deus quiser vai estar fazendo é a estrada; então isso não envolve uma comunidade, envolve mais os ... que usam diretamente a estrada, então esse que é o interesse. Outro que a gente tá incentivando bastante é no caso quando tem problema ambiental dentro da propriedade, o governo fornece mudas, o programa fornece mudas pra recuperação ambiental isso, só que é individual. (Pesquisa de campo, 13/6/05)

Outra dificuldade frequentemente mencionada é o excesso de burocracia, aliado a certa inflexibilidade, tornando a execução do plano muito morosa e não adequada às necessidades dos produtores de uma determinada região. No caso específico de Monte-Mor, o financiamento para a instalação de fossas sépticas, uma necessidade premente, não estava prevista:

então, a gente tá até tentando justificar, no caso o governo dá uma plantadeira de plantio direto, mas pra nós não é interessante, pra nós é interessante, por exemplo, aqui nós temos muita fruticultura: uva, figo: o que você faz com o galho de uva ou o galho de figo que poda, joga fora? Então, o que é interessante pra gente, uma máquina de moa, aí agente usa isso como adubo, só que a microbacia não, ela tem que ser plantio direto; então a gente tá tentando pôr na cabeça do pessoal lá, olha troca esse plantio direto pra nós... (Pesquisa de campo, 13/6/05)

Os incentivos que eles colocam para gente aqui nem sempre são bem-vindos; por exemplo, a nossa região o solo é parecida com de Valinhos, que são áreas de declínio, propriedades pequenas. Eles incentivam muito compra de máquina de plantio direto, pra nós isso não interessa; você vai colocar máquina numa propriedade de dois, três a quatro hectares? Então o governo agora liberou, a gente só tá esperando normativa pra gente poder sair conversando com os agricultores que vai se incentivar calcário...; já que o programa é ambiental, nada como incentivar as fossas sépticas. Então muita coisa vai mudar, eu acho que vai facilitar um pouco mais o nosso trabalho. (Pesquisa de campo, 13/6/05).

Esse exercício de adequar o plano às necessidades específicas dos proprietários do município se tem caracterizado em mais um avanço no sentido de romper com a tradicional postura clientelista/paternalista anteriormente





mencionada. Conseguir recursos efetivamente necessários e adequados para a preservação ambiental exige desses proprietários, além da conscientização dessa necessidade, um diálogo entre eles e o agente financiador – intermediado pelo técnico responsável pelo Programa – que não existe nas tradicionais políticas públicas. Aqui estão num processo de aprendizagem não só de identificar necessidades, como de trabalhar no sentido de atingi-las.

A falta de recursos humanos é outro obstáculo mencionado com frequência para o bom desempenho do plano:

não é só vontade, tem que ser teimoso, só que eles em contrapartida colocam prazo pra gente. Não tem condição. Uma coisa que nós chegamos à conclusão é que quando foi feito esse programa eles esqueceram ...; eles dão tudo pra gente, sabe; eles dão carro, dão combustível, dão computadores, a microbacia fornece tudo isso pra gente, só que não fornece o principal, gente, é gente; então é um, dois técnicos pra fazer tudo isso, impossível, é humanamente impossível. (Pesquisa de campo, 13/6/05)

No que diz respeito aos aspectos positivos, uma das maiores contribuições do PEMBH tem sido auxiliar os produtores no cumprimento da legislação referente ao meio ambiente.

Eu costumo dizer que, resumidamente, o programa... na minha visão, o governo tá ajudando o agricultor a cumprir a lei ambiental...; de que forma? Forma de conservação de solo, de recuperação de mata ciliar... (Pesquisa de campo, 13/6/05)

Ressalte-se que aí o envolvimento com o plano tem-se constituído num processo de aprendizado para que o agricultor se adapte à legislação ambiental. É conhecido o número de conflitos entre estes e a promotoria do meio ambiente em função da recusa dos proprietários em pagar multas advindas do descumprimento da legislação.

A preocupação com o meio ambiente fica clara ainda na proposta de educação ambiental do programa:

Depois a gente tem o componente também ... de educação ambiental; o programa (ele) tem um [] componente que chama-se aprendendo com a natureza ... então, a gente adota escola, nós adotamos 140, são quatro classes de 4ª série, mas parece que vão adotar mais três do Sesi que é um acordo aí que fizeram à parte; como parte disso, a gente capacita os professores, a





gente tem modelos de treinamento para o professor aplicar esse livro, a gente programa visitas nas microbacias com alunos, têm várias atividades. (Pesquisa de campo, 11/4/05)

É essa ênfase que torna os CMDR's vinculados aos PEMBH mais voltados para as questões ambientais.

Algumas considerações

O PEMBH não é o único nem o primeiro programa a ter a microbacia como unidade de referência. As primeiras iniciativas nesse sentido foram de âmbito federal. Em março de 1987, o governo instituiu, pelo Decreto nº 94.076, o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas. Outras iniciativas de âmbito estadual também já foram realizadas, como no Estado do Paraná em 1989 (Fleischfresser, 1999, p.331).

Nesse último, a responsabilidade pela execução do programa cabe à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e às empresas a ela vinculadas, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), o Instituto Agrônômico do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná. Além dessas entidades públicas, a especificidade da estratégia dessa intervenção governamental reside na incorporação de instâncias da iniciativa privada na tentativa de envolvê-las com objetivos de conservação ambiental. Após a Emater definir as ações de planejamento das microbacias, há uma divisão de tarefas, segundo a qual as empresas privadas atendem aos produtores de porte médio e grande, as cooperativas os seus associados e a assistência técnica oficial aos demais (Fleischfresser, 1999, p.333). Há claramente uma proposta de incorporar os vários sujeitos envolvidos nesse espaço definido pela microbacia.

São criadas várias comissões e “existe o pressuposto de uma gestão amplamente participativa, desde o âmbito dos municípios até o âmbito do governo estadual, contando com a participação da iniciativa privada, cooperativas e representantes dos produtores rurais” (Fleischfresser, 1999, p.335).

A proposta de uma gestão participativa está também presente na experiência de Monte-Mor. A responsabilidade está igualmente a cargo da Secretaria da Agricultura, por meio da CATI. A diferença é que a existência do CMDR-Monte-Mor permite aglutinar vários atores, o que dificilmente seria possível





numa realidade na qual a agricultura, em seu sentido estrito, encontra-se fragilizada. O fato de nele estarem presentes, num mesmo fórum, representantes tanto do Poder Executivo, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Escritório de Defesa Agropecuária, Sindicato Rural, profissionais liberais de Ciências Agrárias do município, do setor de fabricação e comércio de insumos agrícolas e ONG's relacionadas ao meio ambiente facilita a articulação necessária para uma nova forma de gestão proposta pelo PEMBH.

O financiamento de agências internacionais tem sido também uma constante nesses projetos voltados para as microbacias, até pelo volume de dinheiro necessário. Seria importante investigar em que medida esse financiamento ao PEMH não significa a adesão a uma determinada concepção de desenvolvimento sustentável que é desses organismos e não da comunidade envolvida. De qualquer maneira, numa realidade na qual a preocupação com a poluição dos recursos hídricos era praticamente inexistente, o trabalho realizado a partir do PEMBH tem sido importante. Mais que isso, associar a concepção de uma agricultura sustentável com segurança alimentar, preservação da pequena propriedade e ainda com o fortalecimento com as organizações dos produtores como consta do programa parece ser um bom caminho numa realidade em que a manutenção das atividades agrícolas é cada vez mais difícil.

Finalmente, na região de Campinas, em especial, é importante entender a atuação dos CMDR's no contexto de uma nova ruralidade, a partir do surgimento de novas atividades e interesses sociais.

Esse processo de ocupação do espaço rural com outras atividades que não a agricultura-pecuária ganha relevância em um contexto onde a aceleração do ritmo de vida urbano, em condições de crescente depreciação da qualidade de vida, tem atribuído ao campo uma dimensão de ambiente de revigoramento das relações entre indivíduo e natureza, com o culto das formas ecológicas e das raízes culturais das comunidades rurais. Diante disso, tais atividades têm-se firmado como alternativa de ocupação e renda no meio rural. (Martins, 2005, p.254-5)

A criação de novas oportunidades econômicas deve vir acompanhada de novas institucionalidades, de maneira a permitir, além de incrementos econômicos, avanços no âmbito da cidadania das populações rurais. A conhecida diminuição da presença do Estado fez com que tanto a agricultura quanto as novas atividades não-agrícolas se desenvolvessem sem marcos regulatórios definidos. Em outras palavras, esse “novo rural” demanda “o





surgimento de instâncias institucionais descentralizadas que possibilitem a participação das comunidades locais no planejamento e na gestão dos recursos humanos, econômicos e ambientais dos territórios” (Campanhola e Silva *in* Martins, 2005, p.258).

Partindo do pressuposto defendido por Eduardo Gudynas (2001, p.5) de que não podemos falar de um ator chave ou de vanguarda quando se trata de políticas ambientais, mas que devemos identificar atores de destaque nesse processo, não é demais levantar a hipótese de que os CMDR's vinculados aos PEMBH podem estar aí incluídos.

Apesar de seus limites, bastante claros inclusive na realidade de Monte-Mor, eles têm representado um esforço no sentido de romper com práticas tradicionais, clientelistas e paternalistas. Está sendo uma experiência importante para que o produtor rural deixe de encarar a proteção ao meio ambiente como uma restrição ao seu direito de usar livremente a sua propriedade e de conscientização dos investimentos relacionados a essa preservação como aplicação sem retorno.

Não é demais enfatizar que no Brasil,

o caso da adequação socioambiental da agricultura – fundamental para a sustentabilidade não só para o próprio setor, mas também para as demais atividades que seguem crescendo nas áreas rurais – dependerá, em grande medida, da capacidade de diálogo e da condução de ações compassadas entre as instâncias nacional e local de poder e dos próprios agricultores. (Martins, 2005, p.263)

É necessário compatibilizar políticas ambientais adequadas a regulação do uso do solo e da água, com políticas agrícolas e agrárias que proponham a utilização de tecnologias limpas e metas a serem atingidas pelo setor com relação ao meio-ambiente. A experiência em tela mostra que a atuação do CMDR vinculado ao PEMBH pode ser extremamente rica, embora incipiente, nessa direção.

Vale a pena continuar investigando.

Referências

BRASIL, Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/sustentavel.html>>. Acesso em 15 nov. 2004.





CACCIA BAVA, Silvio. “Os Conselhos como Instrumento da Sociedade Civil”. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, ANA Cláudia C. (orgs.). *Conselhos gestores e políticas públicas*. São Paulo: Polis, p.68-69, 2000.

CATI. *Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, 1997.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. “Manejo das águas, conservação do solo e controle da poluição em microbacias hidrográficas: análise da experiência paranaense”. In: ROMEIRO, A. R; REYDON, B. P; LEONERDI, L. A. (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp, p.331-377, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

GUDYNAS, Eduardo. “Actores Sociales y Ámbitos de Construcion de Políticas Ambientales”. In: *Ambiente e sociedade*. Ano IV, n.8, p.5-19, 1º semestres de 2001.

HERREROS, Francisco e De FRANCISCO, Andrés (orgs.). *Capital Social, Zona Abierta*, 94/95, Madrid, 2001.

MARTINS, Rodrigo Constante. “Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: V.43, n.02, p.249-285, abr/jun 2005.

MOYANO ESTRADA. *Sobre El Concepto de Capital Social e Su Utilidad Para el Analisis del los Procesos de Desarrollo*. Córdoba: IESA, 2000. mimeo.

MUSSOI, Marion Eros. “Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina”. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: p.11-39, 1999.

SANTOS, Boaventura Souza. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: HELLER, Agnes *et al.* *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Corecon, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: n.15, p.87-146, out/ 2000.

WOOLCOCK, Michael. “Social Capital and Economic Development: toward a theoretical synthesis and policy framework”. *Theory and Society*. N.27, p.151-208, march/ 1998.





O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sumaré: os assentamentos e a questão ambiental

Vera Lúcia G. S. Rodrigues
Carolina Costa de Oliveira

Introdução

Este artigo faz parte de um projeto maior de pesquisa sobre os Conselhos de Desenvolvimento Rural na região de Campinas. O objetivo principal é ver a especificidade desses conselhos numa região extremamente urbanizada e industrializada, onde o espaço rural tem passado por transformações significativas.

Os resultados mostram que, embora enfrentando dificuldades, muitas vezes similares às dos demais CMDRs, os conselhos na região de Campinas têm tido uma atuação importante no sentido de reivindicar a participação do espaço rural na vida da cidade. A definição de uma macrozona específica de proteção para produção agrícola proposta na reformulação do Plano Diretor de Campinas é um bom exemplo.

O artigo aborda, em particular, o CMDR-Sumaré, cuja especificidade é contar com uma participação significativa por parte dos Sem-Terra, que possuem vários assentamentos no município, o primeiro instalado em fevereiro de 1984. Sua história, no entanto, teve início ainda em 1981, tendo sido permeada de lutas, pressões, ocupações e acampamentos (Bergamasco, 1992, p.37).

Mais que a simples presença dos sem-terra, é importante ressaltar sua integração à vida da cidade. De certa forma é isso que explica a existência de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural atuante e que conta, em sua composição, com a participação tanto dos próprios Sem-Terra como dos





agricultores tradicionais. A preocupação com o meio ambiente também tem sido enfatizada pelo movimento e aparece de forma significativa na atuação do conselho. Esses são os aspectos principais a serem ressaltados.

Inicialmente são fornecidas informações sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), pois a adesão do município a ele envolve a constituição do CMDR. A seguir são feitas algumas considerações sobre os Sem-Terra e a questão ambiental. A atuação do CMDR-Sumaré é colocada na seqüência.

A região de Campinas e a importância do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

O processo de modernização da agricultura brasileira, como é sabido, ganhou impulso na década de 60, quando o governo, por meio de políticas agrícolas, amplia as linhas de crédito subsidiado para agricultores. Essa modernização, que promoveu aumentos significativos na produção e produtividade, é caracterizada pela elevação na utilização de insumos químicos e de máquinas agrícolas.

O Estado de São Paulo, em especial, apresentou transformações importantes. Transformações essas fruto da urbanização, da abertura da economia nacional para o mercado externo, da implantação de um complexo agroindustrial de transformação e insumos e a criação de uma indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que viabilizaram a diversificação agropecuária, a fim de atender tanto as demandas internas quanto externas.

Entretanto é igualmente sabido que essa modernização, seja em âmbito nacional ou no Estado de São Paulo, trouxe não só um aumento na produção e produtividade, mas também graves problemas sociais e ambientais para o campo. A elevada utilização de insumos causou um intenso processo de erosão e contaminação do solo, diminuindo, com isso, a cobertura florestal e degradando os recursos hídricos.¹

¹ Um bom resumo dos efeitos para o meio ambiente dessas inovações na produção agrícola pode ser encontrado, entre outros, no artigo Dinâmica de inovações sob restrição ambiental, de Ademar Ribeiro Romeiro e Sergio Salles Filho *in* Romeiro, A. R., Reydon, B. P., Leonardi, M. L. A. (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP, 1999. Ou O problema ambiental no Brasil: agricultura, de Clayton Campanhola, Alfredo J. B. Luiz e Ariovaldo L. Júnior, no mesmo livro.





Passa a existir, portanto, a necessidade de uma “reordenação tecnológica” do campo, que além de promover um aumento na produtividade do solo, aliado à implantação de técnicas de proteção dos recursos naturais, possa dar condições de permanência no campo aos agricultores. Alterações que visem caminhar no sentido de um padrão sustentável de desenvolvimento no setor agrícola.

A busca por novos padrões de desenvolvimento tem como marco de referência o amplo estudo realizado pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecido como *Relatório Brundtland* (1987), que aponta o Desenvolvimento Sustentável como caminho para o estabelecimento das bases para o futuro da humanidade, afirmando que

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. (BRASIL, 2004)

Nesse sentido, a “agricultura sustentável” – modelo de produção agrícola que apresenta aumento de produtividade compatível com a segurança alimentar, não agrida o meio ambiente e que aperfeiçoe as formas de organização social no campo para que os agricultores participem ativamente da vida social e política das comunidades – apresenta-se como modelo ideal na implantação de novos padrões de desenvolvimento.

A busca, portanto, de novas alternativas de “Desenvolvimento Sustentável”, passa pela revisão das estratégias de atuação do Estado para evitar que o processo de reajustamento da agricultura se faça sem uma orientação planejada e racional. O Estado deve concentrar os recursos em programas de efeito perdurável no tempo e com grande efeito multiplicador no espaço. (CATI, 1997, p.3)²

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – instituído em 1999 e com duração prevista de seis anos – tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, com ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, aumento na produ-

² Não se trata aqui de discutir o conceito de desenvolvimento sustentável de uma perspectiva mais ampla, mas apenas apresentá-lo tal como é definido no PEMH.





tividade geral das unidades de produção, redução dos custos e reorientação técnico-agronômica.

Financiado pelo Banco Mundial, propõe a integração das práticas utilizadas nas propriedades trabalhadas com as utilizadas pelas instituições envolvidas. Pretende, ainda, mostrar aos agricultores os problemas existentes em suas propriedades, assim como os das suas comunidades, relacioná-los com as suas causas e capacitar esses proprietários, no sentido de resolver eles próprios seus problemas no futuro.

O objetivo do programa, em resumo, é promover o desenvolvimento rural que garanta a sustentabilidade econômica com a participação dos beneficiários e da sociedade civil.

A microbacia passa então a ser considerada uma unidade mais adequada de intervenção e análise, podendo o programa desenvolver um modelo de desenvolvimento socioeconômico que permitirá uma melhora no nível de renda dos produtores e condições do meio ambiente e estimulará a organização social. Além disso, a microbacia toma como unidade de planejamento e ação uma unidade geográfica capaz por envolver os vários sujeitos sociais nela envolvidos.

O PEMBH tem como área de ação o Estado de São Paulo, abrangendo 1.500 microbacias, beneficiando 90.000 produtores rurais, numa área aproximada de 4,5 milhões de hectares, durante os seis anos de duração.

Os trabalhos devem concentrar-se prioritariamente em áreas onde o meio ambiente e a qualidade de vida encontram-se mais prejudicados, portanto áreas com solos altamente erodidos ou com alta suscetibilidade à erosão e com maiores níveis de indigência.

Parâmetros como exploração predominantemente de culturas anuais e produção de alimentos básicos,³ boa receptividade por parte dos municípios, concentração de pequenos produtores, trabalhos de MBH já existentes, presença de unidades de conservação de uso indireto na área ou em áreas de entorno e áreas com maior uso de agrotóxicos, foram levados em consideração pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDR) no momento de priorizar os municípios a serem incluídos no programa.

Os municípios, além de atenderem a esses parâmetros, deveriam possuir o CMDR e formalizar convênio com o Estado que incluísse Planos de Trabalho com todas as ações previstas.

³ Os municípios com grandes áreas de cana-de-açúcar e citrus, por sua vez, teriam uma pontuação menor.





Os CMDR's são responsáveis por escolher a(s) bacia(s) a serem trabalhada(s), devendo levar em consideração parâmetros bastante semelhantes aos daqueles que balizam a seleção de municípios: nível de degradação ambiental, priorizando a microbacia onde a degradação ambiental seja mais intensa, concentração de pequenos produtores, explorações predominantes de culturas anuais, mananciais de abastecimento de água destinado ao abastecimento humano, boa receptividade por parte dos produtores, maior percentagem de área de preservação permanente. Seguindo-se os parâmetros estipulados, as microbacias para implantação do programa deveriam ter uma área média de 3.000 hectares e com aproximadamente 60 produtores rurais.

Após a escolha da(s) microbacia(s), as atribuições do CMDR passam a ser as de apoiar a implantação do projeto da microbacia aprovada, analisar e aprovar as propostas, projetos e planos anuais de trabalho, analisar e aprovar as solicitações de aplicações de apoios financeiros, acompanhar e avaliar os trabalhos do programa, articular e harmonizar as ações dos diversos segmentos municipais envolvidos, acompanhar e avaliar o trabalho do técnico executor – geralmente o engenheiro agrônomo e secretário da Casa da Agricultura –, tomar conhecimento das fiscalizações realizadas sobre a utilização dos Incentivos, contribuir para fiscalização dos recursos naturais – em particular, pela aplicação da Lei do Uso do Solo, juntamente com os órgãos competentes –, analisar e aprovar o relatório periódico expedido pelo técnico executor.

As organizações de produtores também têm atribuições importantes dentro do programa, como participar ativamente na elaboração dos projetos relacionados à microbacia, na seleção do trecho de estrada rural a ser adequada, acompanhar, controlar e avaliar o andamento do projeto, participar, junto com o conselho, da avaliação do técnico executor, zelar pela aplicação da Lei do Uso do Solo e pela correta aplicação dos recursos e apoios financeiros do programa – justamente para auxiliar e contribuir no trabalho do Conselho.

O Programa de Microbacias procura, dessa maneira, fortalecer as formas de organização dos produtores, estimulando a participação desses, assim como de toda a comunidade, procurando transformá-los em agentes do desenvolvimento. No aspecto ambiental, o programa procura conscientizar as populações rurais sobre a necessidade de se conservar os recursos naturais, protegendo os mananciais e nascentes, melhorando e conservando com isso a quantidade e qualidades dos recursos hídricos, controlando os usos de





agrotóxicos que contribuirá na diminuição dos riscos de poluição da terra e da água e como consequência na diminuição da contaminação de alimentos e intoxicação do homem, eliminando os problemas de erosão causados pelas estradas rurais e recompondo as matas ciliares e áreas de preservação permanente com replantio de mudas.

Os sem-terra e a questão ambiental

Antes de entrarmos na discussão específica sobre os Sem-Terra e a questão ambiental, é importante ressaltar que, numa primeira aproximação, entre esta e os princípios agroecológicos, “é fácil perceber, por meio de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam um anseio por um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicar a insatisfação com a agricultura convencional “moderna” (Almeida *in* Costa Neto e Anjos, 2000, p.2).

A proposta de desenvolvimento agrícola sustentável deve considerar ainda tanto os níveis de pobreza rural como a degradação do meio ambiente (Costa Neto, 2000, p.90). A sustentabilidade na agricultura pode ser caracterizada como

algo que exige um desenvolvimento não excludente em termos sociais, que garanta a autonomia e auto-suficiência dos produtores e que não esteja submetido a uma estrutura de dependência, baseada na ajuda e na transferência de tecnologia, com repercussões do ponto de vista da preservação ambiental e ecológica (Costa Neto e Anjos, 2002, p.303).

Isso significa pensar a sustentabilidade da agricultura a partir de múltiplas dimensões: sociopolítica, socioeconômica, socioambiental e sociocultural.⁴

Com relação aos sem-terra, há uma ênfase muito grande na educação ambiental, que se inicia já entre os jovens.

Na família assentada, isto é muito trabalhado com ela. Já é uma filosofia de começo. Isto é muito trabalhado. (Pesquisa de campo, p.6/8/ 2006)

⁴ Infelizmente não há espaço aqui para desenvolver as várias dimensões apontadas pelos autores nesse referencial teórico metodológico. De qualquer forma, é uma tentativa de incorporar uma visão menos reducionista do conceito.





O depoimento abaixo ilustra com clareza a preocupação desse grupo de assentados no que diz respeito à preservação ambiental.

É diferente, por exemplo, toda área de assentamento, quando se implanta assentamento já é uma lei do governo do Estado, você só utiliza a área livre de agricultura, então a área de preservação permanente é reservada, os 20%, em alguns lugares onde não tem árvore é utilizado como pasto, mas, ao longo do tempo, o governo procura fazer o reflorestamento, entende? No nosso caso, por exemplo, as áreas de entorno das represas, pôr essa represona aqui tá dentro do assentamento, tudo, tudo isso aqui, então, por lei 50 metros entorno dela, o assentamento, você tem 100 metros de área a ser recuperada, a ser reflorestada. Se você visita você vê alguns trechinhos num dos assentamentos já com mata de plantio de árvore, porque a idéia é fazer isso, até porque se a gente deixa a erosão a sociedade ... Então, a gente já sabe que tem que ter área de reserva permanente, diminui até o tamanho da terra, mas todas essas áreas são coletivas, é diferente de uma propriedade, que na minha propriedade, imagina a pessoa tem cinco hectares, passa um córrego no meio, depende da extensão, se a propriedade dele é estreita e acompanha o córrego trinta metros pra lá, trinta metros pra cá, aí você tem que deixar os 20% de reserva legal, você vai deixar onde? (Pesquisa de campo, p.08/04/2005)

Pode-se observar de um lado, que o próprio caráter coletivo do assentamento facilita a possibilidade de preservação. De outro, preservar o meio ambiente significa mostrar para a sociedade uma imagem positiva, diferente daquela de invasor, radical etc., muitas vezes associada ao movimento. Essa imagem, aliás, faz com que exista uma cobrança maior por parte da sociedade com relação aos sem-terra do que com relação aos agricultores tradicionais no que diz respeito à preservação ambiental.

Os depoimentos mostram uma percepção bastante avançada por parte dos sem-terra com relação à questão da água, defendendo que o produtor agrícola, além de preservar os mananciais, deve transformar-se num produtor de água.

Então, a importância de se fazer investimento, de mobilizar os agricultores, de manter ele, dele cuidar da mata dele, dele recuperar a represa e na represa um reservatório de água, enfim, tudo isso vai beneficiar o agricultor, que vai ter uma reserva d'água, a cidade que vai ter uma água de melhor qualidade e possivelmente em quantidade, mas isso se tem que trabalhar, o agricultor fala "olha eu vou pagar água, eu tenho que legalizar a represa, tudo eu gasto", então





acaba tendo um confronto de interesse e esse tenta a partir do conselho, (...) que consiga criar essa associação mostrar pra eles, que eles têm um papel importante e que num futuro próximo eu não tenho dúvida não, eu vou ser um dia produtor de água, e vou receber inclusive por isso; agora, isso não vai acontecer amanhã. (Pesquisa de campo, 29/09/2005)

É importante ressaltar que, ao contrário, grande parte dos agricultores tradicionais, por algum tempo, defenderam, no conselho, uma postura de resistência à cobrança pelo uso da água, como fica claro no depoimento seguinte.

Essa relação aí participou bastante dos agricultores, quando começaram falar que ia cobrar a água, a outorga, essa coisa toda aí de aumentar a despesa para o produtor. Hoje o incentivo para o produtor não tem nenhum e o produtor está quebrado no Brasil inteiro de ponta a ponta. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Pode-se perceber que a grande preocupação dos agricultores tradicionais, quando da fundação do conselho, era ter um grau maior de interferência na legislação ambiental, na sua concepção elaborada muitas vezes por pessoas que não conhecem a realidade do meio rural.

Tanto das leis do meio ambiente e o meio ambiente ter mais gente nossa para discutir o assunto, não o assunto vir pronto do governo pra cá; tem que participar da reunião, tem que decidir aquilo, aonde o cara aprendeu, aonde ele tem a propriedade que ele fez isso que ele quer implantar aqui pra nós? Então, não custava um dia pegar um ônibus e levar nós para ver a propriedade dele, mostrar o que ele fez de bom, entende; o que ele fez lá pra melhorar, que aí nós vamos fazer aqui também. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Essa posição é justificada ainda por considerarem que o próprio governo teve uma parcela de culpa no processo de degradação ambiental, ao estimular uma modernização agrícola inadequada do ponto de vista ambiental, bastante visível em alguns projetos específicos. Assim, o próprio governo teria a responsabilidade de auxiliar na recuperação:

Eu consegui isso com o Dalben até quando veio uns políticos aqui eu falei “olha, nós temos que ter gente nossa, tanto na Cetesb, no Meio Ambiente,





nessa área de preservação ambiental tem que gente nossa, filhos nossos que vivem na terra, entende? Porque o pessoal não entende que foi feito uma devastação lá, isso tudo foi o governo que fez em uma época atrasada com Provárzea, que era pra secar as várzea, plantar arroz, para ter alimento, então isso foi devastado. Agora para voltar isso daí é complicado, tem um custo que o produtor sem dinheiro, o proprietário sem dinheiro, ele não tem como bancar um projeto desse. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Não é demais afirmar que, enquanto os agricultores tradicionais em Sumaré têm tido uma posição mais defensiva, tentando-se proteger da legislação ambiental, percebida como algo feito e fiscalizado por agentes externos, os sem-terra em Sumaré têm realizado um trabalho de educação ambiental a partir dos jovens. Este ainda se configura como um ponto de atrito entre os produtores tradicionais e os sem-terra.

O envolvimento dos sem-terra com a questão ambiental pode ser observado, por exemplo, na atuação bastante significativa de um grupo de jovens dos assentamentos no sentido de auxiliar na preservação da microbacia Taquara Branca:

Esses meninos que tão aqui constituem o chamado Projeto Pioneiros e na microbacia eles fizeram todo o diagnóstico de cada propriedade, aonde tem mato ou não tem, aonde precisa plantar, onde é área de APP, ou era reserva legal, então com esse, como se diz, levantamento, na segunda fase já tem onde vai ser plantado, quantidade, variedade de árvore etc. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

Dentro desse projeto,⁵ os jovens foram inicialmente capacitados e passaram a trabalhar em atividades de produção de mudas em viveiro, coleta de sementes, plantio de florestas em áreas de reserva ou de recuperação ambiental etc.

O objetivo geral do programa é bastante abrangente:

⁵ O Projeto de Adequação Ambiental da Microbacia do Córrego Taquara Branca para a Restauração da Biodiversidade tem como parceiros a Secretaria de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Sumaré, ESAIq/USP, por meio de seu Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, Sociedade Humana Despertar, que fornece apoio em termos de assistência social e administração financeira, e a Bayer.





Contribuir para desvinculação de jovens do paradigma da violência urbana atual, promoção da inserção de adolescentes no mercado de trabalho; continuidade na implementação de metodologia de restauração florestal; facilitar a transmissão do conhecimento gerado pelo trabalho do grupo Os Pioneiros como estratégia de sensibilização da sociedade à discussão das questões ambientais. (Relatório sobre o projeto de adequação ambiental para restauração da biodiversidade na microbacia do córrego Taquara Branca, período março /abril 2006, p.1)

O projeto foi iniciativa dos próprios assentados, não tendo vínculo específico com o CMDR.

Isso foi uma iniciativa dos assentamentos. Como havia área a ser recuperada, eles procuraram, acharam uma alternativa de como recuperar e fizeram uma parceria entre uma entidade da cidade, uma ONG, a SHD. Os jovens e uma empresa privada, então a empresa financiou o treinamento de capacitação e o pagamento do trabalho deles pra fazerem esses plantio e recuperação; a primeira empresa parceira foi a 3M, ela renovou o contrato pra esse ano. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

A realização do projeto, entretanto, só foi viável porque o município tem o projeto de microbacias aprovado. A importância de projetos dessa natureza, além de recuperação concreta de 5ha da microbacia, está na formação de agentes, que podem estar reproduzindo a preocupação com o meio ambiente. Formação essa que integrou tanto aspectos teóricos como práticos. Os jovens Pioneiros realizaram atividades que vão desde horas-práticas de viveiro, até oficinas onde puderam assistir aulas ministradas por professores da ESALQ.

Sem negar a existência de problemas ambientais nos assentamentos, nunca podemos afirmar que a questão ambiental se coloca para os sem-terra de uma maneira diferenciada, à medida que devem ser levados em conta o uso histórico, atual e almejado das glebas. O uso histórico permite avaliar os problemas herdados pelo assentamento a respeito das qualidades químicas, físicas e biológicas do solo. O uso atual dá elemento para se considerar a melhor forma de utilização racional e auto-sustentada dos recursos naturais com a obtenção de renda. O uso futuro visa buscar as potencialidades dessas glebas (Beze Júnior, 1994, p.154).

José Vicente Tavares dos Santos, comparando as experiências de assentamento com o processo de colonização, principalmente no período





1970-84, destaca a seguinte questão: *Será que os impactos sociais dos assentamentos em relação ao meio ambiente estariam mostrando uma negação da lógica de produção social da exclusão, e um confronto com as práticas de dominação da natureza pelos homens, configurando uma experiência alternativa de desenvolvimento agrário e agrícola?*

Partindo do suposto de que a relação homem-natureza propõe – não somente na sua dimensão biológica, como uma postura conservacionista, mas como questão socioecológica, marcada pela interação recíproca do meio social com o meio natural – o autor responde afirmativamente. Ou seja, à medida que os

assentamentos definem uma nova posição no campo dos conflitos agrários, colocando outras forças sociais em confronto, a relação com o meio ambiente adquire uma face diversa daquela assumida nos programas de colonização. (Tavares dos Santos, 1994, 178)

Enquanto as suas observações das experiências tanto na Amazônia, como na Região Sudeste, em particular no Espírito Santo, e do Nordeste detectaram





uma observação de estranhamento desses agricultores com a terra, o mesmo não ocorre entre os sem-terra, que não se sentem deslocados frente a um meio ambiente diverso daquele que conheciam por suas práticas históricas.

O CMDR-Sumaré e o PEMH

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sumaré foi criado em julho de 1987, portanto antes mesmo da Constituição de 1988.

Uma característica importante na composição desse conselho é a participação, desde a primeira gestão, de representantes dos assentamentos. Já, na primeira diretoria do conselho, foi indicado como vice-presidente Ulisses Nunes Gomes, representante de um dos três assentamentos da cidade. Havia ainda um representante da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento II e outro da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento I de Sumaré.

Uma das razões é o fato de, em Sumaré, por já estarem assentados desde o início dos anos 80, os sem-terra têm utilizado os recursos do Pronaf, cuja liberação exige a existência do conselho.

É o custeio e o investimento, os dois. Porque nós já pegamos aquele assentamento, Pronaf A, que você pega pra iniciar, nós estamos no Pronaf C, que é custeio e investimento, mas numa parcela menor. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

A presença dos sem-terra tem sido significativa a ponto do livro de Atas do CMDR registrar reunião da Comissão de Seleção de Beneficiários ao Projeto de Assentamento Fundiário de Sumaré.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que não tem participado do CMDR-Campinas e nos CMDRs em geral, também tem tido uma representação significativa no CMDR-Sumaré.

A não participação dos assentados tem sido acompanhada por críticas à forma de acesso e condução dos conselhos.⁶ Em Sumaré, entretanto, é

⁶ Esta pouca participação de assentados nos CMDRs é claramente identificada em pesquisa coordenada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). A pesquisa, realizada em 32 municípios de 5 Estados, foi publicada no Caderno de Capacitação, n.4





o próprio MST que dá origem ao sindicato, existindo um forte vínculo entre eles.

Na verdade, sempre entra um do sindicato que é assentado, normalmente os assentamentos têm uma participação mais ativa no dia-a-dia; então esse conselho ele um pouco na verdade é uma discussão a partir dos assentamentos, desses produtores... O sindicato foi criado pelos trabalhadores sem-terra. Fomos nós que criamos o sindicato. Não tinha sindicato. Quando a gente criou o assentamento, a primeira ferramenta foi o sindicato. A diretoria era dentro do assentamento. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

Roberto Rovanelli, um pequeno produtor de tomates, foi indicado presidente. Essa primeira diretoria é, assim, atípica em relação ao que temos observado em outros CMDRs, onde o presidente, em geral, é vinculado a um órgão público. Essa característica permanece nas outras gestões⁷.

No nosso caso, o nosso conselho não é a Prefeitura o presidente, é o produtor rural, pra você ter uma idéia como é que funciona... (Pesquisa de campo, 6/07/06)

Ter um produtor rural na presidência representa um duplo sentido. Primeiro, garantir certa independência com relação a uma gestão municipal específica. É sabido que um dos problemas dos conselhos, quando muito institucionalizados, é a perspectiva de continuidade quando da mudança de administração nas prefeituras. Em Sumaré, os assentados, ocupando cargos em Secretarias Municipais, tiveram a preocupação de ressaltar essa autonomia que o CMDR deveria ter.

Tem aquele conselho formal. Eu queria um conselho que debatesse os problemas da área rural. O presidente não era da administração. Eu queria que o presidente fosse eleito, até para se sentir mais à vontade. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

do Pronaf, Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, maio de 2002, 35p.

⁷ A pesquisa mencionada na nota anterior mostra que, em 72% dos municípios pesquisados, a presidência do CMDR era exercida por um representante do Executivo Municipal e apenas, em 28%, por representantes dos agricultores. O atual presidente, Valdemir Ravagnani, é engenheiro agrônomo, pequeno empresário no ramo de tomates.





Segundo, dar a presidência a um agricultor tradicional fez parte de uma política de alianças com este.

A gente procurou deixar com que a presidência ficasse com os agricultores tradicionais, exatamente numa demonstração de que a gente quer fazer um trabalho junto, que a gente não estava preocupado em tomar espaço, tomar nada de ninguém. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

Essa maior participação da sociedade civil não deixa de ter como contrapartida uma defesa de caráter mais corporativista de alguns de seus segmentos. É o caso dos pequenos produtores, que viram no conselho uma forma de fortalecer suas associações e ter maiores condições de reverter a situação de dificuldades com a qual se defrontam.

O que confunde um pouco o conselho e a associação é que eles tinham a intenção que o conselho daria muito mais força que associação, porque no próprio conselho participam várias associações; então era um meio de fortalecer essas associações e os agricultores participarem mais com o poder de barganha no governo. A intenção era essa. E o conselho ser mais respeitado, dar mais respeito pra agricultura, essa foi uma das razões. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Num cenário de crise de agricultura, o CMDR aparece como um novo alento para suas reivindicações específicas. Um exemplo bastante significativo era a resistência contra a cobrança da água, já mencionada anteriormente e entendida, na ocasião, como mais uma despesa para os produtores rurais.

Participou bastante agricultores, aí quando começaram falar que ia cobrar a água, a outorga, essa coisa toda de aumentar a despesa para o produtor. Hoje o incentivo pro produtor não tem nenhum e o produtor está quebrado no Brasil inteiro, de ponta a ponta. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Da perspectiva dos pequenos proprietários, o objetivo era ter um fórum de reivindicações de suas demandas específicas. E ter nos órgãos públicos uma representação legítima dos agricultores.

Precisa mais espaço no setor nosso. A Secretaria de Agricultura do município de Sumaré sempre foi tocada por pessoas que não têm nada a ver com agricultura. Na gestão Dalben nós tínhamos um delegado de polícia... O conselho





era para unir os produtores pra vender melhor as mercadorias. Por exemplo, nós sempre trabalhamos em função de atravessadores, então o conselho era pra unir os produtores para nós vendermos melhor, ter mais união, comprar melhor os insumos, comprar o adubo mais barato, o cascalho... (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Nessa perspectiva, o conselho poderia ser ainda um canal para se conseguir mais verba para o setor:

Eu pedi para o Plano Diretor da Prefeitura quando fizesse para segurar 2% do orçamento para recuperação e conservação, sinalização das estradas rurais vicinais; estabelecer parcerias para recuperação e manutenção dos açudes e implantar espaço destinado ao agronegócio do município, que seria esse entreposto e criar uma central de receitação das embalagens. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Assim, uma primeira observação é que, embora haja em Sumaré, a exemplo de outros municípios, um estímulo por parte do poder público no início do funcionamento do conselho,⁸ ele tem tido uma presença significativa da sociedade civil.

Isso pode ser explicado, de um lado, pela forte presença dos sem-terra na vida da cidade, aonde vêm ocupando cargos municipais. De outro, pela pouca atuação da engenheira agrônoma responsável pela Casa da Agricultura, embora ela seja, como é comum, a Secretária Executiva do conselho. Há um consenso de que ela se envolveu pouco com o trabalho do conselho, inclusive no que diz respeito à implementação do PEMBH, levando outros atores a suprirem essa deficiência.

Um aspecto deve ser ressaltado: em Sumaré, houve um esforço específico por parte dos sem-terra com a intenção de se aproximar com os agricultores tradicionais, principalmente a partir do momento em que estes passaram a assumir cargos na administração municipal.

Com a minha vinda para a administração, tinha esta missão que era fazer o casamento dos assentamentos, dos assentados, com o agricultor tradicional.

⁸ Evidência é a presença tanto da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), por meio do seu Escritório de Desenvolvimento Rural EDR/Campinas e Escritório de Defesa Agropecuária, EDA/Campinas, da EMBRAPA e da UNICAMP, além do próprio prefeito municipal.





Havia uma separação muito grande, entre os sem-terra e os agricultores. Senti que havia um abismo, uma lacuna, não havia entrosamento. Havia um medo dos agricultores que a gente ia tomar as terras deles, e aí nós resolvemos nos aproximar deles. No geral, a gente já conseguia fazer esse bom relacionamento e com a vinda minha para a administração, uma missão minha era fazer com que se integrasse assentados com os agricultores tradicionais. Quando cheguei na administração já vim com essa missão. Sabia que havia essa dificuldade. Quando cheguei, minha preocupação primeira foi fazer esta integração, este trabalho onde nós poderíamos conversar mais um com o outro. Comecei a fazer esta ponte, a fazer este trabalho, fazer estes encontros entre assentados e os agricultores tradicionais ... e fazer debates juntos e comecei a dá uma demonstração que os assentados não iam tomar nada dos tradicionais. Quando a gente criou o conselho, isso já estava muito bem trabalhado, já havia um bom entendimento entre as duas partes... Hoje já está muito mais atenuado. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

De alguma maneira, houve uma percepção clara de que seria impossível administrar a cidade sem a incorporação de outros segmentos da população. Especificamente no que diz respeito à agricultura, sem a colaboração dos agricultores tradicionais.

Nesse primeiro momento, a necessidade de se constituir um órgão que recuperasse a importância do setor acabou se constituindo num ponto de consenso entre os sem-terra e os agricultores tradicionais.

Era para mostrar a importância do setor, mostrar que era importante no município. Fazer nossa voz aparecer. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

Esse depoimento de um sem-terra é confirmado por um produtor rural tradicional:

O objetivo era assessorar o Poder Executivo em matéria relacionada à agropecuária e ao abastecimento alimentar. Então a idéia, até os sem-terra estavam junto da gente, sempre tiveram, e eles foram bem acolhidos, a gente tem boa amizade, eles também são iguais a nós, não tem problema só porque são assentados, tenho respeito, é trabalhador rural, nem todos e nem todos que tão do lado, tem objetivo disso, mas eles ajudavam muito, era uma força, porque eles participam. (Pesquisa de campo, 10/03/2006)

Ainda no final de setembro de 1997, o CMDR envia ao prefeito municipal as principais diretrizes que deveriam nortear seu trabalho. Em primeiro





lugar, era necessário melhorar a comercialização de hortifrutigranjeiros, leite e seus derivados.⁹ Uma segunda preocupação era com uma maior profissionalização/capacitação dos produtores e trabalhadores rurais, propondo então seminários e palestras a serem realizados em parceria com órgãos como a CATI, Embrapa, Unicamp etc. Uma terceira necessidade apontada era a conservação das estradas rurais. Finalmente, uma quarta necessidade mencionada no documento era a conservação das microbacias.¹⁰

A prioridade era a manutenção das estradas, grande reivindicação dos produtores rurais.

Para o agricultor tradicional, o que ele quer é estrada. As estradas, estando boas, parece que ele não enxerga outros problemas. O problema imediato é aquele mesmo. Então começa a acomodar um pouco. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

É importante ressaltar que, nesse momento, a conservação das microbacias estava inserida num discurso de que, se os produtores conservassem os recursos hídricos, teriam argumentos favoráveis para que a cobrança da água, questão polêmica então, não os atingisse.

A participação do município no PEMBH iniciou-se em março de 1998, com a apresentação da proposta e critérios do programa pelo representante do EDR-Campinas, mobilizando um conjunto de atores sociais.

Que interessava tanto aos produtores, quanto nós assentados, porque nós moramos no entorno da represa que abastece trinta por cento da cidade, então para nós o programa de microbacias tentaria recuperar, nos interessava começar nessa região e interessava também parte dos produtores, então esse interesse nos unificou no sentido de conquistar a microbacia; então é um programa que muita gente quer, mas o governo não tem dinheiro, do estado; e conseguimos,

⁹ Ressalte-se que as propostas são detalhadas por produto, como criação de entreposto para a comercialização do tomate, a locação de uma máquina lavadora para batatas, e a criação de uma mini-usina para o abastecimento local de leite.

¹⁰ As propostas definidas como prioritárias para o período 1999-2002 são: recuperação, conservação e sinalização das estradas rurais, estabelecer parcerias com a prefeitura para a recuperação, manutenção e ampliação dos açudes e implantação de espaço destinado aos agrotóxicos do município e implantação de uma central de recepção de embalagens usadas em agrotóxicos. Pode-se observar assim, de um lado, um menor detalhamento e, de outro, que a questão das estradas e das microbacias continuavam em pauta.





a partir da criação do conselho, as pessoas que participavam, os assentados, o sindicato, produtores, administração, conseguiram correr atrás, elaborar um projeto, ir na secretaria, trazer o pessoal da Secretaria da Agricultura e viabilizar o programa de microbacias... (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

A escolha da microbacia foi um momento importante no processo:

Sumaré deve ter seis ou sete microbacias, três na área rural de importância por causa do abastecimento da água, então na administração a gente tá trabalhando nisso, então tem esse programa primeiro microbacia do Ribeirão Taquara Branca, depois tem uma segunda etapa da microbacia do Taquara Branca que são córregos [] que atinge também uma parte grande do município e por último dos Toledos... dessas 81 propriedades que vão ser atingidas no programa de microbacias 40, 46 são de produtores tradicionais, o restante é dos assentamentos, então eu acho que eles pensaram nesse sentido, até porque nos assentamentos como o pessoal respeita as APP's, tem os 20% destinado à preservação permanente, tem programa de conservação de solo, tem, um monte de coisa, pode ser que isso também determinou o interesse em começar nessa microbacia. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

A grande presença dos sem-terra foi assim um fator importante na opção pela microbacia do Taquara Branca. Há uma maior dificuldade de participação por parte dos agricultores tradicionais, o que pode ser observado no depoimento de um deles.

Há resistência, tem gente que não deixa você entrar lá dentro ... Foi bom porque tinha que começar de algum lugar. Acho até bom, porque os produtores antigos, eles têm medo dessas coisas, não aceita; quando fala de plantar mata ciliar, ele acha que aquela propriedade de 30 metros é dele e ninguém tem que mexê, o produtor não conscientizou ainda que aquela área não é mais dele, que aquela área é de preservação, então quer dizer, se você tiver uma propriedade hoje e se sabe que 30 metros margeando o rio ou 50 uma represa não é seu, você não pode arar, gradear, plantar ali o que você quer e nem todos os produtores estão conscientizados disso. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

É interessante ressaltar, de qualquer forma, que o bom relacionamento entre os sem-terra e os agricultores tradicionais facilitou a escolha da microbacia, evitando um eventual impasse na decisão.





Eu percebi muito a ação conjunta dos dois grupos de produtores tradicionais, de assentados, administração de certa maneira apoiava os assentados, pode ter determinado politicamente a escolha disso. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

Podem-se observar dois momentos distintos na trajetória do conselho. Um primeiro, marcado pela conquista de metas bastante concretas, a melhoria das estradas sendo a principal delas; e um segundo, em que a participação no PEMH passa a ser a principal atividade.

Essa distinção torna-se relevante à medida que auxilia na explicação de certo esvaziamento do conselho no período mais recente. A participação foi maior enquanto havia objetivos claros, bem definidos, e que poderiam beneficiar, de uma maneira direta e visível, os produtores rurais. A participação no PEMH não tem essas características. As atividades desenvolvidas, embora certamente tragam benefícios, principalmente no médio e longo prazos, são geralmente entendidas como algo que não possuem retorno imediato, desestimulando a participação. Essa questão fica clara no depoimento abaixo:

Neste segundo momento, a gente tem que criar uma nova metodologia para chamar o agricultor... uma outra coisa para incentivar mais o trabalho... Tem que ter uma demanda adequada. O Plano de Microbacia não resolve... não é uma motivação para o agricultor. Ele não vê um resultado rápido. Vai tratar de uma problemática geral que não vai ter um retorno econômico imediato. É uma questão educativa. Você tem que ter uma coisa que dê um retorno para animar ele. Como uma empresa! Microbacia não vai ter resultado no bolso do agricultor. Questão do gestor é a água, não do produtor. Ele está preocupado se a região é APP? Está preocupado em respeitar reserva legal? O Programa de Microbacia é um programa que nós vamos continuar trabalhando nele, mas não é ele o eixo principal. O eixo principal tem que ser a produção. (Pesquisa de campo, 6/07/06)

A principal dificuldade do conselho hoje, portanto, é conciliar as atividades exigidas pelo PEMH, importantes e que têm uma dimensão conscientizadora e educativa, com objetivos mais imediatos e concretos.

Algumas considerações finais

A característica mais marcante do CMDR-Sumaré é a participação significativa dos sem-terra. Em Sumaré especificamente, estes estão bastante





integrados à vida da cidade, ocupando inclusive cargos na administração municipal. Tiveram, assim, uma atuação importante na constituição do conselho, fazendo para tanto um trabalho de aproximação com os agricultores tradicionais. O que não significa que não haja problemas nessa relação. Em grande medida, ainda persiste uma sensação entre os agricultores tradicionais que os sem-terra estão sendo beneficiados por uma facilidade de acesso a terra e crédito que eles não tiveram. Além disso, qual seria o sentido de dar terras a novos proprietários se nem os que já as possuem estão conseguindo sobreviver? Certo ressentimento, portanto, continua presente, como se pode observar nos depoimentos abaixo:

Vê os movimentos de sem-terra, qual é a finalidade de pegar a terra se nós que somos produtor com tradição de cem anos não temos como tocar a terra sem dinheiro do governo, então quer dizer, quem que pega a terra hoje que pega o que, o Pronaf, aquela verba toda quem vem, que dão um salário aí de 500 ou R\$ 1.000 cada família. Então, devem atrás disso para pegar a terra, porque o que produz lá não sobrevive. O assentamento nosso aqui eu conheço que é vizinho meu, os que são mais bem-sucedidos são porque trabalham na prefeitura, porque os que tão lá não tão bem. Então, a gente está vendo isso tudo, mas eu vejo a dificuldade nossa, estamos perdendo a propriedade, nós já vendemos o que o pai deixou e a família conquistou já vendemos duas propriedade. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

Em outras palavras, parece, aos agricultores tradicionais, ter sido mais fácil para os sem-terra se organizarem e terem acesso à propriedade do que para os seus antepassados.

Criaram o sindicato, deram todo apoio pra eles aí, coisa que nós tivemos que caminhar sempre sozinho, foi difícil a vida, foi muito sacrifício. Que nem eu falei um dia pra eles 'escuta gente, vocês chegaram agora e pegaram uma área do governo de graça', eu falei 'agora o pai, o avô veio como imigrante aqui, substituir a mão-de-obra escrava' eu falei, começaram como meeiros no café, algodão, só que eles trabalhavam muito, não tinha esse negocio de horário, era de sol a sol; então eles conseguiram melhorar muito a produção ... o pai começou a trabalhar de meeiro de algodão e em uns par de ano ele comprou o primeiro sítio dele. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

Quando se analisa a atuação do CMDR-Sumaré, pode-se perceber que





a disputa pela construção democrática é um processo complexo, desigual e contraditório, distinto em forma e ritmo em cada nação, determinado tanto pelas especificidades históricas locais, regionais e nacionais, como pelas condições criadas pela globalização, e pela intervenção de agências multilaterais, redes internacionais de ONGs e movimentos sociais alternativos. (DAGNINO *et alli.*, 2006, p.7)

A especificidade histórica local aqui é a presença de mais de 20 anos dos assentamentos de sem-terra no município e sua capacidade de incorporar os demais produtores rurais na vida do CMDR.

Dado importante, nesse sentido, é que, para além da identidade do movimento, os sem-terra em Sumaré se identificam claramente como produtores rurais, facilitando a aproximação com os demais proprietários rurais. Como fez questão de destacar um deles:

Fui padrinho de casamento e na hora de assinar lá coloquei: produtor rural. Eu sou produtor rural. Por quê? Porque eu produzo. (Pesquisa de campo, 08/04/2005)

Esta aproximação explica grande parte da atuação mais dinâmica do conselho. Com todas as dificuldades que ainda tem.

Referências

BERGASMASCO, S. M. P. P. Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. *Reforma agrária*, v.22, set/dez 1992, Campinas, 1993.

BEZE Júnior, Z. Assentamentos Rurais e Aproveitamento do Espaço Agrário In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs). *Reforma agrária: produção e emprego, o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, Ibase, FAO, 1994.

BRASIL, Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/sustentavel.html>>. Acesso em 15 nov. 2004.

CACCIA BAVA, Silvio. “Os Conselhos como Instrumento da Sociedade Civil”. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, ANA Cláudia C. (orgs.). *Conselhos gestores e políticas públicas*. São Paulo: Polis, 68-69, 2000.

CATI. *Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, 1997.





COSTA NETO, C. Reforma Agrária Agroecológica em Assentamentos Rurais Sustentáveis: uma visão comparativa. *Reforma agrária*, v.29/30, set/dez 1999 e jan/dez/2000, Campinas, 2000.

COSTA NETO, C. e Anjos, M. B. Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico, em *Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural/XXVIII Congresso de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v.1, 2000.

____. Referenciais teórico-metodológicos para a caracterização de assentamentos rurais sustentáveis no Brasil. In: MOREIRA, R. J. CARVALHO COSTA. L. F. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 2002.

DAGNINO *et al.* *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. “Manejo das águas, conservação do solo e controle da poluição em microbacias hidrográficas: análise da experiência paranaense”. In: ROMEIRO, A. R; REYDON, B. P; LEONERDI, L. A. (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp, p.331-377, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

GUDYNAS, Eduardo. “Actores Sociales y Âmbitos de Construcion de Políticas Ambientales”. In: *Ambiente e sociedade*. Ano IV, n.8, p.5-19, 1º semestres de 2001.

MARTINS, Rodrigo Constante. “Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.43, n.02, p.249-285, abr/jun 2005.

MUSSOI, Marion Eros. “Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina”. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, p.11-39, 1999.

SANTOS, Boaventura Souza. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: HELLER, Agnes *et al.* *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Assentamento e colonização: duas relações com o meio ambiente. In: ROMEIRO, Ademar *et al.* (orgs.). *Reforma agrária: produção e emprego, o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, Ibase, FAO, 1994.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: n.15, p.87-146, out/ 2000.





Vinhedo: espaço rural e ruralidade*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Introdução

O presente artigo é uma tentativa de apontar as principais alterações ocorridas no mundo rural de Vinhedo no período recente, principalmente nos últimos dez anos. A pesquisa foi desenvolvida como um subprojeto do projeto temático Caracterização do Novo Rural Brasileiro. Em suas duas primeiras fases, o projeto, utilizando os dados das PNADs do IBGE, apontou para o crescimento das atividades não-agrícolas dentro do espaço rural. Crescem as famílias pluriativas, ou seja, aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros. A característica fundamental dos membros dessas famílias é que eles não são apenas agricultores e/ou pecuaristas; combinam atividades dentro e fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que se vêm desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais (Graziano da Silva, 1999, p.10).

Na fase atual, o objetivo é, em grande medida, por meio de uma abordagem mais qualitativa, conhecer melhor os novos personagens que passam a integrar o novo mundo rural. Assim, foi dada uma ênfase em primeiro lugar aos caseiros, que basicamente substituem os antigos meeiros das fazendas e sítios. Em segundo lugar, aos agentes envolvidos com a implantação do turismo rural, alternativa para aqueles proprietários que desejam manter sua propriedade produtiva. Abrir as porteiras para os turistas tem sido uma opção para continuar produzindo frente à queda dos preços das tradicionais frutas da região.

* Texto publicado na *Revista Bioikos*, da Faculdade de Ciências Biológicas e do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, v. 19, n. 1-2, jan./dez. 2005.





Em resumo, o objetivo aqui é apontar para as principais mudanças ocorridas no espaço rural de Vinhedo.

Mudanças, que mudanças?

As mudanças que ocorreram em Vinhedo devem ser entendidas principalmente dentro das alterações do zoneamento do seu espaço entre urbano e rural. Um dado interessante, quando se reflete sobre o urbano e o rural em Vinhedo, é que o município é um dos poucos que elaboraram seu Plano Diretor, conforme aborda o artigo 182 da Constituição Federal de 1988.

Ressalte-se que este é um instrumento municipal que tem como objetivo *“ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. É um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”*. Mais que isso, a Constituição Estadual determina que se deva considerar a totalidade de seu território municipal, ou seja, não se deva restringir à área urbana, o que abre também uma possibilidade para planejar os rumos do desenvolvimento urbano-rural em sua totalidade.

Isso talvez explique por que, no Plano Diretor de Vinhedo, apesar da grande expansão da área urbana, existe, em princípio, uma preocupação com os efeitos do ritmo exagerado do processo de urbanização.

O Plano Diretor de Vinhedo, Lei n° 1210, de 28 de junho de 1984, como explicita seu artigo 10, tem como sua primeira finalidade assegurar o desenvolvimento físico racional das estruturas **urbanas e rurais** (Plano Diretor de Vinhedo, Folha 2, grifos VLGSR).

Ressalte-se, entretanto, que o Plano Diretor do Município de Vinhedo já não previa zona rural no município. Seu artigo 25 determina que o município fica dividido em zona urbana e zona de expansão. A zona de expansão seria constituída pelos bairros isolados e território acrescido remanescentes da zona urbana.

De qualquer maneira, o artigo 26 prevê que,

conforme disposição da legislação federal, o imóvel com área superior a 1 (um) hectare, desde que comprovada sua destinação para exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, poderá manter-se sob a incidência do imposto sobre a propriedade rural, mesmo que esteja localizado em área de expansão urbana. (Lei n.º 1.210/84, folha 6).





Ou seja, apesar de estimular o processo de urbanização para permitir ao município um aumento da arrecadação de impostos, existe, na legislação, uma preocupação em impedir a ocupação desnecessária de áreas agrícolas economicamente ativas, pela expansão urbana (Lei nº 1.210/84, Folha 3).

Mais que isso, prevê um tipo de urbanização, a Urbanização II,

cujas unidades serão utilizadas para fins de recreio com área mínima de 5.000 m², ou para uso agrícola com área mínima de 10.000 metros quadrados. A urbanização tipo II, para uso agrícola, fixa normas que permitem a alteração das condições existentes, porém, com possibilidade de impedir transformações que afetem a estrutura existente e relações sociais das áreas em questão... Entende-se por plano de urbanização tipo II, observadas as leis federais e estaduais vigentes, todo projeto de abertura de novas estradas e retalhamento de glebas em chácaras, ou similares. (Lei nº 1.210/84, folhas 4 e 37).

Em resumo, embora exista no município um claro estímulo ao processo de urbanização, inclusive pela cobrança automática do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para todos os imóveis, existe, no Plano Diretor, uma preocupação em evitar que esse processo desorganize as relações nas zonas ainda em expansão.

O zoneamento é um mecanismo que pode e deve ser utilizado como um instrumento do planejamento de ordenação da ocupação territorial. Especificamente, o zoneamento do meio rural deve ser feito com o objetivo de preservar as melhores áreas agrícolas para esse fim, frear o uso especulativo da terra para fins de empreendimentos imobiliários e mesmo para atividades extrativas (mineração, areias, argilas etc.), preservar as áreas de mananciais e de matas naturais (Secretaria Agrária – Diretório Regional PT/SP, 2000, p.14). Observa-se, porém, que, com relação à Vinhedo, a legislação não tem sido suficiente para conter a pressão imobiliária.

Apenas para termos uma idéia, só com Milton Serafim, “em seis anos à frente da Prefeitura, calcula-se que cerca de 20 novos loteamentos foram aprovados. A maioria condomínios” (*Jornal de Vinhedo*, 30/03/02, p. B1).

Essa cobrança generalizada do IPTU – é interessante ressaltar – permite aumentar a capacidade de geração de recursos próprios, pois, ao contrário do Imposto Territorial Rural (ITR), este é um imposto sob competência do município, onde este tem inclusive autonomia para fixar alíquotas.

De maneira geral, pode-se dizer que a Constituição do Estado de São Paulo especifica mais as atribuições do município quando se trata do desen-





volvimento urbano, mediante a criação dos Planos Diretores, do que com relação ao desenvolvimento rural. Com relação à Política Agrícola, Agrária e Fundiária, as atribuições são **do Estado**, com a cooperação dos municípios.

Em outras palavras, há uma restrição específica da área rural, que é a limitação da atuação governamental em aspectos referentes ao ordenamento territorial rural.

Embora a legislação dê ampla capacidade de ação municipal no ordenamento urbano, as ações de parcelamento, zoneamento, ocupação e desapropriação na área rural são prerrogativas da União, por intermédio do INCRA e do Estado. (Secretaria Agrária – Diretório Regional PT-SP, 2000, p.12)

Isso ajuda a explicar a tendência dos municípios a ampliar sua área urbana. Além de permitir uma maior arrecadação de impostos, assegura-lhes maior autonomia. Mostra, ainda, que o rural continua, em grande medida, sendo definido em oposição ao urbano e, também, como um resíduo deste. Do ponto de vista formal,

aquilo que na realidade se mensurava, e sobre o qual pairavam menos dúvidas, era o fenômeno urbano, enquanto a ruralidade tornava-se uma categoria residual: se não havia concentração populacional e certa escala, a área tornava-se automaticamente rural. Os dois extremos do *continuum* urbano-rural (Pahl, 1966) eram concebidos como vasos comunicantes em que, quase por definição, um só – o urbano – se ‘enchia’, enquanto o outro – o rural – só podia, conseqüentemente, esvaziar-se. A direção era pré-determinada e o rural, neste jogo, perdia sempre. (Saraceno, 1996, p.2)

Ou seja, a ruralidade tem sido tratada em termos negativos, só podendo permanecer rural se não sofrer mudança, tornando-se impossível para uma área rural desenvolver-se sem tornar-se automaticamente não-rural. O que se percebe, porém, é que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos; a ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.¹

¹ ABRAMOVAY, Ricardo. A dimensão territorial do desenvolvimento, *Gazeta Mercantil*, 12 de abril de 2001, p. A3.





O que se está querendo ressaltar é que, em grande medida, a visão dos administradores tem priorizado a cidade, o urbano em detrimento do rural. O levantamento realizado junto à prefeitura de Vinhedo se mostrou bastante rico para detectarmos a visão do que é o rural e o urbano, bem como suas alterações do ponto de vista dos seus administradores.

Para tanto se tomou como referência o Plano Diretor Físico e Territorial do Município – Lei N° 1.210/84 – e voltou-se no tempo, no sentido de resgatar a leis que haviam sido por ele revogadas.

A primeira referência encontrada foi a Lei 173, de 24 de abril de 1956, que fixa o perímetro da cidade de Vinhedo. A pesquisa realizada no primeiro jornal do município, *Jornal de Vinhedo*, mostra que a preocupação com a delimitação do perímetro urbano já vinha de algum tempo. Em meados de 1952, a mesa da Câmara Municipal organiza uma comissão para o encaminhamento da questão, *pois o acanhadíssimo perímetro que temos não pode continuar. Os bairros residenciais estão começando a se impulsionar, justamente nas zonas consideradas suburbanas (Jornal de Vinhedo, 23/07/1952).*

A urgência se devia, principalmente, ao fato de que a ampliação do perímetro urbano geraria maiores recursos para a prefeitura, já que os imóveis nele situados estão sujeitos a impostos mais elevados do que aqueles situados na zona rural.

Vemos, por exemplo, todos aqueles prédios construídos perto do atual campo do Rocinhense, bonitas residências, aliás servidas por água, luz e esgoto, mas que, no entretanto, estão situadas fora da zona urbana, não pagando os impostos devidos à municipalidade, coisa perfeitamente injusta pelos benefícios que seus moradores vêm recebendo. (*Jornal de Vinhedo, 23/07/1952*)

Assim, em setembro do mesmo ano, o Projeto de Lei já é encaminhado.

É interessante ressaltar que, nesse primeiro momento, ainda se fazia referência aos imóveis concretos na delimitação do perímetro urbano, numa descrição pouco técnica. Assim, o novo perímetro urbano deveria ter início

no pontilhão da Companhia Paulista, lado de Louveira, acompanhará a cerca da via férrea até a cerâmica Jatobá, defletindo à esquerda para acompanhar a linha de força da Companhia Paulista, atingindo daí a divisa do Sítio Galo, defletindo à esquerda, acompanhando a linha divisória daquele sítio, incluindo o loteamento da fazenda Cachoeira para terminar no mesmo pontilhão onde foi iniciado. Deverá ficar incluído no novo perímetro a av. Brasil até o loteamento da fazenda Marambaia. Pela estrada que conduz à vila Garcez,





deverá o perímetro atingir o sítio Biagioli, incluindo o cemitério. (*Jornal de Vinhedo*, 10/09/1952)

É interessante ressaltar também que, apesar da urgência, a lei só é efetivamente promulgada em abril de 1956. Em 8 de junho de 1960, a Lei nº 293 altera, pela primeira vez, a linha periférica da área urbana em Vinhedo. Na mesma data, a Lei nº 292 estabelece o perímetro suburbano do distrito de Louveira. A Lei nº 276, de 30 de março de 1960, já havia fixado o perímetro urbano desse distrito.

Deve-se ressaltar novamente a questão dos interesses financeiros que permeiam a delimitação do que é urbano, suburbano ou rural. O artigo 2º da mesma lei – delimita o perímetro suburbano de Louveira – estabelece que os imóveis situados dentro da área suburbana gozarão de desconto de 50% (cinquenta por cento) em todos os impostos. Ou seja, pagariam apenas metade do valor dos impostos. Isso ajuda a explicar a tendência ainda recente de se abrir restaurantes, hotéis-fazendas, pesque-pagues etc. fora do núcleo urbano. Além de se associar a imagem de tranquilidade, ar puro etc. que compõe a nova ruralidade, o fato de estar localizado fora da zona urbana barateia o custo do estabelecimento.

O próprio conceito de suburbano merece maior reflexão. Na lei mencionada, ele é definido como sendo a área anexa ao perímetro urbano, fixado pela Lei 276. Não ficam claros os critérios que permitem separar um perímetro do outro. Na seqüência, a Lei nº 499/67, de 4 de dezembro de 1967, fixa novo perímetro urbano para o município de Vinhedo.

Com o objetivo de diminuir a mencionada diferença de valor entre os impostos das áreas urbana e rural, essa mesma lei estabelece, em seu artigo 3º, que a cobrança do imposto sobre as áreas definidas como urbanas seria feita de conformidade com o valor cobrado pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) por um período de dois anos.

Se, por um lado, baratear os impostos da zona urbana, equiparando-os aos cobrados na área rural, significa uma diminuição da arrecadação do município. Por outro lado, atende aos interesses daqueles proprietários que têm seus imóveis localizados no perímetro urbano: residenciais, comerciais ou industriais. A equiparação dos impostos no período mencionado favoreceu esses interesses, apesar de significar menor arrecadação.

A Lei nº 573/70, de 20 de maio de 1970, altera novamente o perímetro urbano do município, acrescentando novas áreas. O perímetro urbano





é estendido novamente pelas Leis nº 621/72, de 22 de março de 1972; 663/73, de 6 de agosto de 1973; 675/74, de 20 de março de 1974; 742/76, de 30 de abril de 1976; 836/78, de 17 de fevereiro de 1978; e 935/79, de 3 de setembro de 1979.

Observe-se realmente a dificuldade do IBGE acompanhar as modificações ocorridas nos períodos intercensitários devido às inúmeras alterações.

A grande mudança que vem ocorrendo, pano de fundo das demais, é a constante transformação da zona rural em zona urbana.

Nesse cenário de constante ampliação da zona urbana do município, a constatação mais relevante quando se olha o mundo rural em Vinhedo hoje é a sua diversidade. Ou seja, o que chama a atenção é que esse “mundo rural” está longe de ser algo homogêneo. Em primeiro lugar, apesar da tendência bastante acentuada de desativação das fazendas e sítios e sua transformação em condomínios fechados e chácaras para residência, ainda existem aquelas que se mantêm produtivas. Se atentarmos para os dados do projeto LUPA, da Secretaria da Agricultura/CATI, podemos verificar que o levantamento de 1995/96 detectou 289 Unidades de Produção Agrícola. A produção de hortifrutigranjeiros era significativa nesses estabelecimentos, com área média de 26 hectares. A própria existência de uma Associação de Produtores Rurais demonstra que a produção agrícola continua grande. Ou seja, ainda existem propriedades que produzem hortifrutigranjeiros, e o caseiro mantém um vínculo com o rural no seu sentido mais estrito. Nessa situação, ele freqüentemente recebe parte dessa produção e não é incomum identificar-se como meeiro.

Existem chácaras, por outro lado, onde a produção não existe ou, no máximo, está voltada para o autoconsumo da família. Nesses casos, o caseiro se aproxima muito do empregado doméstico tradicional. Há chácaras em condomínios fechados e aquelas fora deles, com características bastante distintas. Finalmente, há as que sequer têm a finalidade de moradia, nem para o caseiro e nem para seu proprietário. São aquelas que são apenas alugadas para festas, finais de semana etc. Nessas situações, o caseiro não precisa ter nenhum vínculo com o rural e pode alternar o ser caseiro com um emprego de características urbanas, como ser vigilante em casa noturna.

Além da diversidade de chácaras e caseiros existente em Vinhedo hoje, chama a atenção o momento de transição por que passa seu espaço rural. Se há uma constatação forte nesta pesquisa é a de que o mundo rural de Vinhedo não só tem mudado, mas continua mudando, e muitos proprietários estão ainda no processo de definir o rumo a dar às suas propriedades.





Há um consenso com relação à dificuldade de se continuar sobrevivendo com o cultivo dos produtos tradicionais na região. O preço da caixa da uva, por exemplo, mantém-se constante há anos, mas o preço de tudo que é necessário para cultivá-la tem-se elevado enormemente. Assim, existem aqueles que insistem em cultivá-la, outros estão buscando novas opções dentro da própria agricultura –hortifrutigranjeiros basicamente – e outros ainda fizeram uma opção pelo turismo.

O que fica claro, nesse movimento de definição de novas alternativas, é que a propriedade se transforma num local de residência. Isso tanto é válido para a família dos antigos proprietários da região, como do caseiro. Isso sem considerar obviamente as chácaras residenciais permanentes ou secundárias para a classe média e alta vinda de São Paulo principalmente.

No primeiro caso – as famílias de antigos proprietários das chácaras – é freqüente os filhos, ao casarem, construírem suas casas na própria propriedade. A razão é a dificuldade de adquirir um novo terreno, cujo preço, em Vinhedo, é bastante elevado.² Normalmente os filhos e/ou cônjuges trabalham fora e a família se mantém de atividades não-agrícolas. Em outras situações, a residência secundária do pai se torna permanente do filho/a numa situação de desemprego ou negócios em crise. Aqui, como o casal não consegue mais manter seu próprio domicílio, passa a ocupar a residência secundária do pai como forma de conter despesas.

Com relação aos caseiros, foi comum encontrar uma família bastante ampliada residindo junto com o casal contratado. Além de pais, sogro/a, a chacara se torna abrigo para filho(s) desempregado(s), separados, irmãos, netos etc. Além dos filhos solteiros que residiam na chacara, mas trabalhavam fora como piscineiros, jardineiros, serventes de pedreiro etc.

Ressalte-se que isso é permitido nas chácaras fora de condomínios fechados. Nesses, existe um controle rigoroso da circulação de pessoas. Mais que isso, esse “inchaço” de moradores na casa do caseiro, embora informal, obedece a códigos bastante precisos. A presença desses moradores “extra” deve ser solicitada aos patrões e ser suficientemente discreta para não incomodá-los.

² Só a título de exemplo, o preço de uma casa simples num bairro popular como o Capela estava avaliada entre R\$ 55 mil e R\$ 65 mil em agosto de 2001. Terrenos de 250 metros quadrados em bairro estavam sendo vendidos por R\$ 23 mil no mesmo período. O bairro da Capela se caracteriza ainda por ser aquele cujos moradores mais procuram atendimento da Secretaria de Promoção Social (*Tribuna de Vinhedo*, 3/8/01, p.16).





É a diversidade encontrada em Vinhedo, que tornou a pesquisa especialmente rica. A própria tendência anteriormente mencionada de transformação das propriedades rurais em condomínios e chácaras para moradia tem um movimento contrário de manutenção do rural e de uma ruralidade reconstruída. Algumas chácaras retomaram seu uso produtivo depois de anos. Num exemplo, o filho do proprietário, desempregado, decide cultivar verduras em estufa como uma opção de sobrevivência, e inclusive de desfrutar uma melhor qualidade de vida, após anos de trabalho como operário numa fábrica de Abrasivos.

Em outras situações, é o turismo que reaviva a produção de frutas. Afinal, para se oferecer uma opção de colhe-pague – onde o turista, ao mesmo tempo, pode conhecer como se produz a uva e colher aquela que deseja comprar – é necessário, em primeiro lugar, continuar produzindo uva! Assim, aqueles que estão optando pelo turismo, estão mantendo e/ou ampliando sua produção de frutas.

Em resumo, é esse movimento de eliminação do espaço rural no seu sentido estrito, mas, ao mesmo tempo, certa resistência a ele que é importante se ressaltar quando falamos no mundo rural de Vinhedo.

Não se pode, enfim, afirmar que as mudanças significaram a pura e simples eliminação do rural. A conclusão é a de que, em grande medida, a ruralidade, entendida como modo de vida, foi preservada.

Outro dado importante é que as mudanças permitiram a criação de novos empregos. Como ressaltava uma entrevistada, *aqui só fica parado quem quer*.

O contraponto negativo foi o aumento da violência, cada vez maior e assustando a cidade considerada tranqüila.

O que fica claro é que se trata de mudanças cuja dinâmica é dada, não pela agricultura, mas pela própria cidade. Foi a proximidade com grandes centros urbanos – São Paulo e Campinas – que estimulou tanto a presença dos condomínios como o crescimento do turismo.

Referências

BERGSTROM, J. C. *Postproductivism and rural land values*. Athens: Dept. of Agricultural & Applied Economics, University of Georgia, 2001. (Faculty Series, 01-20).

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 11, p.1998.





_____. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. 2002. Mimeografado.

CÂMARA MUNICIPAL – DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO. *Jornal de Vinhedo*, 10 set. 1952.

DEL GROSSI, M. & GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

DIRETÓRIO REGIONAL DO PT DE SÃO PAULO. *Desenvolvimento rural e poder local: subsídios para o plano de governo municipal*. Ago. 2000.

ESCORZA, R. *Urbanização do meio rural: condomínios fechados em Vinhedo*. São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PUC, Campinas, 2003.

FATOS DA CIDADE – 4, *Jornal de Vinhedo*, 23 julho, 1952.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Instituto de Economia, Unicamp, 1999.

MOYANO ESTRADA, E. *Agricultores y no agricultores: um parceria necessário para el mundo rural: agricultura familiar em España 2002*. Madrid: Fundación de Estudios Rurales, 2002.

PASSADO e presente: um pouco de lembrança, muito progresso nos 53 anos de Vinhedo. *Jornal de Vinhedo*, ??? B 1 ???, 30 de mar. 2002.

CONFIRMAR ESTA PÁGINA

PIRES, A. *Relatório científico*. Bolsa de Doutorado, Fapesp, ago. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO. *Plano diretor físico e territorial do município*, julho de 1984.

SARACENO, E. *A experiência européia de desenvolvimento rural e sua utilidade para o contexto latino-americano*. 2001. Trabalho apresentado no Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2001.

_____. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia*. 1996. Mimeografado.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, 2000.





O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas e o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável: aproximações e divergências*

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

Introdução

Iniciamos a pesquisa sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas basicamente com o objetivo de comparar sua atuação com a dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural daqueles municípios onde a agricultura em seu sentido estrito ainda tem uma importância significativa. A hipótese era a de que seriam atuações bastante diversas pela inserção do CMDR-Campinas numa metrópole, onde a agricultura como atividade econômica perdeu espaço.

O levantamento bibliográfico, embora mostrasse diferenças significativas entre os Conselhos, apontava a grande importância deles para a liberação de verbas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF-infra-estrutura) na sua implementação. Frequentemente toda a vida do conselho girava em torno da aprovação dos planos dos pequenos produtores interessados em obter financiamento desse programa.

A especificidade do CMDR-Campinas, por sua vez, estava relacionada com novas funções da agricultura, principalmente na direção de preservação do meio ambiente, turismo, moradia etc.

A surpresa maior, entretanto, foi detectar o surgimento do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, cuja atuação, ao longo da pesquisa,

* Texto publicado em *Cadernos de Serviço Social* da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, n. 28, jan./jun. 2006.





mostrou-se, ao mesmo tempo, complementar e diverso da do CMDR-Campinas. Complementar, porque, ao revalorizar o espaço rural, atuando praticamente como uma Secretaria da Agricultura, auxiliava a consolidação do CMDR-Campinas. Diverso, porque mais radical na proposta de revalorizar o rural e planejá-lo de forma integrada à cidade, provocando muitas vezes confrontar entre ambos, apesar da estreita relação. Pudemos observar, inclusive, que alguns representantes pertencem tanto ao CMDR como ao GDRS. É essa relação contraditória que queremos explorar no artigo.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas: um balanço

O Conselho de Desenvolvimento Rural de Campinas foi constituído a partir da lei municipal nº 9.804, de 16/07/98. A justificativa era a de que, embora o município de Campinas seja conhecido basicamente pelas suas indústrias, comércio e universidades, não deixa de ter um meio rural importante que precisa ser planejado. A primeira reunião realizou-se em dois de março de 1999, no auditório das Centrais de Abastecimento de Campinas (Ceasa-Campinas), que passou a ser a sede do conselho. O presidente do Ceasa foi indicado presidente do conselho e o diretor do Sindicato Rural seu vice-presidente, numa clara demonstração da necessidade da presença de órgãos estatais para a sua instalação.

Com relação às diretrizes, o CMDR-Campinas deve fundamentalmente identificar problemas dos vários segmentos do setor agrícola municipal e formular propostas de solução; promover a participação da comunidade rural em assuntos de seu interesse; propor diretrizes para a política agrícola municipal; incentivar a ação coordenada de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, bem como ainda do cooperativismo e associativismo; integrar as associações públicas e privadas vinculadas à pesquisa, ensino, produção, comercialização, armazenamento e industrialização, no planejamento e execução dos programas e recursos locais; viabilizar soluções municipais e regionais com as autoridades competentes quer sejam elas municipais, estaduais ou federais, e ainda com os outros Conselhos de Desenvolvimento Rural.

A exemplo de grande parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o CMDR-Campinas é órgão consultivo de assessoramento do Poder Executivo. Esse caráter não deliberativo tem sido





colocado como um entrave ao funcionamento do CMDR-Campinas, pois é freqüente que problemas sejam diagnosticados, mas, quando são encaminhados para o Executivo, a falta de verbas impede que sejam solucionados. A não efetivação de propostas acaba gerando um desestímulo à participação. Assim, torna-se difícil cumprir uma das diretrizes do CMDR-Campinas, que é *compatibilizar as reivindicações dos produtores locais com a política de desenvolvimento rural, e com os recursos disponíveis* (grifos VLGSR).

De qualquer maneira, cumpre ressaltar que nem sempre o caráter deliberativo garante maior eficiência na atuação do Conselho. É preciso ficar atento, pois é possível que as deliberações sejam as de interesse do próprio governo e, portanto, correspondam às decisões que já seriam tomadas, servindo muito mais para referendar e legitimar a secretaria do que, de fato, influir em suas ações (Demantova, 2003, p.30).

Mais que isso, “é possível que as deliberações sejam as de interesse do próprio governo e, portanto, correspondem às decisões que já seriam tomadas, servindo muito mais para referendar e legitimar a secretaria do que, de fato, influir nas suas ações”. Ainda, segundo o autor, um dos maiores desafios dos Conselhos é “criar uma dinâmica de funcionamento que permita aos conselheiros estabelecer uma agenda de decisões que não esteja subordinada à pauta da administração pública” (Demantova, 2003, p.30-35).

Além disso, o caráter deliberativo do Conselho exige maior atuação dos conselheiros, ou seja, exige um conselho forte. Isso significa que, para os conselhos, ainda com dificuldades de consolidação, como é o caso do CMDR-Campinas, o caráter consultivo pode ser um peso demasiado, tornando-se muito mais um entrave do que um benefício.

Com relação às finalidades, entre outras, o CMDR-Campinas deve propor diretrizes para a política agrícola municipal, colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos e programas de expansão e desenvolvimento rural municipal, propor e acompanhar os programas de desenvolvimento rural, convocar reuniões comunitárias para a discussão de planos, ações e atividades relativas aos vários segmentos do setor agrícola e apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo. Nessas duas últimas finalidades, principalmente, fica clara a intenção do conselho de colaborar para a constituição do capital social no espaço rural de Campinas.

Uma das primeiras atividades do CMDR-Campinas foi a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Uma comissão foi montada com essa finalidade já na segunda reunião, em abril de 1999, a mesma em que





o regimento interno foi aprovado. A elaboração do plano é, aliás, colocada como uma das competências do conselho já no projeto de lei que o institui¹ e sua aprovação se dá na reunião, no início de setembro do mesmo ano.

Em Campinas, a constituição do Conselho surgiu a partir do diagnóstico de que o próprio Plano Diretor de Campinas possuía deficiências em relação à área rural, sendo elaborado sem o objetivo geral de “melhorar a qualidade de vida do homem no meio rural, evitando o êxodo e mantendo a agricultura como atividade econômica, sustentável e de grande importância no município” (Plano de Desenvolvimento Rural de Campinas, 2000, p.7). O plano propõe, em resumo, viabilizar um dos objetivos primordiais do CMDR-Campinas, que é fixar o homem no campo e valorizar a agricultura e a pecuária no município. O Plano de Desenvolvimento Rural de Campinas propõe como uma de suas ações imediatas elaborar lei no Legislativo Municipal, estabelecendo que todas as decisões do Executivo e do Legislativo referentes ao meio rural tenham um parecer do CMDR-Campinas (Plano de Desenvolvimento Rural de Campinas, 2000, p.18). Ou seja, o Conselho deveria emitir parecer prévio às aprovações e/ou votações em projetos de lei ou projetos de execução e que digam respeito direta ou indiretamente à sua área de atuação. Seriam matérias obrigatórias à análise do CMDR, projetos, edificações e/ou empreendimentos na área rural; estratégias para o ordenamento territorial do município que venham a afetar, direta ou indiretamente a área rural; alterações pertinentes ao domínio rural e matéria do Executivo ou do Legislativo relacionada ao desenvolvimento rural. Essa lei foi efetivamente promulgada em 28 de setembro de 2000, mas não tem sido aplicada.

O que é importante deixar claro é que, em Campinas, o CMDR surge não como uma demanda dos agricultores familiares alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980, que levou à criação do Pronaf em meados dos anos 90, de alguma forma respondendo às pressões por crédito agrícola e apoio institucional. Com todos os problemas existentes na sua implantação – não é o caso de discuti-los aqui –, o Pronaf não deixa de ser “uma política pública que privilegia a gestão local de suas ações, dando forte

¹ As demais competências seriam analisar, estabelecer e propor diretrizes para a política agrícola municipal; discutir, propor e acompanhar junto aos poderes constituídos, mecanismos e convênios relacionados à sua área de atuação; manter intercâmbio com outros conselhos similares e assessorar e propor ao Poder Executivo Municipal as matérias relacionadas ao desenvolvimento rural e abastecimento alimentar.





ênfase à participação dos municípios e das entidades da sociedade civil local. Nesse sentido, pode-se dizer que esse programa está em sintonia com outro processo da maior importância para a sociedade brasileira, que diz respeito às transformações recentes nas formas de relacionamento entre sociedade civil e o Estado” (Schneider; Kunrath Silva, 2003, p.2).

Em Campinas, o processo se iniciou com a própria necessidade de se revalorizar a agricultura, já que, desde a década de 40, a cidade possuía um perfil predominantemente urbano. Isso significa que houve necessidade de se fortalecer o próprio setor que o Conselho deveria estar representando.

Nesse período inicial, em que a principal preocupação era elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, as assembléias eram mensais, mas, já em agosto de 2000, uma reunião extraordinária altera o regimento, tornando as assembléias bimestrais.

A ausência de algumas entidades, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Sindicato do Comércio Varejista, Feirantes e Vendedores Ambulantes de Campinas, levou à reformulação da própria composição do Conselho.

O Sindicato dos Trabalhadores nunca veio! A sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é Cosmópolis. Foi feito contato: “Querem participar?”, “Queremos!”. Tenho os nomes, lá, o presidente do Sindicato também é uma delas. Nunca veio! Nunca vi pessoalmente a presença do Sindicato dos Trabalhadores. Eu gostaria até de conhecer porque o trabalhador é importantíssimo. Mas eles nunca estiveram aqui! Então queria-se tirar ele do Conselho. (Pesquisa de campo, 2004)

Basicamente deveria haver maior participação dos produtores rurais e a inclusão de novas entidades importantes para que o Conselho se tornasse mais representativo. Assim, no início de 2001, quando das novas indicações após o vencimento do primeiro mandato dos conselheiros, as entidades tiveram que ratificar ou retificar seus respectivos membros. Mais uma vez, o Conselho havia passado um longo período – cinco meses – sem se reunir.

Um dado surpreendente quando se observa a atuação do CMDR-Campinas é que os próprios conselheiros têm a nítida compreensão já mencionada de que um

Conselho marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de cooperativas e com tímida participação de agricultores das associações locais corre





fortemente o risco de não ser mais que uma fraca correia de transmissão pela qual passam recursos federais. (Abramovay, 2001, p.130)

Daí a constante preocupação com a recomposição do Conselho para que seus representantes tenham uma participação efetiva.

Observa-se, assim, que o principal fator que tem dificultado a atuação do conselho é o peso muito grande das entidades do poder municipal e uma incorporação pequena da sociedade civil.

O que fica claro, portanto, quando se analisa o CMDR-Campinas, é que os Conselhos são exigências legais. São novos instrumentos de expressão com potencial de transformação política. A existência do Conselho, em si, como exigência da lei, não garante nada. A sua presença como nova forma de elaboração de políticas públicas necessita que sejam operacionalizados com a efetiva participação cidadã (Gohn, 2000, p.36).

As Associações são importantes porque, da perspectiva do Conselho, é fundamental conseguir a participação do agricultor de forma organizada e não individual, isolada. Vale à pena ressaltar que, originalmente, o conselho possuía representantes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, de vários segmentos do setor agrícola e alguns representantes de entidades não diretamente voltadas para a agricultura.

A composição do CMDR-Campinas está sendo alterada, portanto, na tentativa de aumentar a sua representatividade. Assim, inclui-se, por exemplo, além do Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável (GDRS) – que já vinha participando como representante do Poder Executivo Municipal –, cinco representantes de associações de produtores rurais, sediadas em Campinas. O objetivo é aumentar a participação da sociedade civil.

Observa-se ainda que há uma tentativa de eliminar representantes não diretamente voltados para a agricultura e incluir representantes do setor agrícola propriamente dito. As Associações de produtores rurais passam a ter cinco representantes e os empregados rurais, que não vinham participando, deverão ser indicados por outras entidades, caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não os indique.

De qualquer maneira, a presença dos órgãos “oficiais” relacionados à agricultura é que garante a relativa força do CMDR-Campinas.

Embora a representação dessas entidades garanta o funcionamento do CMDR-Campinas, dá-lhe um caráter muito formal, como reconhecem os pró-





prios presidentes e secretário do Conselho. Parcela significativa dos Conselheiros acredita que os próprios objetivos do conselho são definidos por sua diretoria ou por essa em conjunto com o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável, confirmando uma visão institucionalizada do conselho. Mais que isso, indicando que, mesmo um órgão criado com o objetivo de estimular a participação, ainda é visto, por parcela de seus integrantes, como tendo seus objetivos definidos a partir de sua cúpula, e não pelo conjunto de seus representantes.

No que diz respeito a garantir a atuação formal do Conselho, pode-se comparar esse grande peso das entidades públicas no CMDR-Campinas ao estímulo dado ao Pronaf em outros municípios.

O caráter voluntário da participação no Conselho tem sido apontado como um obstáculo à participação. Para os representantes do setor público, o caráter voluntário, de qualquer forma, pesa menos, pois ele está sendo remunerado no seu emprego. Para o trabalhador rural ou para o agricultor a participação significa perder o seu dia de serviço. Significa muitas vezes ter prejuízo econômico.

Em Campinas, o problema da representação dos segmentos agrícola e não-agrícola dentro do Conselho de Desenvolvimento Rural se dá de forma diversa da realidade encontrada em grande parte dos conselhos. Se normalmente há certa deficiência na representação dos setores não ligados à agricultura, aqui é o setor agrícola que precisa ser estimulado a participar. Apesar de ter uma série de instituições e organismos relacionados à agricultura, exatamente por ser uma cidade grande, as organizações de agricultores propriamente ditas são poucas.

Outro ponto importante a ser destacado na composição do CMDR-Campinas é a não existência de representação dos segmentos dos agricultores pluriativos, apesar de sua importância na região.² Embora o novo rural seja composto de atividades agrícolas e não-agrícolas, essas últimas não estão representadas no conselho.

A nova composição do Conselho não deixa, porém, de refletir a preocupação com o revigoramento da agricultura de Campinas e de organizações de produtores levada a cabo, principalmente pelo GDRS. Além disso, o próprio funcionamento do conselho permitiu a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que teve como proposta de ação imediata articular a municipalização da assistência técnica e extensão rural no município.

² Demantova já havia feito essa observação em sua dissertação.





Em Campinas, as associações de produtores rurais eram praticamente inexistentes. É interessante mencionar, de qualquer maneira, que não existe uma relação direta entre a presença de organizações de produtores fortes e uma rápida implementação do CMDR (Marinozzi; Moraes, 2003, p.7).

A mencionada dificuldade de participação da sociedade civil no CMDR-Campinas não significa que, eventualmente, não se tenha uma participação mais expressiva de agricultores em suas reuniões. Na de 25 de setembro de 2002, por exemplo, logo na abertura da reunião, o presidente destaca a presença de muitos agricultores dos bairros Pedra Branca e Reforma Agrária. Estava na pauta a ampliação do aeroporto de Viracopos e a possibilidade de transferência das cerca de 4.000 famílias a serem removidas para áreas rurais. Uma possibilidade era sua alocação no bairro Pedra Branca, que, embora considerada área urbana, vem gerando emprego, renda e sustentabilidade do meio ambiente com a atividade agrícola. Assim, o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável já havia dado um parecer negativo quanto à instalação dessas famílias no local, e esse parecer estava sendo encaminhado para o CMDR. Na ocasião, o representante do sindicato rural repudiou veementemente o assentamento das famílias não só nas imediações do bairro Pedra Branca, mas também do Reforma Agrária e Descampado. A decisão foi no sentido do CDRS também encaminhar um parecer negativo à prefeitura, acompanhando a decisão do GDR e do Sindicato Rural. De qualquer forma, tratou-se de uma participação eventual.

Um último ponto a ser destacado é que a Lei Orgânica do município, aprovada em 1990, em seu artigo 184, parágrafo único, prevê que o “*Conselho Municipal de Agricultura deverá desenvolver os seus trabalhos de forma harmônica e coordenada com o Conselho Municipal de Meio Ambiente*”. Assim, tem sido freqüente a presença de membros do Condema nas reuniões do CMDR-Campinas. Na reunião de 5 de março de 2002, comparece o próprio presidente do Condema que, além de discutir assuntos comuns aos dois Conselhos, enfatiza seu caráter deliberativo.

O Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (GDRS): uma postura diferente

Diferentemente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o GDRS é um grupo de trabalho vinculado diretamente ao Gabinete do





Executivo. Tem sede na Central de Abastecimento (Ceasa-Campinas), sendo composto por três membros desse órgão, além dos titulares da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (Seplama) e Secretaria Municipal de Finanças, dois integrantes do gabinete, um da Casa da Agricultura e um do Escritório de Planejamento da Cidade.

Foi criado pelo Decreto nº 13.603, de 25 de abril de 2001, com a finalidade básica de revalorizar a zona rural e promover sua integração com as necessidades do município como um todo.

A intenção era que um órgão municipal, voltado ao desenvolvimento agropecuário, facilitasse a implementação de políticas públicas de integração urbano/rural, além de servir como centro de interlocução e pleitos de eventuais benefícios de programas agrários e agrícolas das demais esferas da administração estadual e federal que muitas vezes não chegam até o local.³

A proposta estava embasada em algumas hipóteses. A principal era a de que a manutenção da área rural ainda existente era fundamental para a preservação do meio ambiente da cidade, colocando, assim, a necessidade de se apoiar aqueles que permaneciam produzindo. A existência de uma área reformada – bairros Reforma Agrária, Pedra Branca e Descampado – mostrava a possibilidade da manutenção das atividades agrícolas. Nessa direção, a fruticultura, com alta tecnologia, poderia ser uma oportunidade de geração de trabalho e renda. Para se viabilizar o programa, era fundamental interromper o forte movimento especulativo nas áreas rurais que vinha sendo responsável pela criação de bolsões urbanos.

Para a manutenção/revalorização da agricultura era fundamental criar condições estruturais, como realizar a manutenção das estradas e pontes sem as quais a comercialização da produção tornava-se inviável e montar um banco de dados. Pode-se dizer que a principal atuação do GDRS tem sido implementar uma política de apoio aos agricultores ainda produtivos, devido à sua importância, inclusive, na preservação do meio ambiente em uma cidade grande como Campinas, colaborando para garantir seu direito de continuar produzindo.

Com relação às atividades, o GDRS tem organizado e promovido cursos de capacitação e encontros de organização dos produtores. Nesse sentido, já promoveu dois encontros de produtores rurais. Tem realizado

³ Essa referência foi retirada do documento “Compra de área para instalação de equipamento público multifuncional no bairro rural Pedra Branca”, mimeografado.





esforços também no sentido de facilitar e ampliar a exportação, principalmente de frutas, promovendo e viabilizando, por exemplo, encontro onde os produtores de frutas de Campinas firmaram acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, para agilizar o Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF).⁴

O GDR tem também intermediado negociações com o Aeroporto de Viracopos para viabilizar exportação de perecíveis por Campinas, já que atualmente os produtores têm que enviar seus produtos por São Paulo. Exportando direto por Campinas, haveria redução de custos, aumento de produção e o conseqüente aumento na geração de empregos e saldo positivo na balança de pagamentos. Por iniciativa do GDR, foram realizadas negociações com a Infraero e empresas aéreas (BOLETIM CEASA – *Campinas em Ação*, ano I, n.2, p.9).

Ainda com relação ao estímulo à fruticultura, o GDR teve uma atuação decisiva, visando incluir Campinas no Circuito das Frutas. Em dezembro de 2003, após aprovação pela Câmara, a prefeita sanciona e promulga a Lei Municipal nº 11.826, que autoriza o município de Campinas a participar do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Frutas. No processo de convencimento, além da movimentação política, inclusive junto ao governador do estado,⁵ foi fundamental o trabalho do GDRS divulgando os dados da expressiva produção de frutas no município, superando até a de vários outros que já integravam o circuito. Com relação à fruticultura, Campinas ocupa o quarto lugar se comparada com os oito municípios que compõem o Circuito das Frutas. Apesar do esforço do GDRS, do decreto lei do Executivo autorizando o município de Campinas a participar do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Frutas e do apoio do governador do Estado, o município de Campinas não foi incluído no consórcio.

Também foi inédita a iniciativa de organizar a Semana do Produtor Rural, criada por projeto de lei, cujo objetivo é evidenciar, conhecer e valori-

⁴ O PIF consiste no acompanhamento de todas as fases de produção, desde o plantio até a comercialização e embalagem. O objetivo é auxiliar o produtor de frutas para que consiga melhor performance do produto (*Boletim Ceasa-Campinas em Ação*, Ano I, n.4, outubro/dezembro de 2003).

⁵ Em 18 de setembro de 2003, por exemplo, os agricultores aproveitaram a vinda do governador a Campinas para reiterar a solicitação.





zar a agropecuária. Em 2004, a semana foi marcada por dois eventos. A primeira Feira de Produtos Rurais de Campinas e o II Encontro de Produtores Rurais de Campinas.

Com relação ao II Encontro de Produtores Rurais, o evento reuniu mais de 100 pessoas. Ao mesmo tempo que foi realizado um balanço das atividades já realizadas pela administração municipal na área rural, foram definidas prioridades de ações futuras. Com relação a esse último ponto, optou-se pela continuidade e ampliação do programa de melhorias das estradas, ampliação da infra-estrutura no campo nas áreas de telefonia e transporte público e ampliação da Guarda Municipal Rural e Ambiental (BOLETIM CEASA – *Campinas em Ação*, ano II, n.5, p.11).

A melhoria das estradas na área rural tem sido uma das atuações mais destacadas do GDRS e uma das principais reivindicações dos agricultores. Cumpre salientar que a atuação do GDRS tem significado a retomada da capacidade do município em implementar instrumentos e diretrizes de planejamento e ordenamento do desenvolvimento, principalmente no meio rural.

Isso se torna importante quando se recorda que, no cenário de aplicação de políticas neoliberais, inclusive com relação aos municípios, as administrações de Campinas tiveram diminuída sua capacidade de utilizar instrumentos e implementar diretrizes de planejamento e ordenamento do desenvolvimento urbano e rural. A ocupação inadequada do solo não deixa de ser conseqüência desse processo.

Não podemos deixar de lembrar ainda que *até finais da década dos oitenta, a regulação dos espaços rurais era identificada exclusivamente com seus usos agropecuários e constituía um domínio exclusivo da União, e secundariamente dos estados, não tendo o poder público municipal, papéis ou funções a desempenhar no que se referisse às zonas rurais produtivas ou não dos municípios.*⁶

Uma das conseqüências foi a ausência de regulação de atividades agropecuárias, que se tornaram particularmente vulneráveis em situações na quais concorrem desigualmente com usos urbanos da terra, na maior parte das vezes mais compensadores. Áreas exclusivamente de destinação produtora de alimentos passaram a abrigar atividades não-agrícolas ou a serem complementadas por essas. Sem desprezar a crescente importância das atividades não-agrícolas, cumpre reconhecer que os agricultores que

⁶ Essas informações constam do documento elaborado pelo GDRS intitulado “Compra de área para instalação de equipamento público multifuncional no bairro rural Pedra Branca”.





optaram por continuar nas atividades agrícolas devem ter seus direitos assegurados, o que significa o estabelecimento de intervenções que favoreçam a sua manutenção. Manutenção que evita o aumento da já enorme área ociosa no meio rural, com todos os impactos negativos, tanto do ponto de vista ambiental, como social.

O GDRS tem tido uma atuação importante no que diz respeito a encaminhar reivindicações desses agricultores. Exemplo concreto nesse sentido foi a proposta de compra de área, definida já no Orçamento Participativo, destinada à instalação de um centro comunitário multifuncional na região do bairro rural Pedra Branca, que permitiria ao grupo ter local adequado para *discutir seus problemas, preservar suas tradições culturais, religiosas, seus costumes em geral, organizar atividades esportivas, educacionais, culturais, e de aperfeiçoamento técnico na agricultura*. O centro seria ainda um espaço adequado para a promoção dos produtos agropecuários cultivados na região.

Pode-se perceber que, sobre a questão dos direitos sociais, o GDRS teve uma atuação significativa com relação à organização dos pequenos produtores que ainda desejam manter suas propriedades produtivas. Isso significou a inclusão, na elaboração de políticas públicas, de uma parcela da população que estava alijada de qualquer proposta nesse sentido.

Algumas considerações finais

Campinas, como se pode observar, acabou por implementar não apenas o Conselho de Desenvolvimento Rural constituído, mas também um grupo específico, o GDRS, para a elaboração de propostas voltadas para o seu meio rural. Assim, uma questão relevante é verificar em que medida a atuação de ambos se diferencia.

Num primeiro olhar, fica clara a proximidade entre ambos. O GDRS facilita a execução daquilo que é proposto pelo CMDR, fazendo os encaminhamentos com maior agilidade e atuando praticamente como uma Secretaria Municipal de Agricultura, que não existe em Campinas. Essa complementaridade fica clara quando se observa que grande parte dos objetivos são simultaneamente priorizados pelo CMDR e pelo GDRS.

De qualquer maneira, a diferença fundamental entre o CMDR-Campinas e o GDRS reside no caráter apenas consultivo do primeiro, enquanto o GDRS tem como objetivo pensar e, ao mesmo tempo, desenvolver





projetos específicos para a área rural de Campinas. Em outras palavras, pela sua própria constituição e vínculo direto com o Executivo, o GDRS tem maiores condições de implementar ações pretendidas. Nesse sentido é preciso ressaltar que o próprio GDRS coloca, em seu folder de apresentação, o fortalecimento da organização dos produtores rurais e do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural** entre as ações que vem desenvolvendo.

De qualquer maneira, não se pode deixar de ressaltar a tensão que existe entre o Conselho e o GDRS desde a sua origem. O GDRS teve, pelo menos num primeiro momento, o objetivo de se contrapor ao já mencionado “pecado capital” do conselho de ter nascido bastante institucionalizado, insistindo no fortalecimento das organizações dos produtores rurais e sua participação no conselho.

Outro ponto de atrito, talvez o mais importante, é que o CMDR tinha, na visão do GDRS, um caráter de classe muito acentuado. Ou seja, o sindicato patronal rural tinha uma presença decisiva no Conselho e este praticamente atuava no sentido de garantir o direito de propriedade desses. O fato de o Partido dos Trabalhadores ter assumido a administração municipal gerou certo receio de que fosse haver alterações na propriedade da terra.

Em outras palavras, ao ser criado, o GDRS passou a ter uma proposta inovadora para o espaço rural de Campinas: valorizá-lo, integrá-lo ao desenvolvimento do município, proposta muito mais ampla do que aquela do Conselho de Desenvolvimento Rural. Esse último era muito mais voltado para garantir a propriedade da terra, sem se preocupar, inclusive, com um dos grandes desafios do GDRS: o de impedir os bolsões urbanos cada vez mais freqüentes com a transformação descontrolada de áreas rurais em urbanas. A preocupação de pedir apoio para a agricultura, revalorizá-la, era uma questão menor para o conselho, enquanto era a grande meta do GDRS.

Essa postura mais ampla do GDRS em defesa da agricultura, inclusive como tendo um papel importante na preservação do meio ambiente, fica clara também no depoimento do primeiro presidente do conselho e integrante do GDRS:

Quando nós começamos aqui, eu estava trabalhando em São Paulo e vim pra cá, nós encaramos assim que o rural de Campinas tinha uma certa importância. Qual a importância do rural? Você pega uma área de aproximadamente 80 mil hectares ... Uma gestão municipal ela tem que pensar o município como um todo. Se você está dentro de uma lógica de valorizar os dois por cento das





peças que estão ocupando 50% da área você tem que desenvolver algumas ações ao nível do governo municipal. A tendência... é realmente abandonar. (Pesquisa de campo, 2004)

Não é demasiado afirmar que o GDRS tem uma preocupação em estabelecer regras. *Regras no sentido de criar formas de garantir proteção social... que evite, de alguma maneira que a lógica de mercado e de lucro passe da economia para a sociedade.* (Santos, 2003, p.18 grifos VLGSR)

Esta talvez seja a principal diferença entre o CMDR-Campinas e o GDRS: o segundo possui, enquanto órgão diretamente envolvido com a elaboração de políticas públicas, uma postura de estabelecer para esta *um formato que tenha como suposto um Estado que ponha limites políticos democráticos à lógica do capital.* (Lesbaupin *et al.*, 2003, p.87)

Assim, diferentemente do que acontece com relação aos conselhos em regiões onde a agricultura já possuía uma importância, a atuação do CMDR-Campinas e mais especificamente do GDRS foi no sentido de mostrar a importância da agricultura e de sua preservação.

Outro ponto de conflito entre o sindicato e o GDRS era a atuação ainda muito clientelista deste junto a alguns deputados. A importância do conselho como órgão destinado a aumentar a gestão participativa não era valorizada, pois os agricultores, ainda por meio do sindicato, adotavam práticas corporativistas, mediante relações diretas com alguns políticos.

Isto nos faz lembrar que a sociedade brasileira é uma 'sociedade de história lenta' como bem ressalta Martins, onde a força do passado dificulta as mudanças sociais. *Tomando como base a tradição oligárquica no Brasil, o autor destaca, com razão, que 'todo o sistema estava, por isto, baseado em mecanismos de intermediação política de fundamento patrimonial.* (Wanderley, 1996, p.98)

Assim, *a despeito da novidade, os avanços que ocorrem nesse âmbito – com o surgimento de grupos com interesses muito diversificados e com várias formas de atuação – são na maioria marcados por um corporativismo o mais cru. Estes grupos caracterizam-se pela ausência absoluta de legitimidade, implicando a impossibilidade de seu mútuo reconhecimento como atores coletivos com existência social validada, ou seja, com capacidade de exercer sua autonomia como atores sociais.*





Em outras palavras, trata-se de uma sociedade onde o tradicional convive com o novo, onde 'a *dominação oligárquica da troca como favor, que eliminou da vida pública as maiorias (índios, negros, mulheres, analfabetos) durante séculos, impedindo a conquista da cidadania, permanece rejuvenescida.* (Wanderley, 1996, p.98)

Em grande medida, é esse cenário que explica a existência e a necessidade do CMDR e do GDRS nas suas aproximações e divergências.

Referências

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural*. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável Fortaleza, CE, 2000.

_____. *Conselhos Além dos Limites. Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados*, USP, v.15, n.43, set./dez. 2001.

AUGUSTO, M. H. O. Políticas Públicas e Políticas de Saúde: algumas questões para debate, *In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.1, n.2, 1989, p.105-120.

ARRETGHE, Marta T. S. Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.31, junho de 1996.

BOLETIM CEASA – *Campinas em Ação*, ano I, n.2.

CACCIA BAVA, S. Os Conselhos como Instrumento da Sociedade Civil. *In: CARVALHO M. C. A. A.; TEIXEIRA. A. C. C. (orgs.). Conselhos gestores e políticas públicas*, São Paulo: Polis, 2000.

DAGNINO, E. (org.). *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMANTOVA, G. C., ARRAES, N. A. M. A eficácia dos Conselhos Gestores: estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas, SP. Trabalho apresentado no *VI Congresso de Sociologia Rural*, ALASRU – Porto Alegre, novo 2002.

GARRIDO, C. S.; ROCHA, A. S. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: em Busca dos Consórcios Intermunicipais como forma de Alcançar o Desenvolvimento Rural Sustentável. Trabalho apresentado no *XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Juiz de Fora, jul. 2003.

GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, M. G. Os Conselhos de Educação e a Reforma do Estado. *In: CARVALHO M. C. A. A.; TEIXEIRA, A. C.C. (orgs.). Conselhos gestores e políticas públicas*. São Paulo: Polis, 2000.





- GRAZIANO DA SILVA, J. F. *De bóias-frias a empregados rurais*. Maceió: Edufal, 1997.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. *Idéias*, 5(2) 6(1), IFCH/ UNICAMP, 1998/1999.
- HERREROS, F.; FRANCISCO, A. (orgs.). *Capital social, Zona Abierta*, 94/95, Madrid, 2001.
- LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARINOZZI G.; MORAES J. C. de. Caracterização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Goiás e seu Papel na Gestão Participativa do Desenvolvimento Territorial. Trabalho apresentado no *XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Juiz de Fora, julho de 2003.
- MORAES, R. C. C. Liberalismo e Neoliberalismo: uma introdução comparativa. *Primeira Versão*, 73 IFCH/UNICAMP, novembro de 1997.
- MOYANO ESTRADA, E. El Concepto de Capital Social y Su utilidad para el Análisis de las Dinámicas del desarrollo. *Revista de Fomento Social*, n.56 p.35-63 Madrid, 2001.
- MUSSOI, M. E. Estado, descentralização, políticas públicas e novas instâncias participativas: o caso da agricultura em Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis 1999, p.11-39.
- PIERUCCI, A. F. Ciladas da Diferença. In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 2 (2), 1993.
- SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a.9, n.25, jun. 1994.
- SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes *et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999.
- SANTOS, B. S. Democratização da Democracia e Pacto Social. In: *ABONG. Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. Petrópolis, São Paulo, 2003.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, E. M. *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004.
- TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra 2002.
- SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do Pronaf Infra-estrutura e serviços. *XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Unicamp, Campinas, Set. 2003.





VEIGA, J. E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: Do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Revista da ANPEC*, 1-20, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. O “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, p.87-146, Rio de Janeiro, out. 2000.

WANDERLEY, W. Luiz Eduardo. Participação Popular, Poder Local e Conselhos. *São Paulo em Perspectiva*, 5(2): p.23-30, abril/junho 1991.

_____. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em Perspectiva*, 10(4), p.96-106, 1996.

WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, n.27 p.151-208, march 1998.





A Agenda 21 e os atores do mundo rural de Piracicaba

Vera Lúcia G. S. Rodrigues
Adriana Cristina de Souza

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender a constituição da Agenda 21 no município de Piracicaba. Mais especificamente, visa apreender como se dá a representação dos atores do mundo rural na Agenda 21 Piracicabana. A cidade possui a 4ª Agenda 21 do Brasil, evidenciando assim um elevado grau de eficiência em sua implementação.

As premissas da Agenda 21 são baseadas no fortalecimento da democracia e da gestão participativa, concebendo a participação como fundamental para se estruturar as ações e orientar políticas públicas para a cidade com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Agenda 21 vem como proposta para aperfeiçoamento de gestões participativas, à medida que foi pensada em âmbito global e aplicada localmente, indo ao encontro do fortalecimento de gestões participativas e de políticas públicas, tais como o Plano Diretor, Orçamento Participativo e Conselhos Gestores.

Não sendo um documento com metas obrigatórias, a Agenda 21 é uma proposta com grande perspectiva moral, no sentido de propor uma reflexão na maneira de pensar e agir socialmente, e sua aplicação em âmbito local, nos municípios, é que pode levá-la ao seu efetivo aproveitamento, contudo sem que se perca a sua dimensão global.

A Agenda 21 transformada em Programa 21 instrumentaliza o ideal de pensar globalmente e agir localmente, uma idéia que se tornou uma espécie de axioma do desenvolvimento sustentável. (Barbieri, 2001, p.91)





Uma vez inserida na sociedade, a proposta da Agenda 21 ajudaria no processo de redemocratização, pois, para sua implementação, deve integrar atores do setor público e privado, rompendo com tradições antigas de formas clientelistas, do favor pelo favor, e inserir uma nova condição de perspectiva de vida social, rompendo com os padrões tradicionais e inserindo toda a sociedade nessa causa. Há uma grande aposta de que propostas, tal como a Agenda 21, possam vir a fortalecer ou até mesmo indicar um novo modelo rumo à consolidação da democracia participativa (participacionismo), à medida que a própria Agenda 21 sugere que todos os setores da sociedade civil devem participar no planejamento, aplicação e análise dos programas que em si tomam a forma de Agenda 21.

O conceito de Agenda 21 Local surgiu como uma estrutura de trabalho que viabilizasse o engajamento local nas decisões da Rio-92, uma vez que a questão local incorpora um processo de desenvolvimento cuja implementação depende diretamente da construção de parcerias das autoridades locais e outros setores da sociedade, proporcionando assim maior autonomia dos municípios para elaboração de metodologias para definir as necessidades prioritárias e os meios de como fazer para alcançar os objetivos desejáveis, sempre levando em conta as características do município (econômica, social, cultural, ambiental).

Importante ressaltar ainda que a cidade estudada possui uma história marcada por atividades agrícolas, especialmente pela cana-de-açúcar, que influenciou fortemente os caminhos percorridos pela cidade.

Faz-se mister ressaltar ainda que o rural no Brasil e no mundo não é mais entendido e definido apenas pelas atividades agrícolas. Essa constatação se deve ao fato de diversas pesquisas realizadas no campo apontarem para a diminuição significativa do número de pessoas residentes no campo e ocupadas na agricultura, bem como o aumento de residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas, e ainda surgirem um novo grupo de residentes no campo que combinem e alterem atividades agrícolas com outras fontes de rendimento (Carneiro, 2001).

Esse grupo que combina e alterna as atividades agrícolas com outras formas de rendimento nos remete ao conceito de pluriatividade, fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos.





Imersos num emaranhado de ocupações e atuações no espaço rural, os moradores do campo – sejam eles trabalhadores agrícolas ou não – encontram-se atuando em diversos setores e com distintos interesses, no que tange ao meio rural: atividades agrícolas, agropecuárias, preservação ambiental, turismo rural, campo como dormitório, dentre outros.

Piracicaba e seu rural

A cidade de Piracicaba pertence à região administrativa de Campinas, no Estado de São Paulo. Tem uma área de 1.353km² e sua população no ano de 2006 era de 361.782 habitantes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLP) classificam o município como o 19º do Estado de São Paulo em extensão territorial, com um grau de urbanização no ano de 2005 que correspondia a 97,02%. Podemos dizer que Piracicaba nasceu rural e transformou-se em urbana.

O município conta com 120.307 hectares de área rural (87,9%) e 16.533 hectares de área urbana (12,1%), conforme informações do IPPLAP e IBGE para o ano de 2000. Com base nesses números, é fácil notar a grande participação do setor agrícola no desenvolvimento da cidade. De toda a área rural, 45,4% são ocupados pela cana-de-açúcar, 25% por pastagens e aproximadamente 4% por grãos, fruticultura e olericultura.

Dentro desse valor, a participação da agropecuária no total do valor adicionado é de 3,67%, no ano de 2004. Isso significa 4.862,33 milhões de reais correntes do Produto Interno Bruto (PIB), gerando um PIB per capita de 13.695,19 reais correntes, no ano de 2004. Com valor adicionado na agropecuária de 169.799 mil reais no mesmo ano, significando 0,88% da participação no PIB do Estado de São Paulo. Esses dados mostram o quanto é significativo o PIB de Piracicaba em porcentagem com o estado, e, conseqüentemente, com o país.

A participação dos empregos da agropecuária no total de empregos ocupados em 2003 era de 1,08%. E o rendimento médio nos empregos ocupados na agropecuária no mesmo ano no valor de 636,90 reais. O rendimento médio no total de empregos ocupados na cidade é de 1.157,89 reais.

A agricultura de Piracicaba teve, no ano de 2005, um faturamento total de 11.359 mil reais na lavoura permanente e 116.875 mil reais na lavoura





temporária. No ano de 2001, esses números eram de 8.087 mil reais na lavoura permanente e 79.257 mil reais na lavoura temporária. Um crescimento total das lavouras temporárias e permanentes do ano de 2001 para o ano de 2005 de 40.890 mil reais. Esses dados mostram a importância da economia de Piracicaba para a economia local, regional e, também, nacional.

A agricultura no município passa por importante momento de reflexão, em que instituições governamentais e não-governamentais estão envolvidas. Isso porque é necessário continuar desenvolvendo a produção de cana-de-açúcar, mas apoiando também outras culturas. Um exemplo é a agricultura orgânica que, no momento, exige desses órgãos maior aprofundamento de suas ações, já que sua produção vem diminuindo, e é um mercado importante para o desenvolvimento do rural sustentável. Nesse sentido, existem dois grupos formados em Piracicaba: a Associação de Produtores Orgânicos de Piracicaba (Apropira) e a Associação de Produtores Orgânicos Familiares de Piracicaba (Agrofapi) e a Associação de Produtores Familiares (Arca).

A produção de hortaliças, grãos e frutas deve ser mais incentivada, pois os dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) mostram que esses alimentos são pouco explorados na cidade, para o abastecimento interno e externo. Tais produtos poderiam ampliar a renda na área rural e equalizar o preço e a qualidade dos produtos. Do total da área plantada em 2005, 45.102 hectares, apenas 4.512 hectares foram destinados para hortaliças. Em termos de hortaliças, a cidade já é auto-suficiente e possui varejões fornecendo a comercialização.

A produção animal na cidade totalizou cerca de 1.992.319 cabeças. A principal criação é de bovinos, frangos e galinhas; a produção de frangos e galinhas cresceu 152% no período de 2000 a 2005, apontando para uma alternativa de renda rural.

Já a área destinada à pastagem corresponde a 25% de toda a área da agricultura do município, com cerca de 1,4 mil unidades de produção agropecuária com áreas de pastagem, que têm de 0,3 a 2.380 hectares; a maior concentração está na área de 10 a 50 hectares. Mas é necessário ampliar a área, principalmente para os pequenos e médios produtores. O maior rebanho está direcionado para o corte com 29.719 cabeças, a pecuária mista representa 26.334 cabeças e o menor rebanho é o de pecuária leiteira, com 4.482 cabeças. Aqui um grande obstáculo também é a falta de especialização que induz a baixa produtividade; muitos proprietários rurais acreditam que a criação bovina é secundária.





A agricultura da cidade ainda está baseada principalmente na produção de cana-de-açúcar, sendo reconhecida mundialmente como Pólo Nacional de Biocombustíveis. O parque industrial responsável pelo pólo nacional de biocombustível começou a ser desenvolvido pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), voltados à modernização da agricultura e expansão do Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool). Atualmente, é dinamizado com a consolidação das políticas voltadas para a agroenergia e instalação do Pólo Nacional de Biocombustível no município.

Esse mercado está em crescimento, pois aumenta a busca por outras formas de combustíveis diferentes dos derivados de petróleo, e os projetos nacionais estão em crescimento, mas é preciso que a cidade se prepare para não ter problemas ambientais, principalmente em relação às reservas legais e as queimadas. Dentre todos os produtos produzidos em Piracicaba, a lavoura temporária é responsável pela maior renda da cidade. A cana-de-açúcar obteve um rendimento, em 2005, de 112.860 mil reais, maior rendimento na agricultura, que somando os demais produtos atingiu 128.234 mil reais. Naquele ano, a produção de cana-de-açúcar foi responsável por 88,01% de todo o valor da produção do município de Piracicaba.

Qualquer alteração dessa produção reflete na macroorganização do espaço rural do município e na capacidade de geração de renda e benefícios, conforme informações do Atlas Rural de Piracicaba. Essa produção está garantida por muitos aspectos; um deles é a malha rodoviária que acessa o Porto de Santos, além das estradas da cidade. A produção da cana-de-açúcar tem grande respaldo tecnológico, tornando-a competitiva. Esse aparato tecnológico é formado principalmente pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e pelo Pólo Nacional de Biocombustíveis.

O aparato de apoio à produção de cana-de-açúcar não reflete o mesmo auxílio à produção dos demais produtos agrícolas, que contam com menos ajuda e assessoria técnica especializada. Outro problema enfrentado pelo setor rural da cidade é a venda de terras por parte dos pequenos proprietários aos grandes. O Atlas Rural de Piracicaba de 2006 informou a existência de 2,4 mil imóveis rurais. Essas propriedades, de acordo com a CATI, variam de 0,2 a 1.908 hectares, em que 81% dessas delas possuem menos de 50 hectares e ocupam 23,7% da área agropecuária do município. Já 1,7% das





unidades rurais que possuem mais de 500 hectares ocupam 30,7% da área rural do município.¹

Piracicaba apresenta números significativos para se pensar na sua importância no Estado de São Paulo e para o Brasil de maneira geral, hoje considerado o nono maior município exportador do país.

Agenda 21 – breve histórico

A Agenda 21 surge como um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Brasil em 1992,² e reflete um consenso mundial e um compromisso político de todos os países participantes no que remete à questão social, ambiental e econômica.

O Desenvolvimento Sustentável é o conceito que embasa a proposta da Agenda 21, sendo entendido como

“um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.” (Brundtland, 1988)

A Agenda 21 é, em suma, um documento longo que contém mais de 800 páginas, dividido em 04 seções, com 40 capítulos / propostas para o desenvolvimento sustentável. Ela soma um elenco de diretrizes ordenadas que o conjunto das nações deveria seguir nas primeiras décadas do novo século, na linha do desenvolvimento sustentado, que seria o crescimento econômico com respeito ao equilíbrio ambiental e com distribuição justa dos bens produzidos (Martins, 2002).

No ano de 2002, foi realizada, em Johannesburgo, na África do Sul, a Conferência Rio+10, a fim de analisar como foram os 10 (dez) anos pós-CNUMAD e como a Agenda 21 foi trabalhada / impulsionada nos países.

¹ Os dados são do IBGE, que fornece dados anuais da produção agrícola, o IPPLP tem dados específicos da cidade e da região, principalmente ligados a medidas e projetos decorrentes da produção agrícola. Dessa forma, os dados se completam com outros numéricos e medidas referentes a estes dados.

² Outros encaminhamentos da Rio-92: Carta da Terra, Declaração de Florestas, Convenção da Diversidade Biológica, Convenção Mudanças Climáticas.





Concluiu-se que a década de 1992 a 2002 foi uma Década Desperdiçada, no que tange a aplicação da Agenda 21.

O processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira teve início em 1997, com a constituição da Comissão de Políticas e de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) por meio do Decreto Presidencial,³ contando com colaboradores do governo federal, empresários e organizações da sociedade civil.

Em dezembro de 1997, foi aprovada a metodologia de elaboração da Agenda 21 Brasileira, na qual se definiu que esta não replicaria os 40 (quarenta) capítulos da Agenda 21 Global, sendo necessário estabelecer algumas prioridades. Resultante de um consenso dos setores da sociedade civil, a Agenda 21 Brasileira foi dividida em três partes: 01) Introdução: perfil do país no início do século XXI; 02) Temas Prioritários; 03) Estratégias e Meios de Implementação.

Foram definidos seis macrotemas para o desenvolvimento do trabalho; a escolha dos temas levou em consideração as características das regiões do país, as desigualdades sociais. Os temas foram: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-Estrutura e Integração Regional, Gestão de Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

“Piracicaba 2010 – Realizando o futuro”

O conceito de Agenda 21 Local surgiu como uma estrutura de trabalho que viabilizasse o engajamento local nas decisões da Rio-92. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a questão “local” consiste um processo de desenvolvimento, cuja implementação depende diretamente da construção de parcerias das autoridades locais e outros setores da sociedade, proporcionando assim maior autonomia dos municípios para elaboração de metodologias para definir as necessidades prioritárias e os meios de como fazer para alcançar os objetivos desejáveis, levando em conta as características do município (econômica, social, cultural, ambiental). Nesse sentido, a Agenda 21 vem como proposta para aperfeiçoamento de gestões participativas.

³ Decreto de 26 de Fevereiro de 1997.





A Agenda 21 Piracicabana está estabelecida como OSCIP⁴ (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) “Piracicaba 2010 – Realizando o Futuro”, que foi idealizado no ano de 1999, pela empresa Caterpillar, uma multinacional do ramo de terraplanagem, que se estabeleceu no Brasil, na cidade de Piracicaba.⁵ O Projeto Piracicaba 2010 visa ao “Desenvolvimento Estratégico” de Piracicaba, uma vez que a visão de planejamento estratégico tem obtido bons resultados quando aplicada no âmbito empresarial, segundo os idealizadores do projeto, encabeçado pela empresa Caterpillar.

Devido às articulações dos idealizadores do projeto, foram somados à iniciativa forças de outros setores da sociedade civil, tais como Universidades e entidades diversas, dando respaldo financeiro, jurídico e administrativo.

O Projeto de Piracicaba visa implementar a Agenda 21, a partir do planejamento estratégico, desenvolvido por pesquisadores, em áreas temáticas definidas, no prazo de 10 anos.

Desenvolvimento rural sustentável: Agenda 21 global, nacional e piracicabana

O documento Agenda 21 Global, em seu capítulo 14, que trata sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, insere diversas questões e reflexões acerca do mundo rural contemporâneo, e de modo especial para a questão da agricultura e tecnologias. O capítulo está organizado em itens prioritários, seguidos de uma estrutura de identificação de objetivos e sua respectiva implementação, sendo dividido nas fases de: a) Bases Para Ação, b) Objetivos, c) Atividades (elencando uma série de formas para trabalhar com as atividades relacionadas ao manejo do objetivo – com destaque para criação de programas e projetos), d) Meios de Implementação (financiamentos, tecnologia, fortalecimento de poderes institucionais, fortalecimento de recursos humanos).

O principal objetivo deste capítulo da Agenda 21 demonstra a preocupação com o aumento da produção de alimentos, uma vez que as previsões, para o ano de 2025, são o aumento da população, hoje de 5,4 bilhões de pessoas,

⁴ A Ong “Piracicaba 2010”, criada no ano de 2000, recebe qualificação de OSCIP em 2003.

⁵ É a empresa que mais empregos gera, movimentando alto número de exportações.





somada a mais 6,25 bilhões de pessoas e a importância de aumentar a produção de alimentos para atender a necessidade crescente da população, que provocará uma pressão enorme em todos os recursos naturais, inclusive os terrestres.

O papel dos governos e da cooperação nacional e internacional é o de sugerir programas, bem como mapear as características locais, contratar especialistas, fomentar a participação popular, promover a instrução e formação profissional dos agricultores e comunidades rurais – por meio do ensino formal e não formal –, conscientizar empresários, banqueiros e comerciantes sobre serviços rurais, ajudar as comunidades familiares agrícolas a investigar e promover tecnologias e sistemas de cultivo localmente adequados, que conservem e reabilitem as terras e, ao mesmo tempo, aumentem a produção agrícola, o fortalecimento institucional (Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, instituições de pesquisa).

A Agenda 21 Global incorpora 12 questões prioritárias, concentradas em 104 subitens, que aliam as metodologias e propostas de implementação. Sendo respectivamente:

Áreas de programas

A. Revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável;

B. Obtenção da participação popular e promoção do desenvolvimento de recursos humanos para a agricultura sustentável;

C. Melhora da produção agrícola e dos sistemas de cultivo por meio da diversificação do emprego agrícola e não agrícola e do desenvolvimento da infra-estrutura;

D. Utilização dos recursos terrestres: planejamento, informação e educação;

E. Conservação e reabilitação da terra;

F. Água para a produção sustentável de alimentos e o desenvolvimento rural sustentável;

G. Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos vegetais para a produção de alimentos e a agricultura sustentável;

H. Conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos animais para a agricultura sustentável;





- I. Manejo e controle integrado das pragas na agricultura;
 - J. Nutrição sustentável das plantas para aumento da produção alimentar;
 - K. Diversificação da energia rural para melhora da produtividade;
 - L. Avaliação dos efeitos da radiação ultravioleta decorrente da degradação da camada de ozônio estratosférico sobre as plantas e animais;
- Dentre as prioridades contidas na Agenda 21, destacam-se:

- Os instrumentos do desenvolvimento rural e agrícola sustentável serão baseados: na reforma da política agrícola, reforma agrária, participação, a diversificação dos rendimentos, conservação da terra e melhor manejo dos insumos;
- Preocupação fortíssima com a questão da Segurança Alimentar;
- Participação da comunidade rural na elaboração e orientação de políticas públicas, bem como na incorporação dos projetos;
- Novas atividades para a população do campo (correspondendo à pluriatividade, a diversificação da mão-de-obra: agrícola e não agrícola) – aspecto multifuncional da agricultura;
- Relação de apoio à cooperação internacional;
- Atuação do governo fortíssima, à medida que deve treinar especialistas para analisar políticas nacionais que favoreçam a agricultura sustentável;
- Fortalecimento de instituições rurais;
- Destaque para a tecnologia como um dos meios (fundamentais) para implementação dos projetos;
- Fortalecimento institucional, incorporando os Ministérios: Agricultura, Recursos Naturais e do Planejamento.

O processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira teve início em 1997, com a constituição da Comissão de Políticas e de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) pelo Decreto Presidencial, em 26 de fevereiro de 1997, contando com colaboradores do governo federal, empresários e organizações da sociedade civil.

Em dezembro de 1997, foi aprovada a metodologia de elaboração da Agenda 21 Brasileira, na qual se definiu que esta não replicaria os 40 (quarenta) capítulos da Agenda 21 Global, sendo resultante de um consenso dos setores da sociedade civil, dividida em 03 (três) partes: 01) Introdução: perfil





do país no início do século XXI; 02) Temas Prioritários; 03) Estratégias e Meios de Implementação.

Na Agenda 21 Brasileira, a definição metodológica previu que esta deveria levar em conta as características e prioridades nacionais. Foram definidos então seis macrotemas prioritários, nos quais a *Agricultura Sustentável* está contemplada.

A continuidade da Agenda 21 Brasileira continua sendo viabilizada pela Comissão de Política para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS). O Governo Federal (PT) inseriu juntamente a Comissão o Plano Plurianual de Governo (PPA) 2004/2007, que prevê a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais e a formação continuada de atores sociais, pelos cursos, seminários, *workshops*, produção de material didático e específico, dentre outros.

A Agenda Piracicabana definiu suas prioridades levando em conta também a questão do local como fundamental ao elencar prioridades e ações.⁶ Hoje em Piracicaba, já existem alguns projetos realizados e outros em fase de discussão e implementação. No que se refere ao Desenvolvimento Rural, já foram realizados:

- Casa do Produtor Rural (Parceria com a ESALQ);
- Projeto Beira Rio (Fase 1);
- Pólo Nacional de Biocombustível (ESALQ) – início do Pólo de Biotecnologia.

Outros projetos ainda estão em fase de discussão e implementação, como:

- Projeto Beira Rio – 2º Fase;
- Engenho Central – Regularização;
- Pólo de alta tecnologia com foco em biotecnologia;
- Mata Ciliar no Corumbataí e Piracicaba (córregos e ribeirões);
- Implantação de novo Aterro sanitário;
- Coleta seletiva de arborização da cidade;
- Agricultura orgânica;

⁶ A partir do próprio levantamento e diagnóstico da cidade de Piracicaba, feito por uma consultoria especializada em planejamento estratégico de cidades.





- Definição e implantação do Plano Diretor do Município;
- APLA (arranjo produtivo local do álcool – Secretaria de Ind. e Comércio);
- Implantação da incubadora de tecnologia – Sebrae;
- Guia Turístico de Piracicaba;
- Comitê de Meio Ambiente;
- Educação Ambiental;
- Fauna – Proteção dos animais;
- Fóruns das comunidades rurais;
- Implementação do Centro de tecnologia Social.

Os projetos foram elaborados de acordo com o diagnóstico dos especialistas sobre a cidade de Piracicaba e eles englobam diversas questões do novo rural brasileiro, desde a preocupação com a agricultura e a agropecuária, bem como o turismo rural, meio ambiente, tecnologia etc. Contudo, de acordo com informações da ONG “Piracicaba 2010”, as áreas da agricultura e do desenvolvimento rural passam por um importante momento de discussão, pois as instituições (governamentais e não governamentais) que atuam junto ao setor carecem de ações mais organizadas e conjuntas à mesma medida que os produtores rurais e suas comunidades possuem uma participação *incipiente* nas discussões e decisões das políticas públicas voltadas para o setor.

A Agenda 21 Piracicabana, no seu capítulo específico para o desenvolvimento rural, aponta algumas características do município e concomitantemente destaca as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) das ações e impactos dos projetos para o desenvolvimento rural.

A análise problematiza todos os estágios do desenvolvimento rural a partir das características locais. Como exemplo, temos o cultivo da cana-de-açúcar – sempre foi característica marcante da cidade –, que, nos anos 50, ficou conhecida como “capital do açúcar”. O seu cultivo pode fazer a cidade se destacar como Pólo Nacional na produção de biocombustível nas importações, exportações, bem como provocar degradação do solo pela cultura da cana, pelo uso de agrotóxicos, baixa diversidade produtiva do município, não atendimento da legislação das Áreas de Proteção Permanente (APP).

Muitas questões estão envolvidas no processo de reflexão do desenvolvimento rural Piracicabano. Pelo próprio diagnóstico da cidade apresentar inúmeras questões e situações adversas, Piracicaba aponta alternativas e demandas urgentes que vão ao encontro da Agenda 21 Global no que se





refere ao papel do governo, na importância de estudos específicos sobre cada tema (agricultura, agropecuária, meio ambiente, agricultura orgânica, etanol, biocombustível etc.), bem como obtenção de dados atualizados sobre as atividades agrícolas, que é uma demanda urgente para o desenvolvimento rural, além de um banco de dados junto as universidades, órgãos públicos de assistência técnica rural, a implantação de conselhos comunitários rurais visando inserir a questão da participação das comunidades rurais, a melhoria na oferta de serviços à população rural, ampliação das atividades agropecuárias, aprimoramento dos programas municipais de apoio ao desenvolvimento rural.

Participação e eficiência

Podemos dizer que a atuação da ONG “Piracicaba 2010” (Agenda 21 Piracicabana) se insere dentro das características da democracia sob o marco gerencial.

O modo pelo qual surgiu a iniciativa da Agenda 21 em Piracicaba, por intermédio da sociedade civil, pelo setor empresarial, norteia fortemente algumas ações e prioridades do Planejamento Estratégico e da cidade. A iniciativa parte mais especificamente do setor empresarial, entendendo que Piracicaba é uma cidade com potencial para investir na questão cultural, educacional e econômica, seja no turismo, agricultura, prestação de serviços e tecnologia, e se destaca cada vez mais no Estado de São Paulo e no Brasil.

Todo discurso da Agenda 21, Piracicaba 2010, é o de que a cidade precisa crescer e ampliar suas potencialidades sem deixar que isso a torne carente de infra-estrutura. Dentre outros fatores, o planejamento estratégico foi de suma importância, por isso as grandes empresas e universidades de Piracicaba possuem atuação ativa nesse projeto. Provavelmente devido ao retorno que essa iniciativa traz e também à questão da responsabilidade social das empresas e até propriamente à questão do marketing dessas. A empresa Caterpillar Brasil, por exemplo, é uma empresa que emprega grande destaque a ações e impactos, no que tange à responsabilidade social em seu discurso corporativo.

O emprego da Democracia Gerencial se dá à medida que a idéia do participacionismo se torna cada vez mais empregado no aspecto da gestão, no que se refere à divisão de tarefas. Assim, a participação dos cidadãos, or-





ganizados nos diversos setores da sociedade, representa uma qualificação em gestão de políticas públicas e que também proporciona mais credibilidade às ações políticas, além de dar mérito à sociedade civil pela sua emergência, qualificação e cobranças em processos participativos e do diálogo com outras instâncias (Estado). Sendo a Agenda 21 entendida como um orientador de políticas públicas, a participação da sociedade se torna indispensável, tanto por ser uma premissa do documento elaborado na Eco-92, quanto por socializar o espaço de elaboração de políticas públicas.

O entendimento de participação como divisão de tarefas e participação como parte de um processo de escolhas políticas se confunde nos modelos teóricos que discorrem acerca da democracia (Tatagiba, 2006).

O modelo que prega a importância de fazer parte – o participacionismo, a Democracia Participativa – compreende a participação da sociedade civil como maneira de fortalecer o modelo da democracia piramidal (representação) a partir de instrumentos participativos dos representantes e a descentralização do poder (Miguel, 2005).

A Democracia Participativa é uma das correntes democráticas mais atuais dentro do debate das Ciências Humanas e que vem gerando um profundo debate acerca de seus caminhos propostos da democracia em si.

A Democracia Gerencial se constitui a partir de uma combinação de elementos dos modelos da democracia elitista e participativa. Englobando questões complexas e atuais, ela insere a problemática da participação como elemento importante e imprescindível no processo de gestão, contudo a participação nesse modelo não ocorre *a priori* como meio de definir posições políticas, a participação nesse modelo aparece mais como legitimador de projetos, de posições que já estão dadas, dependendo menos do processo político participativo em si (Tatagiba, 2006).

Algumas considerações

O balanço das ações para o Desenvolvimento Rural Sustentável somado à participação dos atores rurais em suas diversas áreas de atuação no município de Piracicaba nos remete a uma série de fatores – participação, metas, objetivos, tempo de implementação dos projetos – que propiciam uma reflexão mais elaborada sobre o desenvolvimento das suas ações.





O último documento divulgado pela ONG “Piracicaba 2010 – Realizando o Futuro” consiste na Agenda 21 Local Piracicabana de fato, na qual há todo o diagnóstico da cidade nos setores que carecem de intervenção e que são resultados de uma série de pesquisas e somado a esse diagnóstico uma série de fatores que auxiliam o Desenvolvimento Rural, bem como os fatores que – característica local – podem, em algum momento, prejudicar a implementação de projetos específicos.

De acordo com o balanço divulgado, ações executadas no período de 2001-2006, foram finalizados três projetos: Casa do Produtor Rural (Parceria com a ESALQ), Projeto Beira Rio (Fase 1) e Pólo Nacional de Biocombustível (ESALQ) – início do Pólo de Biotecnologia.

Todos os projetos voltados para o meio rural estão relacionados com o projeto que assegura aos agricultores familiares o acesso à extensão rural e assistência técnica rural gratuita.

Importante ressaltar que o próprio cenário rural – conforme diagnóstico da Agenda 21 Piracicaba – carece de ações mais organizadas e conjuntas, bem como a participação dos produtores rurais e suas comunidades se caracterizam como incipientes nas discussões e decisões políticas voltadas para o setor. Por essa constatação, também são objetivos, para o ano de 2015, a implantação, no Conselho de Desenvolvimento Rural (Comder), de câmaras temáticas e de uma Comissão Municipal Técnica de Planejamento Rural Sustentado, formadas por representantes dos órgãos e instituições que atuam no município, bem como implantar Conselhos Comunitários nos bairros rurais englobados em um Conselho Comunitário Rural de Piracicaba, com representação significativa no Comder. A Agenda 21 Piracicabana, ao propor esse tipo de projeto, tem como objetivo fundamental superar os obstáculos que são vistos na centralização do debate em órgãos públicos, ou até mesmo o próprio Conselho de Desenvolvimento Rural.

No que se refere ao cenário rural, a concepção de “novo rural” é contemplada em alguns projetos que entendem que o rural não é mais caracterizado apenas pelas atividades agrícolas e agropecuárias. Alguns projetos foram elaborados nessa linha e são metas para o ano de 2015, como a questão da preservação ambiental, arborização, agricultura orgânica, agricultura familiar e o desenvolvimento e incentivo ao turismo rural, além de envolver instituições de pesquisas, tal como prevê a Agenda 21 Global, no mapeamento da cidade, desenvolvimento de programas e capacitações e fomentar a participação da comunidade rural no debate político do setor.





Se a Agenda 21 Piracicabana, sem perder de vista a importância que o rural representa para a cidade, que ocupa o 4º lugar no *ranking* das Agendas 21 do Brasil, apresenta dificuldades no envolvimento dos atores rurais em todo o processo e em todas as instâncias (governamental e não-governamental) e na implementação das ações que requerem um período longo, e a não viabilização de muitas delas no prazo estipulado, pode-se fazer aqui uma reflexão acerca das iniciativas de Agenda 21 Brasil afora: como ficam as cidades sem toda uma estrutura – no caso de Piracicaba, a ONG financia e mantém a Agenda 21 por meio do setor empresarial –, sem amparo e recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)?

Referências bibliográficas

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente – As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A lógica da decadência – desestruturação socioeconômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável*. Pará: Cejup, 1996.

CARNEIRO, Maria José. *Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade*. Texto apresentado no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas, mimeo, 2001.

COUTINHO, Joana. “As ONGs: origens e (dês) caminhos”. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.1, n.13/14, p. 57-65, 2005.

DAGNINO, Evelina. *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E.; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. S. Paulo: Paz e Terra, 2006, p.13-91.

DAGNINO, E.; ALVAREZ, S. E. Os movimentos sociais, a Sociedade Civil e o “Terceiro Setor” na América Latina: Reflexões Teóricas e Novas Perspectivas. *Primeira Versão*, Campinas – IFCH – Unicamp, v.98, p.01-77, 2001.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. Campinas: Boitempo, 1996.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2003.





GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 7(1), maio de 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (São Paulo-SP), disponível em <http://ibge.org.br>

MARTINS, José Pedro Soares. *Agenda 21 Municipal na Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Komedi, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico*, São Paulo, n.59, p.05-42, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 Brasileira. Ações Prioritárias*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br> – acesso em 16 ago.2006.

_____. *Agenda 21 Brasileira. Resultados da Consulta Nacional*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br> – acesso em 16 ago. 2006.

_____. *Construindo a Agenda 21 Local*. Brasília: MMA, 2000. 90 p.

_____. *Agendas 21 Locais*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br> – Acesso em 16 ago. 2006.

PAOLI, Maria Celia Pinheiro Machado. “Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania”. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Democratizar e democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.1, p.375-418.

PIRACICABA. “Piracicaba 2010 – Realizando o Futuro”, Piracicaba, 2001.

_____. “Agenda 21 de Piracicaba – Primeira revisão 2006 – 2015”, Piracicaba 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Introdução: Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p.39-82.

SEADE, Fundação Sistema Nacional de Dados (São Paulo-SP). *Sistema de Informação dos Municípios Paulistas*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/ produtos/perfil/>

SCHNEIDER, Sergio. *“Agricultura Familiar e Pluriatividade”*. Tese de Doutorado, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. “A Pluriatividade no Brasil: Proposta de tipologia e sugestão de políticas”. Trabalho apresentado no *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, julho de 2006.

TATAGIBA, Luciana. “Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/





ES". In: DAGINO, Evelina, OLVERA Alberto, PANFICHI, Aldo (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p.137-179.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Indivíduos em construção: As organizações não governamentais no processo brasileiro de redemocratização*. São Paulo: Annablume, 2003.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, 2000, p.87-145.

WARREM, Ilse Scherer. *Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.





Autores

Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo(USP) e Professora do Centro de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pesquisadora do Laboratório Estudos, Sociedade, Ética e Cidadania.

Ana Carolina Nascimbem

Bacharel em Ciências Sociais pela PUC-Campinas.

Adriana Cristina de Souza

Bacharel em Ciências Sociais e mestranda em Urbanismo pela PUC-Campinas.

Carolina Costa de Oliveira

Bacharel em Ciências Sociais pela PUC-Campinas.







